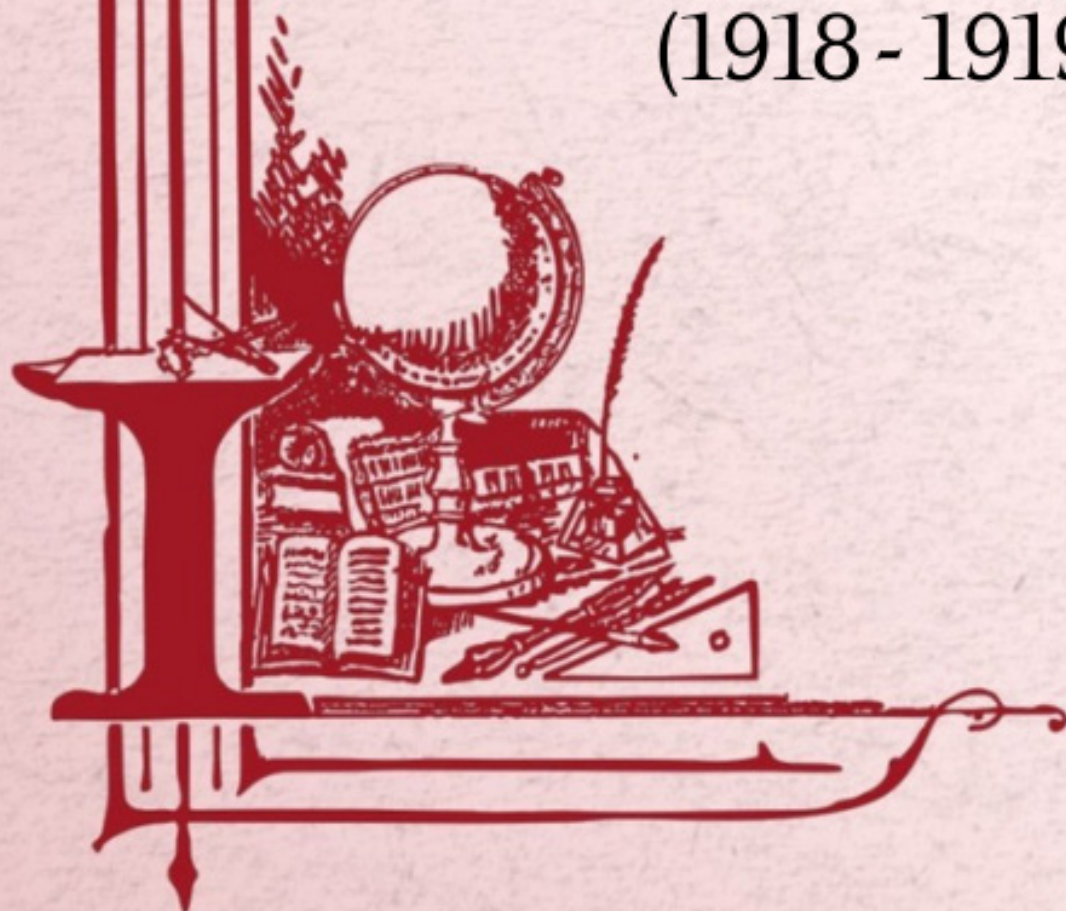


Camilla Vanessa Chagas Peixoto de Oliveira
César Augusto Castro

A Educação no Pará Republicano na Revista

O ENSINO

(1918 - 1919)



2026

Camilla Vanessa Chagas Peixoto de Oliveira
César Augusto Castro

A EDUCAÇÃO NO PARÁ REPUBLICANO NA REVISTA “O ENSINO” (1918-1919)

1ª EDIÇÃO



SÃO LUÍS - 2026



EDITORA NOVUS

SÃO LUÍS - MA - 2026



WWW.EDITORANOVUS.COM.BR



EDITORANOVUS@GMAIL.COM

Diagramação e Edição

Eduardo Mendonça Pinheiro

Edição de Arte

Romilson Carneiro Rodrigues

Conteudista

Camilla Vanessa Chagas P. de Oliveira

César Augusto Castro

Normalização

José Marcelino Nascimento Veiga Júnior



© 2026 Copyright – Direitos reservados. A Editora Novus é detentora dos direitos autorais relativos à edição, diagramação e ao projeto gráfico da presente obra. Os autores permanecem titulares dos direitos autorais de seus respectivos textos. Esta publicação está licenciada sob a Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), permitindo a reprodução, o download e o compartilhamento total ou parcial do conteúdo, desde que a fonte seja devidamente citada, com atribuição obrigatória de autoria, e que a obra seja disponibilizada exclusivamente em Acesso Aberto (Open Access). Não é permitida qualquer forma de alteração, adaptação ou modificação do conteúdo, bem como sua disponibilização em plataformas de acesso restrito ou com finalidade comercial.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O48e

Oliveira, Camilla Vanessa Chagas Peixoto de

A educação no Pará Republicano na Revista "O Ensino" (1918-1919). / Camilla Vanessa Chagas Peixoto de Oliveira; César Augusto Castro. – São Luís: Editora Novus, 2026.

194 f.: il. color.

Publicação digital (e-book) no formato PDF

ISBN: 978-65-84364-21-9

DOI: 10.29327/5754621

1. Imprensa educacional. 2. Educação paraense. 3. República no Pará. 4. Ensino Primário. 5. Cultura pedagógica. I. Castro, César Augusto. II. Título.

CDU: 37(811.5) (091)

Elaborado por José Marcelino Nascimento Veiga Júnior – CRB 13/320

CONSELHO EDITORIAL

Dr^a Anali Linhares Lima
M.Sc. Alan Jefferson Lima de Moraes
Dr. André Leonardo Demaison Medeiros Maia
Dr^a Anna Christina Sanazario de Oliveira
Dr^a Aurea Maria Barbosa de Sousa
Dr^a Camila Pinheiro Nobre
Dr. Claudio Alves Benassi
Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua
Dr^a Claudiene Diniz da Silva
Dr. Diogo Guagliardo Neves
M.Sc. Eduardo Oliveira Pereira
Dr^a Elba Pereira Chaves
Dr. Elmo de Sena Ferreira Junior
M.Sc. Érica Mendonça Pinheiro
Dr. Fabio Antonio da Silva Arruda
M.Sc. Fernanda Tabita Barroso Zeidan
Dr. George Alberto da Silva Dias
Dr^a Gerbeli de Mattos Salgado Mochel
Dr^a Giselle Cutrim de Oliveira Santos
Dr^a Herlane de Olinda Vieira Barros
Dr^a Ivete Furtado Ribeiro Caldas
M.Sc. José Carlos Durans Pinheiro
M.Sc. Josiney Farias de Araújo

M.Sc. Julianno Pizzano Ayoub
Dr. Leonardo França da Silva
M.Sc. Lucianna Serfaty de Holanda
Dr^a Luciara Bilhalva Corrêa
Dr^a Luana Martins Cantanhede
Dr^a Maria Raimunda Chagas Silva
Dr^a Marina Bezerra Figueiredo
M.Sc. Mayanne Camara Serra
Dr^a Michela Costa Batista
Dr. Moisés dos Santos Rocha
Dr^a Priscila Xavier de Araújo
M.Sc. Ramaiany Carneiro Mesquita
Dr^a Rita de Cássia Silva de Oliveira
M.Sc. Rosany Maria Cunha Aranha
Dr. Saulo José Figueiredo Mendes
Dr^a Samantha Ariadne Alves de Freitas
Dr^a Sandra Imaculada Moreira Neto
M.Sc. Shirley Ribeiro Carvalho
Dr^a Sinara de Fátima Freire dos Santos
M.Sc. Tatiana Mendes Bacellar
Dr^a Thais Roseli Corrêa
Dr^a Thalita Karolline de Queiroz Pereira
M.Sc. Victor Crespo de Oliveira
Dr. Wellinton de Assunção
Dr. William de Jesus Ericeira Mochel Filho

Acesse www.editoranovus.com.br/corpo-editorial-2/ para conhecer os membros do Corpo Editorial

Parecer editorial e avaliação por pares

Os trabalhos que integram esta obra foram submetidos à apreciação do Conselho Editorial da Editora Novus e avaliados por pareceristas externos, por meio do sistema de revisão por pares (peer review), tendo sido considerados aptos para publicação.

Nota editorial: Trata-se de uma produção de caráter independente, na qual os direitos autorais permanecem sob a titularidade de seus respectivos autores. Eventualmente, alguns textos podem apresentar desdobramentos de pesquisas, comunicações ou trabalhos acadêmicos previamente apresentados ou defendidos, cabendo aos autores a observância rigorosa das boas práticas acadêmicas, especialmente no que se refere à prevenção do autoplágio. O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos autores, não refletindo, necessariamente, o posicionamento da Editora Novus, dos organizadores, dos revisores ou dos membros do Conselho Editorial.

PREFÁCIO

 livro, que ora chega a público, é resultado da tese de doutorado de Camilla Vanessa Chagas Peixoto de Oliveira, defendida em 2023, com o mesmo título, na Universidade Federal do Pará, sob a orientação de Cesar Augusto Castro. Trata-se de uma investigação alinhada a outras pesquisas no campo da história da educação que tomaram a imprensa periódica educacional como objeto e fonte de análise, numa tradição historiográfica em educação que remonta aos anos 1980, com o trabalho seminal de Denice Barbara Catani. Devidamente referenciada, esta produção histórico-educacional concede o amparo teórico e metodológico ao estudo que elege a revista *O ensino* como foco, escrutinando os 15 exemplares publicados entre 1918 e 1919, no Pará.

Organizado em cinco capítulos, o livro mergulha no processo de produção do periódico, com atenção a seus aspectos gráficos e materiais, bem como interroga-se sobre a recepção da revista, identificando os leitores presumidos, autores e responsáveis pela curadoria editorial, de modo a compor um mosaico das redes estabelecidas na composição e circulação do impresso. Debruça-se, ainda, sobre os conteúdos veiculados, evidenciando a preocupação do periódico com a educação estética, higiênica e moral da infância, seu interesse em orientar o professorado paraense quanto aos métodos de ensino para a instrução primária, no seio de um projeto educacional modernizador, alicerçado em uma concepção republicana de cidadania.

Ao perscrutar os dispositivos textuais e imagéticos da revista *O ensino*, Camilla Oliveira preenche uma lacuna sobre a história da educação paraense e fornece elementos para melhor compreensão do passado da escola primária no estado do Pará. Nesse sentido, contribui para pluralizar o conhecimento construído pela história da educação brasileira, deslocando o olhar dos eventos ocorridos nas regiões sul e sudeste, de modo a contemplar iniciativas emergentes na região norte, e impulsionando a produção historiográfica local.

Talvez este seja o maior mérito da presente obra, convidar o leitor ou leitora para enfronhar-se nas especificidades da discussão educacional ocorrida no Pará e interrogar-se sobre sua semelhança e diferença com o que aconteceu nos outros estados brasileiros na mesma época. Aos docentes em história da educação, o livro permite alargar a palheta de exemplos históricos, alertando para a diversidade do processo educacional brasileiro. Em todos estes casos, a investigação trazida a luz estimula a reflexão sobre a multiplicidade de experiências e investimentos que a educação republicana comportou.

Que seja uma leitura prazerosa, tanto quanto é instrutiva!

São Paulo, 22 de maio de 2026

Diana Gonçalves Vidal

APRESENTAÇÃO

A obra *A Educação no Pará Republicano na Revista “O Ensino” (1918-1919)* é resultado de uma pesquisa histórica e documental que analisa o papel da imprensa pedagógica na consolidação do ideário educacional, durante o início da Primeira República no Pará. O livro tem como foco central a revista “O Ensino”, publicada entre 1918 e 1919, e busca compreender como esse periódico contribuiu para a formação de professores, a circulação de saberes pedagógicos e a construção de uma nova mentalidade educacional alinhada aos valores republicanos.

A obra está organizada em capítulos que abordam o contexto político, social e econômico do Pará, na Primeira República. No primeiro capítulo, *A Imprensa Periódica Educacional: possibilidades na escrita da História da Educação paraense*, introduz o papel da imprensa pedagógica, especialmente a revista “O Ensino”, como fonte e objeto de estudo para a História da Educação no Pará. Nesse contexto, destaca a importância dos impressos como instrumentos de (in) formação para professores e como agentes de transformação social, política e cultural. Apresentando o contexto da pesquisa, os objetivos do estudo e a metodologia adotada para analisar os discursos sobre educação e instrução primária presentes na revista.

No capítulo, *O Panorama da República no Pará*, analisa-se o contexto político, social e econômico do Pará durante a Primeira República. Aborda a cidade de Belém, o governo de Lauro Sodré e as transformações provocadas pela crise da borracha e como o ideário republicano e as reformas educacionais buscavam modernizar a sociedade paraense, enfrentando desafios como o analfabetismo e a necessidade de investir em educação popular.

O terceiro capítulo, *O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura (1918-1919)*: processo de produção explora a materialidade da revista “O Ensino”: sua produção, circulação, formato, periodicidade, capas, sumário, ilustrações e propagandas. Detalha o papel do Instituto Lauro Sodré na impressão e encadernação da revista, o envolvimento de alunos e professores, e a função da revista como guia pedagógico para professores do ensino primário. Destaca a estética editorial e o simbolismo presente nos elementos gráficos.

Em “A Estética da Recepção da Revista e sua Circularidade” tratamos da circulação da revista e no perfil dos leitores, tanto na capital quanto no interior do Pará. Analisa-se a equipe editorial, composta por professores e intelectuais alinhados ao ideário republicano. O capítulo mostra como a revista era lida por um público majoritariamente docente e como funcionava como espaço de debate e formação de opinião sobre práticas pedagógicas e valores sociais.

O último capítulo, “O Ensino” como Espaço de (In)formação Pedagógica: as representações sobre a educação e instrução para o Ensino Primário no Pará republicano, analisamos os discursos e representações sobre educação e instrução presentes na revista. Destacam-se temas como a modernização do ensino, a higiene escolar, o civismo, os métodos pedagógicos, a moralização e a formação do cidadão republicano. Mostra como a revista servia de manual para professores, trazendo modelos de lições, poesias, canções e peças teatrais, além de discutir a importância da escola como espaço de formação integral.

Por fim, nas considerações finais, retomamos os principais achados da pes-

quisa, ressaltando o papel da revista “O Ensino”, como dispositivo de intervenção cultural e política na consolidação da educação republicana no Pará. Destacando a importância da educação e da instrução como práticas fundamentais para a modernização e civilização da sociedade, e o papel do professor como agente de transformação social.

Desse modo, entendemos que esta obra é fundamental para pesquisadores, professores e interessados na História da Educação, pois revela como a imprensa pedagógica foi utilizada na condição de ferramenta de intervenção cultural e política, promovendo a circulação de ideias e a normatização das práticas escolares. Ao contextualizar o cenário político e social da época, o livro contribui para a compreensão da construção da Educação republicana no Pará e no Brasil, destacando o papel dos impressos na formação de identidades, valores e práticas docentes.

Belém , 01 de agosto de 2026

Camilla Vanessa Chagas Peixoto de Oliveira

Cesar Augusto Castro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	10
A IMPRENSA PERIÓDICA EDUCACIONAL: possibilidades na escrita da História da Educação paraense	
1 INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 2.....	23
O PANORAMA DA REPÚBLICA NO PARÁ	
2.1 A cidade de Belém do Pará.....	24
2.2 O contexto da República no Pará	29
2.3 Aspectos políticos relevantes do governo Laurista.....	39
CAPÍTULO 3.....	42
O ENSINO - REVISTA MENSAL DE PEDAGOGIA E LITERATURA (1918-1919): processo de produção	
3.1 A revista <i>O Ensino</i> dada a ler	44
3.2 Os aspectos gráficos e materiais da revista: paginação, periodicidade, formato, capas, sumário e propagandas.....	48
3.1.2 As Ilustrações e os ornamentos	62
CAPÍTULO 4	68
A ESTÉTICA DA RECEPÇÃO DA REVISTA E SUA CIRCULARIDADE	
4.1 A circulação e seus leitores.....	69
4.2 A equipe redacional	79
CAPÍTULO 5.....	97
“O ENSINO” COMO ESPAÇO DE (IN)FORMAÇÃO PEDAGÓGICA: as representações sobre a educação e instrução para o Ensino Primário no Pará republicano	
5.1 Folheando a revista: instruir e educar para ser republicano	101
5.2 Inculcando novos saberes: higienizar, moralizar e modernizar o homem do futuro.....	104
5.3 Métodos a seguir: ideias e processos de ensino para a instrução primária paraense.....	118
5.4 As funções das poesias, das canções infantis e das peças teatrais nas páginas de <i>O Ensino</i>	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
REFERÊNCIAS	135
ANEXO A	145
Canção infantil “Ninguém se iluda!”, poesia de Pereira de Castro junto à partitura musical	145
Comédia Infantil, por José de Carvalho	150

Tabulação da Revista O Ensino (1919)	155
--	-----

APÊNDICE A	156
-------------------------	------------

REVISTA N° 07 JANEIRO DE 1919	156
-------------------------------------	-----

REVISTA O ENSINO N° 08 FEVEREIRO 1919	161
---	-----

REVISTA N° 09 e 10 MARÇO E ABRIL 1919	165
---	-----

REVISTA O ENSINO N° 11 MAIO 1919	169
--	-----

REVISTA O ENSINO N° 12 JUNHO 1919	172
---	-----

REVISTA O ENSINO N° 13 E 14 JULHO E AGOSTO	178
--	-----

REVISTA O ENSINO N° 15 SETEMBRO 1919	183
--	-----

AUTORES	190
----------------------	------------

ÍNDICE REMISSIVO	191
-------------------------------	------------

O ENSINO

I

**A IMPRENSA PERIÓDICA EDUCACIONAL:
possibilidades na escrita da História da
Educação paraense**



1 INTRODUÇÃO

A produção deste livro direcionou-se em analisar os discursos que circularam no impresso educacional *O Ensino* – Revista mensal de Pedagogia e Literatura (1918-1919) como instrumento de formação pedagógica dirigido em particular aos professores do estado do Pará e, de modo secundário para o coletivo, que visava à educação como debate para o progresso social e intelectual, bem como o investimento para os interesses do setor fabril.

Apresentamos a Revista como um dispositivo cultural, que nos propõe múltiplas propostas de análises, já que nela podemos contemplar diversos recursos gráficos, que, de certa maneira, qualificavam o valor estético do impresso e a afirmação de ideias, tais como: formas de textos, de desenhos, de núcleos, entre outros suportes para transmitir informações, que funcionavam como estratégias, com a especificidade de formar novas concepções direcionadas ao campo educacional na busca do engendramento de uma nova, não esquecendo o seu papel representativo no processo de formação de professores, seja de confronto, seja de consenso social.

Com base nessas multiformes justificativas, elegemos a Revista como fonte e objeto de estudo, empreendendo a investigação para uma reflexão inserida no campo da História da Educação e do estudo da imprensa educativa, aliados ao campo político, social e cultural paraense na Primeira República.

O objetivo central deste estudo foi racionalizado por meio dos entendimentos expostos nos discursos sobre Educação e Instrução Primária do Estado do Pará, no período de 1918-1919, que foram pautados perante os ideais do governo do Estado para legitimar a ordem republicana vigente. Por esse olhar, para construirmos o pensamento mais específico a esta pesquisa, foi necessário apoiar o estudo nos aspectos relacionados à materialidade da Revista¹, o que implica conhecer os processos de produção e de circulação do periódico, além de identificar as temáticas que efetivaram a legitimidade das concepções de educação e de instrução para o Ensino Primário. Vale ressaltar, que o material de suporte foi moldado a partir de uma proposta velada, de forma planejada, pelo corpo editorial do impresso, contudo é imperativo considerar as transformações editoriais e as permanências, somando isso a novas inclusões de ideias. Então, esses fatores foram científicos para atingir a construção de novos pensamentos e a aquisição de práticas culturais, que eram por eles impostas. Logo, a produção de sentido, por meio dos recursos aplicados na Revista, manifestou-se como outro agente otimizador que habilitou o leitor ao convencimento para engendrar novas práticas. Para tanto, os impressos² em geral – jornais e revistas – são meios de comunicação capazes de transformar uma sociedade, deixando de serem instrumentos comuns de informação para ocupar uma categoria diferente, que neste estudo tem a função de (in)formação para professores paraenses.

É de extrema importância entender que, no período de circulação da Revista (1918-1919), o cenário político vivenciado era o segundo governo do político e militar paraense Lauro Nina Sodré (1916-1919). Sendo assim, a revista *O Ensino*

1 Na construção textual, ao nos reportarmos ao documento pesquisado, utilizaremos a revista *O Ensino* quando formos tratar do periódico.

2 Pallares-Burke (1998, p. 145) sinalizam que a imprensa possui “um currículo oculto que dissemina e organiza informações, cria valores, atitudes e ideias sobre uma multiplicidade de temas e, pois, quer queiram ou não, influenciam seus leitores, ouvintes e espectadores”.

(1918-1919), que foi delimitada para produção deste estudo, assumiu uma posição particular de intervenção cultural com a potencialidade de educar o público.

Nesta investigação, o impresso educacional é guiado pelas pesquisas oriundas dessa natureza, como o livro “Educação em Revista” organizado por Denice Catani e Maria Helena, que apresentam os impressos de ensino a serem analisados como:

[...] um guia prático de cotidiano educacional e escolar, permitindo ao pesquisador estudar o pensamento pedagógico de um determinado setor ou de um grupo social, contudo o discurso ali aplicado defronta temas frequentes em debates, que circulavam dentro e fora do ambiente escolar, mas que se relacionam com a constituição de novas práticas e valores (Catani; Bastos, 1997, p. 5).

No livro, as pesquisadoras mencionam autores estrangeiros que desenvolveram estudos sobre a temática exposta, dentre eles: Pierre Ognier, Pierre Caspard e António Nóvoa. Ognier afirma que a imprensa de educação e ensino “é um *corpus* documental de vastas dimensões, pois se revela um testemunho vivo de métodos e concepções pedagógicas de uma época e da ideologia moral, política e social de um grupo profissional” (Ognier, 1984 *apud* Catani; Bastos, 1997, p. 5).

Mediante essa perspectiva, a equipe editorial da revista *O Ensino* (1918-1919) defendeu e estabeleceu concepções bem aliadas à elite e às autoridades que administravam o estado do Pará por meio de discursos de orientação educativa sobre a Educação e instrução para o Ensino Primário na sociedade.

A República ampliou a noção de Educação liberal que antevia “libertar-se” da ignorância, por meio da Educação do homem com vistas às Ciências Sociais. O período republicano foi o novo arquétipo a ser seguido, ou seja, o eixo balizador que alargaria a emancipação do povo por meio da Educação. Dessa maneira, tornar-se-ia um bem público e necessário para a divulgação dos valores republicanos e da consolidação do novo regime político (França, 2004).

A era de transição, dos oitocentos para os novecentos, que foram vivenciados no início da República, foi um período expressivo devido às transformações que marcaram a história da brasileira, no intuito de inaugurar a expansão da modernidade, que estava associada ao crescimento das relações capitalistas, as quais redefiniram o âmbito social, econômico, político, educacional e cultural para o Brasil (Farias, 2016).

Em virtude disso, diversas práticas foram disseminadas para a consolidação do ideário republicano, como o liberalismo e o positivismo, concepções que se apresentavam como a cura dos males sociais, da incivilidade, da ignorância, da imoralidade, dos comportamentos impatriotas e da insalubridade. Para que se conseguisse construir uma nova identidade nacional, houve a necessidade de investir em políticas governamentais a favor da Educação no Brasil.

É indispensável enaltecer os investimentos na Educação popular paraense instaurados pelo intelectual paraense José Veríssimo³ que preconizaram “os primeiros esforços para erguer o nível do ensino ao advento da República” (Meira, 1981, p. 266). Por outro lado, também acreditava-se na emancipação da sociedade rumo ao progresso, diretamente influenciada pelos modelos europeus de civilização e cultura, engendrando uma mentalidade pautada nas ideologias adeptas ao positivismo (“Ordem e Progresso” pelo poder científico), pois entendia-se que o governo poderia mudar o destino social ao importar suas leis subsidiadas pelo desenvolvimento da ciência, principalmente por meio da Educação e da Medicina.

A imprensa periódica educacional infundiu os princípios do ideário republicano que se instalaram no Pará. Para pensar a Educação nesse sentido, devemos compreender que havia uma missão de moldar a infância, que viveria uma nova era, tão esperada para expandir e transformar o futuro do país. O sujeito criança, que aqui chamamos de pré-cidadão, estava pronto para ser edificado e esse primórdio foi considerado o momento de incutir nele os valores republicanos vigentes. Esse reconhecimento parte da conceituação de que a condição da natureza infantil era “pura” e intacta, isto é, a forma mais eficiente para esculpir o intelecto e torná-lo um homem, e o homem do futuro, recorrendo à Educação e à instrução.

Atender às necessidades do país era pôr a Educação como um desafio, já que se travavam os dilemas diante de uma sociedade enraizada pelo analfabetismo, pelos maus hábitos e pela evasão estudantil em grande escala. A prioridade em investir sem dúvidas no avanço estava na veracidade da junção da Educação e da Medicina, entreposta na escola primária: “a crença na higienização e no saneamento compôs a representação de uma sociedade moderna e civilizada, [...] [e] governável [que] precisaria desinfetar o espaço físico da cidade e o corpo [e a mente] de seus cidadãos” (Coelho, 2008, p. 6).

Havia uma preocupação de reordenar não somente o espaço urbano, mas também a mentalidade do povo, concentrando seus esforços ainda na infância, no sentido de regenerar mente e corpo. Assim, fundamentar o Ensino Primário nos novos padrões sociais assentava-se no objetivo de educar e instruir o ser no seu estado “embrional”, capaz de ser modificado para qualquer finalidade desejada, pois, nessa fase da vida, o infante estava livre de qualquer tipo de mal-costumes.

A obra narrada por Napolitano (2017) *História do Brasil República*, corrobora o que estamos a argumentar. Nela, o autor discute aspectos da consolidação do período republicano no país, em especial a vida cultural e a modernidade que, de certa maneira, foram influenciadas pelas ações intelectuais e pelo poder da ciência na busca pela terra saneada, a fim de superar as práticas culturais herdadas do passado, tais como: “a ignorância das elites; a miséria e o fatalismo das classes populares; [...] as estruturas políticas e econômicas arcaicas” (Napolitano, 2017, p.

3 Poeta, professor e crítico literário paraense. De acordo com Oliveira, apesar de se opor veementemente à Proclamação da República, José Veríssimo, em 1890, foi nomeado o primeiro diretor republicano da Instrução no Pará, pelo então secretário José Paes de Carvalho, no governo de Justo Chermont. No entanto, são consideradas de fundamental importância as reformas educacionais promovidas em sua gestão (Oliveira, 2018, p. 46). Por meio do pensamento de José Veríssimo, pode-se anteciper como os agentes da Educação na Primeira República difundiram discursos em prol do movimento de valorização da pátria através da educação, que deveria se estender a todos os estratos da sociedade. Sendo assim, a Educação se encontrava em momento de valorização e de integração com a infância, por meio desses e de outros discursos em prol de uma sociedade moderna e civilizada (Oliveira, 2018, p. 46).

42). A narrativa, solidifica a afirmação dos discursos da revista *O Ensino*, com o intuito de salvaguardar o novo arquétipo social a ser adotado.

A outra contribuição que tonifica esta explanação é divulgada pelo historiador paraense William Gaia Farias, em *A Construção da República no Pará* (1886-1897), livro em que analisa o processo de transição do regime político ocorrido no final do século XIX e investiga as disputas político-partidárias pelo controle da República no estado do Pará, que foram mapeadas na leitura e na análise de jornais vinculados aos partidos políticos republicanos (Farias, 2016). O autor evidencia que a República no Pará se interiorizou nas condições do seu tempo, isto é, como qualquer disputa política, tendo seus impasses e conflitos. Na concepção de Farias (2016), os jornais são meios de comunicação que informam e formam opiniões, divulgam propostas políticas, constroem possibilidades de transformação, entre outras funções que somam e agregam valores aos seus leitores. Posto isso, é possível reconhecer que a imprensa periódica das revistas pedagógicas possui uma funcionalidade semelhante, ou seja, o que era veiculado tinha uma proposta educativa, e por que não dizer “política”? Ou seja, tudo que está disposto na sua estrutura material não é de maneira neutra. Por isso, é importante frisar que nelas circulavam discursos específicos e, na época em que foram produzidos, foram vistos como “descritores eficientes difusores de luz que propagavam ideologias pela sociedade como indispensáveis instrumentos de progresso” (Pallares-Burke, 1998, p. 147).

Amparar as justificativas esclarecidas até então nos oportuniza definir a imprensa periódica educacional como um “documento”, que é a porta de acesso para um objeto a ser estudado. Quando atribuímos à imprensa o aporte de documento, é porque nela se manifestam os vestígios do passado mobilizados para dada investigação, que, por essa razão, exerce o papel de escrever a história.

Averiguar documentos históricos condiz com um trabalho rigoroso e sistemático, no sentido de compreender tais narrativas como verdades absolutas, e seguir o olhar desafiador de alerta em cismar com que está ali proposto. Sob esta presunção, o historiador Michael de Certeau (1982), diz que a “A operação historiográfica” esclarece suas concepções sobre a especificidade da história e, consequentemente, o *métier* do historiador exerce a função na atividade peculiar de trabalhar com a escrita da história, entrevendo novas possibilidades de estudo e mantendo distância em ser o detentor da verdade. Segundo o autor, é preciso dar voz ao que ainda não foi dito, preocupação que também deve orientar o historiador da educação, o qual necessita adotar o mesmo cuidado e atenção na construção de sua pesquisa, em suas narrativas e em seus debates.

É dever do historiador ler a fonte e decodificar o que está posto sobre ela, e não limitar sua atividade em resumir documentos, mas criar uma narrativa para compreender o que está escrito neles e como está escrito, visto que a história é uma narrativa a partir da âncora que é a fonte.

Perante o exposto, Chartier (2004), em uma entrevista com Isabel Lustosa em 16 de setembro de 2024, expõe que os historiadores estabelecem uma ordem sequencial, mas que devem sempre haver cautela simultânea à concepção de temporalidade, ou seja, um fato ou uma causa, provém de um evento, que se funda dentro de um espaço e tempo e o historiador materializa tais apontamentos por meio da narrativa. Porém não se trata de um exercício simples, muito pelo contrário, dosar a distância e defender-se de uma narrativa falando de verdade absoluta diante das fontes, muitas vezes se torna uma prática complexa e inse-

gura, quando não é vista com este olhar. Portanto, a necessidade da narrativa é substancial, não podemos nos eximir dela, o que implica perceber que: “a escrita da História por si mesma, pela maneira de articular eventos, pela noção da causalidade, trabalharia sempre com a mesmas estruturas e com as mesmas figuras de uma narrativa de ficção (Chartier, 2004).

A arte de escrever/narrar é a expertise do pesquisador e, com certeza, o historiador transforma documentos em fontes e, conseqüentemente, produz narrativas. Por outro lado, uma vez confrontadas, essas narrativas guardam o potencial para a problematização do passado a partir do questionamento feito. Sob esse prisma, criticar o periódico não é uma tarefa fácil, o importante é compreendê-lo “como força social ativa [que] propõe uma reflexão sobre sua historicidade e cada conjuntura estudada” (Cruz; Peixoto, 2021, p. 253). Isso significa que operar essa tipologia documental requer a articulação do campo de lutas sociais que foi produzida com ampliação da visão e da percepção prioritária de que ela tinha uma função social ativa em uma dada sociedade. Pensando nisso, é válido questionar: Qual o potencial que um periódico atinge e que autoridade ele assume na sociedade?

Nesse sentido, entendemos que o periódico educacional é um dispositivo de poder, um canal de difusão de circulação de ideias que tem uma disposição e diagramação específica (estratégia), endereçando suas articulações a um público exclusivo, com um projeto editorial/gráfico próprio, o qual reforça as vinculações com o público formado pelos grupos sociais essenciais que desejam atingir. Assim, todo documento é um suporte de prática social e, por esse motivo, se posiciona em um lugar social relativamente à história que o constituiu.

Ao nos debruçarmos sobre o periódico (fonte), entendemos, como Rodrigues e França (2010), que todo documento histórico possui uma forma material, um conteúdo e os objetivos de quem os produziu e daqueles que o leem e o interpreta. Os referidos autores esclarecem que é necessário conhecer a história desse documento e, assim, procurar investigar as condições que ele foi produzido, principalmente através dos conteúdos que abordam. Portanto, é preciso estar vigilante ao examinar uma fonte, já que nenhum documento é considerado neutro.

A partir desses diálogos e percepções, coletamos a revista *O Ensino* no acervo documental (obras raras) da Fundação Cultural do Estado do Pará (FCP) – Biblioteca Pública Arthur Vianna, na cidade de Belém do Pará, e decidimos explorar e analisar esse periódico (fonte), a fim de produzir conhecimentos para a História da Educação no Pará como um corpus da investigação. A pesquisa com a imprensa pedagógica⁴ exige executar um trabalho meticuloso, mas exequível, por ser um material guarnecido de historicidade que dialoga com contextos socioculturais próprios, visto que, a revista não se apresenta como um objeto em associação com o mundo. Se ela é um produto cultural feito pelo homem, os textos e todos os suportes nela veiculados, fazem parte de um processo histórico, já que envolvem as concepções dos homens que ocuparam um lugar na história

4 Velázquez Castellanos e Castro (2021, p. 293) garantem que o estudo da imprensa periódica, em qualquer campo é imperativo para o conhecimento da sua movimentação e trajetória para a identificação das ideias dominantes que a circundam em determinado período e dos autores, editores ou lideranças mais produtivos ou com mais poder de atuação, segundo o lugar de pertencimento, formação e projeção política, dentre outros aspectos possíveis de investigação, face às riquezas de contribuições discursivas advindas deste tipo de material, que evidenciam a fertilidade dessa documentação e das pesquisas que a tomam como fonte e/ou objeto.

de dada sociedade e registraram suas produções intelectuais na publicação de textos na imprensa. Apresentamos a revista *O Ensino*, como fonte documental, e compreendemos que quanto mais explorada, folheada, lida, anatomizada, escavada, esquadrinhada, espionada, mais essa fonte tem algo a relevar ao pesquisador. No quadro 1, exibimos o material coletado para a análise.

Quadro 1. Periodicidade da revista *O Ensino* – de pedagogia e literatura (1918-1919).

Mês	1918/Anno I	1919/Anno II
janeiro	x	Nº 07
fevereiro	x	Nº 08
março	x	Nº 09
abril	x	Nº 10
maio	x	Nº 11
junho	Nº 01	Nº 12
julho	Nº 02	Nº 13
agosto	Nº 03	Nº 14
setembro	Nº 04	Nº 15
outubro e novembro	Nº 05	x
dezembro	Nº 06	x

Fonte: Autores da pesquisa (2021).

Os dados no quadro 1 são referentes à revista *O Ensino*, que publicou seis edições que circularam no ano de 1918 (ANNO I): nº 01 junho, nº 02 julho; nº 03 agosto; nº 04 de setembro; nº 05 outubro e novembro; e nº 06 dezembro. Por conseguinte, continua a ser publicada com os seguintes números em 1919 (ANNO II): nº 07 janeiro; nº 08 de fevereiro; nº 09 de março; nº 10 de abril; nº 11 maio; nº 12 de junho; nº 13 de julho; nº 14 de agosto; e nº 15 de setembro. Para melhor compreensão, dividimos o quadro 1 em três colunas que indicam os meses de publicação e duas colunas referentes aos anos de circulação. Além disso, colocamos um “X” para indicar os meses nos quais não houve publicação no período.

As revistas especializadas⁵ em educação, eleitas para este estudo, são compreendidas como produtos de uma cultura do Pará republicano, que fizeram circular e ganharam ideias de destaque sobre temáticas educacionais específicas sobre os discursos que predominaram o campo da ideologia política, da conjuntura social, econômica, educacional e cultural. Para tanto, Caspard (1993) afirma que a imprensa de Educação e ensino possibilita:

[...] escrever a história da educação de um outro modo menos centrado no papel do Estado ou dos grandes pedagogos e mais atento à riqueza das iniciativas locais, institucionais, ideológicas, sócio-profissionais e também ao atendimento de expectativas de vez que, diferentemente do livro, a imprensa periódica é uma mídia interpretativa na orientação da qual os leitores participam de um modo ou de outro, quer escrevendo para ela, quer assinando-a ou deixando de fazê-lo (Caspard, 1993 *apud* Catani, 1996, p. 17).

5 As revistas especializadas em educação, no Brasil e em outros países, de modo geral, constituem uma instância privilegiada para a compreensão de modos de funcionamento do campo educacional enquanto fazem circular informações sobre o trabalho pedagógico e o aperfeiçoamento das práticas docentes, o ensino, reivindicações da categoria de magistério e outros temas (Catani, 1996, p. 117).

No caso desta pesquisa, a revista pedagógica ocupa o lugar da investigação, e entendemos que ela deve ser avaliada e compreendida de forma integral, sem o isolamento de textos do suporte original no qual ela foi publicada. Como exemplos, citamos os “poemas”, ou seja, o pesquisador deve se manter distante da interpretação antecipada, de que aquela ou outra informação e gêneros textuais distintos devem ser considerados desnecessários de ser lidos.

Os textos de cunho literário são comuns nos periódicos educacionais e, muitas vezes, de imediato, não são considerados informações relevantes nos discursos neles emitidos. A polifonia de texto não está presente de forma neutra, ingênua e sem funcionalidade, mas diante de uma intenção, garantindo um posicionamento perante o leitor (Ginzburg, 2007).

Assim, examinar criteriosamente a fonte – aqui representada pela revista pedagógica – é estabelecer um modo de olhar e interrogar o que se investiga de frente a uma realidade do espaço e do tempo. Segundo Nunes e Carvalho (2003), deve-se considerar a nova historiografia e materialidade das práticas, dos objetos e dos seus usos, pois são elas que dão suporte mais sólido a uma história cultural dos saberes pedagógicos interessada no processo de difusão e imposição desses saberes e nas materialidades das práticas que deles se apropriam (Nunes; Carvalho, 2003).

É inegável decodificar como Chartier (1987), que entende a realidade distante de um dado objeto que, sabiamente, explana que tudo é resultado da prática do homem. Os textos, os saberes, a subjetividade e a cultura não possuem um sentido unilateral, uma vez que sempre estão em um movimento a ser descoberto, de outras maneiras e sob outras lentes. A fonte documental não pode ser lida desacompanhada de subjetividade, porque é resultado de práticas sociais produzidas por sujeitos enraizados de sentidos culturais tecidos ao longo do processo e das experiências com o mundo e com os outros. Por esse motivo, deve-se ler um documento a partir da sua contextualização, em um lugar e em um tempo histórico, uma vez que todo o emaranhado sociológico deve ser examinado.

Operamos nesta pesquisa, adotando o conceito de Barros (2012, p. 408) quando desvela “que é o fazer historiográfico sobre o fato que o historiador desenvolve esta atividade a partir de uma posição específica de uma inscrição em uma sociedade e, com relação à questão que lhe era mais cara de certo lugar nacional”. O autor acrescenta que a consciência histórica prossegue de maneira cada vez mais afirmativa através do século XX, com a contribuição de Marc Bloch (2002), Lucien Febvre (1953) e de inúmeros historiadores do movimento dos *Annales*⁶.

A imprensa periódica educacional atinge um campo plural nas pesquisas

6 O melhor inventário das posições historiográficas de Febvre é apresentado pelo próprio historiador em um dos textos, posteriormente incluído em *Combates pela História* (1953), intitulado “Viva a História” (1941). Aqui aparece pela primeira vez a posição de Febvre com relação ao estatuto epistemológico da história, que seria “estudo cientificamente elaborado sobre as diversas atividades e criações dos homens de outros tempos”. A cientificidade da história, portanto, relaciona-se à condução metodológica. Também aparecem nesse texto as contumazes críticas contra a erudição inútil e, principalmente, contra a história exclusivamente política dos historiadores historizantes. O texto também deixa entrever que, apesar de o subtítulo da *Revista dos Annales*, que reivindica uma História Econômica e Social, a proposta de Lucien Febvre não é priorizar o Econômico em detrimento de outros campos, como o dos modos de pensar e de sentir. Por fim, fazem-se presentes a inevitável referência à interdisciplinaridade e a menção à expansão documental para além das fontes escritas (FEBVRE, 1953, p. 18-33). O movimento dos *Annales* caracteriza uma mudança na historiografia francesa que Peter Burke caracterizou como uma “revolução historiográfica”, em que os historiadores dos *Annales* protestaram na forma da escrita da história inculcada da mentalidade rankeana (positivista) (BURKE, 1992, p. 10).

que se destinam a elucidar vozes acerca de inúmeras temáticas. Elas são carregadas de tipologias textuais específicas de cada público, por exemplo, a presença das imagens no impresso, entre outras singularidades na sua produção e edição. Ao seguir as orientações de Catani (1996), admite-se que as pesquisas com periódicos podem contribuir de forma ampla no entendimento da “vida escolar”, além de fazer compreendermos as ações dos atores educativos e das normas, das práticas pedagógicas de uma dada época, dos discursos sobre a ideologia moral, da política e social dos sujeitos históricos, valorizando, assim, a cultura escolar. Nos parâmetros dessas investigações, a imprensa educacional, como “corpus de vastas dimensões”, testifica concepções acerca da cultura escolar designada a orientar a prática pedagógica dos professores, no sentido de guiar seu ofício, oferecendo um suporte com conteúdos específicos e (in)formações para quem os lê.

Acrescentamos que o estudo com periódicos têm ocupado lugar nas pesquisas em vários países. Sobre isso, Pierre Caspard, coordenador na França da *La Presse d'éducation et d'enseignement, XVIII siècle 1940*, traz para discussão o papel da formação do professor por meio de revistas de ensino. António Nóvoa (1993), da Universidade de Lisboa, considera a imprensa especializada o melhor meio para aprender a multiplicidade do campo educativo e corrobora, em suas pesquisas, que o impresso especializado é um núcleo informativo capaz de traduzir minuciosidades sobre os debates e os anseios do projeto educativo da sociedade, por isso, considera o *corpus* essencial para a História da Educação, assim como para construir novas compreensões da cultura pedagógica e escolar.

Para Nóvoa (1993), a imprensa especializada é reveladora de múltiplas facetas dos processos educativos em relação ao funcionamento interno do sistema de ensino, dentre eles cursos, programas, currículos, bem como o papel da família, entre outras instâncias de socializações das relações humanas, produzidas pelos atores sociais (professores, alunos, pais, associações e instituições) (Nóvoa, 1993). Citamos também que outros investigadores bem como Ana Maria Bandeira de Mello Magaldi (2008), Denice Barbará Catani (2002), Maria Helena Camara Bastos (2002), Tânia Regina de Luca (2006), Maurilane de Souza Biccas (2008), entre outros, têm desenvolvido trabalhos sobre a imprensa, o que mostra a importância do desenvolvimento dessas pesquisas, inferindo, então, que há uma influência da produção internacional para o fomento das pesquisas nacionais, além de colaborar com as novas dimensões do âmbito educacional no Brasil.

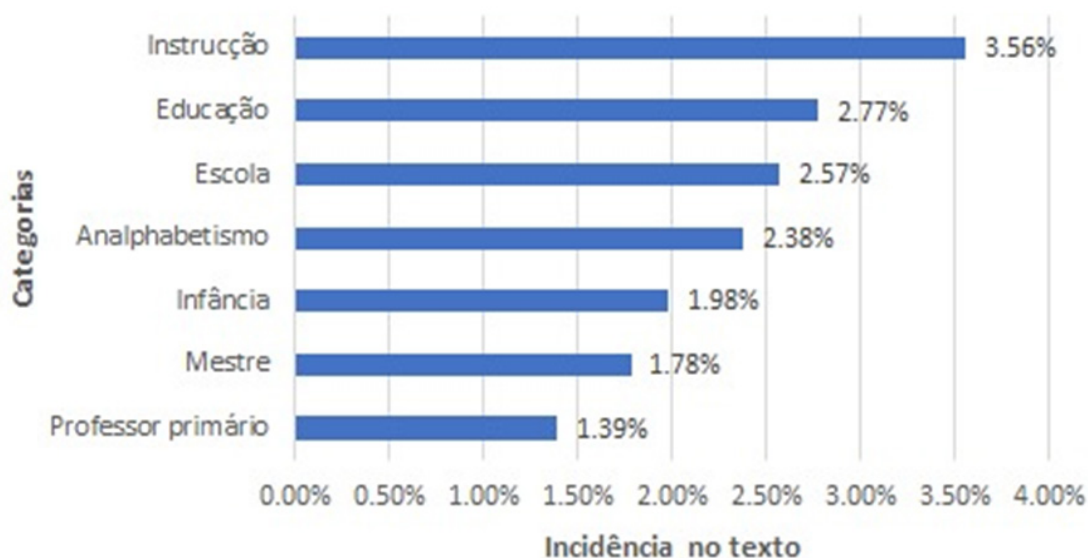
Ao estruturarmos a pesquisa, partimos de uma concepção: *O Ensino – Revista mensal de pedagogia e literatura* foi um periódico capaz de promover uma circulação de saberes persuasivos (valores, normas, condutas etc.) acerca da educação e instrução no Pará republicano nos anos de 1918 e 1919. Por conseguinte, problematizamos: Em primeiro lugar, quais os saberes acerca da Educação e instrução que circulavam na revista *O Ensino (1918-1919)* para o Ensino Primário no Pará? E como questões norteadoras: (a) Quem eram os produtores e leitores da revista *O Ensino (1918-1919)*? (b) Qual a finalidade das temáticas relacionadas à Educação e à instrução para o Ensino Primário na revista *O Ensino (1918-1919)*? (c) Que concepções e debates sobre Educação e instrução eram publicadas em *O Ensino (1918-1919)* destinadas ao Ensino Primário no Pará?

Sendo assim, definimos como caminho investigativo um objetivo geral e três específicos: analisar os discursos que circulavam acerca da educação e instrução para o ensino primário no Pará republicano. De forma particular: a) descrever o processo de produção e circulação da revista; b) identificar as finalidades

das temáticas relacionadas à educação e à instrução para o ensino primário republicano; c) analisar as representações sobre educação e instrução publicadas na revista.

No decorrer da pesquisa, realizamos um entrecruzamento das temáticas com as palavras de efeito recorrentes nos periódicos, as quais apontam relevância para o desenvolvimento do estudo sobre Educação e instrução para o Ensino Primário paraense. Portanto, os textos levam a entender a importância dessas categorias como cerne central da discussão, no sentido de nos fazer compreender o porquê da difusão desses enunciados por meio da imprensa periódica.

Gráfico 1. Tabulação da revista *O Ensino – de pedagogia e literatura* (1918-1919).



Fonte: Autores da pesquisa (2021).

Posto isso, realizamos uma tabulação do periódico em análise, que gerou **618** categorias, as quais foram indexadas novamente entre palavras similares e de sentidos próximos, o que resultou em um total de **505** verbetes. Depois, identificamos as maiores incidências nas seguintes categorias: *instrução*, 3,56%, *educação*, 2,77%, *analfabetismo*, 2,38%, *escola*, 2,57%, *mestre*, 1,78%, *infância*, 1,98%, e *professor primário*, 1,39%, as quais subsidiaram o entendimento para o desenvolvimento desta pesquisa, porém optamos por fundamentar o estudo acerca dos conceitos de Educação e instrução.

Avaliamos a revista *O Ensino* a partir da sua materialidade física, que versa sobre a perspectiva ideológica, cultural e epistemológica com as construções discursivas no interior de sua estrutura. Sendo assim, nota-se que (Toledo; Skalinski, 2012, p. 261) a “periodicidade, a apresentação física, bem como da estruturação e a especialização do conteúdo, por exemplo, são critérios fundamentais para a definição da modalidade do periódico e devem ser empregados pelo historiador” da temática que se deseja extrair do periódico, além de outros recursos editoriais. Isso porque, o formato e a seleção dos textos do impresso garantem uma gama de debates e possibilidades a respeito do direcionamento ideológico.

Nessa visão, é indispensável discutir a materialização das práticas dos homens vinculadas às questões culturais, sob a perspectiva da Nova História Cultural⁷ (NHC), uma vez que nela alicerçam-se interpretações sobre os fenômenos sociais, políticos e econômicos, os quais se deslocam e estão presentes nas experiências e vivências do homem como produtor e receptor de cultura. Nesse intuito, “a Nova História começou a se interessar por toda atividade humana, [pois] tudo tem História” (Burke, 1992, p. 11), outrora, “o que era previamente considerado imutável, é agora encarado como uma ‘construção cultural’ sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço” (Burke, 1992, p. 82).

Nesse eixo, tratamos a pesquisa a partir de Chartier (1991), que adota as ideias desencarnadas das práticas, isto é, não desassocia o objeto e a materialidade (revista) dos agentes que os produziam e de suas formas impressas que os colocavam em circulação. Em outras palavras, os discursos produzidos pela revista *O Ensino (1918-1919)* foram analisados a partir do seu cunho social de produção, estruturados pelo homem que pertenceu a um tempo e a um espaço histórico, que fez circular as ideias e os pensamentos para a Educação no Pará republicano.

Além disso, apresentamos a análise do estudo a partir das representações em Chartier (1991, 2002) e Nunes e Carvalho (2003) e por meio dos estudos desenvolvidos pelos pesquisadores César Augusto Castro e Samuel Luis Velázquez Castellanos, que apresentam uma reflexão teórica e metodológica de Chartier (1991, 2002) quanto aos impressos. Para estudar o objeto histórico, fizemos uma análise que observa três eixos:

Eixo 1 – História do objeto na sua materialidade – compreender a materialidade do objeto (físico), quanto à sua forma, estrutura, dispositivo e frequência.

Quanto à **forma**, pensamos em como esse objeto/revista *O Ensino (1918-1919)* se apresenta e quem são seus produtores e editores. Quais são as estratégias editoriais utilizadas e diagramadas para fazer circular ideias? Como avaliar os tipos de textos (poemas, artigos de opinião, artigos pedagógicos, programas de ensino, mensagens governamentais, organização/reforma do regulamentos de Ensino Primário, obrigatoriedade escolar, lições de História, Matemática, entre outros) para o convencimento do leitor sobre as concepções de educar e instruir para o ensino primário? Tais questionamentos nos possibilitam compreender a forma constituída no impresso pedagógico.

Em relação à **estrutura**, é importante dar visibilidade à configuração do todo, no sentido de delinear a aparência do objeto em si e como essa organização/ordenamento mantém seu formato. Nesse sentido, a revista apresenta em sua estrutura uma configuração na forma pela qual a linguagem do texto está exposta ao leitor. Podemos citar, então, os esquemas textuais e tipográficos: tamanho das fontes, tipos de fontes, uso de imagem, realce de títulos, sinalização da periodicidade e projeto gráfico, que destacam a potencialidade das mensagens aos assuntos relacionados e discutidos no impresso.

Em relação ao **dispositivo**, nos centramos nos esquemas de modernização envolvidos em uma relação de poder daquilo que determina-se atingir. Nesse entendimento, o canal pelo qual são pronunciadas as mensagens é a revista *O Ensino (1918-1919)*, que além de propagar ideias, acentua, por meio do dispositivo, o

7 Segundo Burke (1992) a Nova História pode ser “descrita como uma reação deliberada contra o ‘paradigma’ tradicional”. Sua base filosófica “é a ideia de que a realidade é social ou culturalmente constituída” (BURKE, 1992, p. 10-11).

uso do discurso, no sentido de consentir ou dissentir posicionamentos diante do que discute-se nas temáticas da revista, ou seja, os emissores assumem seus posicionamentos quando apresentam seus enunciados, especificando para quem escrevem e qual tipo de formalidade linguística assumem/fidelizam para um posicionamento que garanta e demarque um espaço ocupado para tal debate.

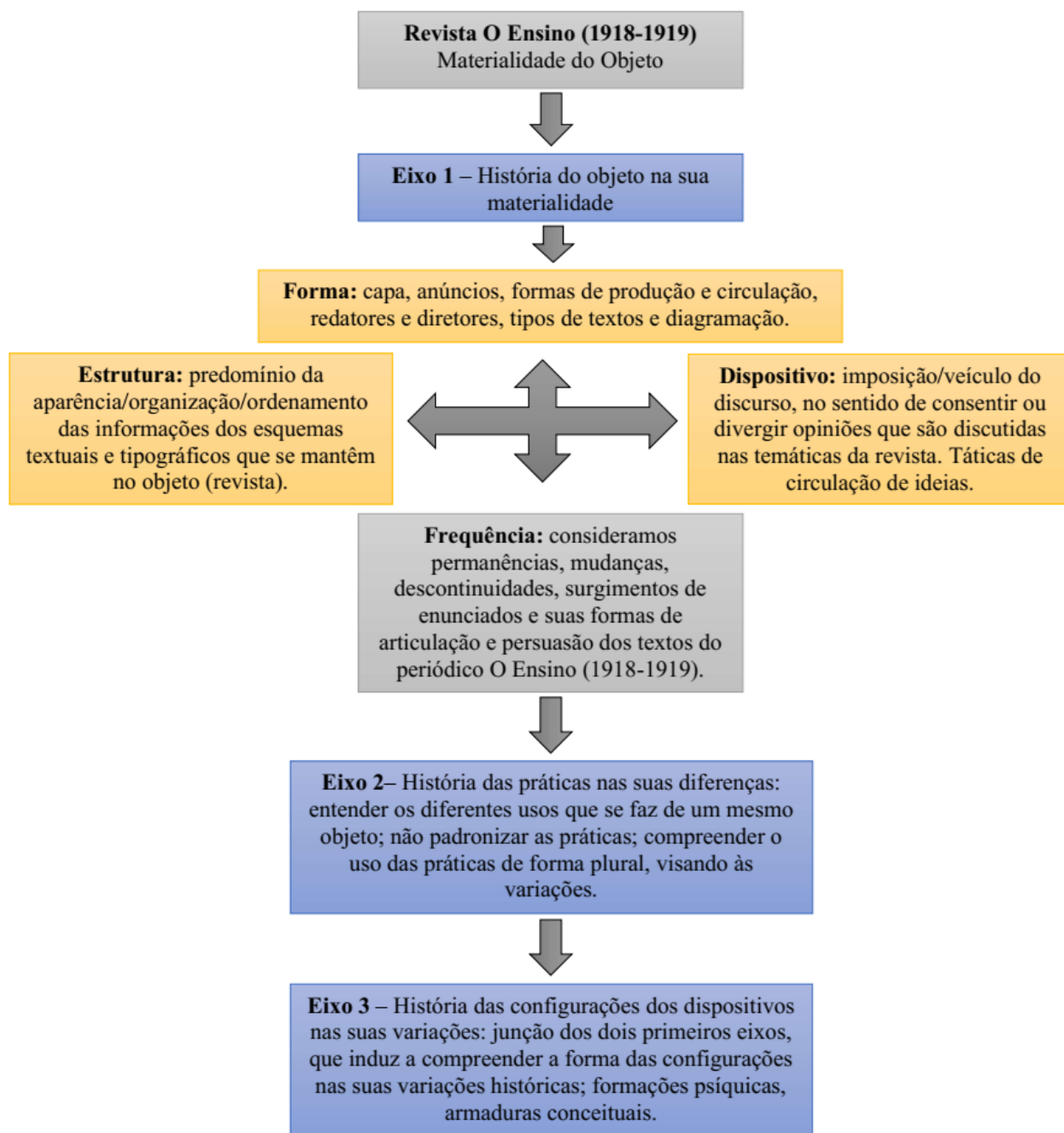
Concernente à **frequência**, é importante considerar os enunciados que se conectam no impresso *O Ensino (1918-1919)* nas suas formas de articulação e persuasão, pois é diante desse gatilho que percebemos a permanência, as mudanças e as descontinuidades das temáticas abordadas nos números publicados mensalmente e o que surge de novo. Então, por esse meio de avaliação, podemos julgar a intenção do que deve ser considerado influente para o contexto avaliado.

Eixo 2 – História das práticas nas suas diferenças – propõe entender os diferentes usos que fazem de um mesmo objeto e de uma mesma prática imposta a eles (Nunes; Carvalho, 2003), ou seja, buscaremos novas possibilidades de compreensão de determinadas práticas, que podemos perceber como invariâncias. Sendo assim, isso implica em compreender, a partir dos enunciados do impresso, quais os tipos de mensagens que se repetem e quais se mostram diferentes. Para isso, é importante avaliar pequenos aspectos, tais como as palavras de efeito (impacto/demarca) que dão ênfase e fazem refletir no discurso central da mensagem.

Eixo 3 – História das configurações dos dispositivos nas suas variações – constitui-se pela intercomunicação que se tem do objeto na sua materialidade (revista) e as práticas nas suas diferenças. Para tanto, consideramos a representação a partir das configurações sociais, estruturas psíquicas e das armaduras conceituais (Nunes; Carvalho, 2003). Entendemos que, a partir dessa concepção, há uma relação dos dois primeiros eixos, ao problematizar as configurações dos dispositivos, interpretar o que se quer dizer sobre o objeto que está sendo estudado e, assim, trazer possibilidades de verdades sobre a investigação.

Para melhor compreensão dos eixos, lê-se abaixo o fluxograma 1.

Fluxograma 1. Ordenamento dos três eixos



Fonte: Autores da pesquisa (2021).

O ENSINO

II

O PANORAMA DA REPÚBLICA NO PARÁ

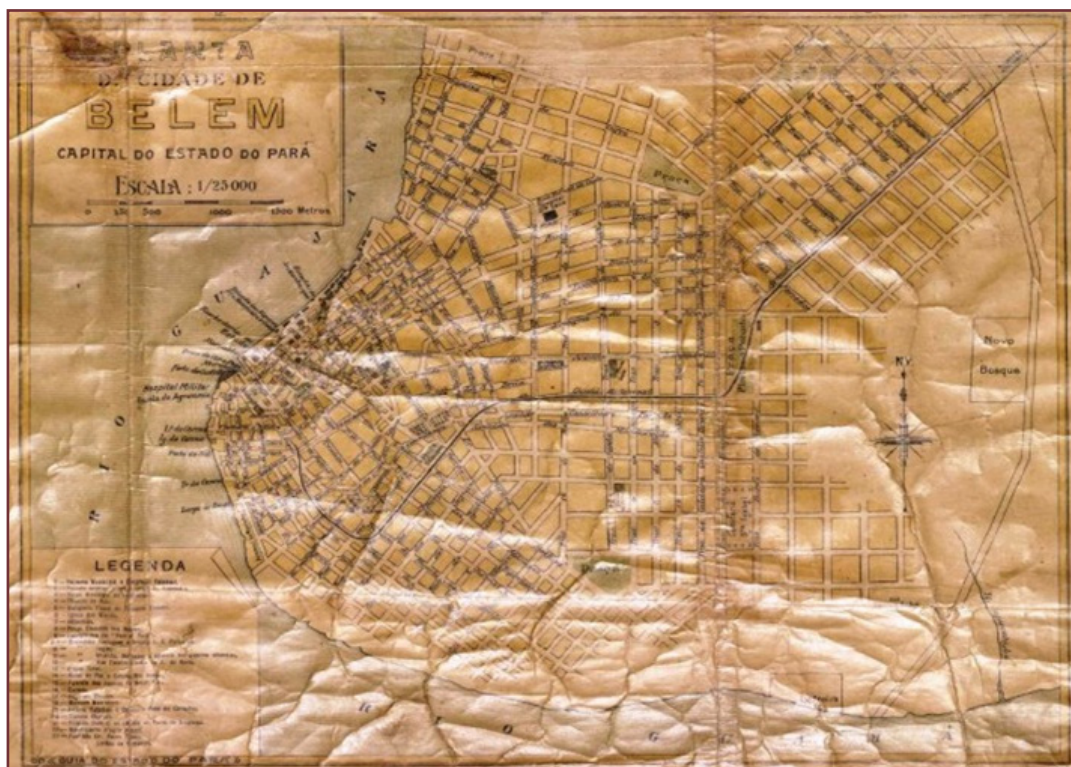


O presente capítulo, intitulado *O panorama da República no Pará*, centraliza o discurso na contextualização da sociedade paraense, ao situar o leitor acerca da conjuntura geográfica e político-social, a fim de demarcar vivências relevantes da população e da condição regional em que se passou a consolidação da República no estado do Pará, além dos aspectos significativos das ações governamentais de Lauro Nina Sodré e, de certa maneira, o enfoque da Educação paraense.

2.1 A cidade de Belém do Pará

De acordo com Theodoro Braga (1918) a posição geográfica do estado do Pará situa-se entre 4°-22' de lateral Norte, 9°-15' de lateral Sul e 3°-11' e 15°-20' a Oeste do Meridiano Rio de Janeiro, ocupando a extremidade do Norte do Brasil, e sua extensão territorial é a terceira entre os demais estados da União. É considerado um território fértil junto ao rio Amazonas, a maior massa d'água doce do mundo, despejado no Oceano Atlântico sob a linha do equatorial, com 250 milhões de metros cúbicos banhados pela Ilha do Marajó, com 320 quilômetros, desde a Ilha de Maracá até a ponta do *Maguary*. Nos limites do espaço geográfico estão o Oceano Atlântico e a Guiana Francesa, desde a foz do rio *Oyapock* até as cabeceiras da nascente do rio Maroni, passando pelo ponto mais alto das serras de *Tumuc-Humac*, *Acarahy* até as fronteiras do estado do Amazonas, às margens do rio Nhamundá (Braga, 1918). As dimensões mencionadas podem ser observadas na figura 1.

Figura 1. Planta da Cidade de Belém – Capital do Estado do Pará.



*Organizada por Theodoro Braga do Instituto Histórico e Geographico do Pará (1918).

Fonte: Braga (1918).

A capital do estado, Belém do Pará, é localizada ao Norte do país. Segundo Sarges (2010, p. 61-62), “recebeu o nome de Forte do Presépio, [depois], forte do Castelo, dando início ao primeiro aglomerado urbano, mais tarde como Feliz Lusitânia e, posteriormente, Santa Maria de Belém do Grão Pará”, é banhada pelo rio Guamá e se encontra a Oeste da Baía do Guajará. Em 1918, a cidade estava dividida em bairros, dentre eles os principais eram a Cidade Velha (local de fundação da cidade no período colonial), o Comercial (bairro de comércio, bancos e mercados) e o Campina. A área foi calculada em 40.515.868 m², sendo 24.031,972 m² edificada/construída. Era considerada a rainha da Amazônia por sua atividade comercial mundial, uma área nobre que proporcionava um futuro enriquecedor para o mundo (Braga, 1918).

Belém passou pelo processo de modernização acelerada durante a economia gomífera, com a Proclamação da República, houve a “descentralização que deu maior autonomia à aplicação de impostos, além de conceder ao Estado maior participação na renda corrente à exportação da borracha” (Sarges, 2010, p. 150). A capital se desenvolveu com obras de aterro nas zonas mais baixas da cidade. No estudo de Tavares Júnior (2012), destacam-se os projetos, segundo o relatório de Duarte H. de Bacellar Pinto Guedes:

Em 24 de junho de 1891, em relação ao processo de modificações no espaço urbano de Belém, previa-se a execução de obras para esgoto. Havia galerias de esgoto, mas acabavam funcionando como fossas fixas, seguindo o parecer da Companhia das Águas. Afirmava-se também a compra de um forno crematório pela Intendência, a existência, a existência de um projeto da futura iluminação a gás, obras no Largo da Pólvora, pela inauguração de um monumento à República; a reinauguração do Bosque Municipal, situado no bairro do Marco da Léguas e o estudo para o calçamento da estrada de S. Jerônimo (Tavares Júnior, 2012, p. 35).

As obras eram destinadas a modernizar a cidade e deveriam ser financiadas com os recursos dos impostos oriundos da exportação da borracha. O crescimento urbano paraense estava associado aos investimentos do setor econômico desde o período da Belle Époque, período histórico que potencializou os cofres públicos, os quais canalizavam e movimentavam a internacionalização da economia local (Oliveira, 2017). Nesse entendimento, Sarges (2010) aponta:

A nova ordem econômica e a nova filosofia financeira nascida com a República impunham não somente a reordenação da cidade através de uma política de saneamento e embelezamento, mas também a remodelação dos hábitos e costumes sociais. Era preciso alinhar a cidade desordenada, feia, promíscua, insalubre e insegura fazia parte de uma nova estratégia social no sentido de mostrar ao mundo civilizado (entende-se Europa) que a cidade de Belém era o símbolo do progresso, imagem que se transformou na “obsessão” da nova burguesia (Sarges, 2010, p. 20).

As efervescentes transformações em decorrência do apogeu econômico de Belém projetaram o reordenamento do espaço social, porém resultaram em um

solapamento do fluxo migratório nacional⁸ e na imigração internacional⁹. Isto é, no ano de 1900, a população do estado do Pará era de 445.356 habitantes, enquanto a cidade de Belém passou para 96.560 habitantes, fato que ocasionou “um impacto na cidade à medida que o aparelho urbanístico se mostrou insuficiente para atender às demandas da população” (Sarges, 2010, p. 146).

Barbara Weinstein (1993), na obra *“A borracha na Amazônia: expansão e decadência”*, assinala que no auge da expansão do comércio gomífero, Belém era uma das cidades mais notáveis da América Latina, uma vez que, no ano de 1910, depois do Rio de Janeiro e de Santos, possuía o terceiro porto mais movimentado do Brasil, abrigando uma população urbana que se aproximava rapidamente do quarto de milhão (Weinstein, 1993).

Sob o signo da modernidade e modernização, a cidade de Belém, por volta de 1910, possuía um desenvolvido sistema de bondes elétricos, um amplo serviço telefônico, água encanada e iluminação pública elétrica. As vias públicas eram boulevards uniformemente pavimentados, margeados por mangueiras, cujas frondes densas e imponentes protegiam os habitantes da cidade do tórrido sol tropical (Weinstein, 1993). Por toda a cidade espalhavam-se monumentos e palacetes de tamanhos e decoração variados, diversas praças públicas foram majestosamente erguidas e ajardinadas, exibindo fontes, coretos e estátuas imponentes, “e a Praça da República, localizada no centro da cidade, apresentava pomposos edifícios, tais como o Palácio do Governo e o Theatro da Paz” (Weinstein, 1993, p. 220).

Weinstein (1993) elenca que a expansão urbana foi o resultado da ação conjunta de uma expansão no negócio da borracha e de uma máquina estadual desejosa por criar um espaço urbano que impressionasse a elite política e econômica, bem como os negociantes estrangeiros. A economia gomífera representou um acréscimo deslumbrante à longa lista de cidades brasileiras fruto da expansão econômica. Por outro lado, Belém, diferentemente de Manaus, foi uma cidade que aquando do pico da economia da borracha já contava com trezentos anos de fundação. Manaus, ao contrário, foi evidentemente produzida pelo negócio da borracha, constituída como cidade réplica de Belém nos monumentos públicos, casas aviadoras, palacetes e casarões onde habitava a elite econômica e política (Weinstein, 1993).

As estatísticas de importação relativas aos anos do apogeu da exportação da borracha confirmam a tese de que, no ano de 1908, Belém mantinha a sua proeminência no negócio do aviamento. Além da entrada dos bens de produção local, produtos estrangeiros tornavam a cidade do Pará o mais importante centro de abastecimento da Amazônia (Weinstein, 1993).

No estudo de Maria de Nazaré Sarges (2010):

[...] a composição da nova elite formada por comerciantes, seringalistas, financista, com destaques para os profissionais liberais, geralmente das famílias ricas e oriundas de universidades europeias, com isso, um grupo dominante se firma rumo ao progresso e vai direcionar a reordenar o espaço, na busca do progresso material

8 As afirmações de Souza (1994) mostram que entre os anos de 1877 e 1879 o Nordeste foi alvo de uma das piores secas da história. Sendo assim, o estado do Ceará somou 65.000 imigrantes para a região amazônica. A crise predominantemente agrária determinou a saída contingente de pessoas para os seringais amazônicos, em colônias agrícolas no estado do Pará.

9 De acordo com Marília Ferreira Emmi (2010), os imigrantes portugueses contaram, no ano de 1872 e 1879, 26.599 entradas na capital do Pará.

como nos países considerados civilizados (especialmente França, Grã-Bretanha e Alemanha) com modos de vida diferenciados, imprimindo-lhe o brilho da *Bela Época* no exercício de uma nova noção de cultura, com intuito de apagar um passado colonial (Sarges, 2010, p. 21).

Sob essa ótica, para de fato acontecer a civilização, não bastavam somente obras de melhoramentos na construção de prédios modernos, no investimento artístico na fundação de espaços, como o Teatro¹⁰ e outros – a exemplo do *Theatro da Paz* (1878), a Loja Paris N'América (1910), conforme observamos na figura 2, O Grande Hotel (1913), avenidas, estradas, Bosque Rodrigues Alves (1883), cinemas, cafés, livrarias. Weinstein afirma que com a indústria de pneus em ascensão no fim da primeira década do século XX, mais do que nunca parecia haver razão para otimismo. Prova disso foi o fato de que em dezembro de 1909, o preço da borracha começou a subir a taxas nunca vistas, passando, em menos de cinco meses, de 8 para mais de 15 mil-réis o quilograma – “ou seja, o espantoso nível de 3 dólares a libra, no mercado de Nova York” (Weinstein, 1993, p. 240).

Figura 2. Loja Paris N'América fotografada por Marc Ferrez cerca de 1910.



Fonte: Instituto Moreira Salles; Biblioteca Brasileira Fotográfica Digital (2021).

10 Para proporcionar o entretenimento da elite que vivia em solo paraense, eram contratadas companhias artísticas advindas da França, Portugal e Rio de Janeiro, que apresentavam longas temporadas no Teatro da Paz. A estimativa aponta que, no ano de 1878, foram apresentados aproximadamente 126 espetáculos. Em decorrência dos espetáculos artísticos denominados de Vaudeville, surgem várias casas de diversões, como o Café Chique, o Café da Paz (local apreciado pelas figuras política), o Moulin Rouge, o Chat Boir, o Café Madri. Em 1902, foi inaugurado o cinema Olímpia, que contava com um amplo salão de projeção e outro para concerto. Os coronéis da borracha selecionavam suas cocotes, assim chamadas as prostitutas de luxo, muitas delas de nacionalidade europeia (Sarges, 2010).

A civilização¹¹ estava intrinsicamente relacionada a uma nova mentalidade, que condicionou a forma de agir dos homens em conformidade com a cultura que se instalou no período republicano no país e, conseqüentemente, no Pará. Desse modo, a classe popular (pobre e sem instrução) era observada como aquela que representava o atraso para a sociedade, que estava silenciada na sua condição de pobreza extrema, sem acesso à cultura, à Educação e à instrução a ser adotada considerada “modelo”. Para a elite intelectual local, o paraense era conceituado como indolente e atrasado. No mesmo sentido, Veiga (2007) observa o panorama do brasileiro:

Foram inúmeras as falas que retrataram um país indolente, de povo preguiçoso, sem cultura, de hábitos suspeitos, atrasado, indiferente, impulsivo, enfim, uma infinidade de adjetivos desqualificadores. Neste sentido, a população se tornou objeto de ciência através das práticas dos médicos higienistas, dos discursos eugênicos, das novas ideias pedagógicas (Veiga, 2007, p. 56).

As ações governamentais direcionaram seus projetos à criação de leis que garantissem o direito à instrução do povo que vivia em estado de ignorância. A Educação é a prática emancipadora do Estado para “preparar o homem para habitar o espaço urbano e lidar com as determinações com que se defrontava” (Resende; Gonçalves Neto, 2009, p. 376). Nesse aspecto, a escola é o ambiente especializado sob a visão pedagógica não somente do professor, mas de outros homens da ciência que vão unir-se em prol da instrução, educando “mentes e corpos, tornando-lhes curados e higienizados com o intuito de formá-los para viver em uma sociedade regenerada por intermédio da organização escolar remodeladas pelos médicos” (Gondra, 2004, p. 479).

Decerto, a República, sob o suporte dos estados federativos e do poder público, assumiu a tarefa de organizar e manter de forma integral as escolas públicas, com a finalidade assegurar o ensino para toda a população, na crença de reordenar a ordem social e moral para a consolidação de um país moderno e civilizado.

No contexto histórico da Educação brasileira, as terminologias que predominam até hoje foram pensadas por Jorge Nagle: “entusiasmo pela educação” e “otimismo pedagógico”. O primeiro diz respeito ao caráter mais quantitativo acerca da expansão das escolas no Brasil, já o segundo se atém às características qualitativas, direcionadas à reestruturação interna das escolas. Dessa forma, o “entusiasmo” e o “otimismo” são iniciativas libertárias no Brasil do início do século XX, que buscaram atender a necessidade do campo educacional perante a modernidade republicana.

11 Para Norbert Elias (1990-1994), o conceito de “civilização” refere-se a uma grande variedade de fatos relativos ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Civilização pode se referir ao tipo de habitação ou à maneira como os homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma “civilizada” e “incivilizada”. Daí ser sempre difícil sumariar em algumas palavras tudo que se pode descrever como civilização. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma “civilizada” e “incivilizada”. Daí ser sempre difícil sumariar em algumas palavras tudo que se pode descrever como civilização. Mas se examinarmos, continua Elias, o que realmente constitui a função geral do conceito de civilização e que qualidade comum leva todas essas atitudes e atividades humanas a serem descritas como civilizadas, partimos de uma descoberta muito simples: esse conceito expressa a consciência que o ocidente tem de si mesmo; a consciência nacional e muito mais (Elias, 1990).

Nesse aspecto, entende-se que a Educação era a porta de acesso aos ideais republicanos e à própria democracia representativa e industrializada. Para Nagle (2001), as transformações econômicas e culturais que o Brasil atravessou no período de 1910 e 1920 impulsionaram ainda mais a concepção que se tinha de Educação, a qual responsabilizou o espaço escolar e seus atores sociais incumbidos pela difusão do progresso da cultura do povo. Então, escolarizar um indivíduo passou a ser considerado o “motor da história” para a Educação brasileira.

2.2 O contexto da República no Pará

O alvorecer da República no Pará foi marcado por conflitos políticos que se conduziram ainda nos tempos da monarquia, envolvendo personagens públicos de grande vulto, cujos posicionamentos políticos e filiações ideológicas dividiam os grupos políticos entre monarquistas e republicanos. Nos anos finais da monarquia, personagens políticos de grande relevância estadual e nacional dividiam-se em conflitos políticos e ideológicos a respeito do regime de governo a vigorar no Brasil, logo depois de extinta a escravidão com a assinatura da Lei Áurea.

Um deles foi o senador Antônio Lemos¹², marcado por ter sido politicamente um republicano adesista, ao passo que Lauro Sodré conduzira-se nesse processo como um republicano histórico, e essa é a matriz dos conflitos entre os dois políticos no alvorecer da República no Pará (Sarges, 2002). De acordo com Sarges (2002), o senador Antônio Lemos mantinha relações com o grupo monárquico até alguns dias antes da Proclamação da República, embora afirmasse que seu grupo político, composto pelos redatores do jornal *A Província do Pará*, aderira oficialmente à República (Sarges, 2002).

A postura aristocrata e monarquista do intendente Antônio Lemos foi comprovada por Sarges (2002) em vários momentos da carreira política do “velho intendente”, a exemplo da visita do genro do imperador D. Pedro II, o Conde D’Eu, ao Pará, em junho de 1889, com vistas a realizar a propaganda do terceiro reinado (Sarges, 2002). Sarges (2002) aponta que Antônio Lemos fora convidado pelo presidente da província a fazer parte da comissão de recepção ao Conde D’Eu, o que certamente seria uma notícia desagradável para o círculo político republicano da cidade de Belém, capitaneado pelo senador Lauro Sodré (Sarges, 2002). O jornal *A Província do Pará*, cujo proprietário era o senador Antônio Lemos, noticiou que, logo ao ser anunciada a visita do representante da monarquia em solo paraense, espalharam-se notícias pela cidade de que os republicanos e “os meninos do Lyceu”¹³ iriam “botar o mundo abaixo” (Sarges, 2002, p. 47).

Passeatas e focos de manifestações de repúdio ao representante da Casa

12 Antônio Lemos (1843-1913) e Lauro Sodré (1858-1952) foram os dois maiores líderes políticos do Pará até 1930. Lemos foi um monarquista que administrou a cidade de Belém (1896-1912), mas entregou-se ao regime republicano através do partido conservador. Nesse sentido, foi responsável pela modernização e embelezamento da cidade de Belém. Lauro Sodré, republicano histórico paraense, governou o estado por duas vezes (1891-1897 e 1917-1921) e assumiu a liderança política do estado desde o início da República, porém sua pretensão era realmente a presidência da república; mudou-se para o Rio de Janeiro e deixou Lemos em uma situação mais favorável. Mesmo diante do conforto, ocorreram disputas políticas intensas envolvendo seus correligionários, que podem ser percebidas nas páginas de jornal *A Folha do Norte* (reduzido dos lauristas) e *A Província do Pará* (propriedade de Antônio Lemos) (Sarges, 2002). 13 Os antigos alunos do Liceu Paraense formavam, em grande parte, o círculo político republicano na província do Pará ainda nos tempos da monarquia.

Imperial explodiram na cidade, o que Sarges (2002) considera ter motivado o retorno do Conde D'Eu à corte bem antes do tempo previsto para sua estadia em terras amazônicas (Sarges, 2002). A historiadora assinala que, por outro lado, encontraremos outro personagem político a rivalizar com Antônio Lemos politicamente, o chefe do Club Republicano Lauro Sodré, opositor político do senador maranhense. Lauro Sodré foi designado pelo comandante de armas a comandar o contingente que deveria prestar continência ao Conde D'Eu (Sarges, 2002).

Lauro Sodré cumpriu a sua missão militar, todavia Sarges (2002) aponta que, reunido à noite no Club Republicano, realizou um violento discurso contra o Império, sendo isto considerado um ato de indisciplina, motivando a transferência de Lauro Sodré para a província do Mato Grosso (Sarges, 2002). No Rio de Janeiro, o general ajudante do Exército, Floriano Peixoto, interceptou o degredo de Lauro Sodré, cujo afastamento das terras paraenses deixou vago o seu cargo de orador habitual do Club Republicano (Sarges, 2002).

Com o advento da República, foi fundado o Partido Republicano Democrata, no qual correligionários uniam-se aos republicanos históricos para fundar, em 1896, o Partido Republicano Paraense (Sarges, 2002). Sarges (2002) explica que esse adesismo à República por políticos do Império, como Antônio Lemos, era explicável uma vez que, persistindo a mesma estrutura econômica, o poder continuava nas mãos das antigas oligarquias, a exemplo de Justo Chermont, no Pará, que, segundo Sarges (2002), era “‘o dono’ de sua província, e com a República, assim permaneceram” (Queiroz *apud* Sarges, 2002, p. 49).

A configuração do poder no estado do Pará ficou demarcada da seguinte forma: ao lado do presidente da República ficaram Augusto Montenegro, Justo Chermont e Antônio Lemos; e ao lado de Francisco Glycério ficou o governador do Pará, Lauro Sodré (Sarges, 2002). Essa briga dos “caciques nacionais”, de acordo com Sarges (2002), veio a contribuir para o rompimento entre as lideranças estaduais, não tardando para que Francisco Glycério, na condição de chefe do novo partido – o Partido Republicano Federal – visitasse o Pará, fato intensamente noticiado na imprensa.

No estado do Pará, o período da Primeira República¹⁴ teve como seu principal articulador o Club Republicano, que foi uma agremiação fundada em 11 de abril de 1886 por um grupo de entusiastas desse novo ideário na sociedade, provindos dos mais diversos setores da sociedade civil: médicos, advogados, professores e comerciantes (Farias, 2016). Para esse intento, os jornais foram essenciais na divulgação do novo ideário. A exemplo, tem-se, em 1872, o jornal *O Futuro*, que difundia em suas páginas o êxito alcançado pelos países que adotaram a República. No entanto, destaca-se que foi estratégica a fundação de um jornal exclusivamente comprometido com essa nova fase política e ideológica da história do estado do Pará.

O jornal *A República* também foi um porta-voz desse novo ideário, lança-

14 Segundo Schwarcz e Starling (2019), não existe acordo entre historiadores sobre a origem da ideia e do conceito de República. “República” é uma palavra antiga: não possui definição única e conserva sua ambiguidade até os dias de hoje. [...] incorpora os elementos da designação empregada na Grécia Antiga para indicar a existência de uma politeia, isto é, uma comunidade política formada por homens livres. O termo grego é uma oposição às formas de tirania em que um ou mais homens governam como senhores e segundo a sua própria vontade. É também um termo dúbio. Tanto designa a maneira como se relacionam governo e governado, quando identifica a possibilidade de uma vida livre entre iguais. Foi nessa ambiguidade de sentidos que Cícero (106-43 A.C) conservou ao traduzir politeia por res publica (SCHWARCZ; STARLING, 2019, p. 11).

do a partir de deliberação da terceira reunião do Club Republicano. A *República* passou a circular no dia primeiro de setembro de 1886, com artigos em linguagem cientificista que tratavam do ideário da época. Não economizava exaltações àqueles que protagonizaram a Revolução Francesa, estampando as suas íntimas relações entre realidade e ilusão de seu ideário propagandístico (Farias, 2016).

Fato é que, diferentemente da Revolução Francesa, o regime republicano no Brasil fora proclamado por meio de um golpe militar, associado, desde o início, aos grupos de profissionais liberais e comerciantes. Juntos, compuseram os setores mais entusiasmados da população paraense, foram seus defensores mais fervidos, mas que, não obstante a isso, seus clamores não conseguiram contagiar os demais segmentos da população.

Com a Proclamação da República¹⁵, esse segmento que compunha o Club Republicano conduziu, junto aos militares, o processo político no Pará. Destacaram-se entre as principais lideranças civis Justo Chermont e Gentil Bittencourt, porquanto, dentre os militares republicanos mais proeminentes, destacaram-se Lauro Sodré¹⁶ e Serzedelo Correia (Farias, 2016).

Posto isso, efetivamente a República no Pará ressoa na tarde de 15 de novembro de 1889, no café Chic, ponto de encontro dos mais influentes cidadãos da cidade de Belém. Os boatos e burburinhos sobre um golpe militar republicano foram confirmadas às 10 horas da manhã do dia seguinte, por meio de um telegrama oficial do general Hermes Ernesto da Fonseca, oficializando a aclamação da República e destituindo um desavisado e desprevenido presidente da província Silvino Albuquerque. “No ápice da ação o vice-presidente do Club Republicano do Pará, José Paes de Carvalho, subiu no mármore da jardineira de centro discursando e aclamando a República no Pará” (Farias, 2016, p. 43).

Por sua vez, Justo Chermont, incumbido do governo, incentivou a organização de eventos festivos para aclamar a República nas localidades, vielas e distritos do Pará que foram rituais simbólicos conjugados a medidas político-administrativas, como a substituição de funcionários públicos e a organização de diretórios do Partido Republicano do Pará nos diversos municípios do estado (Farias, 2016).

Diante disso, as intervenções governamentais administrativas no Pará iniciavam-se com as Constituintes dos Estados, capazes de eleger autonomia aos estados federativos, os quais já não precisavam da assistência financeira e militar da União para se manterem. Isso representou uma mudança em relação à estrutura organizativa dos tempos da monarquia, em que o poder central, isto é, a corte, sediada no Rio de Janeiro, concentrava todas as despesas orçamentárias e militares a serem redistribuídas entre as províncias (Borges, 1983).

Após tornar pública a instalação da República no estado, foi importante dialogar acerca do intelectual Lauro Sodré que, além de ter sido um dos fundadores do Club Republicano no Pará, teve a importante contribuição de atuar no governo do estado em sua liderança política. O referido político foi eleito deputa-

15 15 Em 15 de novembro de 1889, um golpe de Estado protagonizado por militares instaurou a República no Brasil. Desde logo, é importante atentar para o significado da denominação habitual que o evento adquiriu, pois a própria forma pela qual a historiografia em geral a ele se refere já implica algumas ideias importantes. Em primeiro lugar, a de que teria ocorrido uma “proclamação”, um anúncio público de que a monarquia fora substituída pela República, mudança esta que não encontrou resistência nem provocou luta (Proclamação da República, 2015).

16 Indicações de leituras para aprofundamentos biográficos sobre o político: Lauro Sodré: vida, caráter, e sentimento a serviço de um povo.

do pelo estado para a Constituinte Nacional, o qual fez parte da “comissão de 21 membros que examinou e deu o parecer sobre o projeto de da Constituição que [foi] promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Em 11 de julho seguinte, o Pará reuniu sua assembleia constituinte” (Coelho, 2006, p. 87). No dia 24 de julho, a Constituição do Estado elegeu Lauro Nina Sodré o primeiro governador constitucional paraense (Coelho, 2006).

Dessa maneira, segundo Borges (1983, p. 61): “A 23 elegeu, por unanimidade de seus votos, Governador, Lauro Sodré, que as assumiu a 24, com mandato de 1º de fevereiro de 1897: 5 anos e 7 meses, o mais longo da vida constitucional do Brasil”.

De acordo com Ricardo Borges (1983), Lauro Sodré havia sido um republicano histórico no Pará e um dos mais antigos, sendo aquele que iniciara a propaganda da República “com fé e ardor comunicativos, um dos fundadores do Partido Republicano” (Borges, 1983, p. 61). Borges (1983) assinala que no terceiro dia de governo à frente do estado do Pará, Lauro Sodré publicou, no *Diário Oficial do Estado*, o Decreto nº 359 A, datado de 27 de junho de 1891, que promovia a reforma do Poder Judiciário.

Os primeiros anos do governo republicano brasileiro a nível nacional foram demarcados pela inquietação política e social em construir uma nova identidade nacional, que tinha como condicionante ideológico o liberalismo e o positivismo, os quais privilegiavam novas práticas culturais, dentre elas: o patriotismo, a moralidade, a civilidade e o higienismo. Neste sentido, as ações governamentais do Brasil tinham como foro privilegiado a necessidade de escolarizar o povo considerado incivilizado, atrasado, analfabeto e sedicioso, em cidadãos polidos e civilizados. A Educação foi a oportunidade de instalar suas intenções, pautadas em inserir o país no molde da vida europeia. Desse modo, entende-se com Coelho (2011):

O Estado, como instrumento de controle, fundamentou as ideias educacionais nas ideologias iluministas e civilizatórias. Esse é um momento histórico em que a elite brasileira quer ser europeia e busca, portanto, importar as práticas culturais da Europa por meio de autores representantes da cultura das humanidades clássicas a fim de que, supostamente, os alunos elitizados se tornem cidadão do mundo ‘civilizado’, mesmo que essa cultura representada seja superficial (Coelho, 2011, p. 141).

Sandra Jatahy Pesavento (1997) assevera que:

Forçoso é reconhecer que modernidade se colocaria do lado dos universalistas, que encaravam a redenção do país pela europeização. Seus arautos apontavam que de lá vinham os ventos do progresso, da moda, da ciência, da razão e da técnica. Por que se opor a essa verdade insofismável? O Brasil moderno só poderia almejar esses status se alcançasse o trem da história, participando dessa marcha civilizatória da humanidade. Apoiada no poder das ideias, da ciência e da educação, a elite brasileira procurava superar o atraso cultural, colocar o país no nível do século e fazê-lo acelerar sua marcha evolutiva (Pesavento, 1997, p. 70).

A mudança política que estava em andamento junto à República agregava

os interesses da modernidade e dos avanços em diversos âmbitos de atuação, a Educação, sem dúvida, era “o braço forte do impávido colosso” (Pinto; Valdemarin, 2011, p. 9). O ideário da República era viver uma nova era, então, para pertencer a uma nação letrada do mundo civilizado, a elite dominante pensava uma Educação pautada na finalidade de valorar e importar a cultura europeia como majoritária e, de certa forma, desconsiderava as raízes culturais/populares do país. Nesse cenário, se instalou uma discussão sobre a Primeira República a nível educacional e o engendramento de uma nova mentalidade nacional/local para um Brasil moderno.

Nessa perspectiva, as reformas do ensino, os investimentos no processo de escolarização do Ensino Primário e em outros seguimentos, foram indicativos do novo projeto de nação. Para tanto, a imprensa de circulação geral e a especializada em Educação tiveram sua função primordial posicionada em anunciar o debate do sistema político, que difundia quais seriam as práticas empregadas, articulando as críticas que caberiam fomentar o discurso republicano.

No estado do Pará, as reformas educacionais concentraram-se na pasta relativa à Secretaria de Estado, Justiça e Instrução Pública. Daqueles republicanos do círculo político, no primeiro governo de Lauro Sodré, o que mais se destacou em defesa da instrução pública foi o desembargador Gentil Augusto de Moraes Bittencourt. De acordo com Ricardo Borges (1983), ainda na monarquia, Gentil Bittencourt fora eleito vereador pela Câmara Municipal do Pará.

Sônia Maria de Araújo (2007) assinala que, nas suas atividades enquanto crítico literário, José Veríssimo recebeu influência do positivismo de Augusto Comte, e uma vez criada a pasta da Educação pública, logo após a Proclamação da República, o seu primeiro-ministro, Benjamin Constant, procedeu à reforma do sistema geral de ensino público. José Veríssimo discutiu, no *Jornal do Brasil* do primeiro semestre de 1892, sobre as reformas introduzidas por Benjamin Constant, fazendo uma crítica rigorosa a elas (Araújo, 2007).

Araújo (2007) assinala que José Veríssimo não se deteve apenas nas enormes insuficiências da Educação escolar, como também as reconheceu e as sentiu no estado do Pará, repassando com clara visão de sociólogo muito da realidade da vida doméstica e social brasileira daquele contexto, com os vícios que as corrompiam, profundamente arraigados nos costumes pelo secular regime da escravidão (Araújo, 2007).

Araújo (2007) elenca que a preocupação de José Veríssimo com a instrução do povo, com a Educação, era evidente no discurso de Veríssimo, que insistia ser necessário construir uma intelectualidade no Pará. Desse modo, a Educação era um tema candente em José Veríssimo que insistia em defender no Pará que “para a glória e honra, e para a própria felicidade material de um povo, não basta produzir a borracha” (Veríssimo *apud* Prisco, 1937, p. 19).

Maria do Perpétuo Socorro França (2007) assinala que, mesmo considerando próxima a Proclamação da República, José Veríssimo não chegou a aderir com entusiasmo às transformações políticas enunciadas pelos militares. Embora ele declarasse que a implantação do governo republicano era inevitável, mostrando-se cético quanto aos seus desdobramentos sociais e políticos, aderiu ao movimento sem hostilidade, mas, também, sem nenhuma simpatia (França, 2007).

Para José Veríssimo, o regime republicano não seria muito diferente do que representou a monarquia, uma vez que em ambas os homens com os mesmos

costumes públicos, a mesma Educação, índoles e tendências dos representantes da antiga ordem, não participariam deste novo regime político (França, 2007). Daqueles republicanos do círculo político no primeiro governo de Lauro Sodré, o que mais se destacou em defesa da instrução pública foi o desembargador Gentil Augusto de Moraes Bittencourt. De acordo com Ricardo Borges (1983), ainda na monarquia, Gentil Bittencourt fora eleito vereador pela Câmara Municipal do Pará (Borges, 1983).

Com o advento da República e o início do primeiro governo de Lauro Sodré (1891-1897), Gentil Bittencourt foi nomeado vice-governador; no segundo governo de Lauro Sodré, foi nomeado juiz da Comarca de Belém e, posteriormente, desembargador (Borges, 1983). Exercia intensa atividade ligada à instrução pública por intermédio dos cargos de provedor do antigo Colégio do Amparo, internato que, com o advento republicano, passou por uma reforma estrutural e organizativa, convertendo-se em internato e externato feminino no alvorecer da República. Seu prédio foi ampliado para transformar o educandário feminino em instituição modelar para os outros estados da federação (Borges, 1983).

No que concerne ao plano administrativo, Ricardo Borges (1983) assinala que o primeiro governo de Lauro Sodré foi marcadamente militar e cultural, tendo no jornal *Folha do Norte* o seu baluarte político a acompanhá-lo em meio às ingerências do poder.

A instrução pública esteve entre as pastas atingidas pelas reformas administrativas promovidas pelo primeiro governo republicano administrado por Lauro Sodré, as quais, de acordo com Felipe Tavares Moraes, seguiam um esforço nacional de consolidar a República no Pará, bem como nos outros estados da federação (Moraes, 2011). Lauro Sodré considerava que a instrução pública era o melhor meio para elevar o nível moral do povo, bem como impor uma consciência pública a respeito do novo regime (Moraes, 2011). Sua administração envolveu os seguintes princípios expressos na Mensagem do Governador, no mês de outubro do ano de 1891:

Convencido de que pela instrução é que havemos de levantar o nível moral do povo e melhormente impor a consciência pública o novo regimen, a este ramo da administração votei os meus esforços continuando assim a mesma trilha por onde tem ido o governo republicano desde o início do actual systema político n'este Estado (Pará, 1891, p. 9).

Felipe Tavares Moraes (2011) assinala que houve a continuidade do projeto de Educação republicana nas reformas educacionais promovidas pela gestão de Lauro Sodré (Moraes, 2011). Segundo Moraes (2011), o governador Lauro Sodré vinculou suas concepções político-educacionais ao projeto de governo anterior da gestão de Justo Chermont, o que refuta a tese construída por Mendonça de Albuquerque sobre todas as reformas educacionais terem sido criadas por Lauro Sodré (Moraes, 2011).

Lauro Sodré reafirma na Mensagem do Governador que foram reformados apenas alguns pontos do Regulamento da Instrução Primária, de maneira a manter as suas bases fundamentais inalteradas “de acordo com os princípios da moderna sciencia pedagógica” (Pará, 1891, p. 9). De acordo com Alan de Souza Santos, foi inegável a preocupação dos republicanos com a formação “cívica e

científica” do povo do Pará e, de acordo com o autor, essas preocupações se intensificaram no período que compreende os anos de 1891 e 1897 (Santos, 2020).

De acordo com Alan de Souza Santos, o governador Lauro Sodré apoiava-se nas concepções ideológicas dos positivistas franceses Émile Littré e Augusto Comte, defendendo que a instrução pública era um dos principais deveres do Estado, capaz de assegurar o regime democrático (Santos, 2020). A partir destas concepções, originaram-se transformações e adequações que Lauro Sodré procurou realizar nas instituições de pesquisa e ensino do estado do Pará (Santos, 2020).

O Colégio do Amparo fora transformado no Instituto Gentil Bittencourt, nome que batizou uma das amplas e reformadas avenidas da cidade de Belém. De acordo com Borges (1983), nesse logradouro sempre residira Antônio Lemos, “o todo poderoso chefe político do Pará” e intendente de Belém durante mais de 15 anos (Borges, 1983, p. 66). O Lyceu Paraense teve o seu nível de ensino aumentado com o objetivo de torná-lo, em seu plano de ensino integral, o Gynasio Nacional, nos modelos de reestruturação promovidos por Benjamin Constant, o Ministro da Instrução Pública (Moraes, 2011).

Empenhado em levantar o ensino do Lyceu Paraense acabo de decretar para esse Estabelecimento um novo Regulamento, onde adoptei o plano de ensino integral do Gynasio Nacional consoante a reforma do grande ministro da Instrucção Pública o eminente cidadão Dr. Benjamin Constant (Pará, 1891, p. 10).

De acordo com Moraes, o governador Lauro Sodré enfatizava que a transformação dos dois educandários públicos, o Instituto Gentil Bittencourt e o Lyceu Paraense, em instituições de internato e externato, respectivamente, com planos de ensinosa integrais trazia muitas vantagens ao Pará, uma vez que, seguindo a mesma natureza do curso das instituições de âmbito nacional, neste caso o Gynasio Nacional, forneceria “aos moços as necessárias e sufficientes luzes para o tirocínio da vida pública” (Sodré *apud* Moraes, 2011, p. 60).

Alan de Souza Santos enfatiza que, além dessas duas instituições existentes desde o Império, Lauro Sodré deu destaque a uma nova instituição criada durante a vigência republicana, o Liceu Benjamin Constant, um educandário destinado ao ensino das artes e ofícios para as classes populares (Santos, 2020). Além disso, foram criadas escolas agrícolas e os externatos de Santarém, Cametá, Alenquer, Bragança, Óbidos e Vigia, educandários estrategicamente abertos com o objetivo de descentralizar o ensino secundário concentrado na capital Belém (Santos, 2020).

A instrução pública primária também foi descentralizada da capital Belém e, conseqüentemente, todos os municípios do interior do estado passaram a integrar a pasta da Secretaria do Estado, Justiça e Instrução Pública. A articulação entre a sede do governo na capital Belém e os municípios do interior do estado estava preconizada na Mensagem do Governador Lauro Sodré do Congresso Estadual, visto que os princípios republicanos da autonomia federativa pretendiam se contrapor ao unitarismo monárquico, cuja concentração de poder na sede da Corte do Rio de Janeiro trazia à tona as representações do passado imperial de atraso administrativo, representação social que os republicanos desejavam disseminar entre a população como forma de consolidar a República nas mentes e corações dos brasileiros por intermédio do poder administrativo descentralizado

a partir do âmbito nacional até o municipal.

Para não retardar a organização autônoma dos municípios, mandei proceder a eleição para os cargos de intendentes e conselhos de vogaes, marcando o dia 1º do corrente para essa eleição e para 15 de Novembro próximo a posse dos novos funcionários (Pará, 1891, p. 6).

A principal prerrogativa do governo constitucional de Lauro Sodré estabelecia conferir com celeridade a posse das novas autoridades municipais, exatamente no dia 15 de novembro de 1891, data estrategicamente definida, uma vez que marcava a efeméride da Proclamação da República. O governador Lauro Sodré pressupunha que as autoridades municipais não poderiam permanecer privadas de lei “por onde devem reger-se” (Pará, 1891, p. 7) e, por isso, o governador decreta “acabar de decretar a lei orgânica dos municípios, de acordo com os princípios de larga autonomia adoptado pela Constituição do Estado” (Pará, 1891, p. 7-8).

Em 1819, o Grupo Catholico Frei Gil de VillaNova, grupo escolar do município de Conceição do Araguaia, redigiu um ofício diretamente ao governador “Illmo. e Exclmo Senr Dr. Lauro Sodré D. D. Governador do Estado do Pará” suplicando medidas para o enfrentamento de problemas que assolavam o município desde 1918.

Os membros do “Grupo Catholico Frei Gil de VillaNova, que tiveram a honra de dirigir-se a V. Exclcia em Outubro do anno passado, tomam novamente a liberdade de enviar-lhe o appello seguinte (Pará, 1919, fl. 1).

O abaixo-assinado, datado de 6 de setembro de 1919, fora escrito pelo Grupo Catholico Frei Gil de VillaNova em nome da população do município de Conceição do Araguaia, talvez porque os membros desse grupo escolar fossem os poucos sujeitos alfabetizados dentre aquela população. A mensagem chegou ao governador Lauro Sodré por meio da Secretaria de Estado, Justiça e Instrução Pública, cujo conteúdo ratificava um ofício anteriormente lhe dirigido no mês de outubro de 1918 e novamente tomavam “a liberdade de enviar-lhe o appello seguinte” (Pará, 1919, fl. 1).

A população de Conceição do Araguaia e do seu extenso Município acha-se desde alguns meses, profundamente prejudicado por uma epidemia de febre infecciosa, que tem feito já muitas vítimas, e que ameaça continuar a afligir-nos e a devastar nossa bela região araguayana (Pará, 1919, fl. 1).

A epidemia de febre infecciosa relatada no ofício tratava-se da gripe espanhola que, de acordo com Heloisa Starling e Lilia Schwarcz (2020), chegou ao Brasil em setembro de 1918, vindo pelo mar e adentrando as terras brasileiras através dos portos de Recife, talvez por volta das oito horas da manhã do dia 9, “quando o navio *Demerara*, procedente de Liverpool, atracou no cais externo do porto com alguns passageiros e tripulantes combalidos e outros contaminados” (Schwarcz; Starling, 2020, p. 14).

Seja como for, uma vez em solo, a doença espalhou-se fácil e rápido, a partir

do Recife até o Rio de Janeiro. Do litoral para o interior, o vírus percorria sempre o mesmo trajeto, “aportava, expandia-se por toda a cidade e desenhava a rota do contágio, através das ferrovias, esparramando-se pelo interior do país” (Schwarcz; Starling, 2020, p. 14). De acordo com José de Castro Abreu Júnior, a influenza chegou à Belém em 2 de outubro de 1918 como uma doença conhecida e, tal como uma tragédia anunciada, a “Hespanhola” entrou no Pará através do vapor Ceará, vindo do Rio de Janeiro, com escalas trazendo 129 passageiros, dos quais 42 acometidos pela influenza, com 12 passageiros adquirindo a doença entre o Maranhão e o Pará (Abreu Júnior, 2018).

Em nome da mocidade do município, o abaixo-assinado redigido pelos cidadãos do Grupo Catholico Frei Gil de VillaNova “que se faz o advogado de Conceição do Araguaia, e que implora em nome” (Pará, 1919, fl. 1), visava arrancar providências do governador Lauro Sodré na contenção da epidemia de gripe espanhola que vitimava a população de Conceição do Araguaia. O documento assinala, nas suas notas laterais, que Lauro Sodré tomou conhecimento da situação calamitosa de epidemia de gripe espanhola vivida pela população de Conceição do Araguaia, deixando na nota lateral as suas providências seguidas da sua assinatura: “Remette-se ao Diretor de Hygiene para providenciar e responde-se communicando a providencias tomadas aos cignatarios 4. 9º 1919 [assinatura] Lauro Sodré” (Pará, 1919, fl. 1).

As providências tomadas pelo governador Lauro Sodré consistiram no envio das súplicas dos populares de Conceição do Araguaia para o diretor de Higiene, deixando no ofício a seguinte mensagem, para que: “remetta-se á diretoria de Serviço Sanitário para cumprimento do despacho” a partir do dia 05 de novembro de 1919 (Pará, 1919, fl. 1). A diretoria de Higiene e a diretoria de Serviço Sanitário eram as duas secretarias responsáveis pela contenção da epidemia de gripe espanhola no estado do Pará e, de acordo com José Abreu Castro Júnior, eram pastas estaduais subordinadas à Diretoria Geral de Saúde Pública, que reconheceu muito tardiamente a entrada da doença no país, tomando medidas leves como fazer um alerta aos portos, ordenando a adoção de profilaxia dita indeterminada, com o fito de conter qualquer coisa que fosse motivo de transmissão mórbida em vista do desconhecimento da doença (Abreu Júnior, 2018).

O abaixo-assinado dos populares do município de Conceição do Araguaia foi encaminhado à Diretoria Geral do Serviço Sanitário como resposta às providências solicitadas pelo governador Lauro Sodré, que exigiu celeridade nas medidas tomadas na contenção da epidemia de influenza no município.

Sciente esta Diretoria do abaixo-assinado dos membros do “Grupo Catholico Frei Gil Villanova”, que acompanhou o vosso officio de 6 do corrente, n. 3706, vol-o devolvo, recommendaes, communicando-vos que as providencias nelle solicitadas vão ser tomadas por esta Directoria (Pará, 1919, fl. 1).

O governador Lauro Sodré demandou que as medidas tomadas pelo diretor geral interino do Serviço Sanitário, José A. Cordeiro, no combate à influenza fossem dadas ao Grupo Catholico Frei Gil de VillaNova, cuja intermediação daria o conhecimento das ações do governo estadual para os populares de Conceição do Araguaia.

Torna-se interessante ressaltar a intermediação feita pelo Grupo Catholico

Frei Gil de VillaNova junto aos populares de Conceição do Araguaia para levar ao conhecimento do governador do estado, Lauro Sodré, a situação de epidemia de gripe espanhola no município. Podemos apontar que isso ocorreu devido ao alto grau de analfabetismo da população pobre das regiões do interior do estado do Pará nas duas primeiras décadas da República.

Impellidos por estas considerações, cumprindo d'uma parte com a missão do nosso grêmio, que é entre mais outras, contribuir para o melhoramento social d'esta villa – e de outra parte confiados na generosidade de V. Exclia, nos seus altos intuitos, e no desejo que tem de satisfazer aos justos pedidos do povo paraense, atrevemo-nos a fazer perto de V. Exclia, este appello insistente e desinteressado, porque patriótico.

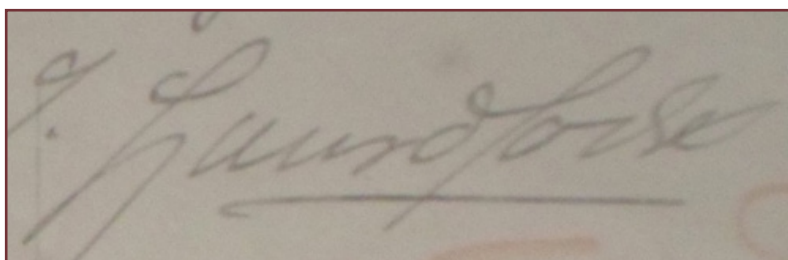
Pedimos a V. Exclia se digne socorrer eficaz e promptamente esta grande aglomeração paraense, a qual, sendo atendida, lhe votará um tributo de eterna gratidão.

Exclmo Sr. Governador do Pará

É a mocidade Concepcimense que se faz o advogado de Conceição do Araguaia, e que implora em nome (Pará, 1919, fl. 1).

O Grupo Catholico Frei Gil de VillaNova possivelmente era a única instituição escolar de Ensino Primário do município e os professores do grupo escolar possivelmente eram os únicos cidadãos letrados do município, uma pequena parcela capaz de representar por escrito as mazelas sanitárias que afligiam a população de Conceição do Araguaia, além disso, há o cumprimento dos ritos da burocracia administrativa do estado por meio do abaixo-assinado dos populares do município.

Figura 3. Assinatura do governador Lauro Sodré em ofício enviado pelo Grupo Catholico Frei Gil de VillaNova (1919).

A photograph of a handwritten signature in dark ink on a light-colored, slightly textured paper. The signature is cursive and appears to read 'Lauro Sodré'. The ink is somewhat faded, and the paper has a slightly aged appearance.

Fonte: Arquivo Público do Pará (2021).

Alan de Souza Santos (2020) considera que o analfabetismo fora a principal preocupação do governador Lauro Sodré e o principal fator a impulsionar a ampliação do ensino público, a ofertar a educação profissional, a melhorar a formação dos professores, a oferecer espaços de cultura e a difundir o pensamento científico. Santos (2020) assinala que essas foram as principais marcas do governo de Lauro Sodré que, se analisadas em conjunto, representavam o reforço do projeto de secularização da sociedade e alimentavam o sonho positivista de uma população mais evoluída e civilizada. Alan de Souza Santos (2020) considera serem projetos que comunicavam-se diretamente com a biografia de Lauro Sodré, no que concerne ao conjunto de práticas que Lauro Sodré havia apreendido na Escola Militar da Praia Vermelha (Santos, 2020).

2.3 Aspectos políticos relevantes do governo laurista

Octávio Meira (1981) assinala que o governo de Lauro Sodré iniciou em 1891 e foi apoiado por unanimidade no Congresso Nacional que o elegeu, tendo enfrentado dias duros na prática constitucional que se inaugurava. Durante o Congresso Constituinte, elaborou em 22 de junho de 1891 a Constituição do estado do Pará, que no Título I tratava da Organização do Estado, e no Título III sobre a Organização do Poder Executivo, abordando as atribuições do governador e vice-governador. As Disposições Transitórias da Constituição Estadual de 1891 definiam os períodos de mandatos aos chefes do Poder Executivo: “Art. 4º - O primeiro período governamental terminará no primeiro dia útil de fevereiro de 1897” (Estado do Pará *apud* Meira, 1981, p. 399).

De acordo com Sarges (2002), o ano de 1897 significou o início de um poder que se estendeu por 14 anos, todavia, também no cenário nacional, ocorreu a grande separação do Partido Republicano, ocasionando reflexos na política de todos os estados brasileiros. Sarges (2002) enuncia que o rompimento de Francisco Glycério com o presidente Prudente de Moraes só veio a contribuir para afastar Lauro Sodré da liderança do Partido Republicano do Pará.

Maria de Nazaré Sarges (2002) aponta que nesse mesmo ano, Antônio Lemos associou-se a Antônio e Pedro Chermont, os dois representantes de uma das oligarquias estaduais, transformando as tipografias do jornal *A Província do Pará* em um dos jornais mais modernos da região, passando a ser impresso em uma rotativa importada da Europa, ganhando nova feição gráfica, bem como a aquisição de outro prédio mais amplo no centro comercial da cidade, tornando-se o mais importante jornal do Norte e Nordeste do Brasil (Sarges, 2002). Antônio Lemos ganhou uma maior força política e destronou o seu antigo correligionário e governador do estado, Lauro Sodré no embate, político de expressão nacional, com assento nas cortes republicanas nacionais, que sofreu com a vitória lemistista ocasionada pela pressão dos “adversários escrupulosos que sempre desdenharam lutar com certas armas” (Andrade *apud* Sarges, 2002, p. 52).

Alan de Souza Santos (2020) pontua que o posicionamento de Lauro Sodré na política federal coincidiu com o instante de reorganização do sistema oligárquico nos estados brasileiros, incluindo o Pará. Na divisão do Partido Republicano Federal (PRF), antigos aliados históricos de Lauro Sodré, como Justo Chermont, mantiveram-se ao lado do presidente Prudente de Moraes, agrupando-os no Partido Republicano Paraense (PRP). Esses políticos ficaram sob a liderança de Antônio Lemos, senador estadual e intendente de Belém por quase 15 anos (Santos, 2020).

Santos (2020) assinala que os lemistas alcançaram bastante sucesso ao estabelecer alianças com as elites locais do Pará, além dos setores que dominavam a política brasileira. Por outro lado, Lauro Sodré assumiu o lugar da oposição política ao manter-se ao lado de Francisco Glycério, político republicano do estado de São Paulo. William Gaia Farias apontou que a divisão entre os grupos políticos lauristas e lemistas marcou os jogos políticos no estado do Pará durante a virada do século XIX para o século XX, disputando a todo momento o controle do poder no estado, com Lauro Sodré mantendo-se na oposição política. Já Antônio Lemos alinhou-se ao presidente da República, Prudente de Moraes, e ficou sujeito à instabilidade nos jogos políticos dos estados brasileiros (Farias *apud* Santos, 2020).

Agnello Meira (1918), na obra *Lauro Sodré, a evolução política do Pará*, narra

as ações de Lauro Sodré após o término de sua primeira gestão, dando especial destaque aos momentos ocorridos após a saída de Sodré do governo do estado, no ano de 1897. Agnello Meira ressalta que nesse ano inicia “a grandiosa luta de combatentes estoicos, que veio, através de três lustros¹⁷, triumphar, mas triumphar heroicamente, no dia 27 de Dezembro de 1916. Realmente nella se accentuaram esses factos extraordinários, memoráveis” (Meira, 1918, p. 12).

Agnello Meira discorre acerca da situação política de Belém no ano de 1912, elencando a transição do governo estadual do Dr. João Coelho para um novo governo, no qual imperavam as disputas políticas entre lemistas, coelhistas e lauristas:

Quando se estabeleceu a recusa do dr. Lauro Sodré à suprema gestão do Estado e se negociava no Rio a sucessão ao dr. João Coelho, os seus amigos resolveram apresentá-lo candidato a uma das vagas da senatoria federal pelo Pará (1912). [...] E o lustre dr. Lauro Sodré ficou no seu lugar de honra, sendo a despeito de tudo, eleito senador federal pela vontade quase unanime dos seus coestadanos (Meira, 1918, p. 19).

Agnello Meira refere-se ao governo estadual do Dr. João Coelho (1912-1916), que sofria investidas de subordinação de Antônio Lemos “aos seus caprichos”, uma vez que o seu partido havia conseguido eleger o governador, “na doce esperança de continuar a política violenta e autocrata, que há longos anos martyrisara os legionarios da opposição ativa, que encarnava em Lauro Sodré” (Meira, 1918, p. 12). Maria de Nazaré Sarges (2002) ressalta que a situação na cidade de Belém estava caótica, pois, de um lado, o jornal *Folha do Norte* e, de outro, *A Província do Pará* disputavam a liderança dos acontecimentos. A polícia não conseguia controlar os tumultos, agindo sempre de acordo com a opinião expressada pelo jornal laurista *Folha do Norte*, que criticava a prudência da polícia, a qual não continha a multidão revoltosa e apoiadora de Antônio Lemos (Sarges, 2002).

É nesse cenário que algumas mulheres, como Maria da Fonte, aparecem liderando quebra-quebras, incêndio de quiosques e destruição de placas públicas (Sarges, 2002). Sarges (2002, p. 78) assinala que as mulheres da elite paraense apresentaram uma outra forma de luta em nome do “soerguimento moral da sociedade” e, por isso, organizaram-se em ligas femininas para combater Antônio Lemos e apoiar a candidatura de Lauro Sodré para mais um novo governo do estado.

Em meio à turbulência política na capital, Lauro Sodré resolveu voltar à Belém no mês de agosto para dar apoio ao grupo coelhista, fazendo explodir uma série de incidentes, culminando em uma tentativa de atentado ao político paraense (Sarges, 2002). A tentativa de assassinato foi imputada ao grupo lemista pelo jornal laurista *Folha do Norte* que, por intermédio de um editorial, culpava os assassinos que estariam escondidos na sede do jornal *A Província do Pará* (Sarges, 2002).

A cidade transformou-se em praça de guerra e o desfecho do conflito aconteceu no incêndio do edifício do jornal *A Província do Pará* e da casa do intendente Antônio Lemos. Os populares arrancaram o “velho” intendente de sua casa e o humilharam a caminho da prisão (Sarges, 2002). Agnello Meira narra esses fatos

17 Três lustros totalizam quinze anos.

trágicos ocorridos em Belém da seguinte forma:

Após os violentos acontecimentos de 1912, estando ainda fumegantes os escombros d' "A Província [do Pará]" e frescas as sepulturas das vítimas de 29 de agosto um latente movimento de represálias se operou no seio do partido vencido pela voragem das *revanches* populares (Meira, 1918, p. 16).

As notícias do motim espalharam-se pelo país, transformando-se em debates no Senado e na Câmara Federal, bem como estamparam as manchetes dos jornais das grandes capitais brasileiras (Sarges, 2002). Agnello Meira (1918, p. 16) assinala que, em meio ao cenário caótico em Belém, "o povo, de joelhos, pedia a Lauro Sodré que aceitasse a sucessão governamental do Estado". Dessa forma, em primeiro de fevereiro de 1917, Lauro Nina Sodré assumiu a governança do estado pela segunda vez, até 1921, com sua pregação republicana e credo positivista. Para tanto, discursou em sua Mensagem do Governador ao Congresso Legislativo do Pará:

São públicas e notórias as origens do movimento, de que resultou ficar o meu nome obscuro em ruidosa evidência e ser trazido até o alto honroso posto, em que nesse momento está chegando. Em derredor de mim se ajuntaram correntes de opinião pública. E para que se desatasse como se desatou a luta aqui travada, foi necessário que os congregássemos os que tínhamos ideais comuns, os que viram que, dada a situação angustiosa a que o Estado foi levado, era para todos nós o primeiro dos deveres lidar por que todos os homens de boa vontade e são consciência se ajuntassem num supremo esforço pelo bem, impedindo que iam forçosamente decorres de uma tremenda crise política qual se abriu aqui (Borges, 1983, p. 341).

Segundo Ricardo Borges (1983), ao retomar o poder, o referido governador deliberou suas palavras com uma preocupação evidente acerca do governo que a ele se apresentou, devido a não encontrar a situação do estado como a deixou no governo anterior (1891-1897), que ocorreu em plena ascensão do preço da borracha. Porém, em 1917, no início do seu segundo mandato, o governo do estado estava passando por uma crise econômico-financeira densa desde o governo anterior (Borges, 1983).

Barbara Weinstein (1993) assinala que, no plano internacional, em janeiro de 1910, o mundo industrial foi subitamente acometido por grave crise da febre da borracha após dois anos de firme, porém gradativo, aumento de preços (Weinstein, 1993). Uma alta sem precedentes no valor da borracha fez com que os capitalistas de todo o mundo se lançassem a investir apressadamente na produção da borracha bruta, fazendo com que centenas de companhias, representando milhões de libras esterlinas de capital, surgissem da noite para o dia nos meses que se seguiram. Em maio de 1910, a febre se arrefeceu, parecendo natural que os preços se estabilizassem no início, e até mesmo caíssem um pouco, mas ninguém estava preparado para o violento mergulho que deu o mercado da borracha bruta nos meses finais do ano de 1910, chegando a menos de 1 dólar e vinte centavos no mês de novembro, voltando a desabar no limiar do ano de 1911, gerando convulsões na economia política de Belém (Weinstein, 1993).

O ENSINO

III

**O ENSINO - REVISTA MENSAL DE
PEDAGOGIA E LITERATURA (1918-1919):
processo de produção**



Neste capítulo, a partir da análise da revista em estudo, relaciona-se o objeto na sua materialidade, a fim de compreender como se consolidou a forma, a frequência, o dispositivo e a sua estrutura (Chartier, 1991). Ademais, aponta-se as mudanças encontradas entre os quinze números publicados, bem como sua organização, identificação, política editorial, entre outras estruturas que englobam todo o projeto da revista, no intuito de compreender o processo de produção e circulação.

Ao considerar o contexto histórico da Primeira República, evidencia-se como principal função da revista o fornecimento de (in)formação para os professores do Ensino Público Primário do estado do Pará. Vale ressaltar que o público leitor era composto, em sua maioria, por professores, porém se diversificava entre outros profissionais que tinham interesse no conteúdo de O Ensino, o qual foi capaz de engendrar uma nova mentalidade diante da busca pelo padrão de ordem e da moral do homem republicano que compunha o novo cenário político, econômico e social paraense no início do século XX.

A vista disso, entendemos a revista como suporte de uma “prática social”, que se refere a um “lugar social”, relacionada a uma época e a um dado tempo histórico, articulados pela intencionalidade que os constitui (Cruz; Peixoto, 2007). Nesse sentido, entendemos que os textos, as fontes e registros tipográficos, as imagens, as temáticas, a diagramação, ou seja, todo o conjunto de suporte material da revista se organiza para compor um cenário que detém uma historicidade de especificidades próprias, relacionadas à imprensa e à sociedade.

Nesse aspecto, é profícuo apresentar as ideias de Martins (2008) sobre o valor da imprensa (revista), quando afirma que os jornais, em sua maioria, se dedicam a noticiar a maior parte dos conteúdos com teor político e imediato, já as revistas publicam temas variados de forma mais elaborada. Para a autora, a revista possui:

[...] o mérito de condensar, numa publicação só, uma gama diferenciada de informações, sinalizadoras de tantas inovações propostas pelos novos tempos, intermediando o jornal, as revistas prestaram-se a ampliar o público leitor, aproximando o consumidor do noticiário ligeiro e seriado, diversificando-lhe a informação. E mais – seu custo baixo, configuração leve, de poucas folhas, leitura entremeada de imagens, distinguiu-a do livro, objeto sacralizado, de aquisição dispendiosa e ao alcance de poucos (Martins, 2008, p. 40).

De acordo com o explanado acima, a diversificação de temáticas e informações, o formato, com poucas páginas, e as ilustrações são características significativas do suporte das revistas publicadas nesse período no território brasileiro. Martins (2008) comunga das palavras de Midosi¹⁸ (1979) ao conceituar o sentido e a importância do impresso revista e seu suporte, que passa a ter aproveitamento múltiplo, capaz de:

[...] dar ao nosso povo conhecimentos que lhe são necessários acender a superior esfera no vasto sistema de luzes humanas. Na revista

18 Nicolau Midosi (1879-1881) foi editor na terceira fase da Revista Brasileira, que está na sua oitava fase e é editada pela Academia Brasileira de Letras (ABL). Para mais informações, ler a obra Imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922).

dão-se a ler, sem risco de cansaço, artigos sobre todos os conhecimentos assuntos por onde anda os pensamentos, a imaginação, a análise, o ensino do homem. Não se trata ali de uma só matéria, como o ordinário no livro singular, ou de mais matérias em rápido percurso como no jornal, mas de todas com a conveniente demora, em forma de extensão, proporcionadas aos espíritos (Revista Brasileira, 1879, p. 19 *apud* Martins, 2008, p. 63).

Nesse pensamento, o autor demarca o impresso revista e sua modernidade quanto ao seu tamanho, modo, uso e formato, com a ideia de levar à sociedade o conhecimento diversificado de maneira ligeira e com uma leitura aprazível de modo a proporcionar novas práticas de leitura.

Sob a mesma ótica, Tânia de Luca (2006) acrescenta que as revistas ilustradas e de variedades tiveram suas publicações iniciais em 1900 no Brasil, um exemplo é *A Semana*, editada por Alvaro Teffé, na cidade do Rio de Janeiro, que são denominados “tempos eufóricos” para a autora, que caracteriza a:

[...] apresentação cuidadosa, de leitura fácil e agradável, diagramação que reserva amplo espaço para imagens e conteúdo diversificado, que poderia incluir acontecimentos sociais, crônicas, poesias, fatos curiosos do país e do mundo, instantâneos da vida urbana, humor, conselhos médicos, moda e regra de etiqueta, notas policiais, jogos, charadas, e literatura para crianças, tais publicações forneciam, um lauto cardápio que procurava agradar a diferentes leitores, justificando o termo variedades (Luca, 2006, p. 121).

A crescente circulação dos impressos, fez com que a sociedade cada vez mais se rendesse aos impressos. Decerto a revista *O Ensino* também procurou acompanhar o modelo de modernidade a ser seguido, até mesmo para tornar evidente que o povo paraense, na busca pelo progresso, estava inserido no processo civilizatório e possuía homens com capacidades intelectuais para promover os conhecimentos recomendáveis.

3.1 A revista *O Ensino* dada a ler

No seio da sociedade moderna a tarefa dos que professam as artes e ofícios exige deles a preparação indispensável, a cultura do espírito, que só lhes permitirá ser os instrumentos uteis e fecundos da obra de progresso e crescimento, que a humanidade atravessa agora. [...] Estão fazendo para que a instrução dia a dia suba de nível e não tardem, saudar a aurora, que nos alumie e que não tenha que deixar-nos vexados porque em nosso meio vivem homens analfabetos que gritam pedindo luzes para o espírito com as mesmas ânsias com que os famintos pedem pão para o corpo (Sodré, 1918, p. 2).

Imerso em um discurso progressista republicano, a Educação era o escape do mundo da ignorância vivenciado pela sociedade paraense. A epígrafe acima faz parte das palavras de saudação e do reconhecimento do governador do Estado, Lauro Sodré, pela publicação da edição de nº 01, de 1918, da revista *O Ensino*. Suas palavras revelam o cuidado e, ao mesmo tempo, a inquietação acerca das

altas taxas de analfabetismo que assolavam o Pará, além da árdua tarefa que os editores e redatores, mestres do ensino, teriam em difundir novas ideias e condutas para a política vigente.

Para o ideário republicano, não cabia em uma sociedade rumo ao progresso uma população sem instrução e Educação, então, a rudez e a República não podiam caminhar juntas em congruência para o futuro da nação. Vale sublinhar que o estado era o principal responsável pela projeção dessa Educação para promover a civilização do povo paraense e pela criação de seus canais de possibilidades para que esta se consolidasse no seio social. Dessa maneira, a revista *O Ensino* atuou diante de um cenário de escassez intelectual e moral e procurou engendrar uma nova mentalidade e fazer circular ideias para promover e fortalecer a nova ordem republicana, via impresso, que se estendia para além de uma Educação formal.

Diante disso, é importante expor que o regime republicano revelou que uma grande parte da população vivia em estado de insalubridade e desconforto social, condições que deveriam ser combatidas e eliminadas, já que os discursos que circulavam na sociedade eram a imagem da prosperidade social, por meio de um mundo civilizado, aos moldes europeus. Para isso, a fala de Sevcenko (2003, p. 41) mostra que: “O progresso significava somente uma coisa: alinhar-se com os padrões e o ritmo de desdobramento da economia europeia, onde ‘nas indústrias e no comércio o progresso do século foi assombroso, e a rapidez desse progresso miraculosa’ [...]”.

Nessa perspectiva, um novo projeto nacional para a projeção do país era a principalidade a ser alcançada. O avanço científico projetou o homem para o futuro e para novas experiências do mundo moderno. A capacidade que o homem tinha de manusear as máquinas nas indústrias era um exemplo dessa modernidade, bem como os modos de vida das pessoas, com seus usos e costumes, modo de agir e pensar, que maquiavam a postura reguladora a ser seguida. Porém, não era o que se observava, principalmente em relação à classe popular

Sarges (2010) acentua que a aceleração do desenvolvimento urbano e industrial no Pará se intensificou com a implantação da República, e o estado tinha uma função indispensável: ser o patrocinador da modernização.

O desenvolvimento urbano que se gestava há algum tempo acelerou-se com a implantação da República que, enfatizando a descentralização, deu maior autonomia à aplicação dos impostos, além de conceber ao Estado maior participação da renda concernente à exportação da borracha. Esse momento de transformação pela qual passou a Amazônia, especificamente Belém, coincidiu com a modernidade surgida em Paris e Viena (Sarges, 2010, p. 150).

É importante frisar que a autora elucida acerca da modernidade na cidade de Belém, comparando-a com o progresso da Europa (Paris e Viena). Belém foi arquitetada no governo do intendente Antônio Lemos em consonância com esse propósito social e econômico, que materializou as construções de avenidas, praças, coretos, palacetes, entre outros monumentos, além da criação de fábricas, indústrias, hospitais, portos e ferrovias que ilustravam os padrões civilizados de expansão capitalista (Sarges, 2010).

Sevcenko (2003, p. 97) afirma que essa era “a verdadeira, única e definitiva

tábua de salvação, capaz de selar de uma vez a sorte de um passado obscuro e vazio de possibilidades, e de abrir um mundo novo, liberal, democrático, progressista, abundante e ilimitado”. Esse ideário serviu de fomento para as aspirações políticas e sociais do republicanismo e abriu portas para os homens de letras disseminarem as ideias acerca do ensino destinado à classe popular, que somava um considerável número populacional. Sobre isso, a publicação do texto (1919) “O analfabetismo no Brasil”, na revista *O Ensino*, elucida a seguinte estatística:

A cada mil habitantes são analfabetos 832 [na] Parahyba, no Piauí com 827, Pernambuco com 807, Alagoas com 800, Rio Grande do Norte com 796, Ceará e Goyaz com 782 cada, Bahia com 772, Estado do Rio com 769, Paraná com 761, Sergipe e São Paulo com 753 cada, Maranhão com 746, Minas Geraes com 744, Santa Catarina com 743, Espírito Santo com 731, Mato Grosso com 730, Pará com 700, Amazonas com 679, Rio Grande do Sul com 674, Districto Federal com 481 e 519 letrados” (C. P., 1919, p. 92-93).

Diante dessa realidade, foi necessário combater o estado de calamidade e ignorância que assolava o país, em especial o Pará. Dito isso, considera-se a imprensa o canal de difusões de ideias do poder ideológico, e é nela que os intelectuais se alicerçam para mobilizar opiniões. Os apontamentos de Santos e França (2020, p. 9) orientam que: “A imprensa se inseriu no contexto da República no Pará, liderada por homens de engajamento político e grande influência no meio educacional. A imprensa paraense se assentou como suporte político e social para ecoar os ideais republicanos”.

Por conseguinte, junto ao apoio do governo estadual, entende-se que a revista *O Ensino*, como um guia pedagógico para professores, foi pensada e elaborada pelos professores¹⁹ do Ensino Público da escola profissional do Estado, conhecida como Instituto Lauro Sodré (I. L. S.), que pertencia à diretoria de Instrução Pública do Estado do Pará. O periódico era impresso e encadernado nas oficinas do I. L. S., pelo corpo de alunos e com o auxílio dos mestres de ofícios.

O Instituto sempre era posto em destaque nas publicações por ser observado como modelo. Nele, era ofertada a Educação para meninos em situação de pobreza e orfandade, garantindo-lhes uma formação pública primária, artística, com o direcionamento para formação nos ofícios de “carpinteiro, marceneiro, tipografo, impressor, encadernador, serralheiro mecânico, funileiro, sapateiro e alfaiate” (Sousa, 2010, p. 159).

À Casa de Ensino e educação aberta aos filhos do povo, os quaes para ella entram crianças e pobres, em sua maioria victima da desventura, que os orfanou, sem tectos e sem pão, e que de lá saem, tempos depois, moral e materialmente fortes. [...] a abrigar o que serão mais tarde operários inteligentes, bebido que seja o ensino, que nelle se lhes ministra. [...] A missão do operário, que é um fator consciente da Obra de civilização e de avanço, que vae conduzindo a humanidade a largos passos para o futuro (Sodré, 1918, p. 2).

Além do aproveitamento da mão de obra gratuita dos meninos na produção

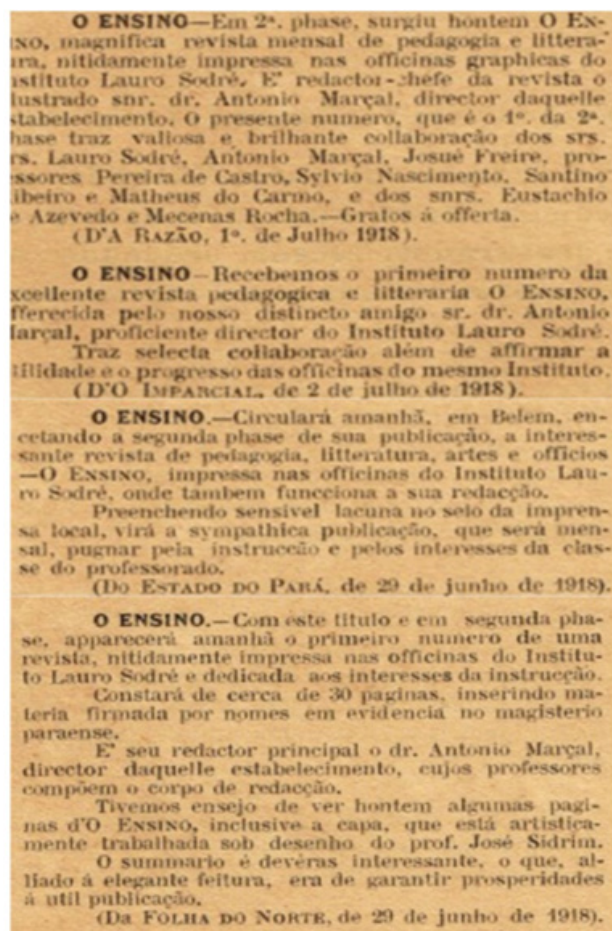
19 A trajetória dos professores será descrita no desenvolvimento deste texto.

do material impresso, agregava-se o valor do trabalho para o homem do futuro. Concomitante a esse cenário, a arte da tipografia/imprensa foi a grande aliada do corpo editorial da revista, que examinava e selecionava previamente os textos postos em circulação. Nesse sentido, o grupo de intelectuais era composto por: Antonio Marçal, diretor do Instituto Lauro Sodré e exercia a função de redator-chefe; os redatores/professores: Pereira de Castro, Sylvio Nascimento, José Sidrim, Santino Ribeiro, Figueiredo e Sousa e Gasparino Silva; o administrador técnico: Vicente Silva; e o diretor-gerente: Raimundo de Oliveira Machado. Estes faziam parte de um coletivo, que promovia a Educação no estado.

Em 1918, a imprensa de grande circulação local e interestadual, bem como a *Folha do Norte*, *Estado do Pará*, *D'A Razão*, *D'O Imparcial*, *D'A União*²⁰, divulgou, após o recebimento de um exemplar da revista, o lançamento do primeiro número que circulou em 30 de junho de 1918, correspondente à segunda fase da revista *O Ensino*, que era dedicada aos interesses da instrução pública. A fim de potencializar a ideologia do republicanismo e as relações entre a cultura e o trabalho, a revista funcionou como um subsídio para localizar a função da escola e do Ensino Primário, já que o ofício e a ação pedagógica do professor passou a ser insubstituível junto a sua atuação para o social (figura 4).

O Ensino alhures assumiu o papel duplo no estado, pois tinha como finalidade o propósito político e educacional de difundir preceitos liberais para gerir aspectos civilizatórios, tendo como ponto de partida a valorização da instrução e Educação, sobretudo para a “infância desvalida”²¹, no sentido de construir uma nova identidade nacional.

Figura 4. “O Ensino” notas da imprensa de 1918.



Fonte: O Ensino (n. 7, 1919, p. 51).

A revista aparece no momento preciso para combater o analfabetismo e divulgar os meios de defesa da saúde, estabelecimento as grandes leis da hygiene do corpo e da alma. [...] O Ensino reencenta a campanha do Bem: as batalhas que tem de pelejar são de exterminio do obscurantismo e de destruição de qualquer mal de qualquer maneira, procurando deixar refletir no espelho da nossa consciencia a imagem sagrada da Patria integra e forte (Marçal, 1918, p. 1-2).

20 Jornal que circulava no estado da Paraíba no período.

21 Termo utilizado por Lauro Sodré no discurso comemorativo do 46º aniversário da fundação do Instituto Lauro Sodré, ao se referir às crianças órfãs e pobres educadas na instituição.

Associado a esse entendimento, Bastos (2002, p. 174) aponta que “a criação de periódicos pedagógicos pode ser explicada tanto por fenômeno de ordem propriamente educativa, como por fatos de ordem social ou de ordem política”. Nesse sentido, a revista não faz política partidária, mas “advoga uma causa politico-social’ em benefício da pátria, trabalha a favor do ‘preparo physico e moral da nova geração brasileira, destinada a dar brilho e renome ao colosso sul-americano que a natureza fadou [...] aprender e ensinar, educando e instruindo” (Marçal, 1918, p. 26). Nessa lógica, o pensamento da elite intelectual e política do Brasil aplicaram leis de acordo com uma proposta patriótica para erguer a modernização nacional (Rizzini, 2011).

3.2 Os aspectos gráficos e materiais da revista: paginação, periodicidade, formato, capas, sumário e propagandas

Na perspectiva de entender o projeto da revista e suas peculiaridades, faz-se necessária a análise de sua materialidade: do formato, da composição e das estratégias utilizadas pelos redatores e editores com o intuito de fazer circular os discursos ali inseridos. A revista é concebida neste estudo como um canal de divulgação de pronunciamentos que atuam na formação civilizatória de um momento histórico que, deve-se frisar, configura “uma prática constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza opiniões e interpretações que pretendem [ser] compartilhadas e universais” (Maciel, 2004, p. 15). Por isso, assume a posição de instrumento pedagógico direcionada a moldar as mentes de quem a ler.

[...] as novas perspectivas abertas para pensar outros modos de articulação entre as obras ou as práticas e o mundo social, sensíveis ao mesmo tempo à pluralidade das clivagens que atravessam uma sociedade e à diversidade dos empregos de materiais ou de códigos partilhados (Chartier, 1991, p. 177).

Em vista dos fundamentos de Chartier (1991), que trata das perspectivas de pensar as práticas e o mundo, da forma que os constituem, tanto no que se refere ao objeto na sua materialidade quanto ao seu contexto histórico, entende-se que a arte da tipografia exerce uma tarefa difícil: despertar, conduzir e manter a atenção dos seus leitores, visto que a estética (aparência visual) e a organização devem ser articuladas para que as informações sejam percebidas e auferidas de modo adequado e eficiente. Engloba-se, para tanto, a escolha da fonte tipográfica, o tamanho, os ornamentos e as imagens que compõem a revista, os quais estão presentes no processo de criação e transmissão cultural. Sobre isso, a revista era considerada:

[...] de incontestável merecimento e que muito honra a arte da typographia no florecente Estado do Pará. A parte intelectual está a altura da dedicada missão em que se empenha, e agrada sobremaneira pela singeleza e profundidade com que ventilam os mais variados assumptos que entendem de perto com o ensino e educação (O Ensino, 1919, p. 55).

Honrada pela imprensa de grande circulação do estado do Pará, a revista era prestigiada por meio de notícias que qualificavam o conteúdo, tanto material quanto intelectual.

Tal reconhecimento e importância conduzem pesquisadores que buscam a imprensa como fonte/objeto de estudo. A exemplo, Biccás (2008) avalia a materialidade do impresso *Revista O Ensino* em sua pesquisa²² e afirma que é necessário compreender os “aspectos de produção e circulação”, além de destacar a importância de estudar a periodicidade, a circulação, a distribuição e a tiragem, o formato e o modo de manipulação. Segundo a autora, essas primícias servem de suporte para compreender sua produção e o tempo histórico vivenciado pelos leitores e produtores (Biccás, 2008).

Seguindo os apontamentos da pesquisadora, o quadro 2 possibilita examinar, de maneira geral, os aspectos materiais da revista escolhida como fonte/objeto deste estudo.

Quadro 2. A composição material da revista O Ensino (1918-1919).

Ano	Nº publicação	Número de páginas	Formato Vertical (cm)	Capa	Cores (capa)	Nº Textos	Sumário	Ilustrações	Propaganda
1918	01 (jun.)	22	27 x 19,5	Sim	Sim	14	Sim	Não	Sim
1918	02 (jul.)	40	27 x 19,5	Sim	Sim	19	Sim	Não	Sim
1918	03 (ago.)	52	27 x 19,5	Sim	Sim	23	Sim	Não	Sim
1918	04 (set.)	54	27 x 19,5	Não	Sim	20	Sim	Não	Sim
1918	05 (out./nov.)	42	27 x 19,5	Sim	Sim	22	Sim	Não	Sim
1918	06 (dez.)	72	27 x 19,5	Sim	Sim	29	Sim	Não	Sim
1919	07 (jan.)	66	27 x 19,5	Sim	Sim	32	Sim	Não	Sim
1919	08 (fev.)	56	27 x 19,5	Sim	Sim	30	Sim	Não	Sim
1919	09 e 10 (mar./abr.)	48	27 x 19,5	Sim	Sim	24	Sim	Não	Sim
1919	11 (maio)	60	27 x 19,5	Sim	Sim	21	Sim	Não	Sim
1919	12 (jun.)	102	27 x 19,5	Sim	Sim	41	Sim	Sim	Sim
1919	13 e 14 (jul./ago.)	62	27 x 19,5	Sim	Sim	21	Sim	Sim	Sim
1919	15 (set.)	60	27 x 19,5	Sim	Sim	26	Sim	Sim	Sim

Fonte: Autores da pesquisa (2021)..

Conforme os dados do quadro 2, dividido em 10 colunas, o editorial da revista, em sua segunda fase, produziu seis publicações no ano de 1918 (de junho a dezembro) e nove em 1919 (de janeiro a setembro), totalizando quinze números (posteriormente, a coleção será apresentada nas figuras 5 e 6). As laudas das revistas acompanhavam uma numeração sequencial de páginas: de 02 a 278 (1918) e de 02 a 384 (1919), que facilitava o agrupamento por ano, produzindo um único volume, que era ofertada aos assinantes em uma capa de luxo. A recomendação de encadernar os exemplares induz à ideia de colecionar, manter preservado e

22 O estudo se refere à obra “O impresso como estratégia de formação: Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940)”, produzida por Marilene de Souza Biccás em 2008.

acondicionar o material, facilitando a busca de informações e, decerto, representava uma ideia global da proposta editorial aos leitores.

A periodicidade da revista *O Ensino* corresponde a edições mensais, caracterizadas como dispositivos culturais multiautorais (compostas por textos de várias autorias), que proferem discursos textuais e ilustrativos, os quais emanam valores e transmitem novas concepções aos leitores.

No que diz respeito à disposição, o referido periódico foi prensado no formato de brochura vertical, medindo 27 cm (altura) por 19,5 cm (largura), formatação mantida em todos os números publicados – nº 01 a nº 15. A arte da capa, encontrada em todas as publicações analisadas, exceto no nº 4 de 1918, é de autoria do professor José Sidrim²³ (*O Ensino*, 1919, p. 54), que também era um dos redatores da revista. Nela, era exibido o nome do periódico nas mesmas cores do desenho.

Prensado em letras maiúsculas, o nome *O Ensino* acompanhava o desenho gráfico da capa e, em fontes menores e finas, o complemento do nome: *Revista mensal de Pedagogia e Literatura*, que constava apenas nas publicações dos números 01 a 11. A justificativa para denominação conter a palavra “Pedagogia” em sua composição se dá por meio da circulação de textos relacionados ao ensino, à higiene, à saúde, aos assuntos pedagógicos (informações sobre a cultura pedagógica mundial), atos do governo, entre outros, a fim de contribuir para a formação de professores e para o progresso da ciência. O uso da palavra “Literatura” justifica-se pela presença dos poemas, partituras musicais, canções infantis, peças teatrais e crônicas. Já nas demais publicações (nº 12 a nº 15) a denominação sofreu uma modificação e passou a ser intitulada, em fontes menores, *Revista mensal de Pedagogia, Literatura, Artes e Offícios* (figura 7).

A partir da publicação do nº 12, são introduzidas imagens fotográficas com o intuito de divulgar os meios de produção do periódico, os atores sociais (alunos, professores, diretores, governador do estado, entre outros), festas e momentos cívicos e outras ocasiões que remetiam ao ensino no estado. De certa maneira, tais práticas exibiam sujeitos que estavam trabalhando para o engrandecimento da pátria, que visou a “transformação dos indivíduos em cidadãos solidários ao ideário burguês” (Nicolazzi, 2000, p. 2), ou seja, engendrar uma mentalidade positivista a tornar o homem apto ao trabalho e subserviente à pátria.

Ao analisar o periódico pedagógico, percebe-se que carrega consigo características específicas atribuídas pelos editores, que vão sendo moldadas em concordância com suas finalidades. Nesse ângulo, destaca-se que a capa da revista pode ser considerada um “protocolo de leitura”, pois nela são aplicadas cores, imagens, ornamentos, letras, entre outros elementos, designados a um propósito comunicativo que atinge um significado exclusivo para seus leitores. Em conformidade com Chartier (1998), a imagem, por exemplo, pode significar para o leitor um “lugar de memória”, que, através de sua representação, indica vestígios do passado (história) e remete a um significado. Para Chartier (1991), as representações:

[...] são sempre determinadas pelos interesses de grupo que os forjaram. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem utiliza. As percepções do social

23 Exercia a função de professor de desenho gráfico no Instituto Lauro Sodré.

não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezadas, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso, essa investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competição cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação (Chartier, 1991, p. 17).

Ao fazer uso do conceito acima, entende-se que a imagem é um tipo de texto, porém sem a presença da escrita, assim, faz-se uma leitura do contexto visual, por esse motivo a compreendemos como uma representação vinculada a uma conjuntura histórica.

Durante a catalogação, observou-se que todas as capas possuíam o mesmo desenho gráfico, como já explanado, porém evidenciam-se os elementos que faziam parte e representavam a cultura escolar aliados ao patriotismo, tais como: o globo terrestre, o livro, a pena (caneta tinteiro), os pincéis de pintura, a régua, a mesa escolar, os papéis, o compasso e o martelo (elemento de trabalho da marcenaria). De acordo com Carvalho (1990, p. 10), “o imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias [...], mas também [...] por símbolos, alegorias, rituais e mitos”.

A equipe editorial fazia questão de manter esses símbolos na composição da capa, pois os elementos supramencionados representavam a escola inserida no contexto republicano, imersa na cultura dos sentimentos cívicos, a qual se comprometia em intelectualizar os sujeitos, em especial a infância pobre que, mediante sua condição social, caminhava junto ao analfabetismo. O ideário para o futuro da nação estava pautado em cuidar e tornar a infância um instrumento consciente de sua existência, por isso, entende-se que era necessário instruir e educar, garantindo-lhes o estudo e um ofício para fazer-lhes sujeitos dotados de virtude moral e cívica, pois a criança era na época:

[...] por sua idade um ser sem característico algum de ordem moral; entra na vida às cegas: ignora tudo – o começo, os meios e os fins de sua existência; traz a alma vazia de ideias, não conhece as vias do destino, não distingue o bem e o mal, o relativo e o absoluto. A justiça, a caridade, a honra, os benefícios da instrução e os males da ignorância, o patriotismo, a moderação, são nomes sem significação positiva (Mattos, 1919, p. 85).

A autora do excerto do texto intitulado “Palestras Escolares” discursa acerca do papel do professor na formação das crianças para uma sociedade patriótica e o valor do Ensino Primário como atributo *sine qua non* para o desenvolvimento intelectual da infância, pois perante a política vigente, elas seriam o futuro da nação e, por esse motivo, o ensino era promovido pelo estado com vistas a formar sujeitos habilitados para o mundo do trabalho e para si. Nas palavras de João Pereira de Castro, no 46º aniversário de fundação do Instituto Lauro Sodré, os meninos desvalidos eram educados a partir do ideário republicano.

Conquistaram na escola e na officina, um duplo diploma que os ingressará na sociedade e na vida, na comunhão dos homens e na

comunhão das idéas, como moléculas vivas do organismo nacional capazes de fucções uteis e de sãs vibrações patrióticas. São operários que sabem lê e escrever, que sabem pensar e sentir [...]. São novos estatuarios do progresso (Castro, 1918, p. 9).

Sob essa perspectiva, o governo de Lauro Sodré investiu na Educação das classes populares, já que o propósito do republicanismo era eliminar a ignorância da população analfabeta, vista como elemento incapaz e responsável pelo atraso da nação. Desse modo, a tarefa da Educação era tornar “o organismo” (a nação) intelectualizado, saudável, moralizado e patriota.

Ao avaliar o desenho da capa da revista, nota-se a representação do discurso educacional republicano. Descreveremos a seguir o que se depreende de cada elemento da capa.

- a) a mesa é um objeto da cultura escolar, o lugar de produzir conhecimento.
- b) os pincéis eram representações das oficinas de artes, práticas relacionadas ao processo civilizatório aos moldes europeus;
- c) o globo reporta-se ao ensino da geografia: a descrição e o reconhecimento da Terra como campo da atividade humana e do conhecimento da sua forma física;
- d) a caneta evidencia o ensino da leitura, da escrita e o aprimoramento das teorias gramaticais que valoravam a Língua Portuguesa, a fim de alcançar a intelectualidade e sanar o analfabetismo para, assim, exaltar a cultura patriótica;
- e) o martelo está relacionado ao ensino técnico e profissional, que valoriza o mundo do trabalho;
- f) a régua representa ensino da Matemática, visto que saber somar e subtrair relacionam-se ao processo de civilidade;
- g) g) o livro possui um significado plural, dentre eles: detentor do conhecimento e da personificação do professor, uma vez que é dotado de conhecimentos, capaz de formar e nutrir a alma com bons pensamentos. Posto isso, a instrução era encarada como o caminho pelo qual a civilização é alcançada: “o progresso material, intelectual, moral dum povo assentam, exclusivamente, na instrução [...] reconhecida como a base capital da prosperidade e do nome das nações” (Mattos, 1919, p. 84).

A capa da revista também revelava o local de produção e edição, o qual estava destacado em todos os números – *Officinas e Redacção Instituto Lauro Sodré* –, fixado entre as duas linhas gráficas, localizado na parte inferior do desenho da capa, demarcando as validações educativas da Escola Profissional do Estado do Pará²⁴. A escola era, sobretudo, a base para formação científica e intelectual

24 Segundo Silva, no Instituto Lauro Sodré, funcionavam as oficinas de artes, ofícios e indústrias propriamente ditas, que eram ministradas em seis anos, quatro de estudo e dois de especialização. Havia sete cursos industriais: carpinteiro, marceneiro e torneiro; tipógrafo e impressor; encadernador; serralheiro mecânico; funileiro; sapateiro, surrador, curtidor e correeiro; e alfaiate. Na oficina tipográfica, eram realizados trabalhos de impressão de diversas obras, como mapas, prospectos; tiragem a tempo fixo; composição e impressão de livros etc.; e práticas de todas as máquinas. Na oficina de encadernação, era ensinada a prática de encadernar os livros. Os alunos aprendiam o corte, a costura e a colagem das folhas de papel para receber as capas. Nessa oficina era efetuada a encadernação da produção da oficina de tipografia e a impressão (Silva, 2020).

dos professores e alunos da renomada instituição (instrução pública paraense) capaz de conduzi-los à civilidade.

Para Chartier (1991), a capa é um dispositivo tipográfico, fruto do trabalho de mediação editorial, a qual também se reporta ao conteúdo da revista. Diante dessa realidade, observa-se que a capa de luxo do ano de 1918, utilizada para encadernar todos os números do referido ano (figura 8) era uma produção especial e, por esse motivo, o desenho destacava-se na cor dourada; o tipo de papel era com textura de baixo relevo e em cor azul de tonalidade clara; o nome principal da revista era prensado em duas cores: azul com a letra (E) em destaque na cor vermelha. Evidencia-se, nessa edição, a frase em latim *pax et labor*²⁵, que possui um sentido cultural importante no contexto republicano, uma vez que o “labor” é resultado de um processo cultural que tem uma finalidade específica em cada tempo histórico e é uma prática que o homem impôs a si mesmo diante da modernização do país, das novas tecnologias e das correntes filosóficas que se instalaram no seio social.

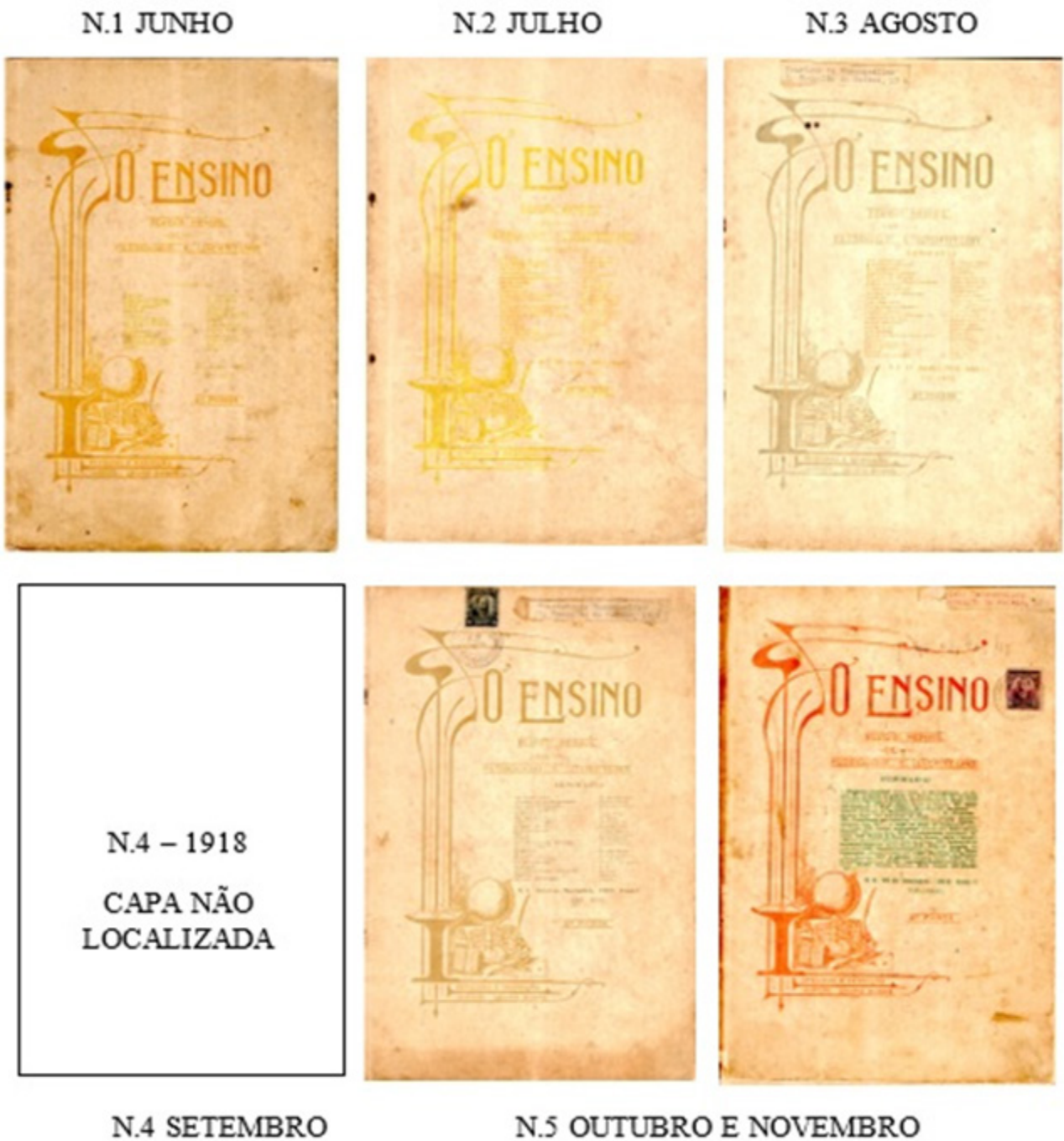
Atrelado a essa riqueza de detalhes que a diferencia das publicações mensais, há na capa da revista de luxo a imagem de duas abelhas libando o néctar de duas flores, representação perfeita para descrever os alunos do Instituto Lauro Sodré, que laboriosos e sedentos vão em busca de conhecimento tal qual as abelhas em busca do mel. De certa maneira, para educar e instruir um sujeito, entendia-se que era necessário fazê-lo evoluir, ter um ofício, uma profissão, ser produtivo e promover seu próprio sustento. Na narrativa da revista, em sua primeira publicação, circulou o texto chamado “O bom caminho” que incitou seus leitores a entender o verdadeiro valor da escola e a capacidade/missão do “mestre-escola” de formar bons cidadãos.

A escola é a colmeia; os estudantes, as abelhas laboriosas, sôfregas de idéias, como as verdadeiras sedentas de mé. As abelhas libam o néctar do perfumoso coração das flôres. Também, os pequeninos estudantes, quaes novas trefegas abelhas, em doirados anxames rumorosos, vôam p’ra colmeia, que é a escola, e lá como quem libam das letras dos livros – favos de Himetto e de Ventoné! – o capitoso mé das idéas que enche de luz e de gloria as células criadoras do vasto e humano pensamento (Rocha, 1918, p. 6).

Esses alunos do I. L. S., além de receberem a educação primária, também eram preparados para exercer um ofício. Trabalhavam na produção manual da revista, junto às oficinas de tipografia, encadernação e impressão para serem comercializadas. Então, consideramos os estudantes trabalhadores a serviço do estado, como aparece na metáfora no texto, “os pequeninos” são “abelhas laboriosas” que serviam de mão de obra barata ao estado, pois não recebiam pelo seu labor.

25 Tradução: Paz e trabalho.

Figura 5. Capas da revista *O Ensino* (1918).



Fonte: Autores da pesquisa (2021).

Figura 6. Capas da revista *O Ensino* (1919).

CAPA ENCADERNADA



N.7 JANEIRO



N. 8 FEVEREIRO



N.9 e N. 10 MARÇO/ABRIL

N.11 MAIO

N.12 JUNHO



N.13 e N.14 JULHO E AGOSTO

N.15 SETEMBRO

FECHAMENTO DA CAPA

Fonte: Autores da pesquisa (2021).

Figura 7. Capa da revista *O Ensino* N° 12 (1919).

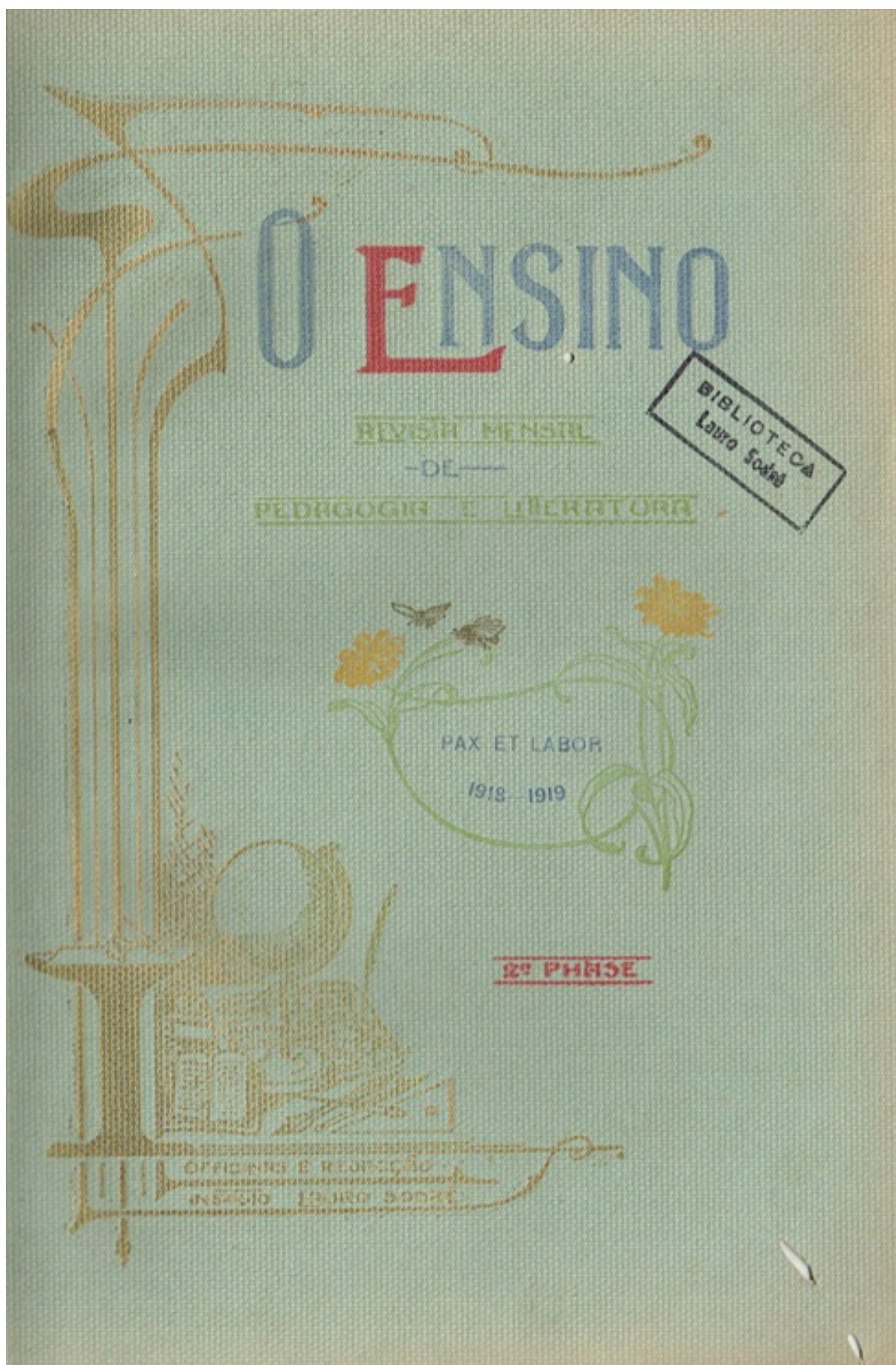


Alt. 27 cm

Larg. 19,5 cm

Fonte: Arquivo documental da Biblioteca Pública Arthur Vianna (2021).

Figura 8. Capa de Luxo em edição especial do periódico *O Ensino* (1918-1919).



Fonte: Fundação Cultural do Estado do Pará (FCP), Biblioteca Arthur Vianna – Belém/PA (2021).

As capas de todos os exemplares da revista, exibiam o número da publicação, o mês, o ano e o sumário (exceto a nº 12, em que essas informações estavam localizadas após as propagandas das primeiras páginas). Tais informações ordenavam e conduziam o leitor para a leitura dos textos publicados naquele número. Posto isso, entende-se o sumário como uma estratégia editorial que tinha por finalidade anunciar e localizar previamente a seleção de temáticas presentes no interior da revista, possibilitando ao leitor escolher o texto de sua preferência, sem a necessidade de folhear todo o periódico. Essa funcionalidade, decerto, estimula e atrai os leitores de forma prática e ágil.

Vale acentuar que, dentre os números publicados em 1918, a revista de número 06, de 25 de dezembro desse ano, é o único exemplar que continha o índice nas duas últimas páginas (277 e 278), indicando um método para agrupar a encadernação de todos os números publicados em 1918. O índice era organizado por fascículos: I, II, III, IV, V e VI, que correspondiam a todos os sumários de cada revista.

A folha subsequente à capa continha a sinalização de que os assinantes deveriam pagar antecipadamente seus exemplares e, para isso, firmavam o endereço de “*O Ensino* oficinas e Redacção: Instituto Lauro Sodré, nº 104, Pará – Brasil. A correspondência para *O Ensino* deve ser enviada diretamente ao Instituto Lauro Sodré”. Era responsabilidade do corpo editorial receber e selecionar os textos adequados a cada publicação mensal, porém em “hypothese alguma os originais serão devolvidos [...] *O Ensino* não assume responsabilidade pelas ideias emitidas em artigos por seus signatários” (*O Ensino*, 1919, não paginado).

O periódico era vendido pelos valores de \$500 réis o exemplar avulso, a assinatura semestral custava 4\$000 réis e a assinatura anual, 6\$000 réis. Esses foram os valores para os números de 01 a 05. Porém, o aumento do custo do papel fez com que a revista sofresse um reajuste nos números de 06 a 15, que passaram a ser vendidos por 10\$000 réis, a assinatura anual, 6\$000 réis, a semestral, 1\$200 réis, o número avulso, e 2\$000 réis, o número atrasado.

Em *O Ensino*, algumas páginas no início e no final de cada edição eram destinadas como espaço para novos usos e destinos, bem como para veicular anúncios publicitários. Biccás (2008) defende que:

A diferença entre a veiculação de anúncios no verso das páginas e nas páginas finais refere-se apenas a quantidade de produtos anunciados em um a outro espaço. No verso da capa. Geralmente anunciava-se apenas um produto que acabava tendo um maior destaque dos que os inúmeros anúncios exibidos nas páginas finais, pois aparecia ao lado dos artigos de abertura das edições (Biccás, 2008, p. 139).

Sob esta ótica, concordamos com a autora a respeito da localização desses anúncios na revista *O Ensino*, mas inferimos que tais divulgações ajudavam a manter a revista em circulação, visto que era cobrado o valor de “mil réis mensais, pagáveis adiantadamente, no principio de cada mês e trimestre ou anno como melhor convenha aos srs. Anunciantes” (*O Ensino*, 1918, não paginado) para inserção dos anúncios. Nesse caso, a propaganda e a publicidade estão vinculadas à prática de anunciar, propagar ideias e informações sobre produtos, serviços, instituições, posições políticas, entre outros, ao passo que serviram de estratégias

para persuadir o público e pré-estabelecer a fidelização à revista. De acordo com essa realidade, Martins (2008) assegura que existe uma relação entre a revista e as propagandas veiculadas:

Dos vários suportes que se prestaram à propaganda e à publicidade, a revista talvez tenha sido dos mais efetivos, concentrando a força da propaganda e a evolução dinâmica da publicidade, expressando-as em suas representações mais acabadas. Para a última em particular, tornou-se de tal forma veículo ideal que, em sua essência, quase se confundia com ela, uma vez que ambas, revista e publicidade, direcionavam-se para o mesmo propósito, qual seja: dar-se a conhecer, divulgar-se, “produzir-se para vender”, razão pela qual muitos periódicos revelam-se economicamente viáveis, tão-só pela proposta de divulgação de produtos, isto é, pelo caráter publicitário. A revista, pois, *era* a publicidade; ou por outra, no periodismo da época, a revista transformou-se na embalagem ideal para o produto publicidade (Martins, 2008, p. 244).

A autora concebe o espaço destinado à publicidade nas revistas periódicas como uma “embalagem” do produto publicitário. Nessa perspectiva, propaganda e periódico são indissociáveis, pois desempenham conjuntamente o papel de assegurar a viabilidade econômica e a continuidade da publicação.

A revista *O Ensino* (1918-1919) constantemente exibia os anúncios nas primeiras e últimas páginas do periódico, no formato vertical: Alfaiataria New York Tailor, Formosa Paraense (armazém de fazendas, modas, miudezas, chapéus e artigo de armarinhos), Casa Batista (manipulação de açaí, aberto 24 horas), Pastelaria e Confeitaria Frederico Cunha e Companhia, Pharmacia Pontes, Grande Hotel (Praça da República), Instituto Amazonia (colégio misto de instrução primária e secundária), Collegio Pará e Amazonia (curso primário, gynasial, comercial e de preparatórios), Livraria Clássica (livros, artigos de papelaria e impressos de todos os gêneros), Pharmacia Belem Herculano Carvalho, Gabinete Physio-Therapico, Escola Carlos Gomes (música e piano do antigo programa do Instituto Carlos Gomes), Externato Silvio Nascimento (estabelecimento primário de instrução e Educação), Pará Intellectual, Pharmacia Triumpho de R. Coimbra, Laura d' Amorim Coelho (professora de prendas), Drs. Tiberio de Araujo e Lopes de Queiróz (advogados), professor Sylvio Nascimento (aulas particulares), A Brasileira (armazém de ferragens), Governos e Congressos da República pelo autor Ferreira Vianna (monumental obra de Dunshee de Abrances), Pharmacia e Drogaria Brazil de Henrrique Ferraz e Pharmacia Aurea do Pharmaceutico João Gil Junior (figuras 9 e 10).



ALFAIATARIA

NEW-YORK TAILOR

75\$
Um fato de casimira

100\$
3 fatos brancos com Calças Americanas

90\$
3 fatos brancos

Executadas sob medida

Visite a meu nome e entregue pessoalmente a fôrma com esta etiqueta

Cupom para Informações Gratuitas

B. S. Vianna,
Trav. Campos Sales, 23
Para, Norte do Brasil

Endereçar este cupom ao meu escritório em São Paulo, com a seguinte rubrica: **SEU PREÇO**

Nome _____
Cidade _____
Estado _____

(ENVIAR SEGURO)

FORMOSA PARAENSE

Grande Armazem de Fazendas, Modas, Mudezas, Chapéus e Artigo de Armário

Casa fundada em 1864

Vendas por grosso e a retalho

Importação directa da Europa, America e do Sul do Brazil

Recebe por todos os vapores o que ha de mais recente em novidades

Atende-se a qualquer pedido por telephone e envia-se GRATIS qualquer mercadoria a residencia do comprador.

Corrêa de Miranda & Ca.

67--Rua Conselheiro João Alfredo--67
(Esquina da trav. S. Mathias)

TELEPHONE N. 280

GRANDE HOTEL

PRAÇA DA REPUBLICA

GRANDE HOTEL - Grande Hotel, situado na Praça da Republica, em frente ao Monumento da Republica, oferece a seus hóspedes a mais completa e moderna estrutura de hotelaria, com todas as comodidades e serviços necessários para o conforto e satisfação dos hóspedes.

Grande Hotel - Grande Hotel, situado na Praça da Republica, em frente ao Monumento da Republica, oferece a seus hóspedes a mais completa e moderna estrutura de hotelaria, com todas as comodidades e serviços necessários para o conforto e satisfação dos hóspedes.

Grande Hotel - Grande Hotel, situado na Praça da Republica, em frente ao Monumento da Republica, oferece a seus hóspedes a mais completa e moderna estrutura de hotelaria, com todas as comodidades e serviços necessários para o conforto e satisfação dos hóspedes.

CASA BAPTISTA

(ABERTA ATÉ ÀS 24 HORAS)

Manipulação de assaio em machina propria e movida por electricidade.

Café de canna a tea réis e cope Cerveja Paraense "Pilsen" a 1500 a garrafa

BAR, BILHARES, CAFE, PASTELARIA E CONFITARIA

Frederico Cunha & Comp.

TELEPHONE 73

BELEM---Rua 13 de Maio, 2---PARÁ

Pharmacia e Drogaria BRASIL

DE HENRIQUE FERRAZ

Deposito de drogas, especialidades pharmaceuticas das melhores fabricas

Pharmacia e Drogaria BRASIL, situada na Rua da Republica, em frente ao Monumento da Republica, oferece a seus clientes a mais completa e moderna estrutura de farmacia, com todas as comodidades e serviços necessários para o conforto e satisfação dos clientes.

Pharmacia e Drogaria BRASIL, situada na Rua da Republica, em frente ao Monumento da Republica, oferece a seus clientes a mais completa e moderna estrutura de farmacia, com todas as comodidades e serviços necessários para o conforto e satisfação dos clientes.

PHARMACIA PONTES

COMPRAR... todos compram!

Pará

Mas, só compra bem quem vai a PHARMACIA PONTES, porque obtém MEDICAMENTOS NOVOS E PUROS, a preços verdadeiramente sem competencia

38 Francisco Guimarães 40

INSTITUTO AMAZONIA

46 - AVENIDA NAZARETH - 46

Instituto de ensino primário e secundário, com laboratório de ciências e matemática.

Instituto de ensino primário e secundário, com laboratório de ciências e matemática.

Instituto de ensino primário e secundário, com laboratório de ciências e matemática.

Collegio Pará e Amazonas

Este collegio, installado no palacete n. 29, Barão do Rio Branco (antigo largo da Ti), é solacemente conhecido em toda a Amazonia, reabriu suas aulas. Recebe alumnos internos e externos, para os cursos primario, nacional, commercial e de preparatorio. O collegio é de primeira ordem.

Para mais informações, ao lado da collegio

Manoel Antonio

A educação no Pará Republicano na Revista “O Ensino” (1918-1919)

Pharmacia Belem

bargo de Palacio
DE
HERCULANO CARVALHO

GRANDE variedade de medicamentos de primeira qualidade — Recetários e magníficos postiches para oentes — a preços reduzidos.

Fabrica das famosas Pílulas Carvalho, contra pedras, as melhores de todos os célebres Primários Placenterianos, e mais eficazes em qualquer caso de Regulador Uterino, o maior amigo das mulheres; do Tónico Divino, que deve ser a companheira do homem para combater repentinamente qualquer acidente da Opistha Esasialia, a melhor para os dentes; quem a usar não precisa nunca dobar com dentista, além de sempre preparados de recordada efficacia e premiados em diversas exposições.

— Consultoria medica —

DR. AUGUSTO FAYO	DR. SYNYAL COUTINHO
DR. XAVIER FRASSE	DR. HERALDO MACIEL

Gabinete Physio-therapico

FUNDADO EM MARÇO DE 1913
AO LARGO DE PALACIO

Este importante estabelecimento, onde se encontram desde hoje encontrado cura para as mais reitadas affecções, offerece de jure por grandes melhoramentos, vantagens de transactões, com a honrada presença do sr. Dr. de Gouveia e seus auxiliares do Estado, disposto da mais completa

POLYCLINICA DO NORTE DO BRASIL

Servida por especialistas de competencia internacional, de accordo com o seguinte Conselho:

Dr. Claudio Spilhaus — Officia de Medicina Interna, Ginecologia e Obstetricia, das 8 h. a 12 h. e 2 h. a 6 h.
Dr. Carlos de Freitas — Officia de Officio, Officia de Officio, das 8 h. a 12 h. e 2 h. a 6 h.
Dr. Paulo de Oliveira — Officia de Officio, Officia de Officio, das 8 h. a 12 h. e 2 h. a 6 h.
Dr. J. A. de Magalhães — Officia de Officio, Officia de Officio, das 8 h. a 12 h. e 2 h. a 6 h.
Dr. Agostinho Espinosa — Officia de Officio, Officia de Officio, das 8 h. a 12 h. e 2 h. a 6 h.

A installação electrica de que dispõe o Gabinete Physio-therapico das mais completas e modernas, disposta de todas as rectricas necessarias para a applicação da Electroterapia, Acupunctura, Massage, Neuralgia, Insomnia, Liberações, Metabolismos, Hemorrhagias, Epilepsias, Canceres, Feridas de mau caracter, Paralyticis, Distonias do Biceps, Plegmas, Goncho, Estrabismo e Intusussus. Eddy tambem equipadissimo para executar todos os diagnósticos — especialmente do systema Nervoso.

TELEPHONE. 367 — CAIXA POSTAL. 479

A LIVRARIA CLASSICA

DE

J. B. DOS SANTOS

pelo seu bom sortimento, pela sua modicidade de preços e pela seriedade de suas transaccões, é hoje a mais procurada para a compra de

LIVROS, ARTIGOS DE PAPELARIA, E IMPRESSOS DE TODOS OS GENEROS

As suas officinas typographicas, são movidas a electricidade e acham-se providas de machinas e materiaes dos mais perfeitos e modernos.

Todos os trabalhos, por isso, são feitos com a maxima perfeição, apesar de baratos.

EXPERIMENTEM OS PREÇOS DA

Livreria Classica

Rua Conselheiro João Alfredo, 59-61

Livraria ALPACINHA

DA VIUVA EDUARDO FERNANDES

116-Rua Conselheiro João Alfredo-116-PARA' CASA IMPORTADORA. Vendas por atacado e a retalho

Compras e vendas a dinheiro. Preços sem competencia

Novidades literarias, jornais, illustrações e revistas nacionais e estrangeiras
Postes em todos os generos. Edições especiais com vistas do Park.
Antigos de novidade para homens e senhores. Colonnas sortimentos de photographias e estampas artisticas. Artigos religiosos. Objectos de arte e de phantasia proprio para brindes.

NOÇÕES DE HISTORIA PATRIA

Orculações do acordo com os actuaes programas do 3.º anno elementar, pelos professores

Raymundo Proença e Syrio Nascimento

A venda na Agencia Martins

Dre. Tiberio Araujo e Lopes de Queirós Advogados

CABANA-LINDA, commercial e criminal
Escritorio: Travessa S. Mathews, 21
Telephone. 1217-BELEM

PHARMACIA TRIUMPHO DE R. COIMBRA

Trat. Dr. Moraes 21 Telephone 1057

Se e entrega do pharmaceutico
Banco Central de Santa Gerarda, Prof. de Escola de Pharmacia de Paris.
Servico de pharmacia rigorosamente perfeito.

O professor Sylvio Nascimento LECCIONA PARTICULARMENTE

Geographia, Chronographia e Historia de Brasil e Colligraphia

Rua Bailique, 35

PROFESSORES Santino Ribeiro e Argemira Ribeiro

Accellam alumnos PARA O CURSO PRIMARIO

72 - GENERALISSIMO DEODORO - 72

CLINICA DENTARIA DO CURSULO-DENTISTA Edgar C. Teixeira

— Rua SEARADOR MANOEL BARATA —
Executa todos os servicos referentes a arte dentaria
Servicos feitos a prestações semanales, quinzenales e mensaes

Governos e Congressos da Republica
(1889 A 1917)

Monumental obra de D. Duarte de Albuquerque sobre os mais importantes factos de 1.300 pagas.

Acção de saude do povo, contendo, alem de sensacionais revelações historicas sobre os governos presidenciaes, as biographies de todos os presidentes e vice-presidentes da Republica, ministros de Estado e de todos os senadores e deputados, desde a Constituinte de 1891 até 1917.

Esta obra não se acha a venda nas livrarias do pais e as encomendas deverão por ora ser feitas com o autor, 33-Ferreira Vianna-Rio de Janeiro.

PREÇO DOS DOIS VOLUMES... 20.000
PELO CORREIO... 25.000

Escola Dactylographica ROYAL

DE

S. ROLLA

Rua Conselheiro João Alfredo n.º 61
1.º Andar

Vantagens da Escola Dactylographica ROYAL aos seus alumnos

S. Rolla, proprietario e director da Escola Dactylographica Royal, participa que todos os alumnos que se matricularerem na Escola ROYAL, poderão habilitar-se ao premio de uma machina de escrever Royal modelo 10, que será entregue no dia 1 do outubro do corrente anno.

A Escola Dactylographica Royal tambem se interessará pela collocação dos seus alumnos diplomados.

De acordo com os espaços que foram divulgados na revista, compreende-se que as livrarias, por exemplo, eram locais frequentados por intelectuais, bem como literários, escritores, poetas, entre outros que se dedicavam a trocar experiências desta natureza. Além das livrarias, outros anúncios estavam relacionados com o ensino de forma ampla, destaca-se a escola *Dactylographia Royal*, que oferecia um curso para formar “*dactylographos*”, profissão de emergente utilidade para o comércio brasileiro. Eram comuns os anúncios de aulas particulares dirigidas ao ensino primário/ginasial, o ensino de artes, aulas de instrumentos musicais, bons costumes e prendas domésticas.

No mais, era frequente a divulgação de produtos farmacêuticos, farmácias, serviços médicos, entre outros estabelecimentos nos quais circulavam e transitavam um grande fluxo de pessoas, como o Grande Hotel. Vale ressaltar que, da mesma forma como outros periódicos que circularam no Brasil, tal qual a *Revista do Ensino* de Minas Gerais, conforme apontam os estudos de Biccás (2008, p. 118) “passaram e a utilizar a ideia de propaganda em seu sentido comercial, como publicidade, na forma de anúncios que foram veiculados no verso da capa e nas últimas páginas”, assim observou-se a mesma prática de divulgação publicitária na revista *O Ensino*.

3.1.2 As ilustrações e os ornamentos²⁶

Belém²⁷ estava imersa no modismo europeu, em particular no francesismo e suas manifestações. Aqui, frisa-se a notoriedade do *Art Nouveau*²⁸, apreciada não só na arquitetura dos monumentos da cidade, mas representada/entrepasta nas estampas artísticas (cores, ornamentos tipográficos) das páginas da revista *O Ensino*, que projetavam e influenciavam a cultura burguesa e local, ocupando um lugar de construção estética para formação da consciência moderna baseada em padrões europeus, espelho civilizado da instauração da República.

No tocante às ilustrações do periódico, a equipe editorial utilizou a representação da fauna e da flora da região amazônica, tais como: pássaros, patos, ramagens, flores, caules, folhagens, em complemento aos elementos do *Art Nouveau* (reprodução desenhada), marcados pelos arabescos lineares, curvas variantes (espiral e voluta), entre outros acabamentos nas bordas de suas páginas que aformoseavam o texto. Decerto, para compor um cenário que repousasse no imaginário social acerca das transformações socioeconômicas, causadas principalmente pelo processo do avanço industrial e cultural em território nacional e local.

26 Consideramos ilustrações todas as imagens que circularam na revista. Denominamos ornamentos os adornos, inclusive a estampa clichê nas páginas, tais como: arabescos, arcos, linhas, frisos, as alegorias das vegetações, da fauna, entre outros.

27 “Em Belém, o francesismo começou a ganhar expressão antes mesmo da belle époque. Já em 19854, registrava-se na cidade a existência de lojas com a *Ville du Havre* e sua concorrente, a empresa das Damas Reunidas, que veiculavam pela imprensa local anúncios exaltando a qualidade de seus produtos [...]. A navegação a vapor transportava as novidades às cidades de Belém e Manaus, duas capitais que passaram a assumir papel histórico importante como centros da atividade civilizadora” (Bassalo, 2008, p. 41-43).

28 “O *Art Nouveau* foi um movimento internacional desenvolvido em países da Europa e nos Estados Unidos entre o final da década de 1880 e a Primeira Guerra Mundial, com o objetivo de criar uma arte moderna em resposta ao revivalismo histórico exaltado pela era vitoriana, e eliminar as distinções entre as belas-artes e as artes aplicadas. A denominação *Art Nouveau* inspirou-se no nome da galeria gerenciada por Siegfried Bing em Paris – *La Maison de l’Art Nouveau* – que comercializava as últimas novidades europeias no setor das artes e do artesanato” (Dempsey, 2003).

Ao examinar os ornamentos tipográficos, é perceptível a presença dos componentes descritos acima, encontrados na predominância das cores preto, laranja, amarelo, verde selva e vermelho, em tons frios quase transparentes. O proveito temático da natureza se fundiu ao expressivo requinte dos traços do *Art Nouveau* para dar vivacidade às páginas. Os ornamentos se amoldavam ao fundo dos textos, com suas cores uniformes e fixadas nas linhas de contornos. Nesse aspecto, o adorno mais aplicado da flora era a vitória-régia, as flores de lotus, o nenúfar, as ninfeáceas e as folhagens anatômicas, que assemelhavam-se ao feminismo e à realeza francesa como a perfeição da natureza, uma representatividade da mulher com a coroa de louros (símbolo da República/mãe pátria) que momento e outro estava sublinhada entre os ornamentos da revista (figuras 10, 11 e 12).

Os aproveitamentos da fauna, os pássaros, não foram identificados quanto à espécie, porém parecem periquitos-verdes (*Brotogeris tirica*), aves típicas da mata atlântica que, em geral, repousam em mangueiras, árvores comumente encontradas pelo centro da cidade de Belém. Outro caractere tipográfico importante a ser frisado é a presença das letras capitulares que, além de embelezar o início dos textos, assumiam “sempre uma gramática e uma funcionalidade muito próprias, algo que as deixava a meio caminho entre a escrita e a ilustração” (Caetano; Oliveira, 2011, p. 7). Provenientes de várias fontes, revelavam, além da representação da intelectualidade, a influência da cultura francesa, atribuindo sentido à semântica do texto.

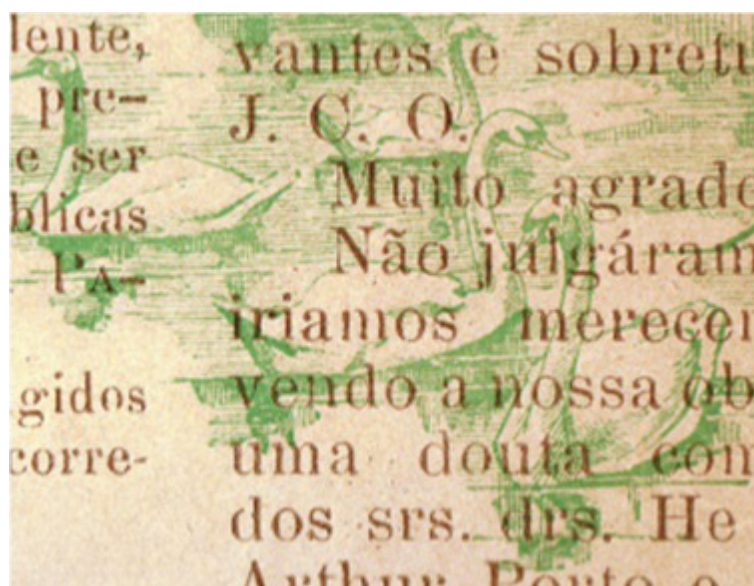
Fruto do desenvolvimento técnico operado na indústria tipográfica nos últimos cento e cinquenta anos, nomeadamente, com o aparecimento de novos métodos de composição mecânica que introduziu facilidades no manuseio do texto, foram postos à disposição do tipógrafo uma série de recursos gráficos de enorme importância (maior diversidade de tipos, noções novas de espaçamento e entrelinhamento, multiplicidade de pequenos elementos visuais, como tarjas decorativas, frisos, vinhetas, etc.) e isso permitiu uma maior autonomia na manipulação e integração desses elementos na malha gráfica das páginas (Caetano; Oliveira, 2011, p. 4).

Por sua vez, os elementos, além de decorar as laudas, deixam em evidência as raízes culturais do estado do Pará, ao passo de sinalizarem elementos pertencentes à sua cultura. As representações artísticas estavam entre as propostas editoriais da revista *O Ensino*.

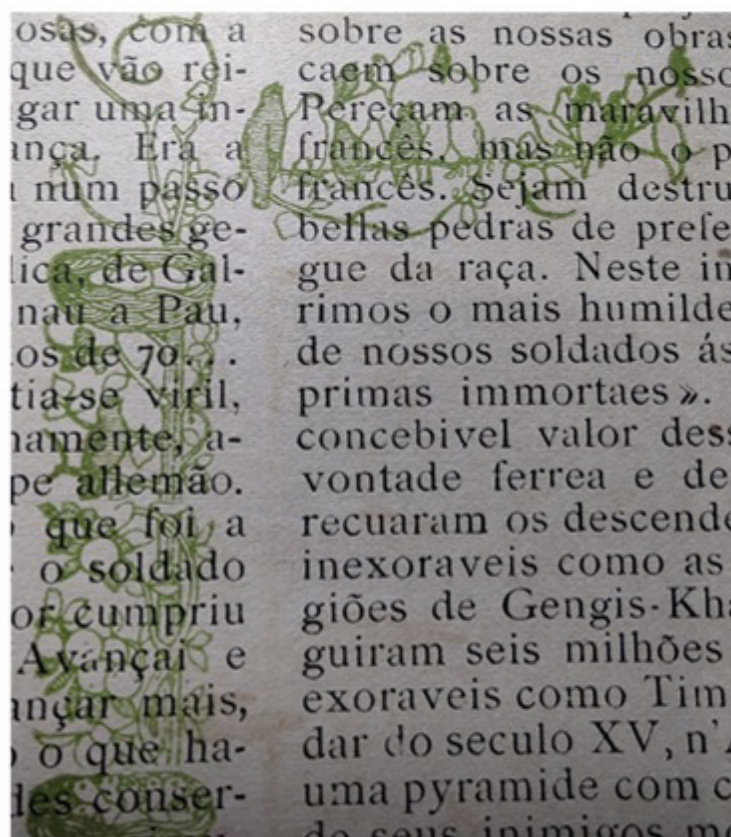
Os desenhos dos fundos das paginas, feitos em gesso estampado, obedecerão ao lápis do nosso presado companheiro José Sidrim. A parte artística, bem cuidada e caprichosa, terá esmerada execução, sofrendo todo o texto nova disposição (*O Ensino*, n. 11, 1919, p. 170).

Ao analisar as edições de nº 1 a nº 4, de 1918, verificou-se que não apresentam estampas ilustrativas entrepostas nos textos, nelas, o grafismo limita-se a bordas simples e a marcadores de títulos com pequenas ramagens. Por outro lado, as edições nº 5 e nº 6, de 1918, a nº 7 a nº 15, de 1919, trazem em seu bojo uma diversidade de ornamentos tipográficos aplicados nas bordas e entre os textos do periódico (figuras 11, 12 e 13).

Figura 11. Estampa da fauna e flora da revista *O Ensino*.

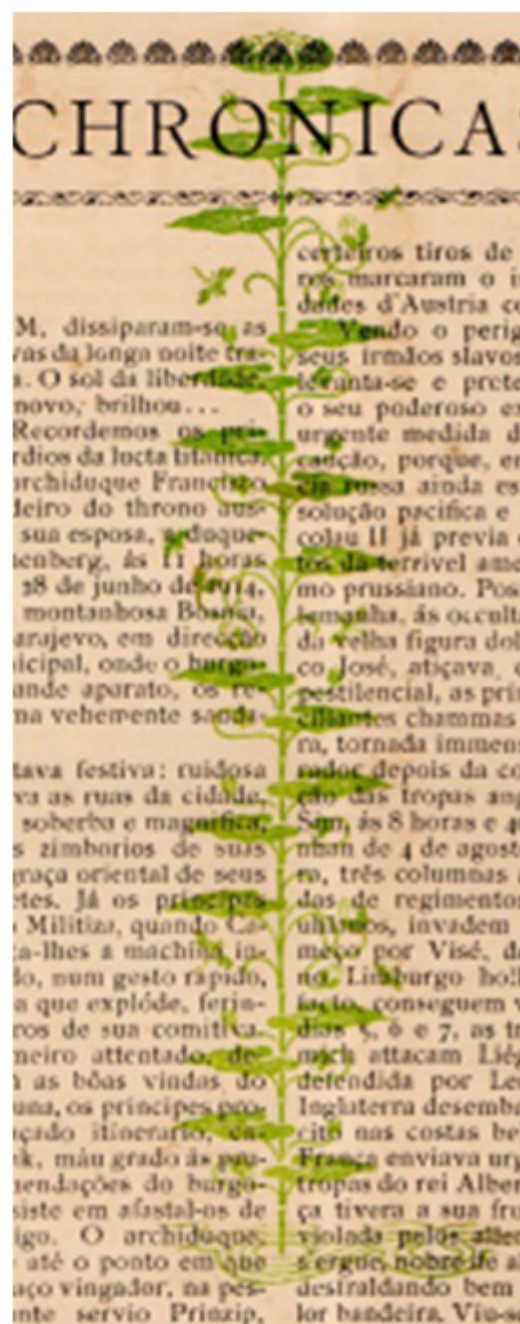


Patos



Pássaros / Periquitos-verde

Vegetação: Laranjeira

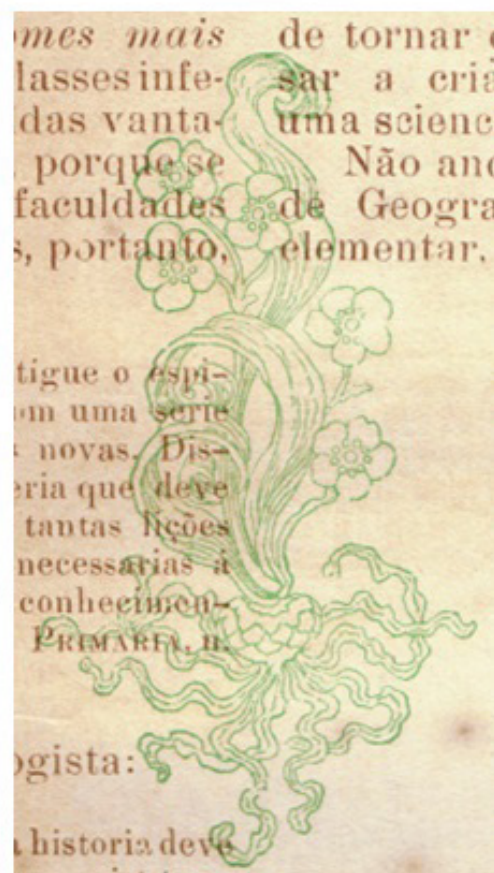
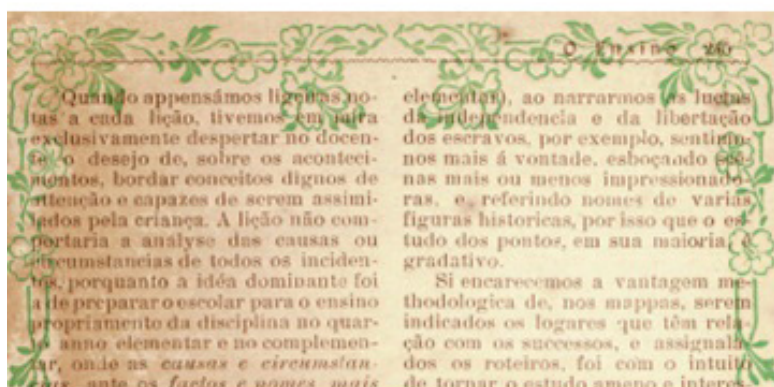


Vegetação típica da Amazônia

Libélula azul

Fonte: Autores da pesquisa (2021).

Figura 12. Cores e estampas decorativas da revista O Ensino.



Fonte: Autores da pesquisa (2021).

Figura 13. Exemplos de letras capitulares e simbologia feminina da República da revista *O Ensino*.



Fonte: Autores da pesquisa (2021).

Posto isso, faz-se necessário expor que a partir da publicação de nº 12, de 1919, a revista passa a ser um dispositivo “ilustrado”, contendo fotografias dos grupos escolares da capital, do magistério paraense, das autoridades do estado, entre outros, no intuito de evidenciar ao público leitor que a sociedade era capaz de produzir homens inteligentes/patrióticos para “servir o paiz que sonhamos e queremos que seja o melhor entre os melhores” (O Ensino, 1919, não paginado). Para isso, os alunos do I. L. S. e o corpo editorial trabalhavam na revista, nas seções tipográficas e na encadernação para compor o material impresso a ser posto em circulação e torná-lo conhecido no estado. Obedecendo ao lema da revista “*Pax et Labor*” sobreleva-se o saber nacional.

Vamos trabalhar! Vamos demonstrar ao estrangeiro culto que no Brasil a guerra que declaramos ao analfabetismo está no apogêo; que a vitória final iminente, enfim, que a nossa maior preocupação, comquanto nos vejamos assediados por uma crise financeira inclemente, é ver a criança brasileira de hoje, culta e preparada para o Brasil de amanhã, que será forte e poderoso pelo SABER (O Ensino, 1919, não paginado).

Diante do exposto, retirar a sociedade dos males inadequados de má conduta e má Educação era visar a superação da barbárie por meio da reconstrução

do país, na busca do equilíbrio social para edificar o povo e obedecer às regras e condutas, mantendo o “padrão universal de moralidade e costumes” (Veiga, 2002, p. 96), que se manifestava através do “autocontrole e da introjeção de determinados hábitos e normas de conduta” (Gondra; Schueler, 2008, p. 69).

Porquanto, as ilustrações representam uma relação direta com o contexto que o Brasil atravessava. Destarte, a intenção era estabelecer um ideário entre o progresso e a liberdade, já que o discurso da época estava atrelado ao fato de que o homem livre e independente deveria ter as “faculdades intelectuais” avolumadas, prósperas e desenvolvidas pelo preparo “intellectual e physico”. Tais adjetivos consistiam em iniciar os deveres da vida, habituando-se desde cedo às regras de civilidade, garantindo, assim, um país em constante progresso e livre da degradação social.

Assimila-se que as ilustrações aformoseiam a revista, mas também educam os olhos e as mentes na forma de apresentação de imagens, direcionando o entendimento sobre os conteúdos enfocados, bem como o leitor a imprimir conceitos do que se lê. Chartier (2004) faz uma análise a partir das ilustrações nos livros da Biblioteca azul.

Quando a imagem é única, ela se encontra mais frequente ou nas primeiras páginas do livro ou na última. Instaura-se assim uma relação entre ilustração e o texto em seu todo, e não entre imagem e esta ou aquela passagem particular. Colocando no começo, a ilustração induz a leitura, fornecendo uma chave que diz através de que figura o texto deve ser entendido, seja porque a imagem leva a compreender o todo do texto pela instrução de uma de suas partes, seja porque propõe uma analogia que guiará a decifração (Chartier, 2004, p. 276-277).

Nesse sentido, ilustrações e fotografias, classificadas como elementos gráficos, são encontradas nos textos com o objetivo de fortalecer e decifrar sua mensagem ao leitor, assim como auxiliam na memorização do que foi lido.

Por conseguinte, com base no entendimento desta seção, daremos continuidade ao debate, informando o leitor acerca da estética da recepção da revista. Ou seja, na seção subsequente, apresentaremos os modos de circulação, os leitores, as temáticas, os autores e a relação dos intelectuais que integravam a equipe editorial.

O ENSINO

IV

**A ESTÉTICA DA RECEPÇÃO DA REVISTA E
SUA CIRCULARIDADE**



Neste capítulo serão postos em evidência os aspectos relacionados à forma pela qual o periódico pedagógico *O Ensino* (1918-1919) circulou no território nacional e internacional, por meio do levantamento de dados, podemos delimitar o ciclo de vida da revista em estudo. Outrossim, refere-se ao mapeamento dos seus possíveis leitores belenenses (cidade de Belém) e paraenses (interior da capital do Pará) e suas devidas ocupações profissionais, as quais possibilitam a compreensão das finalidades da proposta editorial e das temáticas abordadas no impresso.

Mediante o suporte material revista, coube-nos, no decorrer deste estudo, analisar o modo como a equipe editorial/intelectuais e colaboradores do período projetaram suas ideias educacionais e quais foram as redes de sociabilidades, às quais eles pertenciam, fazendo com aquilo que circulava no impresso assumisse a notabilidade/representação ao público leitor acerca da Educação primária pública do estado do Pará.

4.1 A circulação e seus leitores

Começamos a análise da seção “Correio d’O Ensino”, assinada por Euryalo, que entendemos ser um pseudônimo do responsável pela seção de correspondências, um espaço para manter contato do corpo editorial com seu público leitor. Muitas vezes, a seção foi utilizada para retirar dúvidas, agradecer pelos recebimentos, fazer uma queixa sobre o periódico, tecer elogios e/ou sinalizar que houve atraso ou ausência de exemplares para alguns assinantes. É válido acen-
tuar que era possível identificar na seção o lugar de origem e, em alguns casos, o nome e a profissão de cada leitor, ou seja, foi feita a catalogação dos leitores de Belém e do interior do estado a partir dessas informações.

Nessa avaliação, foi investigada a circulação referente aos anos de 1918 (Anno I) e 1919 (Anno II) de alguns exemplares em alguns estados e algumas cidades brasileiras. Vale acentuar que um exemplar do impresso foi adquirido pelo bo-
letim mensal da União Pan-Americana, sediada em Washington. Desse modo, conferimos que a revista circulou em território estrangeiro, o que valoriza sua rele-
vância acerca das temáticas nela veiculadas (quadro 3).

Quadro 3. Circulação dos exemplares da revista *O Ensino* (1918-1919).

Ano	Localidade	Nº Exemplares
1918	Pinheiro	1
1918	Pernambuco	1
1918	Pelotas	1
1918	Rio de Janeiro	1
1918	São Paulo	1
1918	Recife	1
1919	Ceará	1
1919	Pernambuco	1
1919	Bahia	1

1919	Paraíba	2
1919	Rio Grande do Norte	4
1919	Rio de Janeiro	6
1919	Washington	1

Fonte: Autores da pesquisa (2021).

Além da circulação no estado do Pará, os dados permitem vislumbrar que a revista *O Ensino* também circulou em outras localidades em 1918: Pinheiro (1 exemplar), Pernambuco (1 exemplar), Pelotas (1 exemplar), Rio de Janeiro (1 exemplar), São Paulo (1 exemplar) e Recife (1 exemplar). No ano de 1919, circulou nos estados: Bahia (1 exemplar), Ceará (1 exemplar), Paraíba (2 exemplares), Pernambuco (1 exemplar), Rio de Janeiro (6 exemplares) e Rio Grande do Norte (4 exemplares).

Com esse mesmo propósito, para a compreensão da circulação regional (Pará), identificamos os possíveis leitores locais (Belém). Para isso, foi feita uma busca nas correspondências na mesma seção citada acima, referente aos anos de 1918 e 1919, que acusam um total de 188 leitores belenenses. Vale frisar que foram encontrados nomes com repetições, porém não foram excluídos da soma-tória, visto que não existe nenhuma informação que indique as repetições como os mesmos sujeitos.

Dentre os leitores, encontravam-se: médicos, dentistas, militares, políticos, empresários, juristas, advogados, músicos, legisladores, farmacêuticos, escritores, engenheiros e sujeitos não identificados. A contagem com maior incidência fora de 60 educadores, equivalente a 35 professoras (58,33%) e 25 professores (41,66%)(quadro 4).

Quadro 4. Leitores Belenenses.

LEITORES	OCUPAÇÃO	PÁG	Nº/MÊS/ANO
A.P.	Professor	63	02/julho/1918
M.L.	Professora		
O.S	Professor		
A.J.M	Não identificado		
Dr. A.M.	Não identificado	111 -112	03/agosto/1918
J.B.C.C.	Coronel		
A.S.	Professor		
A.M.P.	Não identificado		
J.J.A.	Professora		
G.P.	professora		
M.V.	professora	162-163	04/setembro/1918
M.S.	Não identificado		
M.D.C.C	Professor		
A.L.	professora		
B.O.S	Tenente/militar		
Dr.R.F	Não identificado		

LEITORES	OCUPAÇÃO	PÁG	Nº/MÊS/ANO
Associação de Artistas Paraense	Cultura Artística do Estado	162-163	04/setembro/1918
J.S.S	Professora		
SNR. G.M	Não identificado	205	05/outubro e novembro/1918
M.C.B.	Professora		
SNR. X.	Não Identificado		
SNR.B.L.	Instituto Polyglotico Ruy Barbosa		
L.N. e F. S.	Professor	275	06/dezembro/1918
Dr. Philigneso de Carvalho	Não identificado		
Augusto Olympio	desembargador		
Ignacio Obadia	Não identificado		
Luiz Barreiros	Não identificado		
Um admirador	Não identificado		
Alvaro Pires	Não identificado		
Basilio de Carvalho	Professor		
Dr. Lucidio freitas	Médico		
Beltholdo Nunes	Não identificado		
Gonçalo Mesquita	Não identificado		
Raymundo P.M.Junior	Professor		
Gervasia Ferreira	Professora		
Augusto Meira	Político		
Carlos Nascimento	Médico		
Leocadio Guerreiro	Não identificado		
G.F.B.	Professor		
B.P.B.	Professor		
Bertoldo Nunes	Professor	52	07/janeiro/1919
Augusto Meira	Político/jurista		
Ignácio Obadia	Não Identificado		
Adélia Lacerda	Professora		
América Loureiro	Professora		
Anália de Jesus Lima	Professora		
Belmira Franco	Professora		
Cassilda Rosa Fialho	Professora		
Estephania Silva	Professora		
Geraldina das Mercês Siqueira	Professora		
Hilda Vieira	Professora		
Juliana Simões Soares	Professora		
Julieta de Oliveira Quaglia	Professora		
Philomena Simões	Professora		
Rita Penante de Miranda	Professora		
Rosa Virgulina da Costa	Professora		
Serafina Crescencia de Brito	Professora		
Carlos Nascimento	Escritor		

LEITORES	OCUPAÇÃO	PÁG	Nº/MÊS/ANO
José Nascimento	Não Identificado	52	07/janeiro/1919
Gervásia Ferreira	Professora	53	
M.F.A	Não Identificado	104	08/fevereiro/1919
Ignácio Obadia	Não Identificado		
Ana Ferreira Pingarrilho	Professora		
João Amorim Lima	Não Identificado		
Basílio de Carvalho	Professor		
Gemina de Carvalho	Professora		
João B. Cearense Cylleno	Militar		
Dias Júnior	Médico		
Remígio Fernandes	Advogado		
Palma Muniz	Engenheiro		
Jonas Farias	Não Identificado		
Eustachio de Azevedo	Escritor		
Heráclito Pinheiro	Advogado	150	09 e 10/março e abril/1919
Arthur França	Médico/Redator		
Lauro Chaves	Advogado		
Augusto Meira	Político/jurista		
Arthur Fausto Botelho	Promotor Público		
Cypriano Santos	Legislador Estadual		
Camillo Salgado	Médico		
Clementino Lisboa	Advogado		
Elias Vianna	professor/Escola Normal		
Remígio Fernandes	Advogado		
Hilda Vieira	Professora		
Marcos Nunes	Diretor Escolar		
Carlos Rego	Não Identificado		
Alfredo Valle	Não Identificado		
B. S. Vianna	Não Identificado		
Francisco Castro	Não Identificado		
Benedicto Passarinho	Farmacêutico		
Alfredo Rodrigues de Souza	Não Identificado		
José Maria de Jesus Brito	Professor		
Lauro J. Ferreira	Não Identificado		
Agostinho da Silva	Não Identificado		
Bernardino da Cunha Mendes	Não Identificado		
Claudino Romariz	Comerciante		
Cássio Reis	Não Identificado		
José Alves de Pinho	Não Identificado		
José C. Cunha Coimbra	Comerciante		
Pinheiro Silva	Não Identificado		
Pires Teixeira	Comerciante		
Ignácio Obadia	Não Identificado		

LEITORES	OCUPAÇÃO	PÁG	Nº/MÊS/ANO
Viúva Eduardo Fernandes	Não Identificado	150	09 e 10/março e abril/1919
Santos & Malcher	Empresa		
Carlos Sá	Não Identificado		
Oscar M. de Almeida e Silva	Não Identificado		
Alfredo Chaves	professor/Escola Normal		
S. V.	Não Identificado		
Henrique Leite	Não Identificado		
Álvaro Antônio Pires	Membro do IHGP		
Josué Freire	Militar		
José Nascimento	Não Identificado	207	11/maio/1919
Augusto Meira	Político/jurista		
Mecenas Rocha	Não Identificado		
Antônio Mendes	Não Identificado		
Bertoldo Nunes	Professor		
B. M. B.	Não Identificado		
Eustachio de Azevedo	Escritor		
Raymundo Trindade	Professor/Diretor Escolar		
Henrique Santa Rosa	Engenheiro		
Olegário Serra	Não Identificado		
Matheus do Carmo	Professor		
Philignésio de Carvalho	Engenheiro	208	
Esmeralda Monteiro	Professora		
Estevam da Costa Teixeira	Não Identificado		
Álvaro Pires	Membro do IHGP		
M. O. P.	Não Identificado		
Antônio Godin Lins	Professor		
J. F. B.	Não Identificado		
Josué Freire	Militar	286	12/junho/1919
Crepory Franco	Político/jurista		
Travassos da Rosa	Professor		
Manuel Lobato	Engenheiro		
Augusto Meira	Político/jurista		
Simplício Torres	Não Identificado		
H. Barradas	Não Identificado		
Eustachio de Azevedo	Escritor		
Tupinambá Júnior	Não Identificado		
Manuel Vasques F. Botelho	Professor		
Galdino Godin Lins	Não Identificado		
Manuel Braga Ribeiro	Professor	287	
Adalberto C. Lassance Cunha	Desembargador/ Jurista		
Manuel João Alves	Professor		
X.	Professor(a)		
Manuel Lobato	Engenheiro		
Carmelita N. Silva	Professora		

LEITORES	OCUPAÇÃO	PÁG	Nº/MÊS/ANO
Catharina Eulália Gurjão	Professora	287	12/junho/1919
Maria de Belém Gomes	Professora		
América Loureiro	Professora		
Travassos da Rosa	Professor		
Floberto Martins	Agrimenssor		
Álvaro Pires	Membro do IHGP		
F. B. F.	Não Identificado		
M. Vasques Ferreira Bote- lho	Não identificado		
Alfredo Chaves	Professor/Escola Normal		
Alice Rangel Petit	Professora		
L. F.	Não Identificado		
Alberto Mesquita	Militar		
Matta Bacellar	Médico		
Cyriaco Gurjão	Médico		
Otto Santos	Médico		
Ophir Loyola	Médico		
Gonçalo Mesquita	Não Identificado		
Anna da Fonseca Pingar- rilho	Professora	334	13 e 14/julho e agosto
Lucídio Freitas	Jurista/poeta		
América Loureiro	Professor		
Amância Pantoja	Professora		
Belmira Franco	Professora		
Celeste Estrella da Gama	Professora		
Alberto Mesquita	Militar		
Adalberto C. Lassance Cunha	Desembargador/ Jurista		
Carlos Nascimento	Escritor		
Clóvis Barata	Dentista		
Bertoldo Nunes	Professor	335	
Miguel Pernambuco	Professor		
Alfredo Souza	Companhia de Seguros		
Manoel Sant'Anna	Farmacêutico		
Travassos da Rosa	Professor(a)		
Arcelina Soares de Mello	Professora		
Antônia C. Ribeiro	Professora		
J. F.S.	Não Identificado		
Não Identificado	Não Identificado	383	15/setembro/1919
Maria Juliana do E. Santo	Professora		

LEITORES	OCUPAÇÃO	PÁG	Nº/MÊS/ANO
Eustachio de Azevedo	Escritor	384	
Ettore Bosio	Músico/artista		
Cecília de Araújo Bastos	Professor(a)		
José Carvalho	Legislador Estadual		
Galdino G. Lins	Não Identificado		
Maria Lavareda Rocha	Professora		

Fonte: Autores da pesquisa (2021).

Entre os anos de 1918 e 1919, efetuamos a mesma busca na seção da revista, porém contabilizando os leitores do interior do estado do Pará. Assim, foram calculados 153 leitores nas seguintes localidades: Castanhal com 14 (9,15%); São Miguel do Guamá com 13 (8,49%); Abaeté com 11 (7,18%); Cametá com 8 (5,22%); Bragança com 7 (4,5%); Soure com 6 (3,92%); Óbidos e Salinas com 5 cada (3,26%); Mocajuba e Chaves com 4 cada (2,61%); Curuçá, Vigia, Itaituba, Acará, Gurupá e Alenquer com 3 cada (1,96%); Apeú, Santarém, Aveiros, Juruty, Anajás, Marapanim, Maracanã, Tauary, Faro com 2 cada (1,3%); e Matapiquara, Juruty Velho, Vizeu, Capanema, Santa Izabel, Porto Salvo, Bagre, Altamira, Pontas de Pedras, São Caetano de Odivellas, Ourém, Porto Salvo e Porto de Móz com 1 cada (1,96%).

Também foram encontrados nomes idênticos, mas sem nenhuma indicação que possa considerá-los as mesmas pessoas. Suas ocupações são similares as do quadro 4: médicos, dentistas, militares, políticos, empresários, juristas, advogados, músicos, padres, legisladores, farmacêuticos, escritores, engenheiros e os não identificados. Dentre os 153 sujeitos, 124 eram professores, sendo 72 mulheres (58,06%) e 52 homens (41,93%) (quadro 5).

Quadro 5. Leitores paraenses (interior do estado).

LEITORES	LOCALIDADE	OCUPAÇÃO	PG	Nº/MÊS/ANO
A.C.R.	Chaves	Professora	111	03/agosto/1918
J.P.C.B.	Cametá	Professor		
J.B	São Miguel do Guamá	Não identificado		
O.A	Soure	Não identificado		
A.C.	Bragança	Não identificado		
R.R.D.A	Obidos	Professor		
A.J.Martins	Santa Izabel	Professor		
Red. D' A cidade	Santarem	Não identificado		
Cônego L.L.	Castanhal	Não identificado		
J.C.R	Aveiros	Professor		
M.L.A.	Juruty Velho	Professora		
N.L.C.	Aveiros	Militar		
B.P.B.	Abaeté	Professor		
S.C	Mocajuba	Professor		
J.C	Anajás	Professora		
B.M. d'A.	Marapanim	professora	162-163	04/setembro/1918
V.L.C.C.	Marapanim	professora		
J.A.G.	Itaituba	professora		
A.J.M.	S.Izabel	Professor		

LEITORES	LOCALIDADE	OCUPAÇÃO	PG	Nº/MÊS/ANO	
V. do C.	Bragança	Professor	162-163	04/setembro/1918	
S.C.	Mocajuba	Professor			
J.V.B.S.	Maracanã	Professor			
E A.	Acará	Professora			
J.B.	S. Miguel do Guamá	Não identificado			
B.R.S	Altamira	Professor			
L.L	Castanhal	Cônego			
A.M. de B.	Abaeté	Professora	205	05/outubro e novembro/1918	
E.A	Acará	Professora			
L.M.S	Curuçá	Professor			
L.S.A.	Gurupá	Professor			
L.S.G	Juruty	Professora	206		
F.E.S.B.	Marabá	Não identificado			
V.S	Maracanã	Professor			
S.C.	Mocajuba	Professor			
L.B.M.	Ponta de Pedras	Professor			
J.B.	S. Miguel do Guamá	Não identificado			
B.C	Salinas	Professora			
A.F.L.	Tauary	Professora			
Antonia Caroline Ribeiro	Chaves	Professora	276		06/dezembro/1918
Elvira Soares	Cametá	Professora			
Maria Gondim	Castanhal	Professora			
Antonya Atayde	S. Caetano de Odivellas	Professora			
Zulma de Souza	Juruty	Professora			
Djanira Guedes	Marituba	Professora			
Emilia Ferreira	Marabá	Professora			
Felisciano Braga	Marabá	Professor			
A.P.S.	Ourém	Professora			
Alda Frota Lima	Tauary	Professora			
J. G. Telles	Benevides	Não Identificado	52	07/janeiro/1919	
Cônego Luiz Leitão	Castanhal	Padre/diretor escolar	53		
Benício de Santanna Lopes	Castanhal	Professor			
Jayme Benaros	S. Miguel do Guamá	Subprefeito			
Maria Godim	Castanhal	Professora			
Emília Ferreira Maciel	Marabá	Professora			
Córa C. P. Rolla	Macapá	Professora			
Djanira Guedes da Costa Pereira	Marituba	Professora			
Samuel Costa	Mocajuba	Professora			
Adelaide Saldanha	Porto Salvo (Vigia)	Professora			
Antônia C. Tavares	Soure	Professora			

LEITORES	LOCALIDADE	OCUPAÇÃO	PG	Nº/MÊS/ANO
Olindina P. de Barros	Abaeté	Professora	104	08/fevereiro/1919
Arthur Fausto Botelho	Alenquer	Promotor Público		
José Caribe da Rocha	Aveiro	Não Identificado		
Maria de Lourdes Araújo	Jurutí Velho	Professora		
Romeu R. de Andrade	Óbidos	Professor(a)/diretor		
Jayme Benaros	S. Miguel do Guamá	Subprefeito		
Crepory Franco	Porto de Móz	Político/jurista		
José Carvalho	Faro	Legislador estadual	150	09 e 10/março e abril/1919
Zulma de Souza Guimarães	Jurutí	Professor(a)		
Jayme Benaros	S. Miguel do Guamá	Subprefeito		
Appolinário Moreira	Anajás	Militar	207	11/maio/1919
J. T. D.	Bagre	Não Identificado	208	
Antônia C. Ribeiro	Chaves	Professora		
José Carvalho	Faro	Legislador Estadual		
Felicíssimo de Espírito Santo Braga	Marabá	Professor		
N. S. T.	Vizeu	Não Identificado		
Maria Amélia Vasconcellos	Capanema	Professora	287	
Antônia C. Ribeiro	Chaves	Professora		
Thomaz Nunes	Curuçá	Professor		

LEITORES	LOCALIDADE	OCUPAÇÃO	PG	Nº/MÊS/ANO
Djanira Guedes da Costa Pereira	Marituba	Professora	288	
Jayme Benaros	S. Miguel do Guamá	Subprefeito		
Benedicta Tavares	Santarém	Professora		
Bernardino Pereira de Barros	Abaeté	Professora		
Celina Hylarião de Moraes	Abaeté	Professora		
Maria Antônia Barros	Abaeté	Professora		
Olindina P. de Barros	Abaeté	Professora		
Ernestina Arnaud	Acará	Professora		
Francisco das Chagas Moreira	Aveiro	Professor		
Francisco Correia Franco	Aveiro	Professor		
Maria Pia dos Santos Amaral	Apeú (Castanhal)	Professora		
Augusto Corrêa	Bragança	Professor		
Arcelina Soares de Mello	Bragança	Professora		
Ângela F. Soares	Cametá	Professora		
Joaquim Pedro Corrêa Bastos	Cametá	Professor		
Cônego Luiz Leit	Castanhal	Padre		
Benício de Santanna Lopes	Castanhal	Professor		
Palmyra Marques de Oliveira	Castanhal	Professora		
Thomazia de Siqueira Pinto	Castanhal	Professora		
Alda Frota Lima	Tauarí	Professora		
Adelaide Saldanha	Vigia	Professora		
Lauro José Ferreira	Vigia	Professor		
Benedicta Ferreira Cabral	Salinas	Professora	288	
Hermógenes Câmara	Salinas	Professora		
Cantídio Elyeser da Silva Nunes	S. Miguel do Guamá	Professor		
Carmem de Carvalho Rabello	Matapiquara (Marapanim)	Professora		
Córa de Carvalho Penna Rola	Macapá	Professora		
Djanira Guedes da Costa Pereira	Marituba	Professora		
Iraides R. de Lima	Mojú	Professor		
Juvêncio J. Seixas	Itaituba	Professor		
Jacob Baptista Dalmácio	Gurupá	Professor		
Licinia Feio de Paula	Soure	Professora		
Raimundo Ignez da Costa	Soure	Professor		
Palmyra N. Moreira	Mosqueiro	Professora		
Veridiana R. de Oliveira Corrêa	Alenquer	Professora		
Zulma de Souza Guimarães	Jurutí	Professora		

LEITORES	LOCALIDADE	OCUPAÇÃO	PG	Nº/MÊS/ANO
Arcelina Soares de Mello	Bragança	Professora	335	13 e 14/Julho e Agosto
Antônia C. Ribeiro	Chaves	Professora		
Romeu R. de Andrade	Óbidos	Professor		
Benedicta Tavares	Santarém	Professora		
Ângela F. Soares	Cametá	Professora		
Augusto Corrêa	Bragança	Professor		
Arthur da Silva Barbosa	S. Miguel do Guamá	Professor		
Bernardino Pereira de Barros	Abaeté	Professor		
Benedicta Ferreira Cabral	Salinas	Professora		
Benício de Santanna Lopes	Castanhal	Professor		
Cantídio Elyeser da Silva Nunes	S. Miguel do Guamá	Professor		
Carlos Víctor	Cametá	Professor		
Francisco das Chagas Moreira	Aveiro	Professor		
Francisco Miranda da Costa	S. Miguel do Guamá	Professor		
Francisco Corrêa Franco	Aveiro	Professor		
Hermógenes Câmara	Salinas	Professor		
Iraides R. de Lima	Mojú	Professora		
Juvêncio J. Seixas	Itaituba	Professor		
Joaquim Pedro Corrêa Bastos	Cametá	Professor		
Jacob Baptista Dalmácio	Gurupá	Professor		
Joaquim José Gomes	S. Miguel do Guamá	Professor		
Lauro José Ferreira	Vigia	Professor		
Cônego Luiz Leit	Castanhal	Professor		
Licinia Feio de Paula	Soure	Professora		
Maria Antônia T. Barros	Abaeté	Professora		
Maria Pia dos Santos Amaral	Apeú (Castanhal)	Professora		
Martinho Câmara	S. Miguel do Guamá	Professor		
Olindina O. de Barros	Abaeté	Professora		
Palmyra N. Moreira	Mosqueiro	Professora		
Palmyra Marques de Oliveira	Castanhal	Professora		
Raimunda Ignez da Costa	Soure	Professora	335	13 e 14/Julho e Agosto
Thomaz Nunes	Curuçá	Professor		
Veridiana R. de Oliveira Corrêa	Alenquer	Professora		
Xisto Santanna	Cametá	Professor		
Zulma de Souza Guimarães	Jurutí	Professora	384	15/setembro/1919
Luíza Valente Lobo	Bragança	Professora		
Jayme Benaros	S. Miguel do Guamá	Subprefeito		
Romeu R. de Andrade	Óbidos	Professor/Diretor		
Clóvis Botelho	Óbidos	Não Identificado		

Fonte: Autores da pesquisa (2021).

4.2 A equipe editorial

A equipe editorial do periódico *O Ensino* (1918-1919) era composta por professores do ensino público do estado do Pará. Decerto, esses intelectuais mobilizaram-se a favor da ideologia dos princípios republicanos, bem como fizeram uso da aculturação escrita para promover uma formação da opinião pública em prol da Educação, em especial a primária, que era elencada como indispensável para elevação social de moral do povo.

Nesse sentido, convém discutir que as notícias divulgadas nas páginas do periódico *O Ensino* (1918-1919) promoviam novos debates na busca de defender um consenso relativo ao amparo da instrução, isto é, a revista organiza e assume uma posição de ordem infundindo ideias que atuam como “força social” na produção da hegemonia e, por conseguinte, conduz à temporalidade, “propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro” (Cruz; Peixoto, 2007, p. 6).

Entender a revista como um impresso educacional requer saber que existe um processo de seleção e estruturação dos seus conteúdos e formas que vão mover-se como táticas e esquemas textuais, mediados social e culturalmente em cada momento histórico. A frequência e as temáticas abordadas pelos redatores da revista, imbuídos pela moderna Pedagogia, se direcionavam para a formação e aprovisionamento dos professores “capazes de os ensinarem a ensinar” (Peixoto, 1918, p. 32).

Nesse propósito, a revista indicava uma série de modelos de lições e materiais para serem usados em sala de aula, dentre eles, para as aulas de História em forma poética – numa utilização do poema com função pedagógica –, para as aulas de Gramática, Matemática, sobre os rudimentos da Saúde e outras áreas do conhecimento. Ademais, muitos desses textos eram publicados em partes, ao passo que em cada edição o leitor acompanhava sua continuidade.

Na convicção de Carvalho (2000), a Pedagogia fundada no princípio de que ensinar a ensinar, ensinando é fornecer suporte adequado, visado nos impressos destinados aos professores. Certifica-se da mesma concepção, já que veiculava-se na revista noções de “quantidade negativas, História da Pátria, Língua Portuguesa, Canções infantis, preceitos higiênicos, geografia” (*O Ensino*, 1918, não paginado), entre outros modelos e roteiros preparados pelos professores do corpo editorial da revista.

Para maior compreensão das suas ações intelectuais a serviço do estado e da Educação, faziam parte da redação da revista: o redator-chefe Dr. Antonio Marçal, natural do Pará, nascido dia 30 de junho, em Belém, data em que a igreja católica celebra São Marçal, seus avós eram originários de uma família baiana. Estudou o ensino secundário e preparatórios no Liceu Paraense, no período de 1876 a 1879, cursou a Faculdade de medicina na Bahia em 1880 e concluiu o curso em 1885, no qual defendeu a tese “A Inumação e a Cremação Perante a Higiene”, sob a influência do seu professor de Medicina Pública Virgílio Damásio. Regressou às terras paraenses e instalou uma clínica privada, mas logo ingressou no corpo clínico do Hospital de Caridade da Santa Casa de Misericórdia do Pará, do Hospital da Ordem 3a. de São Francisco e do Hospital D. Luiz I Benemérito Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará, no qual, pouco tempo depois, foi designado sócio honorário. Em 1889, assumiu o cargo de inspetor de Higiene, porém em 1890 pediu exoneração do cargo. Foi, ainda, médico e membro da Imperial Sociedade

Beneficente Artística Paraense e da Mecânica Paraense (Meira, 1986).

Na sua missão como educador, Dr. Antonio Marçal foi nomeado em 1890 à cadeira de Fisiologia Humana, Higiene e Ciências Naturais da Escola Normal do Estado do Pará, Ginásio Paraense e Instituto Lauro Sodré (1917-1921) e do curso superior de Medicina e cirurgia do Pará. Marçal foi militante político, afiliado ao Club Republicano, considerado um republicano histórico em razão de ter propagado as ideias republicanas no Pará. No mais, foi eleito deputado federal pela assembleia constituinte em 1891, era amigo e parceiro político de Lauro Nina Sodré e Silva, entre outros nomes do partido Republicano no estado (Meira, 1986, p. 35).

Os redatores são sujeitos que fazem parte da constituição da revista e os produtores propõem ideias, projetos políticos e selecionam textos a serem publicados.

João Pereira de Castro (1882-1956), um dos redatores de *O Ensino*, natural de Igarapé-Miri no Pará, diplomado pela Escola Normal do Pará, exerceu a função de professor e atingiu as mais altas funções de gerência na área da educação, a exemplo do cargo de inspetor geral do Ensino do Pará. Fez magistério, tanto em Belém quanto no Rio de Janeiro e em São Paulo, fundou, junto a Matheus do Carmo, Placídia Cardoso e Hilda Vieira, a Sociedade Paraense de Educação e foi por duas vezes presidente da instituição. No seu segundo mandato como inspetor geral, construiu a Casa do Professor (Meira; Ildone; Castro, 1990).

Ao presidir a embaixada de Professores do Pará, a convite do professorado de Manaus, João Pereira de Castro foi o mediador do intercâmbio cultural com o Amazonas. Integrou-se aos seguintes quadros: Academia de Letras do Distrito Federal, Arcádia Espírito-Santense de Letras, Sociedade dos Homens de Letras do Brasil, Grupo Americanista de Intelectuais e Artistas de Montevideu no Uruguai e Cenáculo Fluminense de História e Letras (Meira; Ildone; Castro, 1990).

Atrelado a isso, foi considerado um jornalista militante e dotado de uma oratória singular, teve ativa e intensa vida literária na produção de poemas, discursos e conferências, contos e coletânea escolar (Meira; Ildone; Castro, 1990).

Outro redator era o poeta e professor Sylvio Domingos Nascimento (1882-1957), nascido no Moju no Pará, onde passou uma parte da sua vida, antes de mudar-se para a capital, onde estudou as primeiras letras no Externato Paixão, em Belém. Logo a seguir, formou-se pela escola Normal do Estado do Pará em 1902. O professor de História do Brasil e Geografia Sylvio Nascimento ocupava os bancos do Ginásio Paes de Carvalho, nas décadas de 20, 30 e 40, e era conhecido por ser alguém simples, pontual, que ministrava aulas discursivas e inflamadas, parecendo sempre estar em uma tribuna polêmica, sempre orientando os alunos e constituindo-lhes um sentimento patriótico. Homem de cor, lutou contra todas as adversidades para conseguir ser um legítimo cultor da língua (Meira; Ildone; Castro, 1990).

José Sidrim (1881-1969), arquiteto e engenheiro, também fazia parte da equipe de redatores, era natural de Fortaleza, Ceará, e chegou ao Pará por volta dos anos de 1900. Conforme Matos (2017), em 1904, José Sidrim foi funcionário da Intendência Municipal como desenhista da seção de obras e tenente da Guarda Municipal – conjectura-se que a convite de Antônio Lemos, que acumulava o cargo de intendente municipal com o Comando Superior da Guarda Nacional em Belém (Matos, 2017).

O referido redator tinha vínculos de amizade com Álvaro Adolfo da Silveira, funcionário municipal da administração de Lemos, com quem logo firmou relações profissionais, fortalecendo uma “rede de influência e de poder” com pessoas influentes da elite paraense, cita-se como outro exemplo o engenheiro Palma Muniz e Joaquim Lalor (Matos, 2017).

Após sua saída da Intendência Municipal, Sidrim foi professor de desenho no Instituto Lauro Sodré, entre 1914 e 1931, e passou a atuar com intensidade como profissional liberal no âmbito da construção civil, como engenheiro e arquiteto (Matos, 2017).

Os intelectuais Santino Ribeiro, Figueirêdo e Souza e Gasparino Silva também faziam parte da equipe de redatores, porém não foram encontradas indicações sobre suas atividades profissionais e biográficas, bem como as do diretor-gerente Raymundo Oliveira Machado. A administração técnica do periódico *O Ensino* (1918-1919) era coordenada pelo mestre da *Officina de Typographo*, Vicente Silva, no Instituto Lauro Sodré, que trabalhava na produção tipográfica para economia do estado (Braga, 1917). A figura 14 mostra a equipe editorial do referido periódico.

Magalhães (2021) define o trabalho das equipes editoriais e enfatiza que os periódicos educacionais fazem uso de seções destinadas ao doutrinário e ao teórico: “de secções empíricas para revelar o vivenciado²⁹; de secções oficiosas para normalizar e publicar regulamentos e avisos de interesses para o institucional escolar e para o público leitor diverso” (Magalhães, 2021, p. 28). Para o autor, os assuntos abordados devem ter seu lugar específico para ambientar os discursos e estruturar as especificidades de cada seção do periódico.

Figura 14. Equipe de Redação do Ensino - Junho 1919.

29 Entende-se que são enunciados relacionados a experiências, memórias, narrativas, entre outras questões da cultura da escola e de fora dela.



Fonte: *O Ensino*, 1919, não paginado.

Decerto, é necessário haver uma interseção entre a linguagem e os processos políticos que constituem o impresso, ou seja, discursos e ideias que circularam devem dialogar com o campo da realidade social da época do período republicano no Pará. Nesse sentido, as relações entre o impresso e sociedade não são neutras, elas possuem objetivos. Por isso, entende-se que o impresso *O Ensino* possui uma linguagem específica, pois assume uma posição de lugar social que se ajusta a uma intencionalidade na/para história e às lutas sociais. Assim, ela vai ser pensada e organizada por intelectuais especializados nos temas propostos, até porque havia a necessidade de fazer com que esse impresso tivesse uma aceitação pública, já que entendemos que se tratavam de leitores específicos que validassem as ideias em circulação.

No que diz respeito ao trabalho da redação no periódico em estudo, é importante considerar a organização e distribuição dos conteúdos presentes nas

seções da revista, na ordem das temáticas e substituições, na extensão dos textos das seções, das propagandas e dos anúncios. Nesse aspecto, elaborou-se o quadro 6 com cinco colunas para catalogação das publicações e seus respectivos autores, assim como ano de publicação e paginação, que orienta a forma pela qual o periódico foi pensado e organizado para as publicações dos números 01 a 15 (1918 e 1919).

Vale ressaltar que as temáticas produzidas nessas edições serão analisadas na seção subsequente, com o objetivo de compreender os usos das concepções de instrução e educação na Primeira República no Pará.

Quadro 6. Autores e temáticas do periódico *O Ensino* 1918-1919.

Autoria	Título dos textos	Temáticas	Ano/Publicação	Página
Antonio Marçal	O Ensino	Periódico	1918 / nº1	s/n
	O Ensino	Periódico	1918 / nº2	s/n
	Uma grande data	O pensamento educacional de Ruy Barbosa	1918 / nº3	p. 65-66
	A escola pitoresca	Sobre Livro didático	1918 / nº4	p. 115
	Resenha Historica	Officio nº 1667 balancete geral do Instituto Lauro Sodré	1918 / nº4	p. 139-143
	Dr. Lauro Sodré	Obrigatoriedade do Ensino escolar	1918 / nº5	p.167
	A Licção da guerra	O legado após a I Guerra Mundial	1918 / nº 6	p.218-220
	O 2º Aniversario do actual Governo e o Instituto Lauro Sodré	Comemoração	1919 / nº 7	p. 1-2
	A festa dos Normalistas	Formação dos diplomados normalistas	1919 / nº 9-10	p. 105-109
	A B C e U	Vitória do campeonato sul-americano de natação	1919 / nº 11	p. 153
	O nosso triumpho	O reconhecimento do periódico <i>O Ensino</i> na imprensa paraense na missão de Instruir e Educar	1919 / nº 12	p. 209-210
	O 15 de agosto	O Grito do ipiranga	1919 / nº 13 e 14	p. 289-291
	O congresso de Geografia de Bello Horizonte	Congresso que reunia homens de saber e possuía uma representação e significação patriota	1919 / nº 15	p. 337-338
Lauro Sodré	Palavras de Saudação	Texto do governador do estado	1918 / nº1	p. 2-3
	Allocução	Solene comemorativa do 46º aniversário da Fundação do Instituto Lauro Sodré	1918 / nº1	p.7
	Benjamin Constant Fundador da República Brasileira	A filosofia do ideário da República no Brasil	1918 / nº6	p. 209-217
	Uma Carta do Sr. Dr. Lauro Sodré	Carta de agradecimento ao periódico <i>O Ensino</i>	1919 / nº8	p. 57
	A evolução política no Brasil	Educar o homem diante da evolução dos fenômenos sociais	1919 / nº12	p. 213-219

Autoria	Título dos textos	Temáticas	Ano/Publicação	Página
Josué Freire	Quantidade Negativa I	Ensino de Matemática	1918 /nº1	p. 3-4
	Quantidade Negativas II	Ensino de Matemática	1918 /nº2	p. 33-34
	Quantidade Negativas III	Ensino de Matemática	1918 /nº3	p. 73-74
	Reflexões	O ensino do Instituto Lauro Sodré	1918 /nº4	p. 127-128
	A felicidade	O progredimento intelectual e moral	1918 /nº5	p. 173-174
	Notas de Arithimetica I	Adição (ensino de matemática)	1919/nº7	p. 6-7
	Notas de Arithimetica II	Adição (ensino de Matemática)	1919 /nº7	p. 6-7
	Notas de Arithimetica III	Números inteiros - operação (ensino de Matemática)	1919 /nº 9-10	p. 111-113
	Notas de Arithimetica IV	Cont. adição (ensino de Matemática)	1919 /nº 11	p. 158-160
	Notas de Arithimetica V	Subtração (ensino de Matemática)	1919 /nº 12	p. 221-224
	Notas de Arithimetica VI	Generalização da addição e da subitracção (ensino de Matemática)	1919/ nº 13 e 14	p. 294-297
Mecenas Rocha	O bom caminho	Multiplicação (ensino de Matemática)	1918 /nº1	p. 7
	Aos Heróis	Narrativa	1918 /nº2	p. 38
	Conto do Natal I	Conto	1918 /nº3	p. 105-108
	Chronicas I	Exposição sobre o governo de Lauro Sodré	1918 /nº5	p. 188-189
	Chronicas	História e guerra na Alemanha	1918 /nº6	p. 238-240
	Chronicas III	Poetas e Poesia Nacional	1919 /nº7	p. 34-36
	Chronicas IV	A representação na sociedade	1919 /nº8	Nº 73-75
	Chronicas IV	O Brasil	1919 /nº9-10	p. 128-130
	Chronicas IV	O valor do trabalho e o sentimento patriota	1919 /nº11	p. 169-170
	Chronicas V	Envelhecimento	1919 /nº12	p. 239-240
	Chronicas VII	Civilização	1919/nº13 e 14	p. 307-309
	Chronicas VIII	Relato sobre a prática da Caridade	1919/nº15	p. 346-347
Pereira de Castro	Discurso	Solene comemorativa do 46º Aniversário da Fundação do Instituto Lauro Sodré	1918 /nº1	p. 8-11
	Carta Circular	Conselho Superior de Ensino Primário	1918 /nº2	p. 37
	Caixas escolares	Instrução de caridade da classe popular	1918 /nº3	p. 78
	A escola pitoresca	Sobre Livro didático	1918 /nº4	p. 117-118
	Oração á Independência	Independência do Brasil	1918 /nº4	p. 126-127
	Hymno da escola Carlos Gomes	Hino	1918 /nº6	p. 255
	O Anno da Instrucção	Extraído do jornal <i>A Folha do Norte</i> (apontamentos sobre Instrucção, higiene, educação entre outros)	1919 /nº7	p. 9-10

Autoria	Título dos textos	Temáticas	Ano/Publicação	Página
	Saudação á arvore	Exaltação à natureza	1919 /nº13 e nº14	p. 298-299
Sylvio Nascimento	Em torno da História / Caramuru I	Ensino de História	1918 /nº1	p. 11-12
	Em torno da História / Calabar	Ensino de História	1918 /nº2	p. 35
	Em torno da História / Tiradentes III	Ensino de História (em poema)	1918/nº3	p. 74
	A escola pitoresca	Sobre Livro didático	1918 /nº4	p. 115 -116
	Em torno da História / Calabar	Ensino de História	1918 /nº4	p. 121-123
	Em torno da História / Anchieta IV	Ensino de História (em poema)	1918 /nº5	p. 170
	Natal	Enaltecer o Natal ao Raymundo Machado	1918 / nº6	p. 226-227
	Basta! (Poema)	Desconhecida	1919 /nº7	p. 8
	Providencias Regula-mentares	O ensino da caligrafia	1919 /nº7	p. 13
	Em face de um proble-ma	Os novos programas didáticos aprovados pelos atos adminis-trativos públicos	1919 /nº8	p. 63
	Em torno da História	Ensino de História	1919 /nº 9-10	p. 110-111
	Em face de um proble-ma	Ensino rudimentar dos meninos (pedagógico)	1919 /nº11	p. 154-155
	A inteligência A brilhante plêiade de professores do Pará (Poema)	Enobrecimento do professor	1919 /nº 12	p. 220
	Em face de um proble-ma	Educação moderna, pedagogia e psicologia experimentaes	1919 /nº15	p. 339-340
Poeta Eustachio Azevedo	Avante (Poema)	O ensino e o trabalho	1918 /nº1	p. 13
	Potencias (Poema)	O ensino intelectual	1918 /nº3	p. 83
	A Arte (Poema)	Ser artista	1919 /nº7	p. 39
	Boi Velho (Poema)	Metáfora sobre a força	1919 /nº12	p. 263
S.R	Programmas	Crítica ao novo regulamentos de Ensino	1918 / nº1	p. 14-16
Santino Ribeiro	Pela Instrução I	Educação primária	1918 / nº1	p. 15-17
	Pela Instrução II	Educação primária	1918 / nº3	p. 84
	Pela Instrução III	Educação primária	1918 / nº5	p. 180
	Os redivivos – Hilario de Sant’Anna	Vida e morte de Hilario	1919 / nº9 e nº10	p. 131-132
	Guanabara	Reconhecimento pela criação do paraense ter criado o periódico ilustrado <i>Guanabara</i>	1919 / nº11	p. 163
	A proposito de um livro	Pedagogia moderna: ensinar e aprender – aprender ensinando	1919 / nº12	p. 225-226

Autoria	Título dos textos	Temáticas	Ano/Publicação	Página
Matheus José do Carmo	Threchos de um relatório	Relatório sobre Ensino Primário	1918/ n°1	p. 17-19
	Assumptos Pedagógicos	Instrução	1918 / n°2	p. 42-44
	Franqueza de velho	Disciplina e trabalho	1918 /n°3	p. 94-95
	A escola pitoresca	Sobre Livro didático	1918 /n°4	p. 116-117
	Saudades	Memória sobre o trabalho de professores	1918 /n°6	p. 236
	A festa do Estudo	Cultura Escolar – festa das crianças	1919 /n°8	p. 67-68
	Os redivivos	Ao professor Raymundo Vianna	1919 /n°12	p. 281-282
Afranio Peixoto	A educação Nacional	Instrução / Liga de defesa nacional nov. 1917	1918 / n°2	p. 25-32
	A educação Nacional	Instrução / Liga de defesa nacional 1917 cont.	1918 / n°3	p. 67-72
	Parabolas	Métodos de ensino	1918 / n° 3	p. 119-120
	A gramatica na aula primária	Disciplina gramatical nas escolas	1918 / n° 5	p. 168-169
	A antiga e a nova Medicina: A hygiene	Medicina curativa, remedeira, therapeutica x medicina preventiva e profilática.	1918 / n° 6	p. 221-225
	Educação, instrução	Enfatiza a instrução da catequese na formação moral do sujeito	1919 /n° 12	N° 210
Paulo Maranhão	Conselho Superior de Ensino Primário	Regulamento do governo do estado / ensino	1918 /n°2	p. 36-37
Julio Muniz	Hygiene Oral	Saúde	1918 /n°2	p. 39-40
	A hygiene quotidiana da boca	Prophilaxia no caso de epidemia	1919 /n°13 e 14	p. 311-315
Ophir Loyola	Inspeção médico-escolar	Saúde	1918 /n°2	p. 41-42
	O departamento da creança	Estatística de morte de menores e suas causas	1919 / n °13 e 14	p. 302-303
Moreira dos Santos	A instrução popular no Brasil	Ensino popular	1918 /n°2	p. 50-51
Adelia Lacerda	Meidtando	Reflexão sobre Jesus	1918 /n°2	p. 51-52
	Hymno Nacional Brasileiro	Patriotismo	1918 / n°4	p. 153
	Legenda	Narrativa de vivências	1918 / n° 5	p. 182-184
	... Y todas tus penas se acabaran?	Ao poeta Lucidio Freitas	1919 /n°7	p. 20-21
	Emfim...a Paz	O fim da guerra	1919 /n°12	p. 277-278
Rocha Moreira	A escola	A festa da árvore	1918 /n°2	p. 53
Vicente Silva	Ensino Profissional	Composição typographica	1918 /n°2	p. 55-57
	Ensino Profissional II	Composição typographica	1918 /n°3	p.102-104
	Ensino Profissional III	Composição typographica	1918 /n°4	p. 147-149
	Ensino Profissional IV	Composição typographica	1918 /n°5	p. 191-195
	Ensino Profissional	Prática profissional	1918 /n°6	p. 248-250
	Ensino Profissional	Prática profissional	1919 /n°7	p. 28-30
	Programma de Ensino	Ensino da officina de typographo no Instituto Lauro Sodré	1919 /n°7	p. 30-32
	Programma de Ensino – saudação ao trabalho	Educação e instrução	1919 /n°8	p. 86-88

Autoria	Título dos textos	Temáticas	Ano/Publicação	Página
	Ensino Profissional	Educação operária	1919 /nº 12	p. 264-267
	Ensino Profissional	A importância da revista O Ensino para a educação do Estado	1919 /nº 15	p. 349-351
Costa Sampaio	A grafologia científica	Ensino da imagem	1918 /nº2	p. 57-58
Carlos Nascimento	Algumas observações sobre o arcaísmo	Excerptos de um ensaio linguístico I	1918 /nº3	p. 75-77
	Algumas observações sobre o arcaísmo	Excerptos de um ensaio linguístico II	1918 /nº4	p. 132-136
	Na floresta	Dedicatória ao Dr. Antonio Marçal	1919 /nº7	p. 33
	A vida das palavras	A origem da língua portuguesa cap. 1	1919 /nº12	p. 227-234
	Genese do Poeta (Poema)	Uma metáfora do talento de um poeta	1919 /nº15	p. 370
Figueiredo Souza	Eduquemos as crianças	Educação	1918 /nº3	p. 81-82
Gasparino Silva	Culto a virtude	Reflexões sobre a moralidade	1918 / nº3	p. 92
	Orphãos	Dois irmãos recolhidos para serem educados no instituto Lauro Sodré	1918 / nº6	p. 245
Crepory Franco	Classificação das ciencias I	Leis de Herbert Spencer	1918 /nº3	p. 93-94
	Classificação das ciencias II	Leis de Herbert Spencer	1918 /nº4	p.137-138
	Classificação das ciencias III	Augusto Comte e ciencias fundamentais	1918 /nº5	p. 184-186
	Classificação das ciencias	Herbert Spencer – Ciencias concretas e abstratas	1918 /nº6	p. 242-245
	Classificação das ciencias V	Sciencias formaes, concretas e abstratas	1919 /nº7	p. 23-25
	A lei de Weber	A psicologia humana	1919 /nº 12	p.236-239
Augusto Meira	Hymno Brasileiro	Patriotismo	1918 /nº3	p. 95
	Apotheose (Poema)	Para Dioris	1919 /nº8	p. 95
	A Língua Portuguesa (Poema)	Língua Portuguesa	1919 /nº11	p. 173
	Canto do Oyapock (Canção)	Às crianças paraenses	1919 /nº12	p. 280
Basilio de Carvalho	Crença e Luz (Poema)	Dedicatória ao professor Mathheus do Carmo	1918 /nº3	p. 96
	Ave, Luz! (Poema)	Dedicatória à ilustrada redação do O Ensino	1918 /nº5	p. 181
	O Natal de Jesus (Poema)	Notas natalinas ao mestre Monsenhor Domiciano Cardoso	1918 /nº6	p. 228
	Federis Arca (Poema)	À memória de Zacarias de Carvalho	1919 /nº8	p. 69
	A Escola Moderna (Poema)	Em memória de Francisco Ferrer, a heroica vítima do clericalismo	1919 /nº7	p. 22
	Jesus no Horto (Poema)	Reflexão poética sobre Jesus no horto das Oliveiras	1919 /nº9-10	p. 117
	Salve, Tiradentes! (Poema)	Comparação entre a pessoa de Tiradentes e Jesus	1919 /nº11	p. 157

Autoria	Título dos textos	Temáticas	Ano/Publicação	Página
	Avante! (Poema)	Aniversário da revista e do redator-chefe O Ensino	1919 /nº12	p. 235
	Ave, amor! (Poema)	Lembranças da esposa falecida	1919 /nº13 e nº14	p. 310
	Salve, arte!	O dom de ser artista	1919 /nº15	p. 343
	O livro (Poema)	Aos jovens educando do Instituto Lauro Sodré	1918 /nº4	p. 129
Bertoldo Nunes	Estudae	Conselho aos alunos do Instituto Lauro Sodré	1918 /nº3	p. 98-99
	Procedei Bem!	Instrução e bons costumes	1918 /nº5	p. 178-179
	Phases da Vida (Poema)	As crenças das escolas agremiadas	1919 /nº9 e nº10	p. 144
	Fraternal Amplexo (Poema)	Versos em prol dos fragellados da secca	1919 /nº12	p. 284
	Oraculo Moderno	Classificação do oráculo	1919 /nº13 e nº14	p. 315-316
	Lever de rideau Peça teatral	Diversão cômica para os meninos de menor idade	1919 /nº15	p. 365-366
Carlos de Azevedo	Na escola primária	Ensino do desenho nas escolas públicas	1918 / nº4	p. 150-153
Francisco Lins	O Livro (Poema)	Dedicatória ao Dr. Antonio Marçal	1918 /nº5	p. 190
Olavo Silva	Os que começam – O 51	Morte do aluno – colega de classe José da Silva Lavareda	1918 /nº5	p. 195-196
Hildebrando Azevedo	O grito do Ypiranga	Independência do Brasil	1918 /nº5	p. 196
	Vida Nova	Enaltece a Escola Profissional do Estado	1919 /nº 13 e nº14	p. 327-328
Mário Melo	Calabar	Confrontos sobre a história do Brasil as ideias do professor Sylvio Nascimento	1918 /nº6	p. 232-235
Leocadio Guerreiro	Em nome de Jesus	Dedicatória ao Dr. Antonio Marçal	1918 /nº6	p. 241
Lucidio Freitas	... y todas tus penas se acabaran?	Apontamentos ao Dr. Antonio Marçal	1918 /nº6	p. 246-247
	Verão (Poema)	Natureza	1919 /nº8	p. 90
Delorisano Bello	Divina Essencia (Poema)	Recordação de antiga camaradagem espiritual	1918 /nº6	p. 251
Palma Muniz	Centenario da Imprensa Paraense 1822-1922	Notas sobre os periódicos e o surgimento da imprensa no Pará	1918 /nº6	p. 258
	Culto Civico	Cultivo do sentimento de urbanidade		
Galdino Gondim Lins	Maria Aparecida (Poema)	Poema para Maria	1918 /nº6	p. 263
	No seio da Matta (Poema)	Ao Raymundo Machado Exaltação da Natureza	1919 /nº7	p. 16
	Ao partir (Poema)	Para o Manoel Nery Pereira	1919 /nº8	p. 83
	Visão de Miseria (Poema)	A seca do Ceará	1919 /nº9-10	p. 127

Autoria	Título dos textos	Temáticas	Ano/Publicação	Página
	Pagina de Amor (Poema)	Sobre amor	1919 /nº11	p. 166
	Hontem e Hoje (Poema)	Dr. Agostinho Monteiro e a comissão de socorros aos cearenses	1919 /nº12	p. 248
	O Sahi' (Poema)	Ao Dr. Antonio Marçal e demais da revista d'O Ensino	1919/nº13 e nº14	p. 317
	Ciumadas... (Poema)	O ciúme feminino	1919 /nº15	p. 364
Luiz Barreiros	Pratonato de Menores	Correção de menores	1918 /nº6	p. 264-266
Simplicio Torres	A officina	Officinas do Instituto Lauro Sodré	1918 /nº6	p. 267-268
	Questão relevante	Culto do Patriotismo	1919 /nº8	p. 70-71
	Escolas Profissionaes	Apontamentos sobre a abertura de escolas profissionais	1919 /nº11	p. 156
	A Bôa Semente	A diferença da semente em solo fértil e em um solo não fértil	1919 /nº12	p. 253-254
	Assumptos profissionais	Serralharia mecânica e civil	1919/nº13 e nº14	p. 300-301
	O ensino Primario	A disseminação do ensino primário como um problema	1919 /nº15	p. 341-342
A. De Sampaio Doria	A Patria Brasileira	Educação Cívica	1919 /nº7	p. 3-5
Philomena Simões	Palestras Escolares	Vida de Pedro Teixeira	1919 /nº7	p. 11-12
De Angelis	No Magisterio	Memória de um velho professor	1919 /nº3	p. 72
	No Magisterio	Elogios ao professor	1919/nº6	p. 217
	No Magisterio	Notas sobre um professor	1919/nº7	p. 15
	No Magisterio	O brio profissional do professor	1919 /nº8	p. 68
	No Magisterio	A arte de ensinar	1919 /nº9 e nº10	p. 130
	No Magisterio	Instrução e magistério feminino do Pará	1919 /nº11	p. 155
	No Magisterio	Despedida de uma professora Negra	1919 /nº12	p. 209
	No Magisterio	Uma professora jovem e tem um espírito republicano	1919 /nº12	p. 254
	No Magisterio	Característica de exemplo de professora	1919 /nº13 e nº14	p. 299
	No Magisterio	Exaltando um professor que passou pela formação inicial do instituto Lauro Sodré	1919 /nº15	p. 338
	No Magisterio	Professores avançados em janeiros	1918 /nº5	p. 174
F.S	Reminiscencia	Lembranças do bairro do Umarisal	1918 /nº6	p. 237
	Examinador e examinando	Avaliação profissional	1919 /nº7	Nº 17-18
	Os programas de Ensino Primario	Methodo expositivo e intuitivo	1919 /nº11	p. 167-168
	Valor cívico de Pedro Teixeira	Pedro Teixeira como exemplo de patriota	1919 /nº12	p. 257-258

Autoria	Título dos textos	Temáticas	Ano/Publicação	Página
C.P	Instruí, Educai!	Pensamento contemporâneo sobre instrução	1919 /nº7	p. 19-20
	O Analphabetismo no Brasil	Problemas da Instrução	1919 /nº8	p. 92-93
Roquette Pinto	Os Sertões	Livro de ciência e fé	1919 /nº7	p. 25
Thomaz Nunes	Obrigatoriedade do Ensino	Regulamento do Ensino	1919 /nº7	p. 25-28
	A gymnastica Suéca	A cultura physica	1919 /nº15	p. 358-359
José Pessoa C. de Albuquerque	O Escotismo	A prática do Escotismo	1919 /nº7	p. 36-37
Adelaide Machado	Os que começam O meu postal	Coleção de cartão postal	1919 /nº7	p. 38
Socrates	Consultas e respostas	A jornada do professor como apóstolo do ensino	1919 /nº7	p. 41
Antonio Austregesilo	Apostrofe aos maldizentes (aos pais e aos educadores)	Defensor do Estado patriota	1919 /nº7	p. 42-46
Cloves Bevilaqua	Pensamentos de Paz – Aspirações de Justiça	Luta pelo edifício da civilização. A busca pelos direitos humanos e a democracia.	1919 /nº8	p. 58-62
A.M.	A gripe	Conselhos para evitar a gripe e meios de resistir-lhe.	1918/nº5	p. 197
	Ligeira noticia sobre o Helio	Notas sobre o gás hélio	1919 /nº8	p. 66
	Chimica	Notas sobre Argonio, Neon, Krypton e Xenon	1919 /nº9 e nº10	p. 132
Velazquez	Arte Pura	Questionamento sobre o ensino da arte no Pará	1919 /nº8	p. 71-73
Manoel Lobato	Excerptos do Relatório	Texto de 1918	1919 /nº8	p. 75-77
	A uma jovem mãe	A mãe ser o auxílio na educação do filho	1919 /nº12	p. 267-268
Raymundo Proença e Sylvio Nascimento	Noções de História da Patria	Estudo de História	1919 /nº8	p. 78-82
	Noções de História da Patria	Estudo de História	1919 /nº9 e nº10	p. 118-124
	Sobre as noções de História da Patria	Os novos programas de ensino primário – História da Pátria	1919 /nº12	p. 243-247
Anna Sarah de Mattos	Palestras Escolares	Valor do professor para a civilização de um povo	1919 /nº8	p. 84-86
Ignacio Moura	Divisibilidade dos numeros	Ensino da Matemática	1919 /nº8	p. 88-89
Antonio Vieira	Os livros - Admiração	A representação dos livros para o ensino	1919 /nº8	p. 89
Antonio Mendes	A festa do estudo	Festa - solenidade no Teatro da Paz	1919 /nº8	p. 93-94
	Bregeirices de Velho	Crônica	1919/nº12	p. 278-279
Laercio	Registo Bibliographico	Notas arithimeticas Arvore Má Rudimentos de Leituras	1919 /nº8	p. 96-97
	Registo Bibliographico	Noções de História Pátria Parábolas - Para Bólas	1919 /nº9 nº10	p. 145

Autoria	Título dos textos	Temáticas	Ano/Publicação	Página
	Registo Bibliographico	Anthologia Amazonica Selva A festa das aves Como devemos ensinar ás nossas filhas o que é a mater- nidade	1919 /nº12	p. 282-283
Misael Seixas	A Agrhogeographia e seu estudo	Base moderna da Geographia	1919 /nº9 e nº10	p. 114-116
L'abbé Estevam da Costa Teixeira	<i>Le Vainquerur</i>	Verção francesa da poesia lírica	1919 /nº9 e nº10	p. 133
Gemina Pinto	Indole Pacifica do índio do Pará	Educação/catequese para os índios	1919 /nº9 e nº10	p. 136-138
José Carvalho	Preceito Antigo (Poema)	O pecado humano	1919 /nº9 e nº10	p. 139
	Comedia Infantil (Peça teatral)	Escrita para o festival literário do colégio Minerva	1919 /nº13 e nº14	p.321-326
	Dialogo (Peça teatral)	Risão e Carrancudo	1919 /nº15	p. 377-381
M. Vasques	Factorar ou decompor um números em seus factores primos	Do ABC arithmetico e ao prepa- ro- Ensino de matemática	1919 /nº9 e nº10	p. 140-142
	Factorar ou decompor um números em seus factores primos	Do ABC arithmetico e ao pre- paro conclusão dos ns 9 e 10 da revista - Ensino de matemática	1919 /nº 12	p. 255-257
	Os múltiplos do A B C arithmetico	I Adição II Multiplicação III Divisão	1919 /nº13 e nº14	p. 304 - 306
Henrique Leite	Radiciação Cubica	Ensino de matemática	1919 /nº9 e nº10	p. 142-143
Padre Estevam da Costa Teixeira	No Lar	Reflexão sobre o prazer de ter um lar – Ao Dr. Antonio Marçal	1919 /nº11	p. 165
	Pouca Verba (Poeta)	Mensagem a Paulinho de Brito -	1919 /nº12	p. 259
	A família christã	A benção divina está na família	1919 /nº13 e nº14	p. 309
Rosina Quaglia	Palestras Escolares	Palestra proferida no Grupo Escolar Benjamin Constant	1919 /nº11	p. 171-172
R. Trindade	O Ensino	Ideais republicanos	1919 /nº12	p. 211-212
Henrique Santa Rosa	Radiciação cubica	Ensino de matemática (radiciação)	1919/nº12	p. 241-242
Pereira de Castro e Cincinato Ferreira de Souza	Ninguem se iluda! (Cançoneta infantil)	O sentimento de infância para o futuro da nação Collectanea de Hymnos de Can- ticos Escolares	1919 /nº12	p. 250-253
Esmeralda Mon- teiro	Sincero e Justo Opti- mismo	O projeto e desenvolvimento da região Norte	1919 /nº12	p. 260
	A psychologia na escola	Pedagogia x psicologia	1919 /nº13 e nº14	p. 292-293
Remigio Fernadez	Sombra fugitiva (Poema)	O desejo humano	1919 /nº12	p. 269
Antraro	Alguma coisa de alge- bra	Equações reciprocas	1919 /nº12	p. 270-271
	Alguma coisa de alge- bra (conclusão)	Equação do 4º gráo Equação do 5º gráo Generalização	1919 /nº13 e nº14	p. 318-320

Autoria	Título dos textos	Temáticas	Ano/Publicação	Página
M. Braga Ribeiro	Os grandes educadores	Vida e obra de Monsenhor Dom- miniano Perdigão Cardoso	1919 /nº12	p. 272-274
Lucilo Fénder	Pedagogia Esoterica	Concepção da pedagogia moderna x pedagogia popular (superstições)	1919 /nº12	p. 275-277
F. M.	A comedia dos Qui pro quós	Conto de Shakespeare	1919 /nº 13 e 14	p. 329-332
	A comedia dos Qui pro quós (conclusão)	Conto de Shakespeare	1919 /nº 15	p. 371-374
Tupinambá Junior	História do Pará	Apelo aos historiadores para construir uma obra com a histó- ria do Pará	1919 /nº 15	p. 344-345
C.S Marques Leite	Dura Veritas (Poema)	Para Arthur Leite – Reflexão a respeito dos momentos bons e ruins	1919 /nº 15	p. 348
Noura Monteiro	Higiene Escolar A escola	A higiene, a arquitetura, mobili- ário escolar	1919 /nº 15	p. 251-252
Maria de Moraes Novaes	Palestras escolares	Conferência proferida nas esco- las agremiadas – 6 de setembro 1919	1919 /nº 15	p. 353-355
Ernesto Mattoso	Apontamentos	A 1º guerra mundial (final)	1919 /nº 15	p. 356-357
H. Barradas	Os que começam	Astronomia	1919 /nº 15	p. 360-363
Thomaz Carlyle	Livros	Indicações da prática da leitura	1919 /nº 15	p. 366-369
Alberto Mesquita	Sonhos	Descrição da mulher de seus sonhos	1919 /nº 15	p. 369
Wenceslau Braz	Sem título	Nota sobre a fome da Europa	1918 /nº 1	p. 19
Ticiania	No Magisterio	Reconhecimento de uma pro- fessora bem-sucedida e mãe de família	1918 /nº 2	p. 34
	No Magisterio	Características de uma profes- sora	1918 /nº 4	p. 118
Rocha Pombo	Sem título	Notas de viagem	1918 /nº 2	p. 40
Pestalozzi	Sem título	Nota sobre a base do conheci- mento em Pestalozzi	1918 /nº 2	p. 44
Um normalista	O Ensino da tabuada	Ensino de matemática	1918 /nº 3	p. 79-81
	Sobre as fracções	Ensino de matemática	1918 /nº 4	p. 130-132
	Sobre as fracções	Ensino de matemática	1918 /nº 5	p. 175-178
C.	Palestras escolares	28 de setembro	1918 /nº 5	p. 171-173
	Palestras escolares	13 de maio	1918 /nº 6	p. 229-231
H.	Amor á Escola	O medo das crianças de irem a escola	1918 /nº 5	p. 186-188
Olavo Bilac	Pelo Brasil	O povo brasileiro	1918 /nº 5	p. 189
Desconhecido	De uma entrevista	Os livros sem instrumentos manoads	1918 /nº 1	p. 6
	Cifras animadoras	Economia para investimentos na educação	1918 /nº 2	p. 32
	Sem título	Sobre hábitos de higiene em sala de aula	1918 /nº 2	p. 52
	14 de Julho	Comemoração da festa da árvore	1918 /nº 2	p. 54
	Conferencia Pedagó- gica	Discursão acerca do ensino público	1918 /nº 3	p. 85-92
	Ruy Barbosa	5º Aniversario intelectual de Ruy Barbosa	1918 /nº 3	p. 97-98

Autoria	Título dos textos	Temáticas	Ano/Publicação	Página
Desconhecido	7 de Setembro	Grito da independência	1918 /nº 4	p.124-125
	Exposição de desenho	Exposição escolar de desenho e pintura promovido pelo governo	1918 /nº 4	p. 149-150
	O militarismo pruciano	Tradução do texto da revista parisiense “Nouvelles de France”	1918 /nº 6	p. 252-254
	Ensino Publico	Seções importantes do conselho superior Aprovação do Regimento Interno Organização dos programas primários	1918 /nº 6	p. 268-269
	Instrução Publica Primaria	Expediente nos dias 5 de novembro a 7 de dezembro Actos do Governo Actos do diretor de ensino	1918 /nº 6	p. 270-271
	Excerptos do Relatório	Regulamentos do Ensino	1919 /nº7	p. 14-15
	Ensino Primario	Programmas Didactios	1919 /nº7	p. 32
	A proteção da infancia nos Estados Unidos	O sentimento e cuidados com a infância	1919 /nº7	p. 38
	Olavo Bilac	Obra intelectual de Olavo Bilac	1919 /nº7	p. 40
	Instrução Pública Primaria	Leis e decretos 31 de dezembro de 1918 a 25 de janeiro de 1919	1919/nº7	P. 47-50
	Monsenhor Domiciano Cardosos	A intelectualidade paraense – morte do Monsehor	1919 /nº8	p. 91
	Instrução Pública Primaria	Leis e decretos 20 de janeiro a 28 de fevereiro de 1919	1919 /nº8	p. 97-100
	Educação e Saneamento	Higiene e Saúde	1919 /nº9 e nº10	p. 125-126
	O soldado moderno	Uma visita ao quartel 47º de caçadores	1919 /nº9 e nº10	p. 134-135
	Conselho Superior do Ensino	Ata da eleição do Conselho Superior do Ensino	1919 /nº9 e nº10	p. 135
	Vultos Paraenses Domingos Antonio Rayol	Vida e Obra de Domingos Antonio Rayol	1919 /nº11	p. 161-163
	Programmas de Ensino	Organização do programma de Ensino pelo Conselho Superior de Ensino Primario em 1919	1919 /nº11	p. 174-199
	Portaria de 25 de abril de 1919	Exposição do regulamento do decreto n.3356 de 7 de maio de 1918	1919 /nº11	p. 199-200
	Instrução Publica Primaria	Portaria e decretos – Expediente de 1 de março a 29 de abril de 1919	1919 /nº11	p. 200-205
	Academia Livre de Bellas Artes do Pará	A fundação da Academia de Bellas Artes em 9 de junho de 1918	1919/nº12	p. 258
	Instituto Lauro Sodré	Comemoração do 47º aniversario de fundação do Instituto Lauro Sodré	1919 /nº 12	p. 274-275
	Comemorações	A festa da árvore e 15 de agosto	1919 /nº 13 e 14	p. 328
	A mensagem do Sr. Dr. Governador do Estado e o Instituto Lauro Sodré	Ensino Technico	1919 /nº 15	p. 374-375
	Festas Escolares	Grupo Escolar do Mosqueiro Grupo Escolar José Verissimo	1919 /nº 15	p. 375-376

Fonte: Autores da pesquisa (2021).

Ao analisar o quadro 6 acerca das divisões na estrutura da revista, é possível notar que ela não obedece a seções fixas, a não ser na seção denominada de “Correio d'O Ensino”, já explanada, e “Notulas”, utilizada para informar sobre acontecimentos históricos, visitas de viajantes à região, assuntos sobre guerras, personalidades com influências políticas e militares, notas do Diário Oficial e outros. Ao identificar os autores e suas produções, constatou-se que a somatória dos textos equivale a 238 produções por 94 autores, exceto os desconhecidos, os quais contabilizaram 30 textos. Isso chama bastante atenção por essa quantidade ser a maior observada no quadro 6. Eram de responsabilidade e autoria do redator chefe, Antonio Marçal, os primeiros textos da revista, totalizando 13 textos³⁰. Os autores mais reincidentes são: o professor Sylvio Nascimento, que produziu 14 textos; Mecenas Rocha (12 textos); Josué Freire (11 textos); Basílio de Carvalho (11 textos); De Angelis (11 textos); Vicente Silva (10 textos); Galdino Gondin Lins (7 textos); Matheus do Carmo (7 textos).

Os autores com menor número de textos publicados são: Bertholdo Nunes (6 textos); Crepory Franco (6 textos); Santino Ribeiro (6 textos); Lauro Sodré (5 textos); Adelia Lacerda (5 textos); Carlos Nascimento (5 textos); Poeta Eustachio de Azevedo (4 textos); Augusto Meira (4 textos); F.S (4 textos); A.M (3 textos); Raimundo Porença e Sylvio Nascimento (3 textos); Laercio (3 textos); José Carvalho (3 textos); M. Vaques (3 textos); Padre Estevam Da Costa Teixeira (3 textos); Um normalista (3 textos); Julio Muniz (2 textos), Ophyr Loyola (2 textos); Gasparino Silva (2 textos); Luci de Freitas (2 textos); Palma Muniz (2 textos); C.P. (2 textos); Manoel Lobato (2 textos); Antonio Mendes (2 textos); Esmeralda Monteiro (2 textos); Antraro (2 textos); F.M. (2 textos); Ticiania (2 textos); Hildebrando Azevedo (2 textos); C. (2 textos); S.R (1 texto); Paulo Maranhão (1 texto); Moreira dos Santos (1 texto); Rocha Moreira (1 texto); Costa Sampaio (1 texto); Figueiredo Souza (1 texto); Carlos de Azevedo (1 texto); Francisco Lins (1 texto); Olavo Silva (1 texto); Mario Melo (1 texto); Leocadio Guerreiro (1 texto); Delorisano Bello (1 texto); Luiz Barreiros (1 texto); A. de Sampaio Doria (1 texto); Philomena Simões (1 texto); Roquette Pinto (1 texto); Thomas Nunes (1 texto); José Pessoa C. de Albuquerque (1 texto); Adelaide Machado (1 texto); Socrates (1 texto); Antonio Austregesilo (1 texto); Cloves Bevilacqua (1 texto); Velazquez (1 texto); Anna Sarah de Mattos (1 texto); Ignacio Moura (1 texto); Antonio vierira (1 texto); Misael Seixas (1 texto); L'abbér Estevam da Costa Teixeira (1 texto); Germina Pinto (1 texto); Henrique Leite (1 texto); Rosina Quaglia (1 texto); R. Trindade (1 texto); Henrique Santa Rosa (1 texto); Pereira de Castro e Cincinato Ferreira de Souza (1 texto); Remigio Fernandez (1 texto); M. Braga Ribeiro (1 texto); Lucilo Fénder (1 texto); Tupinanmbá Junior (1 texto); C.S Marques Leite (1 texto); Noura Monteiro (1 texto); Maria de Moares Novaes (1 texto); Ernesto Mattoso (1 texto); H.Barradas (1 texto); Thomaz Carlyle (1 texto); Alberto Mesquita (1 texto); Wenceslau Braz (1 texto); Rocha Pombo (1 texto); Pestalozzi (1 texto); H. (1 texto) e Olavo Bilac (1 texto).

No entanto, notou-se que havia relevância nas temáticas relacionadas à saúde, ao idioma nacional, às lições de História da pátria, às lições de Matemática, aos textos governamentais e educacionais, em especial em relação à educação primária, devido às altas taxas de analfabetismo local e nacional. Nesse sentido, a linguagem literária em forma de poema estava presente em todos os números publicados, reforçando as ideias postas nos demais textos, bem como pequenas

30 Neste estudo avaliam-se 15 revistas, porém Antonio Marçal publicou 13 textos, pois os números 9, 10, 13 e 14 correspondiam a uma publicação cada.

notas no final de alguns textos, narrativas em favor da instrução e Educação para as camadas populares, ou seja, cada texto usa uma estratégia para engendrar uma nova mentalidade nacional.

Havia uma preocupação das intervenções governamentais em relação à nova ordem econômica e à nova filosofia que nasceu junto com a República, principalmente no que diz respeito aos hábitos e costumes sociais. A necessidade era incutir o valor patriota na sociedade e gerar uma mentalidade salubre para o corpo e a alma dos homens, no sentido de mostrar ao mundo que o brasileiro era capaz de se tornar sujeito civilizado aos moldes europeus. Nessa perspectiva, a Educação do homem passa a ser primordial para a emancipação social, tanto em Belém como no país. Logo, a Educação se tornou o objetivo principal com a “função de preparar o homem para habitar o espaço urbano e lidar com as determinações com que se defrontava” (Resende; Gonçalves Neto, 2009, p. 376). Passou a ter a finalidade de legitimar a verdadeira instrução e forjar novos cidadãos, “educando mentes e corpos, tornando-lhes curados e higienizados [com objetivo de] viver em uma sociedade regenerada por intermédio da organização escolar remodelada por meio da pedagogia moderna e da medicina” (Gondra, 2004, p. 479).

Segundo Jorge Nagle (1974, p. 99), esse momento histórico foi denominado como “entusiasmo pela Educação” capaz de “incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo”. Entende-se que essa luta ideológica foi decisiva para a aceleração histórica do homem e sua sapiência, em acreditar “que a educação tem um papel insubstituível” (Nagle, 1974, p. 100), pois é um instrumento irrefutável para “consonância lógica com a evolução social [...] na formação dos povos [...], preparo intellectual e physico das novas gerações” (O Ensino, 1919, p. 19-26).

Diante disso, compreende-se que a Educação era a causa e a solução para os problemas sociais de origens diversas. Nagle (1974, p. 102) afirma que: “O analfabetismo, [...] traz como consequência inevitável a ausência de cultura cívica e política, a ignorância dos preceitos higiênicos, a incapacidade para grande número de profissões, atraso nos processos agrícolas e nos das indústrias que lhe são conexas”.

A aspiração social de um homem ideal para a modernidade estava pautada no ser com habilidades múltiplas, não somente para o trabalho, mas dotado de um corpo saudável, salubre, inclinado aos valores científicos, mantendo-o afastado da fadiga³¹ e da preguiça. Destarte, Lockmann (2013) escreve que a modernidade surgiu de uma ação incansável na busca pela ordenação reinventada por séculos, proveniente do conhecimento científico que se instalou entre os fenômenos e as práticas humanas. Sendo assim, entende-se que toda ação gera novas práticas e experiências, as quais são categorizadas e subcategorizadas, perfeitamente naturalizadas no eixo social do homem moderno.

Nesse contexto, *O Ensino* (1918-1919) tornou-se o “pilar de uma sociabilidade política colocando em debate acontecimentos recentes, as reformas do Estado, [da Educação] ou conceitos fundamentais da filosofia política” (Chartier, 2009, p. 98) que esclareceram e discutiram leis e formas de apropriações culturais.

31 “Fenômeno multicausal cuja gênese envolve aspectos físicos, cognitivos e emocionais. A fadiga seria um estado em que o corpo apresenta um esgotamento das energias que o impulsionam a funcionar corretamente. Isto ocorreria pelo excesso de esforço empreendido ocasionando uma queda na eficiência e na produtividade do trabalhador” (Mota; Cruz, 2005).

O ENSINO

V

**“O ENSINO” COMO ESPAÇO DE
(IN)FORMAÇÃO PEDAGÓGICA: as
representações sobre a educação e
instrução para o Ensino Primário no Pará
republicano**



Para tanto, comunga-se da opinião de Magalhães (2021, p. 23) sobre a escrita aos periódicos educacionais: “é enunciativa, inovadora, proclamativa, mobilizadora, processual, focando-se no relato e no tempo-acontecimento”, pois, da mesma forma, nota-se que para movimentar e gerar novas concepções acerca dos ideários republicanos, a escrita necessitava ser congruente com os objetivos a serem alcançados pelos editores que estruturaram *O Ensino* (1918-1919).

Após o mapeamento dos leitores, suas ocupações profissionais e as temáticas postas em debates, infere-se que *O Ensino* foi lido por um público acentuado de professores, pois tornou-se um guia pedagógico para a orientação do pensamento e do aperfeiçoamento da classe docente do Pará. Desse modo, foi observada, na análise das temáticas dos textos veiculados nas publicações, a preocupação em divulgar duas concepções imprescindíveis: a Educação e a instrução, duas condutas que serviram de alicerce para governar o novo pensamento republicano. O debate sobre essas concepções será realizado na próxima seção.

A partir do suporte material da revista *O Ensino* (1918-1919), o presente capítulo conduz o leitor a compreender as representações/concepções sobre Educação e instrução para o Ensino Primário público no Pará republicano. Sob essa conjuntura, o contexto do referido impresso expunha aos leitores, nos seus artigos, testemunhos e considerações substanciais que compõem o cenário educacional paraense, fazendo circular ideias de uma Educação modernizadora, veiculando explicitações de novos saberes a respeito da saúde, da higiene, dos exercícios físicos, dos métodos de ensino, dos modos de civilidade, das disciplinas escolares, dos valores, dos sentimentos pátrios, do ofício do professor, entre outros assuntos sobre a Educação primária, a fim de alcançar o público atrelado ao professorado. O seu objetivo maior de circularidade visava ao trabalho docente, como vem sendo discutido neste estudo. Havia, portanto, um empenho dos redatores e colaboradores no uso dos recursos de impressões (textuais, tipográficos, iconográficos) para potencializar a circulação de ideias.

Nessa direção, infere-se que o engendramento de uma nova mentalidade ganhou sentido, posto que, tornar os leitores cientes das novas práticas culturais para moldar/educar, em especial a infância³², por meio da “Pedagogia moderna”, fez com que a revista fosse concebida como veículo de saber especializado (manual de ensino), um espaço de (in)formação, que sintoniza, orienta e anuncia referências fundamentais para “o bom caminho”, a ser trilhado pelo “mestre-escola, sacerdote do saber” (*O Ensino*, 1919) em benefício do futuro da nação.

Nesse empreendimento, a hipótese que se ergue é pautada na estratégia tomada pelo grupo de intelectuais em assegurar a veiculação da revista para dar visibilidade aos saberes descritos acima como improrrogáveis à formação das práticas escolares (verdadeiras maneiras de instruir e educar). Por isso, não podemos deixar de expor a necessidade de que tais representações funcionassem sob a forma do poder que as ações governamentais tinham e que pretendiam tornar público o progresso educativo do estado, utilizando os atores sociais (intelectuais que escreviam na revista) e o próprio periódico como vitrine/espço de circulação de ideias, que adentraram o seio social, assumindo sentidos e significados.

É importante validar, nesta pesquisa, os pressupostos metodológicos em Chartier (1991), que conduzem a pensar que a percepção do contexto da revista foi dada a ler por suas comunidades interpretativas por meio da prática da leitura. Chartier (1991, p. 181) afirma que: “A leitura não é somente uma operação de intelecto: é pôr em jogo o corpo, é inscrição, relação consigo ou com o outro. Por isso devem ser reconstituídas as maneiras de ler próprias a cada comunidade de leitores”.

A referida reflexão é importante para pensar sobre as formas de representações dos saberes acerca de instruir e educar, uma vez que foram postas em circulação a partir de inúmeras estratégias anunciadas pelo periódico. É por meio das representações que os sujeitos dão sentido ao mundo, numa construção que acontece por:

[...] classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real, variáveis consoantes as classes sociais ou

32 “Temos uma patria a reconstruir, uma nação a firmar, um povo a fazer... e para emprender essa tarefa, que elemento mais ductil e moldável a trabalhar do que a infância?! [...]” (Trovão, 1896)

os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro torna-se inteligível e os espaços decifrados (Chartier, 1991, p. 18).

Para efeito, nesta pesquisa, as representações:

são determinadas pelos interesses dos grupos que os forjam, então é requerido conforme as palavras do historiador relacionar os [...] discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. Neste intento, as representações se [deparam] no campo de concorrências e de competições cujos desafios se anunciam em termos de poder e dominação [...] (Chartier, 1991, p. 18).

Levando em consideração que as percepções do social produzem estratégias e práticas “que tendem a impor autoridade aos outros, por elas menosprezadas, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, suas escolhas e condutas” (Chartier, 1991, p. 18).

Sob esse prisma, ao considerar eficaz a funcionalidade das representações, é necessário, a partir do contexto histórico estudado, interpretar as concepções sobre instruir e educar no contexto da revista pedagógica *O Ensino*, que foi avaliada por meio da leitura minuciosa da configuração interna da revista, o que possibilita conhecer e categorizar o que se tem apresentado para estudo. Dentre os textos, destacam-se os textos oficiais, como os discursos educacionais do governador do estado Lauro Nina Sodré; os atos do governo, programas de ensino, aulas referentes às disciplinas, estatísticas oficiais sobre o índice de analfabetismo e escolas; os relatórios de inspetores técnicos de ensino; os debates de especialistas que referem-se à educação, aos regulamentos de ensino primário, às políticas educacionais, aos comunicados sobre os congressos nacionais, além dos textos de consistência teórica especializados e dos diversos gêneros textuais (crônicas, prosas, canções, partituras, poemas e outros), muitos produzidos pelos professores da rede de ensino do estado do Pará. A materialidade da revista dispõe de articulações que organizam os textos, cada um em espaço específico a orientar a leitura, o sentido e as significações. Para isso, ressalta-se que:

[...] geralmente é um objeto, um manuscrito ou um impresso, mas também pode ser uma forma de representação do texto sobre o palco, uma forma de transmissão vinculada às práticas de oralidade: recitar um texto, lê-lo em voz alta etc. todos esses elementos materiais, corporais ou físicos, pertencem ao processo de produção de sentido [...] (Chartier, 2001, p. 30).

Para compreender as prescrições do referido impresso, optou-se por também fazer uso das propostas preconizadas por Carvalho (2001), que apresenta avaliações do impresso de uso escolar na formação dos professores, no que corresponde à duplicidade de ações, ao passo que a primeira compreende os conceitos pedagógicos que conduzem a produção e distribuição e, de forma secundária, o impresso adquire autogoverno. O que veicula nos seus escritos pode ser um canal para novas práticas de uso daquilo que já está prescrito.

As regras, inscritas nos sistemas de pedagogia que regulam as práticas de representação das práticas escolares e sua normatização, regulam também, a pluralidade dos dispositivos materiais de produção, circulação e apropriação dos saberes pedagógicos. Assim, na materialidade do impresso posto em circulação, é o próprio campo dos saberes pedagógicos que é diferencialmente constituído (Carvalho, 2001, p. 138).

Nesse sentido, aborda-se a revista *O Ensino* no intuito de compreender as lutas pela sua representação sob a perspectiva da pesquisa histórica em Educação. Tratamos de lançar um olhar diferenciado sobre as representações acerca de instruir e educar a infância/criança rumo ao progresso do país, levando em consideração os aspectos político, social e cultural. Para maior compreensão, com a finalidade de propagar ideias, fortalecer a modernização do ensino e formar professores, difundiu-se outra forma de prospectar a cultura da escola primária. Então, elegemos como alinhamento condutor de interpretações o conceito de cultura escolar, que Julia (2001) afirma não poder ser estudado sem uma análise profícua das relações conflituosas que mantém cada contexto histórico próximo ao conjunto das culturas que lhes são contemporâneas, tais como a cultura religiosa, a cultura política ou a cultura popular.

Para o autor, a cultura escolar compreende uma junção “de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, [...] que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (Julia, 2001, p. 10). À vista disso, percebe-se a proximidade com a pesquisa neste campo de estudo, já que o periódico *O Ensino* contempla e fez circular as representações sobre as práticas culturais que deveriam ser utilizadas na escola primária para o êxito do progresso do país, que classificamos como “educação e instrução”, fazendo emergir um novo ideal de educação que se pretendia alicerçar.

Ao refletir acerca do conceito explanado acima, observa-se que a escola primária possuía seus ritos, normas e práticas, que definiam conhecimentos/valores a serem apreendidos pelos comportamentos inculcados, curando mentes e corpos de forma a fundir uma prática específica, que se pode chamar de *cultura escolar*.

Acerca desse horizonte, Escolano (2017) afirma que é tarefa da História da Educação nobilitar a cultura advinda da Educação, já que ela permite interpretar os modelos e métodos para intitular uma cultura escolar, que se detém em avaliar a cultura que se produziu na própria realidade. Ou seja, não foi imposta, idealizada, porém resultou de experiências/vivências. Escolano (2017) aclara sobre os códigos que não são explícitos, mas se relacionam com a empiria da escola e, para o autor, são denominados como “gramática da escolarização”, no mais, cita Tyack (1994), que considera ser a “Caixa Preta” e Depaepe (1993), que a chama de “endoscopia”.

Por conseguinte, entende-se que a cultura escolar não testemunha em derredor de conhecimentos, mas na potencialidade que possui de construir uma instituição, como bem expõe Faria Filho (1996, p. 166), ao afirmar que ela sempre é atrelada a um projeto político e à “noção do progresso, [pois] estudar a cultura escolar é estudar os processos produtivos das práticas escolares, isto é, práticas que permitem a transmissão de conhecimentos e a imposição de condutas circunscritas à escola”.

Assim, visibiliza-se cenas e confrontos nos enunciados que *O Ensino* divulgou sobre as concepções de educar e instruir na Primeira República no Pará, ou seja, a revista especializada que veiculou novos preceitos para o meio educacional do Ensino Primário.

5.1 Folheando a revista: instruir e educar para ser republicano

Alguns estudos produzidos a partir da historiografia da Educação, datados de 1900, visibilizam e discutem os resultados da política educacional da Primeira República. De certa maneira, esse demarque histórico voltou-se para o empreendimento escolar, que priorizou a construção dos prédios escolares, com uma arquitetura específica qualificada para o período, a qual valorizou a busca pelo padrão de ordem e da moral do homem republicano. Nesse sentido, entende-se que as ações dos sujeitos que atuaram na e para a escola possuem relevância, pois, a partir deles, pode-se lançar outras maneiras de compreender as formas de organização, métodos de ensino, valores, gestos e os saberes experienciados no ambiente escolar e no processo de escolarização que, por sua vez, valoriza a cultura escolar (Silva, 2017; Martins, 2008; Felgueiras; Vieira, 2010).

Sob esse aspecto, Silva (2017) discute que a estruturação das escolas primárias foi essencial para compor o novo cenário político, econômico e social, no início do século XX. Além de destacar que o espaço escolar foi observado pelos governantes como ambiente socializador dos ideais republicanos, visto que neles comportavam-se os sujeitos que estavam imbuídos e eram responsáveis pela transmissão pelos “valores pátrios, respeito às autoridades, amor ao trabalho, disciplina, postura civilizadora e os cuidados com a higiene” (Silva, 2017, p. 15), de certa maneira, é tornar os sujeitos úteis a si e à pátria, conforme vem sendo sinalizado.

Dessa maneira, a escola republicana ficou incumbida de fortalecer os desígnios do estado em razão de ser um canal de possibilidade para restaurar a sociedade dos problemas históricos da Educação. Para sermos mais exato, de um povo cuja maioria dos indivíduos era analfabeta e necessitava torna-se apta, pelo menos a ler, escrever e contar, pois, segundo os homens da ciência, essa era a causa do atraso socioeconômico do país. Acreditava-se que a Educação primária era o passo prioritário a ser tomado para o engendramento de uma nova mentalidade, pois educar a infância significava dominar desde o início o espírito do homem do futuro, no sentido de fazê-lo aceitar novas regras de conduta para assentar a civilização.

As páginas da revista *O Ensino* traziam considerações importantes acerca da Educação na infância, motivo de grande preocupação para o estado. Trabalhar em favor da regeneração social e garantir mudanças significativas na formação dos cidadãos para os tempos vindouros, que deveriam estar habilitados para a vida material e intelectual, tornou-se prioridade aos governantes.

O texto “Parabolas – antecipação” exprime, a partir da narrativa alegórica, preceitos morais que apresentam ensinamentos sobre o estágio da infância como preparo para a vida adulta e esse era o ápice profícuo para moldar o sujeito, polindo o espírito e o corpo físico. Boas maneiras e condutas proeminentes deviam ser cultivadas e amadurecidas através do desenvolvimento fisiológico e psíquico.

A infância é uma divina antecipação. Nesta observação psicológica ha um mundo de ensinamentos pedagogicos, moraes, econômicos, sociaes...de que se pode tirar imensa vantagem. Piralhos de quatro cinco annos fazem de papae e mamãe e se metem ‘em ménage’, já vi dois deitadinhos na cama, para fingirem melhor. O brinco de bonecas é arremedo da maternidade. Os pequenos montam a cavallo dirigem carros-cadeiras [...]. Estou convencido que há um rendimento pedagógico magnifico se um dia dela tirarem, systematicamente, todo o significado que comporta (O Ensino, 1918, p. 119).

A crítica estabelecida desperta o entendimento do leitor sobre a “admoestação prolongada” da criança, se ela é capaz de memorar e imitar com os “brincos da infância” e realizar tais desejos na vida adulta, fazer uso dessa habilidade para os processos de ensino seria a virtude a ser aprimorada pelos professores. As palavras de Mattos (1919, p. 85), afirmam que “o magisterio é um sacerdocio é uma vocação; na vocação a natureza imprime a capacidade suficiente”. Ou seja, o professor primário tinha uma responsabilidade desmesurável que abarcava desde sua apresentação moral às suas ações pedagógicas que, por instinto, deveriam ser exercidas de maneira genuína e sublime.

Ao centralizar os ideais republicanos na Educação para infância, vale considerar e refletir acerca dos apontamentos da civilidade pueril de Rotterdam (1978).

A arte de educar as crianças divide-se em diversas partes, das quais a primeira e a mais importante é que o espírito ainda brabo, receba germes de piedade; a segunda, que ele se entregue às belas-letras e nelas mergulhe profundamente; a terceira, que ele se inicie nos deveres da vida; a quarta, que ele se habitue, desde muito cedo, às regras da civilidade (Rotterdam, 1978, p. 70).

Moldar os hábitos humanos deveria ocorrer desde os primeiros anos de vida, num exercício laborioso, contínuo e lento, regado aos cuidados e à paciência para quem o conduz. Por esse motivo, são mensuradas diversas etapas para atingir um ideal de civilidade e, conseqüentemente, de uma forma indispensável, instruir e educar a criança na escola e conduzi-la às “faculdades intelectuais³³”. Essa era a missão fundamental a ser atingida, pois seria pelo entendimento intelectual que se ampliaria e aperfeiçoaria o homem para o trabalho e para a futuridade.

O anseio de educar os “filhos do povo” e capacitá-los moral e materialmente estava fortemente ligado aos preceitos de higiene e de instrução intelectual para todos os fins. Sob este ensejo, a classe popular deveria ser preparada para o trabalho³⁴ que dignificava o homem moderno para a civilização e para o avanço social na busca de largos passos futuros. Acreditava-se que esse era o sentido para obter a “luz para o espirito” humano, que seria atingido por meio da educação moral e da instrução intelectual, e para que fossem capazes no futuro de viver “em comunhão com os homens e na comunhão das idéias, como moléculas vivas de organismo nacional, capazes de funções uteis e de sãs vibrações pratrióticas” (Castro, n. 1, 1918, p. 9).

33 Expressão utilizada no discurso do periódico *O Ensino* (1918-1919) para retratar o entendimento e o aprimoramento intelectual dos sujeitos

34 No presente texto, refere-se ao trabalho que estava sob a benemeritria da instituição de “officina das letras e artes” ministrada à infância desvalida do Instituto Lauro Sodré (O Ensino, 1918, p. 9).

Sob esse ponto de vista, deve-se estabelecer as diferenças entre instruir e educar. Segundo o Dicionário de Educação e Ensino, a terminologia instruir “vem do latim *instructio*, disposição derivada de *struere*, construir” (Champagne, 1886, p. 406), ou seja, exprime o que se aprende nas escolas. A referida prática atua no campo da inteligência do sujeito para construir, produzir conhecimento formal. Os textos que circulavam na revista colocavam em relevo as divergências desses conceitos, “que infelizmente muita gente ainda confunde, – *Instrução e Educação*” (Peixoto, n. 2, 1918, p. 26).

Sob essa ótica, instruir uma criança é fazer dela um ser digno como bem metaforiza o periódico. Seria como “construir uma casa, pintá-la por fora e por dentro, e torná-la ampla, arejada, confortável, segura, própria para uma boa habitação” (O Ensino, 1918). A instrução projetaria o desenvolvimento intelectual do sujeito, ao passo que o prepararia para receber os conhecimentos científicos, tais como a prática da leitura e da escrita (cultura da boa oralidade e para escrita), da Matemática (raciocínio lógico), da História (estudos para justificar os fundamentos patrióticos), da Geografia (conhecimento de mundo e espaço), das Ciências (Educação dos sentidos), entre outras temáticas que viabilizariam a formação de um homem ativo, inteligente e capaz de ser um cidadão que almejasse servir à pátria acima de tudo, mais do que a si mesmo, ou seja, seria alguém engrandecido pela instrução.

Educar vem do latim *educare*, a palavra era composta por *ex* (fora), e *ducere* (guiar, conduzir). Isto é, levar para além para onde conduzem o espaço ou a vida. No posicionamento de Figueiredo (1918), no texto “Eduquemos as criancinhas”, é declarado que “não se pode haver perfeita instrução sem educação”. Segundo o autor, se o ambiente onde a criança vive e desenvolve suas “faculdades” for abrigo de costumes abomináveis, a criança seria capaz de os reproduzir diariamente, trazendo-lhe imperfeição e desvio no caráter.

Por conseguinte, é a família que desempenha a função educativa com a disciplina³⁵, com o exemplo e com o ensino. Segundo o intelectual, a disciplina e o exemplo vêm aperfeiçoar a alma da criança a fim de torná-la apta ao convívio social. É a família que deveria cuidar da Educação das criancinhas, no sentido de gerar nos filhos virtudes, como a generosidade e entre outros sentimentos caros, nobres e puros. O autor acrescenta que “o amor tempera a autoridade dos pais e predispõe os filhos para obediência, para o respeito e para a confiança” do exemplo vivo das virtudes que eles oferecem a estes (Figueiredo, n. 3, 1918, p. 82).

A Educação é um conjunto de ações exercidas sobre um indivíduo, com a finalidade de amadurecer o seu conhecimento orgânico e psíquico, com o objetivo de torná-lo capaz de viver no ambiente social do qual faz parte, isto é, pela Educação se desenvolveria a habilidade dos comportamentos morais para a formação dos bons costumes.

No texto “Educação Nacional” afirma-se que a má Educação determinaria a desordenação, o desrespeito ao tempo, o desregramento dos horários de alimentar-se e dormir, por exemplo – ficar acordado no horário em que deveria dormir, e dormir pela manhã, anarquizando a natureza biológica do corpo. Nesse sentido, a criança se torna vítima da insensatez dos seus educadores, para Afra-

35 Segundo os escritos da revista *O Ensino*, a palavra disciplina possuía o significado de: *methodo de trabalho*, um conjunto de regras a observar com um fim único de facilitar a aprendizagem da criança (O Ensino, n. 3, 1918, p. 82).

nio Peixoto³⁶, “a Educação vem do berço, muito antes da razão, porque educar é conduzir e essa condução persiste na razão do conduzido”. O autor discute que a Educação é uma “raiz physica e physiologica” indiscutível, pois ela conduz o corpo a comportar-se a partir de seus hábitos, educa-se o cérebro para ter domínio de si (Afranio, n. 2, 1918, p. 27-28).

Não obstante, a instrução e a Educação se aliam e confundem-se frequentemente, pois tanto a instrução concorre para a Educação quanto a Educação para instrução, visto que é possível educar a criança sem a instruir. “A Educação supri a instrução, mas a instrução, por si só, não dispensa a boa Educação” (O Ensino, 1919).

Diante disso, no processo de construção de uma cultura voltada para uma nova configuração do espaço escolar, suas normas e o estabelecimento do novo ideário republicano, observou-se que, ao receber as crianças dos braços paternos para lhes “formarem a inteligência”, estas são consideradas seres sem qualquer característica de ordem moral, que levam a vida às cegas durante a sua existência. Nesse processo, o “mestre-escola” indiretamente estenderia a sua função de educar e instruir as crianças.

O Ensino destaca a representação da figura do professor como o molde para civilidade, ele era o balizador da educação moral e intelectual. Em outros termos, o ser “sagrado”, “mestre paraense, o estrênuo missionário do saber”, e demonstrava não se importar com os dessabores do seu apostolado (Castro, 1919, p. 9). A sua missão deveria estar comprometida em atender as necessidades “embryonal da infância”, além de ser “um desbravador de intelligencias: é o artífice da burila, retoca e apura os sentimentos: é o escapulário das almas, o obreiro infatigável, do vasto officio da humanidade futura [...] sobre o qual abrigue essa humanidade em formação” (C. P., 1919, p. 20) construindo a cultura do espírito da criança. “Corrigir a alma pela própria alma. É difícil... difficil demais! No entanto, coragem, *Missionarios do Bem que é das difficuldades que nascem os milagres*” (Monteiro, n. 13 e 14, 1919, p. 293).

5.2 Inculcando novos saberes: higienizar, moralizar e modernizar o homem do futuro

Deviam suspender-se em todas as escolas, em todos os locais de reuniões e nas salas de gymnastica, reproduções das mais belas estatuas antigas e modernas, principalmente das primeiras, e exporem-se esculturas de tamanho natural, para costumar os olhos das crianças e dos adultos a compreenderem a forma perfeita, para

36 “Afranio Peixoto (Julio A. P.), médico legista, político, professor, crítico, ensaísta, romancista, historiador literário, nasceu em Lençóis, nas Lavras Diamantinas, BA, em 14 de dezembro de 1876, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 12 de janeiro de 1947. Criado no interior da Bahia, cujos cenários constituem a situação de muitos dos seus romances, sua formação intelectual se fez em Salvador, onde se diplomou em Medicina, em 1897, como aluno laureado. Sua tese inaugural, *Epilepsia e crime*, despertou grande interesse nos meios científicos do país e do exterior. Em 1902, a chamado de Juliano Moreira, mudou-se para o Rio, onde foi inspetor de Saúde Pública (1902) e Diretor do Hospital Nacional de Alienados (1904). Após concurso, foi nomeado professor de Medicina Legal da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1907) e assumiu os cargos de professor extraordinário da Faculdade de Medicina (1911); diretor da Escola Normal do Rio de Janeiro (1915); diretor da Instrução Pública do Distrito Federal (1916); deputado federal pela Bahia (1924-1930); professor de História da Educação do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932). No magistério, chegou a reitor da Universidade do Distrito Federal, em 1935. Após 40 anos de relevantes serviços à formação das novas gerações de seu país, aposentou-se” (Academia Brasileira de Letras, [2021]).

forçar o espectador a apreciar a beleza plástica e para espôr modelos ideais a emulação da mocidade (O Ensino, 1919, p. 247).

Nesse bojo, são explicitados os pressupostos interpretativos da revista, nas temáticas que abordavam os discursos higienistas, aproveitados dos debates do período como para abordar a saúde em razão do corpo humano saudável ser o engenho para conduzir a consciência sã, que decerto governava o domínio psicológico dos bons costumes, do intelecto e da “hygiene moral”. Em complemento, havia um diálogo frutífero sobre a “A psychologia na escola” que, segundo Esmeralda Monteiro (1919), comunica poder.

Considerar irmãs gêmeas, a Pedagogia e a Psychologia [...] prestar conhecimento da construção psychica dos alumnos, [...] E’ pedagogicamente que devemos instruir e psychologicamente devemos educar. [...] os benefícios salutaríssimos da Instrução – a Mãe benéfica da humanidade – E’ ao mestre que cumpre abrir os olhos da infância, ainda baços, cegos mesmos, que não sabem ver, que não sabem olhar. O mestre tem que estudar estas almas pequeninas, cultivar-lhes as boas tendencias, pulir-lhes o espirito – diamante bruto e transformar mal em brilhantes caríssimos (Esmeralda Monteiro, 1919, nºs 13 e 14, p. 292-293).

Nota-se que não se tratava somente de ter “bons costumes” e boa saúde, mas de posicionar a Educação na política das doutrinas republicanas que estavam sob a conjuntura do positivismo e representavam tanto a evolução política quanto moral. Sobre esse contexto, a corrente filosófica positivista, que Auguste Comte defendia, era baseada nos métodos científicos como meios de propiciar o conhecimento sobre a sociedade. Nos escritos de Crepory Franco (1919) sobre a “Classificações das ciências”, a revista elucida ser “por demais lida e sabida a formula de Comte. O espirito humano, em marcha progressiva, passou do estado theologico para o metaphysico e atingiu hoje, plenamente; o estado positivo” (Franco, n. 7, 1919, p. 23).

Para contextualizar, a busca pelo conhecimento científico e o aprimoramento das Ciências Sociais tinha como propósito que o país alcançasse a “Ordem e Progresso”. Carvalho (2005) diz que o novo regime reproduziu a idealização de povo, pátria e cidadania, que se difundiu na Europa (França, a dar sentido à concepção de nacionalismo e, decerto, esta ideia foi aplicada no seio brasileiro. Nessa condição, Santos (2018, p. 70) disserta que “o republicanismo no Brasil deu-se pela defesa de interesse de vários setores da sociedade, militares, civis, estudantes, liberais, abolicionistas” e outros.

A revista apresenta para leitura o texto “Benjamin Constant Fundador da Republica Brasileira”, escrito por Lauro Sodré, atual governador do estado do Pará. Ele ressalta as virtudes militares de Benjamin Constant, no exercício do presidente da República do Brasil, que interpreta que os vivos sempre devem se deixar governar pelos legados dos vultos intelectuais (mortos). Para o autor, “a Republica é a forma mais necessária das nações civilizadas: é um aforismo fundamental da sciencia política” (Sodré, n. 6, 1918, p. 213) e, para efeito de suas aspirações doutrinárias, usou o mesmo ideário para promover as ações governamentais do estado.

Santos (2018) discute que os direitos sociais no Pará republicano eram a Educação, a saúde e o atendimento social, num momento “em que a administra-

ção pública iniciava seu movimento de urbanização das cidades como construções de hospitais, escolas e carceragens” para finalidades de ordenamento social (Santos, 2018, p. 71). Outrossim, estava em “atingir os novos marcos do progresso científico das sociedades modernas estaria na dependência direta da renovação cultural, da reforma do ensino e do aperfeiçoamento da instrução pública” (França, 2004, p. 42).

Tratam-se de circunstâncias que englobavam as questões educativas de âmbito nacional e local, porém o discurso higienista promoveu mediações entre a educação e a saúde. Nessa ótica, os redatores e editores da revista contribuíram para a circulação de novos saberes, que tratavam dessas finalidades e legitimaram a veracidade das informações dos textos publicados, porque eram pessoas especializadas nos assuntos, muitos eram médicos, professores, inspetores, políticos, entre outros.

A revista *O Ensino* (1918-1919) evidencia os trabalhos de Rui Barbosa³⁷ em âmbito nacional, relacionados às mudanças do sistema de ensino e a modernidade pedagógica e evidencia os tomos sobre a “Reforma do Ensino Primário” e “várias instruções complementares da Instrução Pública”, que constituem um diagnóstico da Educação brasileira.

Nenhum dos Estados onde a escola é uma realidade séria deixou, nem pode deixar, à mercê da ignorância, ao arbítrio dos interesses a disposição das casas de ensino popular. Desde a escolha do sítio, da qual disse um higienista que “nada mede melhor o adiantamento da civilização de um povo”, desde a exposição da escola, a sua orientação, até o número, o tamanho, a coloração das janelas; desde a qualidade do material até as dimensões das portas, as condições de isolamento das escadas a forma curvilínea ou angular dos cantos; desde o ginásio, que, nos países onde a educação comum está racionalmente organizada, como a Suíça e a Holanda, existe em todas as escolas rurais e urbanas, e de todas as escolas constituem parte essencial, desde o pátio de recreio com 5 ou 6 metros superficiais para cada aluno, e o avarandamento coberto para os dias de intempérie, com 1 metro pelo menos por criança, até a extensão, a situação e a inclinação da pedra no recinto da classe; desde a distribuição do tempo e a duração dos recreios até a classificação dos alunos; desde a luz e o ar até a temperatura; tudo, no regimen da higiene escolar, está subordinado a leis científicas, cuja infração vitima as gerações novas, e fere o país no primeiro dos seus interesses: a vitalidade da raça que o povoa (Barbosa, 1883, p. 37).

Para Rui Barbosa (1883), o domínio da organização escolar também engloba:

A profilaxia de todas as moléstias do homem na idade dos estudos primários; a regulamentação escrupulosa das medidas essenciais contra as doenças transmissíveis; a verificação do restabelecimento completo nos casos de enfermidade aguda, ou contagiosa; enfim até o emprego sistemático da medicina preventiva contra o desenvolvimento das afecções, constitucionais e crônicas, e das diáteses herdadas ou adquiridas nos primeiros anos. Entre os recursos pro-

37 Apesar de sua proposta conduzir a um entendimento no Distrito Federal, também serviu para pensar o âmbito nacional pela influência que causou nas reformas estaduais e, posteriormente, na República.

filáticos é digno de menção especial a vacina. São mais que conhecidos hoje os benefícios que lhe deve a humanidade [...] (Barbosa, 1883, p. 50-51).

Em vários aspectos, a higiene influenciou o cotidiano escolar, inclusive no uso do seu mobiliário (cadeiras, mesas, materiais didáticos e espaço físico escolar), como instrumentos utilizados para auxiliar e aprimorar o conhecimento da habilidade da escrita, leitura, desenho, geografia e história, entre outros.

Da mesma forma, a revista combateu fortemente os meios de defesa da saúde, sempre destacando as leis de higiene do corpo – “*mens sana in corpore sano*”. O bom funcionamento do corpo estava aliado à higiene e ao aperfeiçoamento intelectual do sujeito. O artigo “A educação Nacional A Educação physica, intellectual e civica e a defeza nacional”, referente a uma conferência realizada por determinação da Liga de Defesa Nacional, em 20 de novembro de 1917, discutia o panorama educacional do país, no intuito de propagar o projeto de modernização “conservadora do Estado Brasileiro, momento em que os militares, juntamente como os civis, atuaram como Partido Militar, enquanto possibilidade histórica e factual” (Oliveira, 2012, não paginado).

O referido texto aclara a importância da “Educação Physica”, que não estava restrita somente ao desenvolvimento dos músculos, mas a seu alcance, pois tratava-se de uma Educação orgânica e funcional em referência ao benefício para a saúde e o desenvolvimento de aspectos, como “a respiração, a circulação, a digestão, a exoneração dos dejectos, a marcha, a palavra, a audição, o gosto, o somno” (Peixoto, n. 2, 1918, p. 28).

Perante a isso, a diretoria de Instrução Pública Primária, atenta à disseminação das discussões pedagógicas e médicas paraenses e no Brasil acerca da educação física na rotina para o ensino primário, instaurou o Decreto nº 3.356, de 07 de maio de 1918, que alterou o Regulamento Geral da Instrução Pública Primária do Pará, capítulo I, seção única “Do ensino primário de Letras”, no art. 3º “[...] exercícios militares e de calistenia sueca” (Pará, 1918, p. 3). O novo Decreto determinava os exercícios de acordo com a idade e o sexo dos alunos, bem como as disciplinas para o ensino primário. No mais, observou-se na seção “Da higiene Escolar” no art. 266º, que “Os exercícios de ginastica são obrigatórios, duas vezes por semana, para todos os alunos, salvo contra-indicação do inspetor sanitário ou á requisição da família, sob atestado médico” (Pará, 1918, p. 51).

Na seção “das aulas e das férias”, de acordo com o regulamento citado acima, a Educação Física se destinava aos alunos de ambos os sexos, porém os exercícios militares eram para os meninos. Nesse aspecto, instituiu-se que “Em dias que serão regulados, duas vezes por semana, das 3 ½ ás 5 ½ da tarde, para o ensino da ginástica aos alunos de 3 ambos os sexos e de exercícios militares, aos alunos do sexo masculino (art. 146)” (Pará, 1918, p. 32).

As práticas de ginásticas estabelecidas pela instrução pública primária do Pará (1918) foram as suecas, criadas pelo higienista Per Henrik Ling³⁸ e compostas por três tipos: ginástica pedagógica/educativa, indicada para indivíduos saudáveis de caráter educacional e social, com exercícios respiratórios, a fim de educar

38 A ginástica sueca foi adotada nas escolas superiores da Suécia e diminuiu de um modo “assaz considerável” a porcentagem dos tuberculosos. Substituiu a gymnastica de aparelhos e foram os seus efeitos que logo se espalharam por todos os recantos da Europa (Nunes, 1919, p. 358).

alterações posturais e para o social/patriótica, com a intenção de usar o disciplinamento empregado para obediência a ordens e a serviços da sociedade; ginástica militar, que usava combinações de exercícios da ginástica pedagógica com os militares, como o tiro e a esgrima, com o intuito de treinar as aptidões físicas dos indivíduos; ginástica médica, planejada para sujeitos que tinham doenças crônicas ou defeito postural, era indicado um exercício para cada caso que viesse a amenizar tais enfermidades (Marinho, 1965).

Na Mensagem do Governador de 1919, apresentada ao Congresso Legislativo, as palavras de Lauro Sodré, advindas do diretor de Saúde Pública, relatavam que: os exercícios respiratórios e outras medidas profiláticas também eram utilizadas devido à proliferação do bacilo da tuberculose, que causou um alto número de mortes no Pará.

Problema sobre o qual não estão de acordo todos os higienistas é o da profilaxia desta espécie nosológica, pois que repelem muitos o isolamento obrigatório dos doentes, admitindo que o que convém é colocar o organismo em condições de resistir à invasão do bacilo de Koch, procurando desenvolver já na criança essas condições de resistência com meios higiênicos necessários, tais como colônias escolares, escolas ao ar livre, ginástica respiratória, fiscalização do mobiliário escolas, etc, fatores que tornem o organismo apto a defender da possível infecção (Pará, 1919, p. 105).

A preocupação da Educação Física também estava voltada para questões de saúde pública e para o bem de todos, inclusive da sociedade escolar. Na revista *O Ensino*, o artigo “Ginástica Sueca nas Escolas” evidencia a visão do autor em relação ao estado físico das crianças que frequentavam a escola primária e a empreitada conflituosa de lapidar, renovar e limar os pequeninos alicerçados pela ginástica.

O Pará hoje cumpre o seu dever. De suas escolas não sairão falanges de defeituosos desfilando macabramente aos olhos da multidão, e sim brasileiros robustecidos pela pratica da ginástica a completar em outro meio a sua formação intelectual (Nunes, n. 15, 1919, p. 359).

A revista também publica o texto “Resenha Histórica” sobre um relatório apresentado ao governador do estado pelo diretor do Instituto Lauro Sodré, Antonio Marçal, sobre as condições físicas e morais do escolar do ensino primário.

Um menino, com 11 anos, idade taxativa do Regulamento, viciado, mal educado enfim, como aqui existem alguns, é um elemento perturbador e profundamente deletério, que precisa de higiene e da colônia correccional. Um candidato doente, mas com atestado de saúde, impaludado crônico, com ancilóstomo duodenal, anemiado por várias causas, alquebrado, sem energia para o trabalho, apático, sem vivacidade, como se pode verificar aqui um ou outro espécimen, é um mal irremediável; para o hospital seria o caminho (Marçal, n. 4, 1918, p. 143).

A escola pública primária acolhia crianças viciadas, indisciplinadas, infectadas com doenças diversas, debilitadas, raquíticas, sem nenhum tipo de assistência médica. A vida passava para elas sem proveito e sem vigor algum. Nesse prescrito, o governo do estado objetivava entregar à sociedade um homem regenerado pelo físico e pela moral.

De modo sequente, a prática da Educação Física teve uma função fulcral e elucidou representações acerca da Educação e instrução para o Ensino Primário paraense. De modo que assumiu um papel singular para tornar o corpo ativo por meio de exercícios físicos, o que era, ao mesmo tempo, sinônimo de boa saúde e de bem-estar. A harmonia física e moral seriam pré-requisitos para o triunfo da vida, ou seja, ter vida é ter saúde e não se teria saúde sem cuidados higiênicos.

Os enunciados sobre os cuidados supramencionados eram temáticas constantes na revista.

A saúde, por exemplo, diz-nos a ciência povir de um organismo equilíbrio funcional orgânico geral [...] para gozar de boa saúde é necessário, apenas, conservar todos os órgãos em bom estado regular de funcionamento. Saúde é força; força é movimento; movimento é vida. Saúde, força e movimento (Muniz, n. 2, 1918, p. 40).

Na opinião de Julio Muniz, autor do texto “Hygiene oral”, há importância em manter o corpo saudável pelos cuidados diários, adotando as medidas profiláticas adequadas, fortalecendo-o contra as moléstias. Porém, o autor sinaliza ao leitor que existe um lado diferente a ser analisado: a humanidade deveria fazer uso dessas medidas, até mesmo para o bem-estar da alma, de modo que nivele e influencie o organismo geral/mental dos sujeitos. Então, “assim como na ciência dominam os mais fortes [...], na luta pela existência dominam os que são mais fortes pela inteligência e pela força, pelo espírito [pátrio] e pela robustez física” (Muniz, n. 2, 1918, p. 40).

Sobre os exercícios físicos nas escolas, havia um aproveitamento das funções de cada órgão para o desenvolvimento da criança e Afranio Peixoto (1918) intensificava a função da Educação Física nas escolas, ao escrever que “através dos movimentos, os músculos tomam apoio nos ossos [...] a respiração se acelera com o aumento das trocas orgânicas e o suprimento do esforço”. O autor apontava que, ao se contrair os músculos, circulavam três a quatro vezes mais sangue no organismo, a digestão tornava-se mais eficaz, o que auxiliava a nutrição adequada e necessária. Ademais, as terminações nervosas ganhariam com o exercício corporal: uma excitabilidade mais notória, um sentido muscular mais perfeito, uma coordenação motora é aprimorada (comando de voz, marcha, audição), além da rapidez para qualquer atividade, principalmente para o trabalho manual. Segundo Peixoto (1918), são complexas práticas, hábito e disciplina de contensão, que colaboram para o desenvolvimento da inteligência e para a tempera do caráter (Peixoto, n. 2, 1918, p. 28).

Afranio Peixoto (1918) expôs que, enquanto diretor da Instrução Pública, recebeu várias reclamações de pais de alunos contrários às aulas de Educação Física. Eles diziam que colocaram seus filhos nas escolas para aprender, e não para ser acrobatas. O diretor se justificava:

A civilização grega floriu das palestras, dos gymnasios, dos jogos públicos de esforço; Eschylo, que podia bater-se com denodo e resistência em Maratona, Socrates em Polidéia supportava ficar uma noite inteira numa mesma posição e depois ainda salvar as costas Alcebiades ferido – fôram notaveis por outras faculdades. Os melhores remadores e gymnastas de Oxford e Cambrige são ao mesmo tempo seus melhores estudantes: Gladstone e Lloyd George, Roosevelt e Woodrow Wilson não se embaraçam de dirigir o mundo porque puderam abater pinheiros, fazer grandes caçadas ou serem campeões de *golf* ou de *base-ball* (Peixoto, 1918, p. 29).

Em outras palavras, a revista *O Ensino* divulgava que:

A escola deve encorajar a moral das creanças, combater a preguiça, a moleza, aumentar a sua força, de resistência e de acção, exercitando prudentemente a vencer a fadiga, afim de robustecer a sua saúde physica e intelectual. A escola deve evitar não a fadiga, mas o excesso da fadiga que arruína o organismo physico e mental. A's crianças novas sobretudo deve evitar-se qualquer fadiga cerebral (*O Ensino*, n. 3, 1918, p. 99).

Para o médico Afranio Peixoto (1918), educar o corpo por meio dos exercícios físicos é tão importante quanto a instrução de outras disciplinas escolares. Isso fica claro quando o autor escreve que foi a prática de exercícios que garantiu aos Gladstone e Lloyd George, Roosevelt e Woodrow Wilson a astúcia para nortear o mundo, esta não se deu apenas por meio de uma ideia que exercitava o cérebro, mas também pela ordenação que fez “executar um movimento: o organ desenvolvido pelo exercício das funções da actividade fica desenvolvido para as funções da intelligência” (Peixoto, 1918, p. 29).

A escola passa a ser concebida como um espaço de execução de um papel social de luta contra a ignorância e, simultaneamente, facilitadora da saúde. Ainda sobre o texto “Educação Nacional”, a leitura leva ao leitor informações sobre os benefícios da educação intelectual, moral e cívica. Nela, abriga-se a constituição da ética do indivíduo e ressalta-se que o professor era o espelho dessas “bôas qualidades” e que deveriam aprender a educar pela instrução.

Para esta análise, destaca-se a relevância da higiene dos alunos e o dever de “examinar todos os dias ou em certos dias, sem aviso prévio, as unhas, os dentes, a cabeça, as roupas, as maneiras dos alunos em uma classe e lhe explicar as vantagens praticas, materiaes, do asseio que faz a saúde” (*O Ensino*, n. 3, 1918, p. 68). Essa seria uma estratégia dos educadores para controlar os hábitos dos alunos em relação ao seu corpo. Ressalta-se que a decência do sujeito era o espelho da ordem para lapidar adjetivos ao seu caráter, bem como “polidez, bondade, amizade, solidariedade, intelligencia, decoro, disciplina, altruísmo, patriotismo, acreditava-se que [...] A limpeza do corpo produzirá, naturalmente, o asseio do corpo” (Peixoto, n. 3, 1918, p. 68) com finalidades plurais. A partir das concepções citadas, a correção da falha moral e psicológica se dava por meio das práticas de boas ações e pensamentos dignos, que, além de engrandecer a autoestima, despertava nos outros admiração daqueles que as possuíam.

De modo sequente, dever-se-ia combater o caráter maculado dos vícios da infância nas crianças, visto que a limpeza da classe dependia da higiene do aluno.

Era indispensável ao escolar:

Tomar banho frequentemente, principalmente no verão; as mãos e o rosto devem ser de asseio irrepreensível, assim como nas orelhas; as unhas devem ser cortadas rentes. Não se deve nunca escarrar no chão, nem roer as unhas, nem levar à boca os lapiseiros e os cabos de canetas: a tuberculose é sobretudo contagiosa pela saliva e os escarroos. Os escolares não devem trocar roupas e chapéus, para evitar a transmissão das moléstias do corvo cabeludo, tão frequentes em sua idade: as tenias, as empingens, os parasitas. Os meninos devem cortar os cabelos à escovinha para não alimentar a cabelleira os germes dessas moléstias. Os maus hábitos contrahidos pela escrita e pela leitura nos estudantes engendram o desvio da coluna vertebral e a myopia. O alcoolismo muito comum nos estudantes produz mais tarde tristíssimas consequências. O escolar não deve fumar para conservar intactas suas faculdades intelectuais, maxime a memoria (O Ensino, 1918, p. 52).

Educar e instruir serviriam para prevenir e eliminar as doenças e a ignorância do povo, principalmente, pelas condições climáticas do estado do Pará (um clima tropical, quente e úmido). A sua posição geográfica é influenciada pelo grande número de rios que o cortam e favorecem a evaporação das águas, aumentando o calor do sol para as camadas de vapores superiores para longe pelos ventos Leste e Nordeste (O Pará, 1900). Essa evidência climática determinava preponderantemente o asseio frequente e os cuidados redobrados com as moléstias³⁹ que assolavam o estado.

A revista publicou o texto de autoria de A. M. (desconhecida), que se intitulava “A gripe, conselhos para evitar a gripe e meios de resistir-lhe quando for acometido”, que salientou a valia das medidas profiláticas com a saúde bucal, principalmente no caso de epidemias como “a gripe” (A. M., 1918)⁴⁰. *O Ensino* apresentava recomendações para evitar a doença e cuidar, se for infectado. Nesse propósito, frisava-se:

Não fazer parte de reunião, ajuntamento e aglomerações em que o ar não renove com facilidade, como nos theatros, cinemas, igrejas, [...] não abusar de gelados e bebidas alcoolicas, das refeições abundantes [...] ter o corpo muito asseiado, lavar a bocca com agua oxigenada ou mentholada muitas vezes durante o dia e conservar as mãos sempre limpas; aperto de mão abolidos completamente; é inconveniente acompanhar procissões e enterros (O Ensino, 1918, p. 197).

Em caso de contaminação pela moléstia, recomendava-se:

Repouso no leito, purgativo brando, infusões sudorificas, chás quentes, suadouros um sal de quinina (bromhydrato, bi-sulfato etc.) em doses moderadas, conforme as indicações, dieta absoluta, e a me-

39 Segundo a obra *O Pará* (1900), as principais moléstias que acometiam o estado eram: “febre amarela, febre typhica, tuberculose, varíola, sarampo, coqueluche, dysenteria, dypheteria, morphéa e syphilis” (O Pará, 1900, p. 128-129).

40 Consultar Abreu Júnior (2018), no texto “O vírus e a cidade: rastros da gripe espanhola no cotidiano da cidade de Belém (1918)”.

dicação necessária para a modalidade clínica manifestada, como: bronquite, pneumonia, bronco pneumonia, congestão pulmonar. (O Ensino, 1918, p. 197).

A mortalidade pela gripe não tinha relação com o número de pessoas infectadas, o autor relatou que esta era curável quando o indivíduo não tinha o organismo comprometido por outras mazelas. Por esse ângulo, a higiene oral também foi observada e orientada na escola e isso se dava pelo fato de a boca ser o canal transmissor de muitas doenças.

Diante dessa preocupação, o cirurgião-dentista Julio Muniz (Instituto Lauro Sodré) publicou um artigo na revista intitulado “A Hygiene Quotidiana da Bocca”, que discute a importância da profilaxia nos casos de epidemias. O autor aponta os conselhos do Dr. Pierre Robin, dentista do hospital de Paris e professor da escola de estomatologia da França. As medidas protetivas vinham sendo publicadas em uma revista “franceza de medicina therapeutica”, já que a sociedade ainda vivenciava resquícios endêmicos da gripe, que se proliferava rapidamente pelas vias respiratórias e a boca.

Havia, assim, o reconhecimento da higiene bucal como uma prática saudável – com suas regras particulares, muito variadas, mas incompletas, o que comprometia o resultado. Porém, existia uma maneira adequada à higiene oral, relativa à escovação dos dentes, que era necessária seguir escrupulosamente para se obter efeitos satisfatórios (Muniz, 1919).

Muniz (1919) explica que a higiene das fossas nasais e da boca eram substanciais para a saúde, caso contrário “o meio buccal se tornará para o ‘entourage’ do doente, [já que] a boca é o meio sceptico varulencia microbiana sempre em exaltação nos estados febris”, causando o contágio para o próprio doente. A causa é sua fonte de autointoxicação das mais graves, proporcionando outras complicações secundárias oriundas da gripe. Além de fazer uma rigorosa higiene bucal, fazia-se uso da máscara para proteger o nariz e a boca. A higiene bucal deveria seguir as seguintes regras:

Hygiene da bocca sã.

SEU FITO – Assegurar a conservação dos dentes e a integridade da mucosa buccal.

SEUS MEIOS – 1º cuidados quotidianos pessoas; 2º - Exames pelo especialista.

1 – cuidados pessoas

Deve-se fazer todos os dias a limpeza da boca:

2º - depois de cada refeição; 3º A’ noite, antes de deitar.

A limpeza da noite é a mais importante, pois é durante o repouso nocturno que os germes da bocca fazem com mais intensidade a sua actividade prejudicial.

A limpeza da boca divide-se em três operações:

- a) O asseio dos espaços interdentario;
- b) O escovamento do pé (pied) dos dentes (encontro da coroa com as gengivas) e das triturantes das corôas.

c) O asseio da boca

Para effectuar estas diferentes operações methodicamente, deve-se ter:

1º uma escova dura e pequena;

2º um copo d'agua fresca, perfumada ou não;

3º uma bobina de seda ou de fio solido;

4º um palito de dentes;

5º um espelho de mão a fim de verificar o estado do pé dos dentes (Muniz, n. 13 e 14, 1919, p. 312-313).

No caso de epidemia de gripe ou qualquer outra:

O doente, deverá também usar gargarejos e lavagem de boca ferventes, com soro de Netter puro. As lavagens poderão ser praticadas com agua fervida na qual se terá posto previamente 10 gottas do líquido seguinte: formol, 5 gr.; essência de menthe, 2 gr.; essência de badiana, 2 gr.; álcool a 90%, 150 gr (Muniz, n. 13 e 14, 1919, p. 315).

Em complemento, citava-se o modo de fazer o asseio dos espaços interdentários, com a recomendação de passar o fio pelo movimento de vai e vem sobre a face lateral de cada dente para a remoção de todos os resíduos de comida que possam ser retirados. A continuidade do processo se dava com a escovação das arcadas dentárias (pé dos dentes, faces e triturantes), escovando o lado de dentro e de fora (ao lado das bochechas) e a língua. Para isso, obedecia-se à quantidade de “20 escovadellas do lado vestibular; 20 do lado lingual e 10 sobre a face dos triturantes, ao todo 50 escovadellas de um lado, outras tantas para os de baixo, seja 200 escovadellas para as duas maxilas completas” (Muniz, 1919, p. 313).

O artigo relata que uma boca saudável não deveria sangrar na escovação (pés dos dentes). Entretanto, se acontecesse, o indicado seria continuar a escovação, três ou quatro vezes por dia, de forma enérgica e com a finalidade de também eliminar o tártaro, fazendo com que a gengiva se revigore, enfatizou o médico-cirurgião. Os pais deveriam examinar todos os dias a boca dos filhos, principalmente no surgimento de cada dente, para garantir a prevenção de cáries de evolução rápida. Ainda assim, as crianças deviam ser submetidas ao exame de um especialista, de dois em dois meses, para cuidar dos dentes de leite e dos permanentes. Além disso, deveriam tratar a tempo as anomalias anatômicas que podiam surgir no desenvolvimento da criança, muitas delas relacionadas a deformações “maxillo-dente-faciaes” que provocam as funções da respiração nasal, da mastigação e, sobretudo, a estética da face.

O dentista Julio Muniz alertava que não se deveria ter receio de escovar os pés dos dentes, com o “temor de desnudar as raízes”. Também não se deveria utilizar escovas moles ou de pano, pois estas empurram corpos estranhos para os espaços interdentários. O dentista não indicava o emprego de tintura de “iodo, da creosota, do acido phenico e todos os outros cáusticos” perigosos que podiam causar problemas graves na boca, tais soluções só deveriam ser utilizadas por um especialista.

O uso dos antissépticos deveria ser moderado, pois, segundo o especialista,

os produtos destruíam as células mais rapidamente, não eliminavam os micróbios e ainda predispunham os tecidos a infecções. Sabe-se que frequentemente o doente em estado debilitado não ficava disposto para o asseio bucal, mas era preciso insistir. Outra recomendação efetiva era a lavagem com “água de Vicky ou água bicabornada” que se tornavam eficientes quando o sujeito ingere bebidas açucaradas e à base de leite. Portanto, é racional pensar que a higiene diária da boca tinha uma importância significativa para a saúde do corpo, pois determinava não apenas a conservação dos dentes, mas também o bom funcionamento da fisiologia do corpo.

Outro ponto de vista a ser ponderado é a questão da higiene escolar, seus espaços e sua arquitetura preocuparam os higienistas. Para tanto, as regras de higiene deveriam ser aplicadas de forma eficiente para solidificar condutas, práticas e conjuntos de valores, bem como a imagem social, na orientação dos indivíduos para a edificação da civilização.

Nessa direção, *O Ensino* divulgava informações sobre a importância do serviço de “Inspeção medico-escolar⁴¹”, a partir dos critérios de Dr. Ophir de Loyola⁴², realizados nas escolas públicas do estado do Pará para que, após as fiscalizações, não apresentassem condição alguma de falta de higiene escolar. Algumas dessas escolas se localizavam em casas mal apropriadas, comprometendo a:

Cubagem das salas de aula, luz, material escolar, divisão de horário, lotação dos alunos para cada aula, acuidade visual e auditiva, higiene corporal e muito especialmente oral, exclusão temporária ou definitiva dos alunos portadores de moléstias transmissíveis, são condições essenciais e primordiais para que a instrução corresponda ao fim almejado (Loyola, n. 2, 1919, p. 41).

Segundo o higienista Dr. Ophir de Loyola, não se podia conceber a Pedagogia sem higiene, uma seria complemento da outra, ambas se reuniriam em uma harmonia perfeita e indissolúvel. O médico seguia os cânones do Dr. Morcorvo Filho, ao escrever que “a pedagogia, harmonicamente aliada a higiene, guardando uma e outra as mais íntimas relações e mútuas dependências, não tardam a dominar, estendendo as suas benéficas raízes a todas as nações civilizadas” (Loyola, n. 2, 1919, p. 42). O pediatra ainda comunicava que a população infantil das escolas de Belém não podia continuar como estava, “a mercê da falta dos mais comesi-

41 Era serviço obrigatório do governo do estado inspecionar as escolas primárias, conforme o Decreto nº 3.356, de 07 de maio de 1918, capítulo XII, art. 250: “O governo organizará o serviço de inspeção médica escolar e de assistência dentária, que ficará a cargo de um diretor e de dois auxiliares” (Pará, 1918, p. 49).

42 “No Pará, em 1912, o jovem médico Pediatra, Ophir Pinto de Loyola, que, de um lado, sensibilizado com a situação de abandono das crianças órfãs, pobres e desvalidas, e de outro, do quadro de desnutrição e falta de higiene vivida pelas crianças que atendia na Santa Casa de Misericórdia do Pará, funda um estabelecimento de caridade e assistência à criança – o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará. Similar ao Instituto criado no Rio de Janeiro pelo médico Morcorvo Filho, o IPAI do Pará tinha o objetivo de auxiliar as crianças desvalidas e orientar as mães. A Política de Caridade, Assistência e Proteção à Infância Desvalida em Belém do Pará nos princípios da puericultura, tão necessários à grandeza de uma raça, e tão garantidoras do futuro de uma nação forte e civilizada. Pela abnegação e sensibilidade com a criança carente do Estado do Pará e por ser considerado pioneiro na proteção materno-infantil, coube-lhe o título de ‘Pai da Pediatra no Pará’. Ophir Pinto de Loyola foi um defensor da assistência médico-social à criança pobre, sua atuação como diretor da Santa Casa de Misericórdia do Pará e professor da Cadeira de Pediatra Clínica da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará irradiava suas ideias, suas denúncias, seus projetos, sua influência no campo da proteção e assistência à infância pobre. Dotado de espírito renovador e progressista, destacou-se nos estudos das doenças infantis, sobretudo as doenças tropicais que atingiam as crianças da região amazônica” (Alves, 2015, p. 58).

nhos preceitos da hygiene – desde a construção das escolas ao horário das aulas” (Loyola, n. 2, 1919, p. 41), que ainda estava sob condições insalubres e sem orientação alguma. A esse respeito, Gondra (2004, p. 166) elucida as preocupações do pensamento de médicos higienista de cuidar “dos frutos e do futuro da nação”.

Diante do exposto, segundo o artigo “Assumptos Pedagogicos”, de Mateus do Carmo, estimava-se que havia 30.000 meninos em idade escolar no estado, dos quais 20.000 estavam matriculados nas aulas primárias, porém a maior parte de analfabetos era encontrada no interior, por conta das dificuldades de transporte à sede das escolas (Carmo, n. 2, 1918, p. 42). Se a Educação primária estava distante dessa população, pode-se imaginar como era a Educação higiênica e intelectual. O texto afirma que o estado não disponibilizava verba para investir no provimento de materiais adequados e nem para melhorar os vencimentos do professorado paraense, ou seja, era uma realidade atravessada por desilusão e desânimo em relação ao regime republicano.

O texto com o título “Higiene escolar, a escola”, de Noura Monteiro, membro da Academia de Belas Artes do Pará, esclarecia a respeito da higiene que a escola deveria possuir. Os edifícios escolares, atraentes e confortáveis, deveriam ser os lugares onde se unificavam o útil e o agradável, onde se desenvolveria não só o espírito, mas também o corpo. Nesse sentido, a escola deveria ser o espaço projetado sob a regularidade arquitetônica (secos e elevados), de preferência afastada dos centros da cidade, das ruas e praças muito frequentadas e de casas insalubres (hospitais, mercados, fábricas etc.), evitando-se proximidades dos pântanos. Deveria estar situada em lugares saudáveis, que tivessem uma boa exposição à luz (preferencialmente com duas janelas abertas em cada sala de aula), com uma disposição bem dividida (salas de aulas e de estudo, dormitórios, entre outros), oferecendo ventilação e um material escolar próprio (Monteiro, n. 15, 1919, p. 352). Por esse ângulo, a escola deveria ocupar espaços privilegiados, pois também era sinônimo da civilidade.

O edifício escolar torna-se portador de uma identificação arquitetônica que o diferenciava dos demais edifícios públicos e civis ao mesmo tempo em que o identificava como um espaço próprio – lugar específico para as atividades de ensino e do trabalho docente (Souza, 1998, p. 123).

Para a autora, o espaço escolar passava a exercer uma função dentro e fora da escola, a arquitetura da escola era o espaço de formação do homem republicano e teria que simbolizar sua finalidade social.

Na questão higiênica, os mobiliários escolares têm importância fundamental no que se refere às instalações corretas. Os bancos e as cadeiras auxiliariam na prática da leitura e da escrita, dentre outras atividades escolares. Uma má adequação desses objetos poderia gerar problemas para a coluna vertebral (os bancos deveriam ser proporcionais à altura da criança com a mesa no nível do estômago), para a boa visão e saúde dos rins e da caixa torácica dos alunos. Desse modo, a criança desenvolveria suas habilidades e os movimentos dos membros superiores e inferiores de forma segura (O Ensino, 1919).

Os ambientes *retretes*⁴³ também deveriam ter uma boa condição de ven-

43 Termo utilizado para sentinas e vasos sanitários.

tilação, com ângulos arredondados, paredes constantemente limpas, livre de “substâncias fecais” e lavagem frequente com produtos de desinfecção de urina. Isso aponta para uma relação de interdependência da higiene com a evolução intelectual do sujeito, pois seria o eixo inicial para organizar os modos nos quais a saúde interfere em um bom aprendizado, em um corpo disposto e livre de moléstias, na garantia e na eficácia da inteligência.

Por outro lado, garantir a formação higiênica dos docentes por meio dos discursos médicos também servia como mecanismo de controle da educação sanitária nas escolas. A elaboração de materiais pedagógicos e atividades específicas fomentavam o uso dessas práticas contínuas e sistemáticas como nas aulas de Educação Física. Outrossim, era fazer uso desses conhecimentos, inserindo-os nos conteúdos de ensino da higiene, tornando-os conhecimentos escolares. As temáticas que circulavam na revista a respeito da higiene e da saúde cumpriam com êxito essa intenção, isto é, engendrar uma nova mentalidade a partir dos corpos e como tais práticas influenciavam a moralidade do homem como parte integrante da pátria, no intento de encaminhá-lo para as vias do progresso como apresentam as ideias da revista: “a energia physica é uma condição essencial da energia moral” (O Ensino, n. 3, 1918, p. 104). Logo, o caráter e o corpo se formam de maneira harmônica.

Santos (2018) afirma que a República paraense deveria ser engrandecida pelos sentimentos cívicos e patrióticos, em virtude de a escola ser considerada um espaço de ordenamento moral e higiênico. A administração pública do Estado do Pará via a escola como um ambiente propagador e útil para o culto cívico⁴⁴ de ritos pátrios. A autora acrescenta que “o avanço educacional no estado era resultante de intencionalidades com fins ideológicos e políticos” (Santos, 2018, p. 89).

No intento de fortalecer o nacionalismo republicano, o estado investiu na instrução primária paraense no sentido de valorar o inculcamento de práticas dentro e fora da escola voltadas para a Educação cívica e guiadas pelo civismo e patriotismo. Sob essa ótica, a publicação do texto sobre “A festa do estudo”, que ocorreu no Teatro da Paz, marcou a reunião de personalidades de autoridades

Figura 15. A Festa da Árvore em 14 de julho de 1919, Belém, Pará.



Fonte: O Ensino (n. 14-15, 1919).

⁴⁴ No discurso da revista sobre culto cívico, eram celebradas as datas de acontecimentos importantes na história do Brasil, dentre elas: 21 de abril, comemoração da Independência brasileira, resumidos em Tiradentes; 22 de abril (descoberta do Brasil); 14 de julho, comemoração da República, da liberdade e da independência dos povos americanos; 7 de setembro (independência do Brasil); 15 de agosto, adesão do Pará à independência do Brasil “Relembrar nesses dias fastos passados é um dever que temos para conosco, para que com a nossa família, para com nosso conjuncto social de povo e nação” (Muniz, n. 11, 1919, p. 164).

pública do estado, tais como o governador Lauro Sodré, militares, professores, pais e outros, com a finalidade de demarcar o começo dos trabalhos do ano letivo. Sobre a comemoração, cita-se as palavras de Mateus do Carmo (1919):

O nosso theatro repeleto, saudando a infancia, a mocidade estudiosa [...] foi um espetáculo inesquecível. Lá estava a multidão ávida por aplaudir os nossos estudantesinhos: lá estavam jubilosos mestres, paes, já estavam as primeiras autoridades desvanecidas, felizes pela obra de reconhecimento moral e cívica! [...] mantendo o espirito da creança num crescente entusiasmo pelo livro, pela instrucção (Carmo, 1919, p. 67-68).

As festas cívicas contribuíram para a difusão dos símbolos nacionais, integrando a memória social coletiva, ou seja, são cerimônias comemorativas com uma orientação pedagógica que complementavam a Educação escolar e promoviam a Educação contínua dos sujeitos.

Rodrigues (2010, p. 99) discorre sobre “A festa da Árvore” ser “uma das festas cívicas fomentadas pela Revolução Francesa, que teve larga expressividade no nosso país durante a República”. O texto da revista intitulado “Comemorações” divulgou que, no dia 14 de julho de 1919, aconteceu na praça Batista⁴⁵ Campos, com a presença do governador do estado, principais autoridades da União, estado e município, professores, alunos dos grupos escolares e da escola profissional do estado, a honrosa “A festa da Arvore”, em Belém. Ela foi caracterizada como um deslumbrante festival cívico, que remetia à “Queda da Bastilha, prestando-se por essa ocasião magnifica homenagem a Arvore” (O Ensino, 1919, p. 328) (figura 15).

Diante disso, entende-se a árvore como simbologia da vida, a sua frondosidade aspira longevidade, isto é, não deixa de ser o culto à natureza, que é sagrada pelas mãos divinas. Para que floresça e dê frutos, é necessário um amplo solo e espaço, assim, é abrigo a todos que a cercam. Pode-se associar a simbologia aos apontamentos de Rodrigues (2010, p. 99): “estabelecerem a ligação entre o mundo [...] da transformação e da evolução (ciclos anuais, morte e regeneração), da fecundidade e fertilidade, da segurança (pela sua estabilidade) e de proteção (pela sombra que proporcionam)”.

45 Em 1897, Antônio Lemos, responsável por diversas obras na cidade, mudou o nome da praça para o que chamamos hoje, em homenagem a um dos principais personagens da cabanagem: Batista Campos, morto em 1834, mas sua inauguração ocorreu somente em 14 de fevereiro de 1904, formando, então, uma das áreas mais belas da capital, carregando um estilo baseado no romantismo inglês, composta de mangueiras e um coreto central, que nivelava o estilo da Belle Époque. Seguindo o projeto “jardim sem grades”, o local possuía/possui mais de dez entradas, com o chão pavimentado em pedras portuguesas com um padrão marajoara, lagos artificiais, onde podemos ver peixes, coreto, cursos d’água cobertos com pontes e sua principal característica: uma enorme quantidade de árvores nativas. Em 1983, a Praça Batista Campos foi tombada pelo município, porém em 1986, passou por uma restauração, ganhando novas equipagens e procurando as características que foram perdidas durante a primeira reforma. Com o passar dos anos, a praça passou por diversas reformulações, ganhando novos equipamentos e revitalizações no espaço, mas o estilo original foi mantido para que a história da cidade não fosse perdida. Sendo assim, podemos perceber que a partir dos anos 80 do século XIX, a capital vivenciou e experienciou um grande processo de urbanização, apresentando uma “metamorfose” na sua arquitetura, paisagem e comportamento catalogados em modelos europeus, especialmente no costume parisiense. Com essa introdução nos modelos de construção, notamos que a implantação de coretos nas praças de Belém foi decorrência do processo de evolução da urbe entre os séculos XIX e XX. A criação das praças, bosques e jardins foi influência europeia exigida na época, tanto que, ao andar pela Praça, podemos comparar o estilo com os bosques Românticos da Europa através de postes de luz da época Belle Époque, dos coretos de ferro, entre outras características europeias que a Praça carrega (Pará Amazônia, 2021).

No texto oficial da “Saudação á Arvore”, destacamos trechos do discurso proferido pelo professor Pereira de Castro (1918), que adjetivou e exaltou esse acontecimento de imensa importância à cultura paraense.

Arvore, eu te saúdo! Arvore esperança, arvore-força, arvore-poder, arvore-abastança, arvore-fecundidade, arvore-riqueza – quanto mistério ignorado se encerra no verde esplendor de tuas folhas espalmadas ao vento e á luz, ao doce rocio da alvorada e ao clarão brando da lua [...] Arvore do bem do amôr, da caridade [...] sob tuas ramas abrigadoras, repousa por momentos, mitingando a fome com os pomos doirados que lhe offereces, o esfarrapado mendigo que, satisfeito, te abençôa e te bem diz. [...] as avenidas e as praças, embellézas magnificamente nas cidades; és a alegria cantante do jardim, porque, quando desperta a manhã, ou quando a tarde decae, congregas, ininterruptamente, no scenario original de tuas franças verdejantes, a encantadora, incomparavel orquestração das aves canoras, saudando a luz que desponta ou despedindo o sol que agoniza; és ornamento natural mais expressivo, embora mais modesto, do luxuoso salão milionário, do gabinete do sabio, da varanda humilde do jornaleiro, do atelier obscuro do operário (Castro, 1918, p. 9).

O culto cívico, cuja arvore é a simbologia preponderante, representa em nossa compreensão o ciclo da vida de uma sociedade e do próprio homem que, assim como a árvore, nasce de uma “insignificante semente” e, ao crescer, aformoseia “a superfície do globo”. O humano também germina de uma célula microscópica e, na lei da natureza biológica, se constitui um corpo. A sociedade, por sua vez, se mantém de homens saudáveis e frondosos, não só pelo crescimento biológico físico, mas pela via da Educação. Por isso, os sujeitos deveriam ser preparados para desbravar a ciência e dominar o mundo. Por essa razão, fez-se necessário imbuir a mente humana de virtudes pátrias e do desejo de ser dotado de saber, pois esse “tratamento” curava as mentes e alimentava o espírito.

Por meio das palavras de saudação à árvore, existia uma simbologia polisêmica que também se destinava aos cumprimentos do espírito republicano no estado e oportunizava orientações de cunho pedagógico para professores que estavam presentes. Assim como a árvore germina de uma semente e firma suas raízes em solos férteis, as bases educacionais do estado seguiam o mesmo preceito. Em outras palavras, compreende-se que o futuro da nação estava sob o poder da Educação, da instrução e do amor à pátria. Logo, ao semear a boa semente, presumia-se que, logo, a “República virá a ser como um ameno jardim, povoado d’árvores vistosas e fructíferas, quero dizer, de sujeitos que por bellas acções contribuíram á gloria e ao bem sólido da humanidade” (O Ensino, n. 8, 1919, p. 94).

5.3 Métodos a seguir: ideias e processos de ensino para a instrução primária paraense

O periódico *O Ensino* assumiu um papel irrefutável na proposta educacional republicana no Pará e se constituiu numa instituição formadora e porta-voz do estado, já que na revista encontravam-se as representações discursivas sobre as

práticas de Educação e instrução primária no Pará. Para tanto, “O Ensino átomo desse grande corpo que é a Imprensa Brasileira, obedecendo a lei da atracção universal, dirige-se, no conjunto harmônico das manifestações intelectuais” (Marçal, n. 3, 1918, p. 66). Isto é, a revista era uma trama discursiva de reafirmação da proposta educacional, pensada por um grupo de intelectuais a fim de reafirmar a sua classe (professorado paraense).

Na circulação do texto “Conferencia pedagógica” está exposto o discurso “O professor e a escola”, que foi levado a público pelo professor Sylvio Nascimento no evento ocorrido no palácio governamental em Belém. A ocasião reuniu a imprensa de grande circulação de Belém (os órgãos mais eminentes), a redação “d’O Ensino”, o corpo docente do Instituto Lauro Sodré, Lauro Sodré (governador do estado), o secretário geral do estado, o diretor do Ensino Primário, autoridades civis e militares, distintas famílias, professores públicos e particulares (primários e secundários) ao som da banda de música do I. L. S., dirigida pelo aluno Octavio Martins (O Ensino, n. 3, 1918, p. 85).

Na pomposa cerimônia, foram proferidos apontamentos acerca da instrução pública relativos ao trabalho do professor no dever de “ensinar e aprender” e da escola como o lugar de produção de conhecimento e formação de caráter dos alunos. Além de o professor ser o capacitador do alicerce da pátria, caracterizava-se pelos princípios que o fazia ser “respeitado, acatado, sóbrio, modesto, calmo, amigo da escola, amigo do livro e amigo das crianças, qualidades capazes de infiltrar um ser novo no ânimo dos alunos um ser novo” (Nascimento, n. 3, 1918, p. 87).

Todos esses predicados facilitavam o trabalho dos docentes, que não era somente de instruir, mas de educar (o que deveria ser função da família). Ademais, a instrução e a Educação são pontos tão intrínsecos que acabam se interrelacionando com a prática pedagógica republicana. Os vários enunciados do discurso fortaleceram a concepção da missão complexa que o educador tinha para instruir o intelecto do aluno, bem como para educar (conduzir os alunos pelas vias morais e cívicas).

Em virtude disso, a Educação moral e cívica seria um dos sustentáculos da escola, ao fazer exercer os fins da liberdade, igualdade e fraternidade, esculpindo o caráter nacional e normatizando a formação moral dos indivíduos, seja os meninos dóceis ou as crianças com “más inclinações”. A laboriosa tarefa era infundir hábitos virtuosos e lutar contra:

A mentira, e exalcemos a verdade; que o indolente é um réprobo, combatamos a indolência e elevemos o trabalho; que o homem é indistincto mau é detestado, combatamos a maldade e engradeçamos a doçura. Lembremos nas escolas os feitos dos nossos antepassados, suas conquistas (nossas conquistas!) o que fizeram para nos dotar de uma pátria que se enobrece e se affirma; falemos dos nossos Heróis de Guerra e na paz; nas Industrias e na Sciencia e teremos cumprido nosso dever; o professor de posses de aptidões as mais necessárias ao seu labor: a assiduidade, a pontualidade, a exactidão no serviço, o amor à profissão, colocará a obrigação do cargo acima das obrigações pessoas (Nascimento, n. 3, 1918, p. 87).

A revista relata que o professor primário trabalhava para cumprir as difíceis

obrigações que se iniciavam às 8 horas da manhã e se prolongavam-se no seio da própria família, com a finalidade de corrigir os exercícios dos alunos, preparar as lições, entre outras tarefas referentes ao seu trabalho.

Em face a tanto esforço e dedicação, o professor Paulo Maranhão, diretor do Ensino Primário paraense, se pronunciou nos “excerptos do relatório”, de agosto de 1919, ao governador do estado a respeito da insatisfação sobre a renda dos professores.

O educador, na capital do estado, “é mal pago até no paiz em que millionarios abundam” (O Ensino, 1919, p. 14), dispondo apenas de 217\$ líquidos, custando-lhe “o aluguel da casa, a alimentação, o vestuário, o calçado, o médico, a pharmacia e as raras aquisições de livros”. Já os salários dos professores adjuntos substitutos eram de apenas 38\$000 mensais, em desconformidade com o Regulamento de Ensino no Parágrafo 2º de seu artigo 120, que esclarece que esses professores recebem uma gratificação igual aos vencimentos do cargo que servirem (O Ensino, n. 7, 1919, p. 14-15). Paulo Maranhão fortalece a ideia de que, para melhorar o entusiasmo em relação ao trabalho, o professor precisava de um sentimento profundo de importância moral do seu labor.

As palavras de Sylvio Nascimento na conferência enfatizaram que um elemento fundamental para o ensino era a presença de um livro na sala de aula, pois o professor deveria aperfeiçoar a criança para que soubesse como e quando utilizá-lo. Não haveria validade alguma entregar um livro sem o devido preparo nas mãos do aluno, certamente lhe causaria uma prática exaustiva e enfadonha. O periódico comparava isso a um “crime de lesa” para a Educação, visto que não haveria produção da parte do aluno para Gramática, Matemática, Geografia, História, entre as demais disciplinas (Nascimento, n. 3, 1918, p. 87).

A escola moderna abandonou os métodos rotineiros de “decorar” as lições “da escola, as apostilas, os pontos organizados, que nada vão acrescentar, a não ser a tortura no cérebro das crianças”. Mediante a voz do periódico, o aluno aprenderia da boca do professor, pois este não se alongaria em explicações, proporcionando aos alunos uma compreensão sobre o assunto abordado. Além de facilitar o processo de ensino-aprendizagem, as crianças não adquiririam repulsa pelo ensino. O aluno até o 4º ano do curso elementar deveria estar familiarizado com as palavras dos livros para as diversas disciplinas do curso primário, com o auxílio do professor. Nesse sentido, havia “uma dupla gymnastica [...] sabe aprender, porque sabe estudar. Lê o livro, consulta o livro, mas não decora o livro compreende-o; e é o bastante” (Nascimento, n. 3, 1918, p. 88).

Na opinião do autor, o comprometimento com a prática da leitura deveria ser assegurado pelos professores, no sentido de promover espaços para essa finalidade, ao passo de considerar que a criação das bibliotecas deveria ser uma iniciativa da classe do professorado e não esperar pelo governo do estado o estímulo e os moldes que deveriam ser dados pelos educadores. Sendo assim, dentro dos problemas do ensino, a leitura é o que mais oferece dificuldades “tendo sido causa de opinião as mais desconstruções e diversas é, sem dúvida o da leitura”.

O tempo é um grande collaborador na evolução dos sêres. Objecto algum poderá crescer e desenvolver-se repentinamente. O sol, nado, não illumina de chofre a amplidão do mundo; o rio, volumoso, extenso, em geral nasce de um filete d’agua e, após anos de curso, é que se estende terra a dentro, banhando e fertilizando o solo. No ensino,

qual no rio, tudo obedece a um curso natural, espontâneo e physio-psychologico. Nada de pressas! Como começar a leitura? Eis uma pergunta que sae dos nosso labios (Nascimento, n. 3, 1918, p. 89).

Indubitavelmente, o texto faz uma reflexão quando apresenta o seguinte apontamento sobre qual o melhor método de ensino: “não há doenças e sim doentes, de igual modo, no campo pedagógico, não existem methods, há alunos, ou outros termos, há methodo, e este é o professor” (Nascimento, n. 3, 1918, p. 89). Para cada sujeito havia uma maneira a ser trabalhada, percebida pelo professor para melhor aplicação dos conteúdos escolares.

Há um tempo de espera no processo escolar que corresponde ao amadurecimento do indivíduo. Este está relacionado ao convívio social, às puerícias, às índoles, à idade, à alimentação, à família quanto ao desenvolvimento intelectual e, secundariamente, ao método que o professor vai utilizar e o caminho que percorrerá para o aperfeiçoamento da leitura.

Para isso, o periódico sublinha que alguns professores opinam por não abandonarem a soletração, o que não se trata de nada arcaico e monótono, mas sim de fazer bom uso da soletração e silabação. Isto é, “dizer as syllabas e, quando se notar qualquer obstaculos no entendimento da creança, pronunciar as letras reunidas àquelles elementos” (Nascimento, n. 3, 1918, p. 89). Para a eficiência do aprendizado da leitura corrente, segundo a revista, fazia-se necessário iniciar com o ensino das letras (vogais maiúsculas e minúsculas) para depois formar os grupos vocálicos. Logo após esse aperfeiçoamento, iniciariam o estudo das consoantes junto às vogais, respeitando a ordem em que são utilizadas. O desenvolvimento dessa prática tinha um efeito benéfico quando ensinada no quadro preto ou nos quadros parietais (Nascimento, n. 3, 1918).

A revista cita o livro utilizado que evidenciava a excelência desse processo, a “Cartilha Nacional do professor Hilario Ribeiro” era usada em todo o Brasil. Assim, eram excluídos dos lares e das aulas os folhetos e cartas do ABC ineficazes às noções pedagógicas da época. Outros procedimentos citados e recomendados eram os jogos de dados de madeira com letras abertas, que estimulavam os diversos sentidos no momento recreativo, entre outros, de acordo com o objetivo a ser alcançado.

O interesse pela leitura deveria iniciar com as crianças por meio de pequenas histórias, pois das figuras atribuíam-se seus respectivos nomes, exercitando, assim, a leitura e a fixação dos sons das sílabas. O quadro preto era o auxiliar do professor, pois traçava-se nele um “a” e, depois de todos familiarizados com aquele signo, os alunos continuavam com as demais vogais, grafando-as em vários tamanhos, entremeando-se os exercícios de numerosas palavras que possuísem essas letras, já apresentadas pelo professor (Nascimento, n. 3, 1918).

A escrita acompanhava a leitura, não no sentido absoluto “dando no primeiro dia de aula, caneta, papel e penna”. Era necessário fazer com que o aluno reconhecesse letras de imprensa e letras manuscritas, pois o ensino da leitura é simultâneo com o da escrita, embora uns aprendam mais rápido a ler do que a escrever. Mas trata-se de um fato aparente, uma vez que o exercício do olhar conduziu o estudante a reproduzir os signos alfabéticos com firmeza e regularidade, principalmente quando se aperfeiçoa o desenvolvimento da memória auditiva, visual e motora, tendo a criança um aprendizado da leitura e da escrita (Nasci-

mento, n. 3, 1918). Os métodos de escrita se compreendiam em:

Habilitar o aluno a feitura dos elementos construtivos das letras, escrevendo-se no caderno, principio da linha, uma de cada vez, afim de que a criança o imite; seguidamente passar a formação das letras simples após ter estas, à formação das compostas. Esse exercicios podem ser lançados em quadro preto para os alunos em classes traçarem-nos nos respectivos cadernos. Guarda depois a mesma ordem no ensino da leitura, principalmente as letras e as vogaes e imediatamente, consoantes juntas as vogaes; palavras fáceis de coisas concretas e de prompta aquisição pelas intelligencias infantis, e, assim por diante numa ascendência proporcional à idade e à aptidão escolar. Os caracteres serão escriptos no tamanho comum – cursivo, e não do bastardinho, o methodo já é posto em prática pelo professor Manoel João Alves, hábil lente de caligrafia da Escola Normal (Nascimento, n. 3, 1918, p. 90).

Diante do exposto, o professor combateria o antigo sistema de ordenar o aluno a cobrir a tinta de letras que faziam a lápis. A revista discute a respeito da importância do mestre no processo de aprendizagem, no qual o professor deveria se aproximar sempre do estudante com o objetivo de avaliar o que era posto no caderno, pois não se pode esquecer que o cérebro da criança estava em constante desenvolvimento. A razão de estudar a língua é compreendê-la, saber o que se lê, interpretar o sentimento de quem escreveu, saber falar e exprimir bem o que se pensa.

Silvio Nascimento ocupava a cadeira de presidente na produção dos programas de ensino primário e regulamentou “O Ensino da Calligraphia”. No texto “Providencias Regulamentares” discorre e pontua a prática e o ensino da caligrafia como “essencial, que não devemos de maneira alguma descurá-lo” (O Ensino, n. 7, 1919, p. 13). Para ele, o ensino da caligrafia auxiliava na aprendizagem do desenho, como meio para educar a visão e a mão, tanto quanto no movimento para desenhar a letra. A arte de escrever provinha da prática da caligrafia, que exigia do aluno extrema disciplina no que diz respeito ao corpo e à postura.

A prática da caligrafia é uma das ações que integram o ensino da escrita. Busca aperfeiçoar e afinar os sentidos da mão e a ortopedia do corpo, condições fundamentais para desenvolver hábitos de ordem, disciplina e estética do texto. Tal processo de regulação da escrita é, também, mecanismo de regulação do corpo e instrumentalização social (Bastos e Stephanou, 2008, p. 2).

É importante entender que, além de se tratar de um trabalho metódico, havia outro aspecto importante a se pensar na prática de uma boa caligrafia, nos exercícios escolares e nas provas, julga-se não somente o esmero da grafia, mas os bons hábitos de higiene do aluno. Em suma, a escrita era reproduzida com o cuidado pelas tarefas escolares, pela própria higiene e pelo zelo pela saúde.

Para desenvolver essa habilidade e formar bons calígrafos, necessitava-se de ensino contínuo, aperfeiçoando os movimentos das crianças, instruindo-as a sentar adequadamente com suas indumentárias limpas, mãos e corpos asseados, para não comprometer a saúde do corpo e da mente. Assim, não se tratava

somente dos preceitos da Educação, mas da fisiologia e da higiene, pois já no século XIX a prática exaustiva da escrita era criticada pelos higienistas que a consideravam a maior causa dos problemas de miopia e escoliose nas crianças, devido à má postura ao escrever.

Dessa maneira, a escrita vertical era vista como rápida e higiênica, apoiada nas normas do papel direito, corpo reto, escrita direita. Para tanto, tais mudanças correspondem à “racionalização das práticas escolares” (Faria Filho, 1998, p. 35), ao passo que a nova escrita trouxe ao “universo escolar a legibilidade e a simplicidade do texto produzido em máquina de escrever” (Vidal, 1998, p. 127).

O periódico divulgava os programas do Ensino Primário, os quais eram pensados e organizados pelo Conselho Superior do Ensino (1919), composto pelo normalista Pereira de Castro, presidente do Conselho, posteriormente substituído pelo professor Silvio Nascimento em 2 de março de 1919. Também compunham o Conselho Maria Luiza Amaral, Sarah Ribeiro e os colaboradores Matheus do Carmo, Raymundo Proença, Izaura Brito, Gemina Pinto, Maria Damasceno, Augusto Serra, Hilda Vieira, Maria Lavareda da Rocha, Julita Hollanda, Anna Barrau Meninéa e Placida Alves Cardoso (O Ensino, 1919).

O texto da revista “Os programas de ensino primário – methods a seguir” orientava quais as práticas pedagógicas deveriam ser utilizadas no processo de ensino. Segundo Oliveira (2003, p. 240), “os métodos de ensino são frutos da experiência histórica. Foram ou são, portanto, construídos histórica e socialmente”.

O método é etimologicamente, aquilo que permite aceder ao lugar que se busca: é um caminho (odos, “estrada”) que permite atravessar (meta, “através”). O sentido de um método é o de um caminhar e de um procedimento, da continuação finalizada e organizada de uma atividade num caminho que permite encontrar. O método depende ao mesmo tempo daquilo para que se tende e do caminho que para lá conduz: ele é conduta e encaminhamento (Morandi, 2002, p. 17).

A partir do enunciado, entende-se um meio de ensinar conteúdos: primeiro, deve-se investigar as “formas” de ensinar a criança, após alguns experimentos, o que mais se adequa passa a ser o guia do professor.

No texto citado acima, o Ensino Primário no Pará era regulamentado pela Diretoria Geral de Instrução Pública que indicava o uso do “methodo expositivo, combinado com o processo intuitivo de Pestalozzi⁴⁶” (F. S., n. 11, 1919, p. 167). Para os elaboradores dos programas de Ensino Primário, este era o meio capaz de não fadigar o espírito das crianças e evitar que decorassem as regras, proporcionando-lhes um aprendizado proveitoso “como a da operação de dividir números inteiros; [já] a lição constituída de exemplos tirados da natureza, deleita o alumno, tornando o ensino interessante” (F. S., n. 11, 1919, p. 168).

46 “Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827), educador suíço, nasceu em Zurich. Foi influenciado pelo pensamento de Rousseau e por alguns aspectos do movimento romântico, como por exemplo o amor pela natureza e a concepção organicista. Desde os tempos de estudante participou de movimentos de reforma política e social. Em 1774, fundou um instituto para órfãos, organizado como uma família e destinado a educar intelectual e moralmente os rapazes afiliados. Chamou a atenção do mundo por sua ação como mestre, diretor e fundador de escolas, particularmente da famosa escola de Yverdon, um verdadeiro laboratório de experimentos pedagógicos. Suas obras principais são Leonardo e Gertrudes (1781) e Como Gertrudes instrui seus filhos (1801), sendo que, na primeira, delineou suas ideias acerca da reforma política, moral e social” (Zanatta, 2005, p. 166-167).

A indicação pedagógica de Pestalozzi (1946) retomava os direcionamentos de Rousseau, que entendia a Educação como processo natural baseado nos princípios de liberdade. Libâneo (1991) destaca importantes observações de Rousseau:

A preparação da criança para a vida futura deve basear-se no estudo das coisas que correspondem às suas necessidades e interesses atuais. Antes de ensinar as ciências, elas precisam ser levadas a despertar o gosto pelo seu estudo. Os verdadeiros professores são a natureza, a experiência e o sentimento. O contato da criança com o mundo que a rodeia é que desperta o interesse e suas potencialidades naturais. A educação é um processo natural, ela se fundamenta no desenvolvimento interno do aluno. As crianças são boas por natureza, elas têm uma tendência natural para se desenvolverem (Libâneo, 1991, p. 61).

As ideias de Pestalozzi⁴⁷, tomadas de Rousseau, eram definidas pela prática de instruir as crianças de forma livre, já que o processo de ensino-aprendizagem dava-se pelo preparo qualificado do desenvolvimento das capacidades humanas, em especial no cultivo do sentimento, da mente e do caráter (Zanatta, 2005). Assim, os programas de Ensino Primário garantiam que:

As cousas naturais são de fácil entendimento e, tomadas como objetos da lição, hão de necessariamente, oferecer-lhes ocasião de raciocínio, despertando-lhe no espirito alguma nova emoção e, conseqüentemente, o interesse, o fim, a utilidade das cousas [...] e feita uma explicação clara, positiva, sempre do simples para o composto, partindo do concreto para o abstrato (F. S., n. 9-10, 1919, p. 168).

A produção do conhecimento deveria ser fomentada no sujeito de forma acessível, utilizando uma linguagem simples, de modo que as aulas fossem confortáveis e os levassem a entender, por exemplo, “cousas e objetos comuns para exemplos e assim incutir sem grande esforço, no espirito do menino, a verdade do assunto tomado para thema da lição” (F. S., n. 9-10, 1919, p. 168). Dessa maneira, havia grandes possibilidades de a criança se sentir estimulada a raciocinar e ampliar seus conhecimentos por meio da prática intuitiva – “partir o conhecido ao desconhecido; do concreto para o abstrato; ou do particular para o geral; da visão intuitiva à compreensão geral por meio de uma associação natural” (Zanatta, 2005, p. 170). Ou seja, de maneira espontânea (natural), ela produziria o seu próprio conceito de experiência sensorial como um processo ativo para os sentidos e a mente humana.

Portanto, aguçar a curiosidade da criança era conduzir ao exercício da mente e fazer dessa prática uma regra, decerto, o “escolar” dominaria e condicionaria o cérebro a pensar e problematizar as disciplinas escolares, tais como: “Portuguez, Arithmetica, Geographia, História da Pátria, Educação Moral e Civica e ele-

47 “As ideias pedagógicas de Pestalozzi, introduzidas no Brasil por Rui Barbosa, demarcam a corrente pedagógica tradicional, denominada Pedagogia Intuitiva. Seu aspecto característico é oferecer, na medida do possível, dados sensíveis à percepção e observação dos alunos. Essa pedagogia fundamentava-se na psicologia sensualista, cujos representantes afirmavam que toda a vida mental se estrutura baseando-se nos dados dos sentidos, ou empregando um vocabulário pedagógico, valendo-se do concreto. Considerando-se esses fundamentos, pode-se adotar o conhecimento, até então abordado independentemente da realidade, a partir da observação do real” (Zanatta, 2005, p. 180).

mentos de Hygiene individual, Desenho, Calligraphia” (O Ensino, 1919, p. 174-199). Introduzir conteúdos à criança, partindo dos componentes da realidade material (método intuitivo), e não de regras abstratas, lhe garantiria chegar ao domínio da “lição de coisas”, logo, o pensamento parte do material e depois chega aos conceitos abstratos.

Os programas de ensino, segundo Faria Filho e Vidal (2000), são moldados pelas ideias advindas da cultura europeia e constituíam-se de materiais de cunho científico e moral dos programas escolares primários de países da Europa e dos Estados Unidos e passaram a fazer parte dos programas brasileiros desde a metade do século XIX.

5.4 As funções das poesias, das canções infantis e das peças teatrais nas páginas de *O Ensino*

A língua, enquanto elemento social dentro de inúmeras comunidades, a fim de estabelecer processos comunicativos entre vários indivíduos no percurso histórico de seu fomento, manifesta-se em diferentes linguagens, por meio de gêneros discursivos distintos. Nesse aspecto, é válido ressaltar que a revista *O Ensino* publicava poemas, fazendo uso da linguagem literária com funções diversas, dentre elas, destaca-se a pedagógica.

Nesse panorama, é possível observar registros de experiências de práticas culturais de um tempo específico, no caso a República paraense. O fazer poético é um texto estético formado por versos e estrofes, que objetiva expressar sentimentos ou ideias do autor.

A poesia já não coincide com o rito e as palavras sagradas que abriam o mundo ao homem e o homem a si mesmo. A extrema divisão do trabalho manual e intelectual, a Ciência e, mais do que esta, os discursos ideológicos e as faixas domesticadas do senso comum preenchem hoje o imenso vazio deixado pelas mitologias. É a ideologia dominante que dá, hoje, nome e sentido às coisas (Bosi, 2000, p. 164).

As mudanças socioculturais na Europa (França) influenciaram as mudanças no teor da escrita poética, por exemplo, na transição do século XIX para o XX, que se caracteriza na dinâmica do fazer poético a partir de três funções: social, estética e pedagógica. A influência europeia na escrita dos autores brasileiros trouxe referências desse continente ao país e desenvolveu uma poesia/brasileira de resistência, da realidade vivida por eles.

O gênero literário presente em *O Ensino* aponta a valorosa contribuição em legalizar discursos daquilo que se espera de uma sociedade republicana. Sevcenko (2003) esclarece que, com a chegada da República, diversos grupos sociais tomaram a frente da hegemonia social do país, isto é, abriram portas para os espaços de representações culturais e a imprensa favoreceu a dinâmica de publicações para várias tipologias textuais.

Não há dúvida, pois, de que a literatura, graças em grande parte ao carisma prodigioso herdado do romantismo do século XIX, gozava

de um prestígio ímpar nesse período, soando mesmo como sinônimo da palavra cultura. Políticos, militares, médicos, advogados, engenheiros, jornalistas, ou simples funcionários públicos, todos buscavam na criação poética ou ficcional o prestígio definitivo que só a literatura poderia lhes dar [...] (Sevcenko, 2003, p. 274).

Sobre o debate literário, considera-se que o autor está comprometido com o teor das palavras a respeito de dada realidade histórica e com suas ideologias, inclinações políticas, percepções culturais e sociais. Nesse discernimento, avaliar o que é disposto nos poemas da revista condiciona a pensar, como Chartier (1991), na questão de “o caráter todo-poderoso do texto e o seu poder de condicionamento sobre o leitor” (Chartier, 2002, p. 121). Nesse caso, tudo o que é produzido de forma textual precisa ser avaliado diante da realidade sócio-histórica de uma época e nela podem ser desmistificados sentidos e significações por meio da escrita.

De maneira sábia, Sevcenko (2003) sustenta a partir de suas pesquisas com textos literários a seguinte ideia: “não era a literatura que reproduzia a realidade, mas a realidade que reproduzia a literatura”. Para o pesquisador, a construção poética estava sob a circunstância da “liberdade condicional de criação” (Sevcenko, 2003, p. 272).

Para esta análise, notamos que os poemas publicados na revista buscavam tanto efetivar o valor da arte para a sociedade quanto o valor cultural a ser cultivado para o homem. Outros poemas explicitavam dedicatórias para personalidades públicas/intelectuais do estado ou detinham-se em acontecimentos nacionais que serviam como suporte pedagógico de professores. Depreende-se que essa possibilidade seja possível, já que alguns professores assinavam as autorias dos poemas, enfatizando tais fatos sociais.

A revista apresentava ao leitor textos⁴⁸ de cunho literários considerados pedagógicos, dado que foram utilizados como críticas, outrossim, aconselhamento e para retratar momentos históricos e episódios inusitados da realidade local da época.

Para este estudo, retiramos alguns poemas para avaliar a questão explicitada e verificar o poder de representação no periódico. Apresenta-se a seguir, a exemplo, dois poemas do professor Sylvio Nascimento; o primeiro “Tiradentes”, na coleção do artigo “Em torno da História”; e o segundo, dedicado aos professores paraenses.

Tiradentes

Um novo sol raiou á Independencia,
E a *liberdade posto que tardia*,
Representando a força e a consciência,
De emblema da bandeira serviria

A idéia mater, a abençoada essência
Da gigantesca luta, refulgia
No cérebro do Herói da Inconfidencia,

48 O conceito valida outros textos que circulavam na revista *O Ensino*, tais como: peças teatrais, “A Comédia de qui pra quós” conto de Shakespeare”, canções infantis e outros textos com finalidades pedagógicas (O Ensino, 1918, 1919).

Cujo feito na Pátria inda irradia:

Astro de um brilho intenso, redivivo,
Aurora de um futuro alvissareiro,
- aquella noite transformou-se em dia!

E Tiradentes, o Immortal, o Vivo,
Será na Historia desse povo inteiro
O novo Christo da Democracia.

(Nascimento, n. 3, 1918, p. 74)

O referido professor ministrava a disciplina de História do Brasil e Noções de Pátria, por isso, percebe-se sua dedicação de escrever sobre Tiradentes. Nesses versos, o poeta recupera vestígios da conjuração mineira. A primeira estrofe faz uma referência direta à bandeira de Minas Gerais, com a frase “liberdade posto que tardia”. O poema procura exaltar a figura de Tiradentes, único executado com a descoberta do movimento, que tinha como principal objetivo proclamar uma República independente. A poética de Sylvio Nascimento evidencia o herói Tiradentes, reconhecido como mártir da liberdade brasileira.

A Intelligencia

“A brilhante plaiade de professores do Pará”

Esse poder que, em torno da sciencia,
Avulta e cresce, e a todos ilumina,
Parte de mim – a deusa intelligência,
Que a mocidade a se ilustrar ensina.

Polar estrella que do céu domina
A grandeza da Terra, á refulgência
Dos meus raios olympicos se inclina
A riqueza de falsa onnipotência.

Da humanidade o cérebro pensante,
Eu teço de clarões ilimitados:
Eu sou a força, sou o movimento!

Assim eu vivo, num labor constante,
A preparar heróis e consagrados
No parnaso de luz do pensamento

(Nascimento, n. 12, 1919, p. 220)

No poema “A intelligencia”, o professor republicano Sylvio Nascimento exalta o docente logo no início do texto “esse poder que, em torno da sciencia / avulta e cresce, e a todos ilumina / parte de mim - a deusa intelligencia”. O autor faz uma analogia dos astros dos céus com o processo de ensino-aprendizagem vivi-

do na academia, ressaltando o trabalho do professor de “iluminar” o pensamento de pessoas, curar as mentes dos homens com a luz, engendrada pela política republicana. Por fim, declara que a vida é baseada em “preparar heróis e consagrados / no paraíso de luz do pensamento”, ou seja, reafirma o labor do professor: aquele que ilumina mentes, utilizando sua inteligência.

A revista era utilizada como aporte didático pelos professores da época –, há também temáticas centradas na intenção do “eu”. Vale ressaltar que a revista era aberta a envio de textos para avaliações e possíveis publicações. Ainda que de forma intencional, os autores utilizavam a poesia com sua função primária com o prevalecimento do eu-lírico. Nota-se isso no poema abaixo.

Federis Arca

Não prevejo na morte o Paraizo,
Nem as chamas do Inferno – pavorosas;
Homem de fé, um passo lhe diviso,
Para chegar às plagas venturosas

Dessa Existencia, sem visões penosas,
Sem esse Jury do final juizo;
Mas só de paz às almas carinhosas,
Que em Deus contemplam paternal sorriso.

Por isso, meu irmão, á Fé me abrigo,
Certo de que me encontrarei contigo
No largo estádio, que ao Viver conduz...
Lá, quando livres da ilusão mundana,
Ergueremos ao Christo eterno hosanna,
Revendo a Gloria no sofrer da Cruz!

(Carvalho, 1919, p. 69)

Basílio de Carvalho dedica esse poema à memória de seu falecido irmão, Zacarias de Carvalho. As estrofes anteriores evidenciam um processo de luto em que há o sentimento de esperança ao acreditar que seu irmão está em um lugar melhor, livre da banalidade social: “Lá, quando livres da ilusão mundana / Ergueremos ao Christo eterno hosanna”. Assim, o autor se mantém positivo ao esperar que, em algum momento, os irmãos irão se encontrar novamente, dessa vez para desfrutarem da paz.

Em alguns dos textos (literários) inseridos na revista, é possível identificar a fusão das funções de cada texto, não cabendo para esta pesquisa analisar todos, mas citar suas características e importâncias para o contexto vivido no Pará. O intelectual Eustachio de Azevedo foi um poeta/prosador paraense que obteve representação na escrita da revista, o que mostra que também se encontravam intelectuais literários no Pará, como bem discute a revista, na exposição do texto abaixo.

A Arte

A Arte é Galileu forjando o telescópio,
Rasgando do infinito o nebuloso véu!...
é Gomes, é Bellini, a embriagar-nos d'ópio
fazendo-nos sonhar com musicas do céu!

A Arte é Raphael Sanzio, - o magico talento,
a retratar Jesus na tela purpurina!
é Gutemberg, o heróe, fócando o pensamento
na grande luz da Imprensa, a deusa peregrina!

A Arte é Victor Hugo, - o poeta glorioso,
É tudo quanto é nobre, altíloquo, pomposo,
É tudo quanto é grande, é tudo quanto é bello!

(Azevedo, 1919, p. 39)

Esse soneto, declamado no palco do Theatro da Paz pela atriz brasileira Lucília Peres, no ano de 1916, é uma ode à maestria da arte como movimento intelectual de expressão. O poeta utiliza referências históricas em grande parte do poema – desde Galileu a Victor Hugo – para conceituar e legitimar a grandiosidade da arte como é expresso na última estrofe: “é tudo quanto é nobre, a altíloquo, pomposo / é tudo quanto é grande, é tudo quanto é bello!”

Vale ressaltar, ainda, que a visão do autor sobre a arte é a mesma explorada pelos demais intelectuais da época, a qual se pautava no *belo* como ponto de referência para a valorização das obras. Sobre a presença dos poemas nas páginas de *O Ensino*, assimila-se que o autor do texto buscava situar o leitor para as definições do que é arte e solidificar sua manifestação no seio social de várias maneiras. Nota-se, na segunda estrofe, que arte “é Gutemberg, o heróe, focando o pensamento na grande luz da Imprensa, a Deusa peregrina!”. Diante dessas ideias, acredita-se que a arte é o produto intelectual do homem, com a capacidade que ele possui de produzir conhecimento. Isso acontece quando este recebe a devida instrução e Educação, semeadas e geradas desde a infância que, ao se desenvolverem, transformariam nações com suas manifestações intelectuais e magistrais.

A revista trazia, na sua disposição, as cançonetas infantis, que possuíam caráter didático-pedagógico, pois por meio da musicalização, proporcionando um momento de distração, poderiam ser usadas como atividades lúdicas capazes de convencer a criança do seu valor para a pátria. Dito isso, apontamos um exemplo de canção chamada: “Ninguém se illuda!”⁴⁹ por Pereira de Castro, publicada na revista, extraída do I fascículo da “Collectanea de Hymnos e Canticos Escolares”.

RECITADO

Quem me vê tão pequenina,
Ainda, estudando A. B. C,
Assim, tão debio e franzina,
Muito atrasada me crê.

49 Na publicação da revista, a canção foi mencionada de forma poética e em partitura musical. Esse material pode ser consultado no Anexo A.

Vossa ilusão, meus senhores...
Todos pos vos enganaes:
Tenho na mente fulgores,
De coisas mil sou capaz,
Um exemplo aqui vou dar
Da minha sabedoria:

CANTANDO

Leio, escrevo, sei contar,
Coso, bordo a fantasia.

Sei no relógio horas ver,
A meza 'sevi-me eu sei;
Até dançar...podes – crêr –
Muito breve eu dançarei!

Conheço a forma da Terra,
Os males e os continentes,
Os ossos que o corpo encerra,
Os vegetais e as sementes.

Em gymnastica e desenho,
Lições Moraes, hygiene,
Tem valido o meu empenho
A distincção mais solene.
Canto o Hymno Nacional,
Adóro a linda Bandeira
Deste paiz liberal
Nossa Patria Brasileira

RECITADO

Julgues-me inhabilitada.
Por ser tão debil, franzina?!
Nem sempre é muito atrasada
Quem na altura é pequenina!

(Castro, n. 12, 1919, não paginado)

Eleva-se a figura da criança na cançoneta, no sentido de fazer com que sua representação fosse a imagem do cidadão culto, civilizado e honrado para a sociedade, ou seja, reconhecido como um ser dotado de múltiplas habilidades e suficientemente instruído para viver em um mundo moderno. Nessa perspectiva, a criança seria a promessa da chegada de um novo tempo de luz, da chegada na terra prometida mediante a Educação e a instrução.

Diante disso, faziam parte da cultura escolar as peças teatrais, a exemplo da “Comedia Infantil – Mestra em apuros”⁵⁰, de José de Carvalho, escrita para o festival literário do “Colegio Minerva”, propriedade da professora Maria Minerva. O

50 Os atos da peça estão dispostos no Anexo B.

cenário era uma escola, e os personagens, uma professora e os alunos.

A encenação era uma forma de educar as crianças, pois naquele momento de exposição dos atores, junto às falas, havia uma reflexão moral de determinado acontecimento. Nesse caso, a peça descrita na revista abordava a questão do respeito entre o professor e os alunos. O enredo se passou em uma sala de aula, na qual estava sendo realizada uma atividade de leitura com os alunos. Porém em vários momentos os alunos testaram a paciência da professora que estava substituindo a titular da turma, com brincadeiras inadequadas para constranger a mestre da escola. De forma exaltada, após muitas afrontas dos alunos, ela disse:

Em primeiro lugar represento aqui o poder, a autoridade, a... majestade, mesmo da professora! Deixar-me suplantar, humilhar, por vocês é que não! Não conheço, entre todos, nenhum superior a mim, nem pelo preparo, nem pelo espírito, nem...nem...pela argúcia (Carvalho, n. 13-14, 1919, p. 323).

Além da peça ser de caráter educativo, servia como exemplo para alunos e para a postura dos professores em sala. Vale frisar que a crítica moral do texto estava em fazer com que os educadores soubessem tratar seu aluno e repreendê-lo sem humilhá-lo por meio do seu saber e de sua posição social. No final da atuação, os alunos acabam perdendo a professora e ambos trocam apertos de mão e os alunos beijam a testa da professora, em forma de reverência a sua sabedoria.

Outro exemplo moral está na peça divulgada na revista com o título “Lever de rideau”, escrita por Bertoldo Nunes. A estória possuiu cinco personagens do sexo masculino e se passava no recreio escolar, quando as crianças estavam procurando uma brincadeira para passar o tempo. Então, decidem formar um “lúcido batalhão infantil” e logo dividem as hierarquias entre eles: um coronel, um comandante, um capitão, um corneteiro e um cabo. Os meninos, entretidos e fingindo não escutar o toque de retorno, não retornam à sala de aula e recebem uma lição:

já que assim o quiseram, vamos chorar no estudo, que é lugar quente. Mas antes disso, façamos uma continência militar ao público, para lhe provarmos o propósito em que estamos de sermos d’ora em diante meninos menos teimosos e soldados mais indisciplinados. Eis as consequências das teimas! (Nunes, n. 15, 1919, p. 366).

O valor da obediência era posto como singular tanto para a postura em sala de aula quanto fora dela. O sujeito disciplinado estava sempre preparado para qualquer situação, pois já era costume saber lidar com o limite de diversas maneiras. O ensino moral era primordial na Educação das crianças. Ele funcionava como um polimento do caráter infantil e, ao mesmo tempo, habilitava o sujeito a ser obediente e responsável, ou seja, o comprometimento de acatar normas, ordens, regras e comportamentos se estabelecia de forma eficaz pela obediência, que era considerada um aprendizado de controle e regulação de conduta de maneira consciente, sem medir forças, tampouco para agradar o adulto, mas exercida por satisfação e naturalização das ações humanas. Por isso, aprender a ser obediente significaria explicar os motivos pelos quais são necessários fazer o que o outro lhe pede.

As páginas da revista *O Ensino* foram a maneira “arrojada” de divulgar uma Pedagogia para o progresso, anunciando acontecimentos e deliberações do poder político em relação à instrução primária pública no estado e no país. Para isso, sua equipe editorial se empenhou por meio da arte da imprensa com a responsabilidade de levar ao público a (in)formação, sobretudo aos professores do Ensino Primário do Pará. Dessa maneira, a operação aspirava a projeção da classe do professorado para dar um salto quântico em suas práticas pedagógicas, a partir dos novos moldes de educar e instruir as crianças e se autoexaminar enquanto educadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa está inserida no contexto histórico da Primeira República no Pará e possuiu o objetivo de analisar, a partir dos discursos da revista *O Ensino* (1918-1919), as representações sobre Educação e instrução para o Ensino Público Primário paraense. Nesse pensamento, a equipe editorial era composta por professores do estado, que utilizaram a circulação de ideias sobre os novos saberes pedagógicos como estratégias de (in)formação para professores que não deixavam de aspirar as vozes do governo do estado para institucionalizar a ordem republicana.

Em relação ao exposto, a revista é um dispositivo de ingerência cultural agregado à política de reforma cultural e educacional no decurso do governo do militar de Lauro Nina Sodré, em Belém, junto aos professores que assumiram o papel de missionários do saber para promover e elevar a Educação paraense pelos pensamentos dos intelectuais da época.

Após construir esse diálogo, foi possível compreender o projeto gráfico e editorial da revista, que compôs o suporte material do impresso, junto às políticas que o sustentaram. Nesse sentido, sempre em busca da realidade da cultura europeia para alicerçar o novo homem que se desejava perante a República. O estado fez vários investimentos e reformas, como os Programas de Ensino Primário, para modernizar a Educação escolar, as normas, os métodos de ensino, os saberes pedagógicos, a arquitetura escolar, as profilaxias higiênicas, entre outras intervenções no provimento da transformação da sociedade pela via da escola moderna.

A preocupação em eleger a Educação e a instrução como práticas culturais substanciais para firmar a cultura dita civilizada e moralizada é, na verdade, dois conceitos de referências que a revista apresenta em seu suporte, pois constatou-se que, além de a sociedade não apresentar de forma precisa o uso dessas práticas, se manteve distante da realidade de outros países. Chegamos a essa inferência porque o impresso trazia, em sua materialidade, diversos recursos textuais, gráficos e imagéticos para reforçar a representação sobre educar e instruir, em especial a criança paraense.

Diante disso, na concepção do republicano, educar estava para além da instrução intelectual. Com base nas representações discursivas da revista, a “educação” era um ensinamento que deveria acontecer no seio familiar e, decerto, o dever do professor era aprimorar as “faculdades intelectuais” do escolar. Contudo, não acontecia dessa maneira, ao contrário, a criança chegava no âmbito escolar sem aprendizado algum de “boas maneiras” e, assim, era considerada um sujeito oco, sem alma, sem espírito, ou seja, sem educação. Já a instrução estava relacionada à habilitação da criança em conhecer o mundo científico, saber ler, escrever, contar, entre outros conhecimentos específicos de elevação intelectual. Sendo assim, o professor assumiu a responsabilidade dupla de formar seu caráter e torná-lo um ser consciente para a sociedade, útil à pátria e a si mesmo.

Subordinada à ideia anterior, a apreensão dos valores morais era imprescindível para o êxito dessa tarefa. Neste estudo, conclui-se que a obediência tinha um valor indispensável para o cumprimento da Educação e da instrução. Obedecer era ser submisso às ordens, ser passivo com o outro; então, o primeiro passo para alcançar uma boa Educação e instrução era ter a virtude de ser obediente.

Após, vinham os demais atributos do caráter humano: ser paciente, saber graduar o tom de voz, se portar em diversos espaços, ter disciplina em suas atividades cotidianas e escolares, saber tratar com respeito, entre outras características de um sujeito polido e civilizado, capaz de obedecer.

A gratuidade e obrigatoriedade do ensino eram, além de deveres do estado, direitos do cidadão. Mas só a partir da “obrigação” de instruir o povo, talvez, o país caminhasse para o progresso e, sem essa imposição, certamente a iniciativa livre dos pais de matricular os filhos na escola não aconteceria. O ideal a ser atingido era a regeneração nacional da sociedade para o progresso e desenvolvimento do país. Porém, havia carência de Educação e instrução em todo o território brasileiro e o estado do Pará contava com um número significativo de analfabetos.

Nesse sentido, a escola moderna passou a ser um lugar de difusão de novos saberes, com uma cultura escolar específica, capaz de transformar o intelecto humano. Nas páginas de *O Ensino*, a escola era vista como uma pequena sociedade, também representava a extensão do lar, um lugar de aprendizado e constante atividade.

As análises revelam que *O Ensino* constituiu-se no seio paraense como canal pedagógico para a formação do professorado, em relação ao Ensino Primário. Todavia, entendemos a Educação e a instrução de crianças como práticas culturais essenciais para a formação do caráter virtuoso, de exímios cidadãos patriotas e dotados de conhecimento científico, ao passo que toda essa construção de significados se interrelacionava como os saberes de dentro e fora da escola, bem como às práticas pedagógicas dos professores a serem habilitados a saber “aprender a ensinar”. Os textos veiculados na revista, que se reportavam aos momentos cívicos, celebrações que referendavam a pátria, peças teatrais, canções infantis, poemas e textos oficiais reforçavam os discursos progressistas e nacionalistas que a República propunha. Portanto, este trabalho abre outros vieses de investigação por meio da imprensa de Educação e ensino, como veículo de (in)formação docente, que orienta, instrui e engendra novos pensamentos pedagógicos.

REFERÊNCIAS

- ABREU JUNIOR, José Maria de Castro. **O vírus e a cidade**: rastros da gripe espanhola no cotidiano da cidade de Belém (1918). 2018. 215 f. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Afranio Peixoto**. Rio de Janeiro: ABL, [2021]. Disponível em: <https://bit.ly/3ceMVli>. Acesso em: 21 mar. 2022.
- AFRANIO, Peixoto. A educação nacional. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno I, n. 2, p. 2, jul. 1918.
- ALMEIDA, Cíntia Borges de. **Um país de poucas letras? Experiências de educabilidade, instrução obrigatória e analfabetismo na Cidade Maravilhosa (1900-1922)**. 2018. 369 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Humanidades, Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- ALVES, Laura Maria Silva Araújo. A política de caridade, assistência e proteção à infância desvalida em Belém do Pará: do Império à República. **Revista @rquivo Brasileiro de Educação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 34-64, ago./dez. 2015.
- A. M. A gripe – conselhos para evitar a gripe e meios de resistir-lhe quando for acometido. nacional. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno I, n. 5, p. 197, out. 1918.
- ARAÚJO, Sônia Maria da Silva. José Veríssimo: vida, obra e personalidade. In: ARAÚJO, Sônia Maria da Silva (org.). **José Veríssimo**: raça, cultura e educação. Belém: EDUFPA, 2007. p. 19-69.
- AZEVEDO, Eustachio. A arte. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno II, n. 7, p. 39, jan. 1919.
- BARBOSA, R. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública (1883). In: BARBOSA, R. **Obras completas**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946. v. 10. t. 2.
- BARROS, José D' Assunção. A fonte histórica e seu lugar de produção. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, Uberlândia, v. 25, n. 2, p. 407-429, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/issue/view/961>. Acesso em: 12 dez. 2012.
- BARROS, José D' Assunção. A História Cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Diálogos**, DH/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.
- BASSALO, Célia Coelho. **Art Nouveau em Belém**. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2008.
- BASTOS, Maria Helena Câmara. Espelho de papel: a imprensa e a história da educação. In: SOUZA, José Carlos Araújo; GATTI, Décio Jr. (org.). **Novos temas em História da Educação Brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas /SP: Autores Associados, 2002. p. 91-132.
- BASTOS, Maria Helena Camara; STEPHANOU, Maria. Traçar letras, palavras e números: caligrafar gestos da escrita e da vida. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (org.). **Não me esqueça num canto qualquer**: Catálogo de exposição realizada por ocasião do III Congresso Internacional sobre Pesquisa (Auto)biográfica, em Natal, 2008.
- BICCAS, Maurilane de Souza. **O impresso como estratégia de formação**: Revista do ensino de Minas Gerais (1925-1940). Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.
- BLOCH, Marc. A observação histórica. In: BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002a. p. 69-88.
- BLOCH, Marc. Prefácio. In: BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, o ofício de historia-**

dor. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002b, p. 15-38.

BORGES, Ricardo. **O Pará Republicano**: ensaio histórico: 1824-1929. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1983.

BOSI, Alfredo. **O ser e o tempo da poesia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BRAGA, Theodoro. **Dez meses de direção do Instituto Lauro Sodré**. Belém: Gillet, 1917.

BRAGA, Theodoro (org.). **Mappa do Estado do Pará com a delimitação municipal**: 1918. Belém: IPHAN, 1918. Disponível em: <https://bit.ly/3aASGcq>. Acesso em: 21 jan. 2021.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales**: 1929-1989: a revolução francesa na historiografia. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1992.

BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CAETANO, João Manuel; OLIVEIRA, Rosa Maria. As letras capitulares na ilustração dos livros infantis em Portugal, nos séculos XIX e XX. In: ENCONTRO NACIONAL DE TIPOGRAFIA, 2., 2011, Aveiro. **Anais** [...]. Aveiro. Universidade de Aveiro, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3OJmLp6>. Acesso em: 15 maio 2022.

CARMO, Matheus do. A festa do Estudo. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno II, n. 8, p. 67-68, fev. 1919.

CARMO, Matheus do. Assumptos Pedagógicos. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno I, n. 2, p. 42-44, jun. 1918.

CARVALHO, João Paes de. **O Pará em 1900**: quarto centenário do descobrimento do Brasil. Pará: Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1900.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1900.

CARVALHO, José Murilo de. Comédia Infantil: Mestra em apuros. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia, Literatura, Artes e Ofícios**, Belém, anno II, n. 13-14, p. 323, jul./ago. 1919.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A caixa de utensílios e a biblioteca: pedagogia e práticas de leitura. In: VIDAL, Dianna Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia (org.). **Brasil 500 anos**: tópicos em história da educação. São Paulo: EDUSP, 2001. p. 137-168.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A Escola Nova e o impresso**: um estudo sobre estratégias editoriais de difusão do escolanovismo no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

CASTRO, João Pereira de. Cançoneta Infantil: Ninguém se iluda! **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia, Literatura, Artes e Ofícios**, Belém, anno II, n. 12, jun. 1919.

CASTRO, João Pereira de. Discurso. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno I, n. 1, p. 9, jun. 1918.

CATANI, Denice Bárbara. A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. **Educação e Filosofia**, Minas Gerais, v. 10, n. 20, p. 115-130, 1996.

CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Camara. Apresentação. In: CATANI, Denice Bárbara; BASTOS; Maria Helena Camara (org.). **Educação em revista**: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997. p. 5-10.

CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). **Educação em Revista**: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHAMPAGNE, E. M. **Dicionário Universal de Educação e Ensino**: v. II. Traduzido do português por Camillo Castello Branco. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardon,

1886.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand, 1987.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Lisboa: Difel, 2002. (Memória e sociedade).

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009

CHARTIER, Roger (coord.). **As utilizações do objecto impresso (XV-XIX)**. Lisboa: Difel, 1998.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesus Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit**. Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: UNESP, 2004.

CHARTIER, Roger. O mundo como representações. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991.

COELHO, Geraldo Mártires. Na Belém da Belle Époque da Borracha (1890-1910): dirigindo olhares. **Revista Escritos (Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa)**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 5, p. 141-168, 2011.

COELHO, Maricilde Oliveira. **A Escola Primária no Estado do Pará (1920-1940)**. 2008. 213 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

COELHO, Watrin, Allan. **A ciência do governar**: positivismo, evolucionismo, e natureza em Lauro Sodré. 2006. 116 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

C. P. Instruir e educai! **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno II, n. 7, p. 20, jan. 1919.

C. P. O analphabetismo no Brasil. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno II, n. 8, p. 92-93, fev. 1919.

CRUZ, Farias Heloisa de; PEIXOTO, Rosário da Cunha Maria do. Na oficina do Historiador: conversas sobre História e Imprensa. **Revista Projeto História**, São Paulo, v. 35, p. 253-270, ago./dez. 2007.

DEMPSEY, Amy. **Estilos, escolas e movimentos**. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

DEPAEPE, Marc. Some statements about the nature of the history of education. In: SALIMOVA, Kadriya; JOHANNINGMEIER, Erwin. **Why should we teach history of education?** Moscovo: The Library of International Academy of Self-Improvement, 1993. p. 31-36.

DIEHL, Astor Antonio. **Do método histórico**. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Tradução de Raul Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990-1994.

EMMI, Marília Ferreira. A Amazônia como destino das migrações internacionais do final do século XIX ao início do século XX: O caso dos portugueses. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17., 2010, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: APEB, 2010.

ESCOLANO BENITO, Agustín. **A escola como cultura**: experiência, memória e arqueologia. Campinas: Alínea, 2017.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. A legislação escolar como fonte para a História da Educa-

ção: uma tentativa de interpretação. *In*: FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.). **Educação, modernidade e civilização**: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 89-125.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Conhecimento e cultura na escola: uma abordagem histórica. *In*: DAYRELL, Juarez (org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1996. p. 127-193.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 19-34, 2000.

FARIAS, William Gaia. **A construção da República no Pará**. Belém do Pará: Açai, 2016.

FELGUEIRAS, Margarida Louro; VIEIRA, Carlos Eduardo. **Cultura escolar, migrações e cidadania**. Porto: SPCE, 2010.

FIGUEIREDO, Souza de. Eduquemos as criancinhas. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno I, n. 3, p. 26-32, jul. 1918.

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro. José Veríssimo e a educação nacional. *In*: ARAÚJO, Sônia Maria da Silva (org.). **José Veríssimo**: raça, cultura e educação. Belém: EDUFPA, 2007. p. 172-225.

FRANÇA, Maria do Perpetuo Socorro. **José Veríssimo (1857-1916) e a educação brasileira republicana**: raízes da renovação escolar conservadora. 2004. 186 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

FRANCO, Crepory. Classificação das Sciencias. A Psychologia na escola. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno II, n. 7, p. 23-25, jan. 1919.

FEBVRE, Lucien. **Vive l'Histoire, in Combats pour l'Histoire**. Paris: A. Colin, 1953.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984. (Biblioteca de filosofia e história das ciências; v. 7).

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1984.

F. S. Os Programas de Ensino. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno II, n. 11, p. 167-168, maio 1919.

GINZBURG, Carlos. Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito. *In*: GINZBURG, Carlo. **Os fios e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 249-279;

GINZBURG, Carlos. O Inquisidor como antropólogo. *In*: GINZBURG, Carlo. **Os fios e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 280-293.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar**: medicina, higiene e educação escolar na corte imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca Básica da História da Educação Brasileira).

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 9-44, fev. 2001.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *In*: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990. p. 462-550.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. 7. ed. rev. Campi-

nas: UNICAMP, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1991.

LOCKMANN, Kamila. **A proliferação das políticas de assistência social na educação escolarizada**: estratégias da governamentalidade neoliberal. 2013. 318 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LOYOLA, Ophir de. Inspeção medico-escolar. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno II, n. 2, p. 41-42, fev. 1919.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Basssanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-153.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, Déa Ribeiro *et al.* (org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'água, 2004.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. A imprensa pedagógica. Fonte de identidade docente e memória profissional. **History of Education and Children's Literature**, Macerata, v. 16 n. 2, p. 17-34, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3njm5Lf>. Acesso em: 15 maio 2022.

MARÇAL, Antonio. O Ensino. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno I, n. 1, p. 1-2, jun. 1918.

MARÇAL, Antonio. O Ensino. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno I, n. 2, p. 26, jul. 1918.

MARÇAL, Antonio. Resenha Histórica: apresentada ao exm. Sr.dr. Governador do estado pelo dr. Antonio Marçal, diretor do instituto Lauro Sodré. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno I, p. 143, set. 1918.

MARINHO, Inezil Penna. **Sistema e métodos de educação física**. 5. ed. São Paulo: CIA Brasil, 1965.

MARTINS, Ana Luisa. **Revistas em Revista**: imprensa em práticas culturais em tempos de repúblicas, São Paulo (1890-1922). São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2008.

MATOS, Ana Léa Nassar. **José Sidrim (1881-1969)**: um capítulo da biografia de Belém. 2017. 344 f. (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

MATTOS, Anna Sarah de. Palestras escolares. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno II, n. 8, p. 84-85, fev. 1919.

MEIRA, Agnello. **Lauro Sodré ou a evolução política do Pará**: 1912-1917. Belém: Typographia do Instituto Lauro Sodré, 1918.

MEIRA, Clóvis; ILDONE, José; CASTRO, Acyr. **Introdução à Literatura no Pará**: antologia. Belém. CEJUP, 1990.

MEIRA, Clóvis Olinto de Barros. **Médicos de Outrora no Pará**: biografias. Belém, Grafisa, 1986.

MEIRA, Octávio. **A primeira República no Pará**. Belém: Falangola, 1981.

MONTEIRO, Esmeralda. A Psychologia na escola. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia, Literatura, Artes e Offícios**, Belém, anno II, n. 13-14, p. 392-393, jul./ago. 1919.

MONTEIRO, Noura. Higiene Escolar – A Escola. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura, Artes e Offícios**, Belém, anno II, n. 15, p. 351-352, set. 1919.

MORAES, Felipe Tavares. **A educação no Primeiro Governo de Lauro Sodré (1886-1897)**: os sentidos de uma concepção político-educacional republicana. 2011. 121 f. Dissertação

(Mestrado Acadêmico em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

MORANDI, Franc. **Modelos e métodos em pedagogia**. Bauru: EdEDUSC, 2002.

MOTA, Dálete Delalibera Corrêa de Faria; CRUZ, Diná de Almeida Lopes Monteiro da; PIMENTA, Cibele Andrucioli de Mattos. Fadiga: uma análise do conceito. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 285-293, set. 2005.

MUNIZ, Julio. A hygiene quotidiana da boca – A sua importancia prophylatica nos casos de epidemia. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura, Artes e Officios**, Belém, anno II, n. 13-14, p. 311-315, jul./ago. 1919.

MUNIZ, Julio. Hygiene Oral. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno I, p. 39-40, jul. 1918.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EDUSP 1974.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República**: da esquerda da monarquia ao fim do Estado Novo. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

NASCIMENTO, Sylvio. A Intelligencia. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia, Literatura, Artes e Officios**, Belém, anno II, n. 12, p. 220, jul. 1919.

NASCIMENTO, Sylvio. Em torno da História – Tiradentes. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno I, n. 3, p. 74, 1918.

NICOLAZZI, Fernando. A Fabricação do Sorriso: Ortodontia social em Curitiba na virada dos séculos XIX e XX. **Klepsidra: Revista Virtual de História**, v. 1, n. 3, 2000. Disponível em: <https://bit.ly/3ObPRfz>. Acesso em: 16 maio 2022.

NÓVOA, António. **A imprensa de educação e ensino**: repertório analítico (séculos XIX e XX). Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993. (Coleção Memórias da Educação).

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e Fontes. **Cadernos da ANPED**, Porto Alegre, n. 5, 2003.

NUNES, Thomas. A Ginástica Sueca nas Escolas. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno II p. 358-359, 1919.

O ENSINO. A nova edição de junho. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno II, n. 11, p. 170, maio 1919.

O ENSINO. “O Ensino” e a Imprensa em 1918. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno II, n. 7, p. 55, jan. 1919.

O ENSINO – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura, Belém, anno I, n. 1, 1918.

O ENSINO – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura, Belém, anno I, n. 2, 1918.

O ENSINO – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura, Belém, anno I, n. 3, 1918.

O ENSINO – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura, Belém, anno I, n. 4, 1918.

O ENSINO – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura, Belém, anno I, n. 5, 1918.

O ENSINO – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura, Belém, anno I, n. 6, 1918.

O ENSINO – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura, Belém, anno II, n. 7, 1919.

O ENSINO – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura, Belém, anno II, n. 8, 1919.

O ENSINO – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura, Belém, anno II, n. 9-10, 1919.

O ENSINO – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura, Belém, anno II, n. 11, 1919.

O ENSINO – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura, Artes de Officios, Belém, anno II,

n. 12, 1919.

O ENSINO – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura, Artes de Offícios, Belém, anno II, n. 13-14, 1919.

O ENSINO – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura, Artes de Offícios, Belém, anno II, n. 15, 1919.

OGNIER, P. L'ideologie des fondateurs et des administrateurs de L'École République à travers de la Revue Pédagogique, de 1878 a 1900. **Revue Française de Pédagogie**. Paris, n. 66, p. 7-14, jan./mar. 1984.

OLIVEIRA, Antônio de Almeida. **O ensino público**. Brasília, DF: Senado Federal, 2003.

OLIVEIRA, Araújo Michele de. **Concepções de infância e Educação nos discursos do Periódico a Escola**: Revista Oficial de Ensino do Pará (1900 a 1905). 2018. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

OLIVEIRA, Camilla Vanessa Chagas Peixoto de. **Instituto Santa Catarina de Sena**: incursões educativas na formação de meninas em Belém do Pará (1903 - 1960). 2017. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

OLIVEIRA, Rosângela Silva. **A forma da escola primária maranhense (1889-1912)**. 2014. 287 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. **A Liga da Defesa Nacional**: um projeto de modernização para o Brasil. 2012. 206 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. **Cadernos Pesquisa**, São Paulo, n. 104, p. 144-161, jul. 1998.

PARÁ AMAZÔNIA. **A Praça Batista Campos**. Belém, 2021. Disponível em: <https://paramazonia.com.br/tur/?p=308>. Acesso em: 12 nov. 2021.

PARÁ. Governo do Estado. Decreto nº 3.356, de 07 de maio de 1918. Altera o Regulamento do Ensino Primário do Estado. **Typografia do Diário Oficial**, Belém, 1918.

PARÁ. Palácio do Governo. Presidente Lauro Sodré. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará pelo governador Dr. Lauro Sodré em sessão solene de abertura da 2ª reunião de sua 10ª. legislatura a 7 de setembro de 1919. **Tipografia da Imprensa Oficial do Estado**, Belém, 7 set. 1919. Disponível em: <https://bit.ly/3z5o6Bl>. Acesso em: 5 fev. 2022.

PARÁ. Palácio do Governo. Presidente Lauro Sodré. Mensagem dirigida pelo Senr. Governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará, em sua primeira reunião, em 30 de outubro de 1891. **Typografia do Diário Oficial**, Belém, 30 out. 1891. (Coleção Manoel Barata). Disponível em: <https://bit.ly/3c8Q06c>. Acesso em: 29 nov. 2021.

PARÁ. Secretaria de Estado, Justiça e Instrução Pública. **Ofício dirigido à Diretoria Geral do Serviço Sanitário do Estado pelo Illmo. Exclmo. Senr. Dr. Lauro Sodré**. Belém, fl. 01, 9 set. 1919. (Série Ofícios).

PARÁ. Secretaria de Estado, Justiça e Instrução Pública. **Ofício dirigido ao Illmo. Exclmo. Senr. Dr. Lauro Sodré pelo Grupo Catholico Frei Gil de VillaNova**. Belém, fl. 01, 6 set. 1919. (Série Ofícios).

PECEGUEIRO, Cláudia Maria Pinho de; CASTRO, César Augusto. A imprensa periódica educacional: estudos sobre temas predominantes da Revista Brasileira de Educação. **Formare**, Teresina, v. 2, n. 2, p. 3-18, 2014.

PEIXOTO, Afranio. A Educação Nacional. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e**

Literatura, Belém, anno I, n. 2, p. 26-32, jun. 1918.

PEIXOTO, Afranio. A Educação Nacional – Liga de defesa Nacional 1917. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno I, n. 3, p. 67-62, jul. 1918.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Exposições Universais**: espetáculos da modernidade do século XIX. São Paulo: HUCITEC, 1997. (Estudos urbanos. Série arte e vida urbana).

PESTALOZZI, Johann Heinrich. **Antologia de Pestalozzi**. Tradução de L. Luzuriaga. Buenos Aires, AR: Losada, 1946.

PINHEIRO, Marinaldo Pantoja. **Instruir e civilizar**: educação de crianças no Grupo Escolar de Igarapé-Miri, Pará (1904-1943). 2017. 215 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Sociais e Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2017.

PINTO, Adriana Aparecida; VALDEMARIN, Vera Teresa. A circulação das ideias educacionais em Mato Grosso: a imprensa periódica como fonte para história da Educação (1880-1920). In: ENCONTRO REGIONAL DO GELCO, 2., 2011, Três Lagoas. **Anais** [...]. Três Lagoas: UFMS, 2011. v. 1. p. 235-248.

PRISCO, Francisco. **José Veríssimo**: sua vida e suas obras. Rio de Janeiro: Bedeschi, 1937.

PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**: 1889-1930. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2015.

RESENDE, Luciana Araújo Valle de; GONÇALVES NETO, Wenceslau. Educar nos e para os preceitos higienistas: Juiz de Fora (1889-1906). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 8, n. 2, p. 365-380, 2009.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROCHA, Mecenaz. O bom caminho aos alunos do Instituto Lauro Sodré. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno I, n. 1, p. 6, jun. 1918.

RODRIGUES, Denise Simões; FRANÇA, Maria do Perpetuo Socorro. Pesquisa de documentos sócio-histórica. In: MARCONDES, Maria Inês; TEIXEIRA, Elizabeth; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de (org.). **Metodologias e técnicas de pesquisa em Belém**. Belém: EDUEPA, 2010. p. 55-74.

RODRIGUES, Maria Manuela. Festas escolares: as festas da árvore no barreiro. **Revista História da Educação**, Rio Grande do Sul, v. 14, n. 31, p. 95-119, mayo/ago. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3ukN4d7>. Acesso em: 24 ago. 2021.

ROTTERDAM, Erasmo de. **A civilidade pueril**. Lisboa: Estampa, 1978.

SANTOS, Alan Christian de Souza. **O senador militar**: poder, sociabilidade e escrita de si na trajetória parlamentar de Lauro Sodré (1897-1930). 2020. 536 f. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

SANTOS, Darlene dos. **Arte de civilizar**: a educação cívico-patriótico na Revista A Escola e na Revista do Ensino no Pará republicano (1900-1912). 2018. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Sociais e Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2018.

SANTOS, Darlene Monteiro dos; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. A Imprensa Pedagógica no Pará em dias de República: a Revista a Escola e a Revista do Ensino como instituições de formação (1900-1912). **Revista História da Educação**, Santa Maria, v. 24, p. 1-30, abr. 2020.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém**: riquezas produzindo a Belle-époque (1870-1912). 3. ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

- SARGES, Maria de Nazaré. **Memórias do “Velho” Intendente**: Antonio Lemos. (1869-1973) Belém: Paka-Tatu, 2002.
- SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **A bailarina da morte**: a gripe espanhola no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel (org.). **Dicionário da república**: 51 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SEVCENKO, Nicolau. A inserção compulsória do Brasil na Belle Époque. *In*: SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 35-94.
- SHARPE, Jim. A história vista de baixo. *In*: BURKE, Peter. (org.). **A escrita da História**: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992. p. 40-98.
- SILVA, Diana Rocha da. **As casas de ensino no Maranhão**: um estudo de sua representação no período republicano (1903-1912). 2017. 275 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2017.
- SILVA, Íviny Cristina Aguiar da. **A educação dos corpos de meninos desvalidos no Instituto Lauro Sodré no Pará republicano (1890-1920)**. 2020. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Estadual do Pará, Belém, 2020.
- SODRÉ, Lauro. Palavras de Saudação. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno I, n. 1, p. 2, jun. 1918.
- SOUSA, Celita Maria Paes de. **Traços de compaixão e misericórdia na história do Pará**: instituições para meninos e meninas desvalidas no século XIX até início do século XX. 2010. 197 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
- SOUSA, Marlucy do Socorro Aragão de. **O mobiliário escolar na instrução pública primária do Pará na primeira república**: entre as “vitrines do progresso” e o “estado de ruínas”. 2019. 255 f. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
- SOUZA, Márcio. **Breve história da Amazônia**. 2. ed. São Paulo: Marco zero. 1994.
- SOUZA, Rosa Fátima de. Os Pilares da República. *In*: SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da Escola Primária Graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: UNESP, 1998. p. 15-60.
- TAVARES JÚNIOR, Raimundo William. **Um viveiro de mestres**: a Escola Normal e a cidade de Belém em tempos de modernização (1890-1920). 2012. 250 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.
- TEIXEIRA, Giselle Baptista. **A imprensa pedagógica no Rio de Janeiro**: os jornais e as revistas como agentes construtores da escola (1870 - 1919). 2016. 350 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.
- TOLEDO, César de Alencar Arnaut de; SKALINSKI JUNIOR, Oriomar. A imprensa periódica como fonte para a história da educação: teoria e método. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n. 48, p. 255-268, dez. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3OtofN4>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- TROVÃO, Lopes. Discurso do Senador Lopes Trovão. [Brasil. Lei nº 104, de 11 de setembro de 1896]. *In*: MONCORVO FILHO, Arthur. **Histórico da proteção à infância no Brasil 1500-1922**. Rio de Janeiro: Empreza Graphica, 1927.
- TYACK, David; TOBIN, Willian. The “grammar” of schooling: why has it been so hard to

- change? **American Educational Research Journal**, Michigan, v. 31, n. 3, p. 453-479, 1994.
- VEIGA, Cynthia Greive. A escolarização como projeto de civilização. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 90-103, set./dez. 2002. Disponível em: <https://bit.ly/39DUlik>. Acesso em: 15 maio 2022.
- VEIGA, Cynthia Greive. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007. (Ática universidade).
- VELÁZQUEZ CASTELLANOS, Samuel Luis; CASTRO, Cesar Augusto. A imprensa de educação e ensino no Maranhão e Pará (1844-1954): primeiras aproximações. **History of Education and Children's Literature**, Macerata, v. 16, n. 2, p. 293-317, 2021.
- VIANA, Luana Costa. **A colonização de corpos, corações e mentes: educação e higienismo em escritos de periódicos pedagógicos no Pará (1891-1912)**. 2015. 234 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.
- VIDAL, Diana Gonçalves. Da caligrafia à escrita: experiências escolanovistas com caligrafia muscular nos anos 30. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 24, n. 1, jan. 1998.
- WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920**. São Paulo: HUCITEC: EdUSP, 1993.
- ZANATTA, Beatriz Aparecida. O método intuitivo e a percepção sensorial como legado de Pestalozzi para a geografia escolar. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 25, n. 66, p. 165-184, 2005.
- ZANLORENZI, Cláudia Maria Petchak. **A expressão do liberalismo na revista A Escola (1906-19010) no Paraná**. 2014. 144 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2014.

ANEXO A

Cançoneta Infantil “Ninguém se iluda!”, poesia de Pereira de Castro junto à partitura musical

Ninguém se illuda!

(Cançoneta infantil)

Poesia de Pereira de Castro Musica de Cincinato Ferreira de Sousa

—♦—

RETTADO

Quem me se tão pequenino,
Judi estudando A. B. C.
Assim tão debil, franzino,
Muito atrevido me cre.

Vosso illudo, vossas senhoras...
Tudo nos vos enganar.
Probo na mente falcores,
De causas mil, sua capaz.

Fao exemplo aqui vos dar
Da minha subeduca.

CANTADO

Leio, escrevo, sei contar,
Canto, bordo a phantasia.

Sei ao relógio horas vir,
A mesa servir-me eu sei;
Ao dançar... — padeis cret, —
Hulto breve eu dançarei!

Conheço a forma da Terra,
Os mares e os continentes,
Os usos que a roupa cubren,
Os vegetaes e os animais.

Em gymnastica e desenho,
Lição morna, loggiete,
Tem nullo o meu emprego
A distincção mais solemne.

Canto o Hymno Nacional,
Adoro a Linda Bandeira
Deste paiz liberal,
— Nossa Pátria Brasileira.

RETTADO

Julgues-me inhabilitado,
Por ser tão debil, franzino? !
Nem sempre é muito atrevido
Quem na altura é pequenino!

EXTRAIDA DO 1.º FASCICULO DA COLLECTANEA DE HYMNOS E CANTICOS ESCOLARES

Ninguém se illuda!

Cançoneta infantil

Poeta de Pedro de Castro

Musica de Cícero Pereira de Sá

Allegro resoluta

CANTO

Lento

Secco

Ló- re- tre-to sei tu- lar

Tempo de Gavota

Da- so- ler- da a- plau- ta- d- a- p- set- te- re- logo ha- ta- lar

EXTRAÍDA DO 1.º VOLUME DA COLLECTANEA DE HYMNOS E CANTICOS ESCOLARES

crei - tai - lo bre - re - ra da sa - re - i Ca - não - go a ve - ma da

Te - ra de sa - ra e os co - ti - tem - tra De co - sas que o cor - po ra.

Poco menos

em - ra De ve - ge - ta - e as co - men - tes En - gi - na - da e do - se - do

De - ra - os co - sas de - ra - Te - ra - da - a - ra - pe - do

TEMPO DE MARCHA

A di-feren-ça mas se- lá — ra / Ca — le — a Hy-mno Sa-ni-o

ni — — — A — — — a lin-da Ba — dei — — —

ni Des — te pa-re — fi — lo — — — ra — — —

Sos — sa pá-tria Bra — si — li — — — — — ra

Comedia Infantil



(escripta para o festival literario de «Collegio Minerva», da professora Maria Minervina Paes de Andrade, em Fátro, onde foi representada.)

Mestra em apuros.

Scenario: uma escola.

Personagens: uma Professora
e diversos alumnos.



A alumna Dulce senta-se na cadeira da Professora e chama a attenção dos alumnos, com entono exagerado:

—A nossa querida Professora, como sabeis, foi fazer uma visita de cerimonia, cumprir um dever social, e deixou-me em seu logar para vos guiar com as minhas luzes! Sou, portanto, agora, a vossa Mestra, a vossa Educadora, o vosso Guia, a vossa Superiora! e quero toda a applicação no estudo! Não admitto o menor descuido, a menor desattenção, o menor desrespeito e nem... e nem... e nem... (*procurando o termo*) e nem a menor brincadeira! Estudae! estudae! — porque, como sou obrigada a prestar contas á Professora, quando chegar, tambem vós sois obrigados a cumprir vossos deveres escolares! Estou prompta para vos attender sou todo ouvidos para vos ouvir; todo olhos para vos olhar; todo mãos para vos apontar; todo... todo... (*procurando o termo*) todo... cuidados para vos guiar, vos ensinar, vos corrigir, vos preparar, nesse grande trabalho dos estudos diarios. Sou hoje vossa Professora!

(Cala-se, olhando sobranceiramente por cima dos alumnos.)

ROBERTO, piscando para a classe e lendo:

—Do doce de laranja que vossa mãe mandou eu preciso...

A MESTRA, interrompendo:

—Menino, que é que você está lendo?

ROBERTO, emendando, pausadamente:

—O doce lar desse anjo que é vossa mãe... mudou-se em um paraíso... quando o filho amado chegou com os premios escolares ganhos naquelle anno!

A MESTRA, sentenciosamente:

—Bem! bem! está direito!

Um ALUMNO, baixo:

—Pois xim!

Uma ALUMNA, lendo:

—E o prato de aletria repartido foi somente pelos gulosos...

A MESTRA, interrompendo:

—Menina, que é que você está dizendo?

A ALUMNA:

E essa grande alegria repartida igualmente...

A MESTRA, interrompendo:

—Bem! bem! continue!

ANEXO B
Comédia Infantil, por José de Carvalho

Comedia Infantil

Mestra em apuros.

Scenario: uma escola.

Personagens: uma Professora
e diversos alumnos.

(escripta para o festival literario do «Collegio Minerva», da professora Maria Minervina Paes de Andrade, em Fátima, onde foi representada.)

A alumna Dulce senta-se na cadeira da Professora e chama a atenção dos alumnos, com entono exagerado:

—A nossa querida Professora, como sabeis, foi fazer uma visita de cerimonia, cumprir um dever social, e deixou-me em seu logar para vos guiar com as minhas luzes! Sou, portanto, agora, a vossa Mestra, a vossa Educadora, o vosso Guia, a vossa Superiora! e quero toda a applicação no estudo! Não admitto o menor descuido, a menor desatenção, o menor desrespeito e nem... e nem... e nem... (*procurando o termo*) e nem a menor brincadeira! Estudae! estudae!— porque, como sou obrigada a prestar contas á Professora, quando chegar, tambem vós sois obrigados a cumprir vossos deveres escolares! Estou prompta para vos attender sou todo ouvido para vos ouvir; todo olhos para vos olhar; todo mãos para vos apontar; todo... todo... (*procurando o termo*) todo... cuidados para vos guiar, vos ensinar, vos corrigir, vos preparar, nesse grande trabalho dos estudos diarios. Sou hoje vossa Professora!

(Cala-se, olhando sobranceiramente por cima dos alumnos.)

ROBERTO, piscando para a classe e lendo:

—Do doce de laranja que vossa mãe mandou eu preciso...

A MESTRA, interrompendo:

—Menino, que é que você está lendo?

ROBERTO, emendando, pausadamente:

—O doce lar desse anjo que é vossa mãe... mudou-se em um paraíso... quando o filho amado chegou com os premios escolares ganhos naquelle anno!

A MESTRA, sentenciosamente:

—Bem! bem! está direito!

UM ALUMNO, baixo:

—Pois xim!

UMA ALUMNA, lendo:

—E o prato de aletria repartido foi somente pelos gulosos...

A MESTRA, interrompendo:

—Menina, que é que você está dizendo?

A ALUMNA:

E essa grande alegria repartida igualmente...

A MESTRA, interrompendo:

—Bem! bem! continue!

A ALUNA, continuando:

... pelos ditos avós, foi a primeira consolação experimentada por todos, naquelle lar!

OUTRO ALUNO:

—Está conforme!

ROBERTO, lendo:

—A Mestra, coitada, com seu orgulho, vai no embrulho, no meio do barulho!

A MESTRA, irascida:

—Menino! que negocio de embrulho é este?

ROBERTO:

—Não, Professora! Está aqui (*apontando a pagina*)—A Mestra refulbada, sente o orgulho... (*repete*)... o orgulho... legítimo de ver coroados os seus esforços.

A MESTRA:

—Muito bem! muito bem! E' isto mesmo! A mestra, que o sabe ser, sente verdadeiro orgulho com as victorias escolares dos seus discipulos!

OUTRO ALUNO, á parte:

—Foi muito parecido!

A MESTRA:

—Que é que diz?

O ALUNO, repete:

—E' muito parecido!

A MESTRA:

—Bem!

OUTRO ALUNO:

—Tal e qual!

A MESTRA:

—Que diz?

O ALUNO, lendo:

—Outro é, *gu.* al sentimento deve experimentar...

Um ALUNO, para o vizinho:

—Passa um biscoito!

A MESTRA:

—Biscoito? Quem fala ahí em biscoito?

O ALUNO, lendo:

—De oito... de oito... algarismos se compunha a operação!

ROBERTO:

—Oh! Mestra! fica maluca!

A MESTRA, ouvindo bem indignada:

—Maluca? quem é que fica maluca seu insolente?

ROBERTO, ataralhando-se:

—Não, Professora! Eu perguntei si a senhora sabia quando era dia de S. Lucas!

A MESTRA, indignada:

—Que S. Lucas! que nada! malcreados! insolentes! Eu agora ouvi bem! Vão todos para o castigo! Eu percebi perfeitamente:—doce de laranja!.. aletria!.. vai no embrulho! e agora... maluca! Eu, maluca?—malcreados, insolentes, desrespeitadores, sem educação! A Professora vai saber de tudo! Não de ser castigados. Não posso supportar um desaforo tamanho!

UMA ALUNA, conciliando-se:

—Ora, Professora, acalme-se, Quem sabe se a Senhora não se enganou, não ouviu mal? Nós não ouvimos taes palavras!

ROBERTO, á parte:

—Ella começou dizendo que era todo ouvidos!

A MESTRA:

—Que resmungas, ahí, malcreado?

ROBERTO:

—Digo que, ás vezes, somos enganados pelos ouvidos!

OUTRA ALUNA:

E pelos proprios olhos!

OUTRA ALUMNA:

—E pelas próprias mãos!

A MESTRA, coherente:

—São todos uns doutores! Uns Padres-Curas! — para assim me inculcarem conselhos. Não preciso de lições de vós! Sou a mais adelantada, a mais... ilustrada, mesmo do Collegio! Durante muitos annos ganhei premios e mais premios!

Cheguei, enfim, nesta posição de poder substituir dignamente a Professora e não posso... (*dá um murro na mesa*) não admitto ser assim ludibriada, escarnecida! (*Chora limpa os olhos*).

ROBERTO, á parte:

—Mas devia ser mais modesta!

A MESTRA:

—Que diz!

ROBERTO:

—Digo que a senhora é tão ilustrada quanto modesta!

A MESTRA, reflectida:

—Sim!... sim!... modesta!... Ah! eu si falei nos poucos merecimentos que posso ter não foi por vaidade, nem por ostentação, nem por orgulho, tão pouco quiz vos humilhar; si assim falei foi... foi... (*procurando o pensamento*) foi... para vos estimular para vos mostrar em mim (mesmo sem merecimentos)...

UMA ALUMNA:

—Não apoiado!

A MESTRA, continuando:

—...para vos mostrar com o meu humilde exemplo...

OUTRA ALUMNA:

—Não apoiado!

A MESTRA:

—...para vos mostrar quanto

valem o estudo, a applicação, o bom comportamento.

Chega-se depressa onde já cheguei.

Agora, deixar-me enganar por vós, é que não posso admitir sem me revoltar!

Em primeiro logar represento aqui o poder, a autoridade, a... magestade, mesmo da Professora! Deixar-me supplantar, humilhar, por vós é que não!

Não conheço, entre todos, nenhum superior a mim, nem pelo preparo, nem pelo espirito, nem... nem... pela argueia...

UMA ALUMNA:

—Oh! isto não, com certeza!

A MESTRA, conciliadora:

—Bem! acabemos de vez com este triste incidente! Não o repitam! E eu me comprometto a nada dizer á Professora, comtanto que vós entrem na ordem e se comprometam a me respeitar!

VOCES:

—Muito bem!

A MESTRA:

—Retorno ao meu lugar, á minha autoridade! e estou prompta para responder a qualquer pergunta, a tirar qualquer um de qualquer difficuldade, explicando grammatica, geographia, historia, arithmetica, qualquer problema, enfim, de qualquer disciplina.

Como sabem, fui approvada com distincção em todas as materias.

Grammatica?—que desejam vós saber de grammatica? Arguam com franqueza, sem cerimonia. Estou prompta a responder: substantivo, adjectivo, pronome, verbo, adverbio...

ROBERTO, interrompendo:

—Bem, Professora, responda-me: porque é que não se diz *verbo* e *sim*, *verbo*?

A MESTRA:

—Ora esta! E' porque a palavra é *verbo* e não *verbio*.

E' uma bonita palavra, cheia, sonora, vibrante, — *verbo*! — Parece que só ao pronuncial-a, se crea um novo ser ou um novo Universo. Dizia o meu professor, (que era tambem um grande Poeta) que esta palavra parecia uma chácota-da de lux espancando a tréva do Chãos! E São João, o Evangelista, diz que esta palavra é o proprio Deus.

—“No principio era o verbo” — Compreendeu? Verbo! que palavra sublime!

Si fosse *verbio* não seria tão cheia, tão vibrante, tão bella! Compreendeu?

ROBERTO:

—Compreendi perfeitamente. Mas a Senhora subiu tão alto que eu já nem tenho coragem de lhe submeter a minha duvida.

A MESTRA:

—Não Senhor! pode perguntar! Isto que disse foi uma simples digressão, uma fugaz recordação das minhas lições com o meu grande Professor e grande Poeta! Pode perguntar, não se atambe, estou prompta para lhe responder e lhe ensinar.

ROBERTO:

—Neste caso diga-me: porque é que se diz — *advérbio* e não *advérbo*!

Parece que esta palavra é composta ou juxtaposta como ensina a morphologia.

A MESTRA, desconcertada:

—Ah!... ah!... ah!... Espere!... deixe-me reflectir!...

(REFLECTE, depois):

—Tem razão! Não posso agora, de momento, lhes responder. Vou estudar, vou ver! Amanhã lhes res-

ponderarei! Isto depende de um estudo mais profundo; e, vocês, as suas intelligencias não estão ainda na altura de comprehender estas cousas. E' verdade!... o meu Professor não me explicou este caso!

Virando-se para uma aluna de outras idades:

—Bem! Agora vamos para outros estudos mais simples, mais comprehensíveis, de accordo com as voçasas intelligencias.

Vá para a pedra!

(A alumna vai para a lousa e pega no giz).

A MESTRA:

—Escreva! — A gallinha...

A ALUNA, escrevendo:

H—

A MESTRA, olhando a pedra.

—O que está fazendo?

A ALUNA:

—Já escrevi: — *agá, linha*...

A MESTRA, impaciente:

—Ora, valha-te Deus!

Eu estou dictando um trecho de leitura — “A gallinha que punha ovos de ouro”!

A ALUNA:

—Ah! Professora, desculpe: eu pensava que estivesse dando um problema de mathematica!

A MESTRA:

—Que pretensão! Mathematica!

... Enche você a bocca de... ma... the... ma... ti ca, como se tal cousa fosse para o seu bico!

Seja menos pretenciosa, menina!

A ALUNA:

—Bem, Professora, desculpe: estou ás suas ordens!

A MESTRA:

—Como Vossa Excellencia falou em ma-the-ma-ti-ca, responda, pois

a uma coisa mais simples de simples arith-me-ti-ca! Prove-me ahi, na pedra, porque é que cinco e cinco são dez?

A ALUNA, séria:

—Eu posso provar á Professora que cinco e cinco não são nem nunca foram dez. A Professora, desculpe mas está incorrendo em grande erro!

A MESTRA:

—Esta agora tem graça!

Então cinco e cinco não são dez? —ah! ah! ah! (rindo). Vossa Excellencia já destruiu a Arithmetica a base da Mathematica! Que genio! Que menina prodigio! Vae assombrar o mundo com uma tal descoberta! Prove, então, o seu problema, Sr. Laplace, Sr. Pascal, Sr. Newton, Sr. Genio! Prove a sua descoberta, ande!...

A ALUNA:

—Ora, Professora, é uma coisa tão simples: (escrevendo em algarismos) 5 e 5 são — 55 —, cincoenta e cinco! e não 10 como afirmou!

(Ha risadas prolongadas em toda a aula)

A MESTRA, irritadissima:

—Estão me flauteando!

Fui desrespeitada e agora sou pateada. Makrendos insolentes! Nunca mais aceitaréi tal encargo! Nunca soffri tantas decepções! Sinto-me humilhada!

(Soffre uma crise de nervos e de choro; cae na cadeira debruçada sobre a mesa.)

A DIRECTORA DO COLLEGIO, entrando abalada:

—Bonito! bonito! E' neste estado que venho encontrar o meu Collegio; os meus discipulos, a Professora que deixei no meu lugar!! Vão todos para o quadro negro;

não gosarão das ferias, e aos paes de todos ha de se levar o conhecimento de tão reprovado procedimento. Uma verdadeira anarchia! um inominavel desrespeito nunca visto e nunca tolerado neste estabelecimento.

A MESTRA, soluçando:

—Soffri, Professora, as maiores decepções, exijo uma reparação em forma!

A DIRECTORA, para Roberto:

—Sr. Roberto! o Sr. como o mais velho, e portanto, o mais responsavel, por todo esse desrespeito, venha se justificar e dar todas as satisfações áquella que deixei exercendo as mesmas funções de minha auctoridade.

Ha de fazer isto, *(energica)* e ha de ser punido depois!

ROBERTO, advantageando-se respectos:

—Sim, Directora, estou prompto a dar todas as satisfações; mas peço que só me julgue, ou antes, só nos julgue a todos, depois de nos ouvir. Todo o accusado tem o direito de apresentar sua defeza e de só ser julgado depois de ser ouvido.

Isto é da lei.

A DIRECTORA:

—Fale, pois, Sr. advogado, Sr. procurador em causa propria!

ROBERTO:

—A Mestra que a Senhora deixou no seu lugar é, tambem, nossa companheira de banco. Ao receber, porém, a incumbencia de nos ficar dirigindo na sua ausencia, encheu-se de vaidade, de presumpção, e de um orgulho tal, que é pena que a Senhora não ouvisse o discurso que fez ao sentar-se naquella cadeira:—que era sabida, que era illustrada; que estava cheia, até os cabellos, de poderes; que era

APÊNDICE A

Tabulação da Revista O Ensino (1919)

REVISTA N° 07 JANEIRO DE 1919

CATEGORIA	ARTIGO	DESCRIÇÃO DO ARTIGO	AUTOR Autor	N° PAG.	N° EXEM- PLAR	Mês	N° de OCOR- RÊNCIAS
Sanatórios de hygiene moral	O 2º aniversário do actual Governo e o Instituto Lauro Sodré	Comemoração do aniversário do Governo do Dr. Lauro Sodré, e sobre a concepção de ensino profissionalizante para a I República no Pará.	Dr. Antonio Marçal	2	7	Janeiro	1
Difusão da instrução primária	A Pátria Brasileira	Discurso sobre as características físicas do País e também o discurso sobre o papel do ensino e da instrução para a formação de uma civilidade brasileira, apresentando como exemplo Rui Barbosa.	A. de Sampaio Dória	3	"	"	1
Magistério público primário	O Anno da Instrução	Discussão sobre as noções de educação adotadas para o Pará a partir de novos dispositivos legais e instituições que pensam a educação como um todo (e principalmente primária) para o estado do Pará e de forma regional; a partir de conceitos pedagógicos modernos que passam a fazer parte do discurso legal (leis e atos normativos administrativos).	Pereira de Castro	9	"	"	1
Professor primário do Pará	" " "		" " "	"	"	"	1
Regulamento do Ensino	" " "		" " "	"	"	"	1
Aprendizagem em-bryonal da infância	" " "		" " "	"	"	"	1
Principios pedagogicos	" " "		" " "	"	"	"	1
Direitos do docente	" " "		" " "	"	"	"	1
Escola de primeiras letras	" " "		" " "	"	"	"	1
Conselho Superior de Ensino	" " "		" " "	10	"	"	1
Professorado primário	" " "		" " "	"	"	"	1

Conselho Superior de Ensino Primário	No Magistério	Texto com intenção de dar voz aos acontecimentos no magistério paraense em torno dos seus mestres, estes mesmos são indicados pelas iniciais dos seus nomes. Nesse número, o periódico traz uma normalista membro do Conselho Superior de Educação e outra normalista professora em um dos grupos escolares de Belém.	De Angelis	"	"	"	2
Problemas pedagógicos	Instruí, educai!	O artigo discute as concepções de Educação e instrução a partir dos novos conceitos pedagógicos e civilizatórios da Primeira República.	C.P.	19	"	"	1
Methodos modernos de ensino	" "		" "	"	"	"	1
Estudos científicos e praticos	" "		" "	"	"	"	1
Pedagogia	" "		" "	"	"	"	1
Primeira infancia	" "		" "	"	"	"	1
Directoria da Instrução Primária	" "		" "	"	"	"	1
Magisterio primario	" "		" "	"	"	"	1
Pedagogia moderna	" "		" "	20	"	"	1
Processos racionaes	" "		" "	"	"	"	1
Methodos de ensino	" "		" "	"	"	"	1
Professor paraense	" "		" "	"	"	"	1
Caixas escolares	Nota I Avulsa	Texto com intenção exortativa ou vocativa para algum assunto, nesse caso para a contribuição a um fundo de amparo de caráter particular de auxílio à instrução pública.	" "	"	"	"	1

Regulamento do Ensino Primário	Obrigatoriedade do Ensino	Artigo que discute a obrigatoriedade do ensino, seus benefícios, críticas em relação a não obrigatoriedade e alguns exemplos de países que o fizeram de forma legal. No mesmo texto, atribui-se a obrigatoriedade do ensino ao combate ao analfabetismo.	Thomaz Nunes	26	"	"	1
Ensino primário	" "		"	"	"	"	1
Educação infantil	" "		"	"	"	"	1
Formação dos povos	" "		"	"	"	"	1
Preparo intelectual e physico	" "		"	"	"	"	1
Eliminar o analfabetismo	" "		"	"	"	"	1
Princípio da obrigatoriedade escolar	" "		"	27	"	"	1
Cultivo intelectual	" "		"	"	"	"	1
Reforma do ensino (1882)	" "		"	"	"	"	1
Propagação do ensino entre menores	" "		"	"	"	"	1
Preparo mental dos pequeninos	" "	Texto que traz a notícia da publicação dos novos programas didáticos no Diário Oficial do Estado, além de informar quem são os professores que fazem parte da comissão organizadora dos programas.	"	"	"	"	1
Ensino obrigatório	" "		"	28	"	"	1
Novos programas do ensino	Ensino Primário, Programas didacticos		Sem Autor	32	"	"	1
Curso primário	" "		"	"	"	"	1
Normalistas	" "		"	"	"	"	1
Comissão de professores	" "		"	"	"	"	1
Meio prático de educação da mocidade	O Escotismo		José Pessoa C. de Albuquerque	36	"	"	1
Escotismo	" "		"	"	"	"	1
Meio pratico da educação da infancia e da adolescencia	" "		"	"	"	"	1
Educação moral, physca e intellectual	" "		"	"	"	"	1

REVISTA O ENSINO N° 08 FEVEREIRO 1919

CATEGORIA	ARTIGO	DESCRIÇÃO DO ARTIGO	AUTOR	N° da PÁGINA	N° DO EXEMPLAR	Mês	N° de OCORRÊNCIAS
Programas do ensino primário	Em Face de um Problema	O texto noticia a execução dos novos programas do ensino primário e secundário aprovados por atos da administração pública.	Sylvio Nascimento	63	8	Fevereiro	1
Professores primários	" " " "		" "	"	"	"	1
Professorado primário	" " " "		" "	"	"	"	1
Espírito infantil	A Festa do Estudo	Artigo que trata da Festa do Ensino instituída pelo governador Lauro Sodré, que teve dois momentos um no Theatro da Paz e outro no campo do Clube do Remo. A festa ressaltava o caráter cívico-moral do ensino.	Matheus do Carmo	67	"	"	1
Festas escolares	" " " "		" " " "	"	"	"	1
Infância	" " " "		" " " "	"	"	"	1
Festa do Estudo	" " " "		" " " "	"	"	"	2
Reconstrução moral e cívica	" " " "		" " " "	"	"	"	1
Espírito da creança	" " " "	Parte do relatório apresentado pelo fiscal do governo junto ao Colégio Progresso Paraense ao diretor do Ensino Primário sobre questões metodológicas referentes à prática de lidar com o público dessa modalidade de ensino e os novos processos pedagógicos.	" " " "	"	"	"	1
Esplendor cívico	" " " "		" " " "	68	"	"	1
Festa cívica	" " " "		" " " "	"	"	"	1
Processos pedagógicos	Excerptos do relatório	Parte do relatório apresentado pelo fiscal do governo junto ao Colégio Progresso Paraense ao diretor do Ensino Primário sobre questões metodológicas referentes à prática de lidar com o público dessa modalidade de ensino e os novos processos pedagógicos.	Manuel Lobato	75	"	"	1
Ensino primário	" " " "		" " " "	"	"	"	1
Curso infantil	" " " "		" " " "	"	"	"	1
Processos de ensino	" " " "		" " " "	76	"	"	1
Intelligencias infantis	" " " "		" " " "	"	"	"	1
Primeiras noções	" " " "		" " " "	"	"	"	1
Geographia humana (?)	" " " "		" " " "	"	"	"	1
Pedagogos	" " " "		" " " "	"	"	"	1
Jardins da infancia	" " " "		" " " "	"	"	"	1
Escolas maternas	" " " "		" " " "	"	"	"	1
Jardim da infancia	" " " "		" " " "	"	"	"	1

Professores do curso primário	" "	" "	" "	" "	85	" "	" "	1
Crianças inconscientes	" "	" "	" "	" "	" "	" "	" "	1
Ser consciente	" "	" "	" "	" "	" "	" "	" "	1
Pessoa moral	" "	" "	" "	" "	" "	" "	" "	1
Magisterio	" "	" "	" "	" "	" "	" "	" "	1
Sacerdócio	" "	" "	" "	" "	" "	" "	" "	2
Vocação	" "	" "	" "	" "	" "	" "	" "	2
Professor primário	" "	" "	" "	" "	" "	" "	" "	1
Ensinos da infância	" "	" "	" "	" "	" "	" "	" "	1
Civilização de um povo	" "	" "	" "	" "	" "	" "	" "	1
Povo instruído	" "	" "	" "	" "	86	" "	" "	1
Povo progressivo	" "	" "	" "	" "	" "	" "	" "	1
Problema da instrução	O analfabetismo no Brasil	" "	" "	C.P.	92	" "	" "	1
Analfabetos	" "	" "	" "	" "	" "	" "	" "	3
Deficiência do ensino	" "	" "	" "	" "	" "	" "	" "	1
Apparelho de instrução	" "	" "	" "	" "	" "	" "	" "	1
Diffusão de ensino	" "	" "	" "	" "	" "	" "	" "	1
Instrução primária	" "	" "	" "	" "	" "	" "	" "	1
Analfabetos	" "	" "	" "	" "	93	" "	" "	2
Seres desprotegidos intelectualmente	" "	" "	" "	" "	" "	" "	" "	1
Instrução primária	" "	" "	" "	" "	" "	" "	" "	1
Ligas de ensino	" "	" "	" "	" "	" "	" "	" "	1

Artigo que analisa o problema grave do analfabetismo no Brasil, apresentando dados estatísticos no sentido de construir uma narrativa que demonstre o valor do Ensino Primário e sua difusão para a erradicação do mesmo problema, assim como notícia que o governo do Pará está empenhado nessa erradicação.

REVISTA N° 09 e 10 MARÇO E ABRIL 1919

CATEGORIA	ARTIGO	DESCRIÇÃO DO ARTIGO	AUTOR	N° PAG.	N° EXEM.	MÊS	N° OCOR.
Diplomados	Festa dos Normalistas	Artigo que retrata a Solenidade de formatura das(os) normalistas no Teatro da Paz, com a presença ilustre de Lauro Sodré, a maior parte do artigo é o discurso da formanda/normalista Esmeralda Monteiro	Dr. Antonio Marçal	105	09 e 10	Março/ Abril	1
Colação de grau de professor normalista	" "		" "	"	" "	"	1
Escola Normal	" "		" "	"	" "	"	1
Professor normalista	" "		" "	106	" "	"	1
Premio Lauro Sodré	" "		" "	"	" "	"	1
A questão do ensino	" "		[Discurso de Esmeralda Monteiro]	"	" "	"	1
Ignorancia popular	" "		" "	"	" "	"	1
Analfabetismo	" "		" "	107	" "	"	1
Templo de ensino (escola)	" "		" "	"	" "	"	2
Casas de educação (escola)	" "		" "	"	" "	"	1
Asylo do Bem e do Dever (escola)	" "		" "	"	" "	"	1
Focos de cultura (escola)	" "		" "	"	" "	"	1
Berço do Trabalho	" "		" "	"	" "	"	1
Senda do progresso (escola)	" "		" "	"	" "	"	1
Alicerces indestrutíveis da Civilização (escola)	" "		" "	"	" "	"	1
Magistério	" "		" "	108	" "	"	1
Maus professores	" "		" "	"	" "	"	1

Magisterio paraense	Registro bibliográfico		Laercio	145	" "	" "	" "	1
Alumnos 3º anno do curso elemental	" "	Coluna dedicada a textos de valor pedagógico, destacando-se neste número a obra "Noções de História da Pátria".	" "	" "	" "	" "	" "	1
Mestre escola	" "		" "	" "	" "	" "	" "	1
Instrução Publica Primária do Estado	Notulas		Sem Autor	146	" "	" "	" "	1
Educação popular	" "		" "	" "	" "	" "	" "	1
Instrução Publica Primária	" "		" "	148	" "	" "	" "	1
Directoria do Ensino	" "		" "	" "	" "	" "	" "	1
Directoria do Ensino Primário	" "	Seção dedicada às notas de variedades de diversos assuntos, além de notícias do magistério paraense. Nesse número, trata do aniversário do professor Paulo Maranhão (11/04).	" "	" "	" "	" "	" "	1
livros	" "		" "	" "	" "	" "	" "	1
Estabelecimentos publicos	" "		" "	" "	" "	" "	" "	1
Novos programmes de ensino didactico	" "		" "	" "	" "	" "	" "	1
Escolas publicas	" "		" "	" "	" "	" "	" "	1
Analphabetismo	Correio d'O ENSINO	Seção do periódico dedicada às respostas das correspondências enviadas à redação. Consta em destaque uma resposta que menciona o combate ao analfabetismo e a correspondência com um periódico pernambucano de ensino onde se menciona o combate ao analfabetismo.	Euryalo	150	" "	" "	" "	2

REVISTA O ENSINO N° 11 MAIO 1919

CATEGORIA	ARTIGO	DESCRIÇÃO DO ARTIGO	AUTOR	N° PÁG.	N° DO EXEMPLAR	MÊS	N° DE OCORRÊNCIAS
Grupo escolar Barão do Rio Branco	O ENSINO ilustrado	Seção que trata do número de comemoração do aniversário da 2ª fase do periódico que traz fotografias, principalmente do Grupo Escolar Barão do Rio Branco (da capital do estado).	Sem Autor	152	11	Maio	1
Alfabetismo	" " "		" "	"	"	"	1
Criança brasileira	" " "		" "	"	"	"	1
Estudo inicial dos meninos	Em Face de um Problema	Artigo que trata dos desafios pedagógicos das classes infantis e do Ensino Primário que está além das disciplinas que se ocupam da escrita e leitura como também de uma educação comportamental e da postura do aluno.	Sylvio Nascimento	154	"	"	1
Rudimentar princípio de pedagogia	" " " "		" "	"	"	"	1
1º anno elementar	" " " "		" "	"	"	"	2
Escola	" " " "		" "	"	"	"	1
Curso preparatorio	" " " "		" "	"	"	"	1
1ª idade escolar	" " " "		" "	"	"	"	1
Classes infantis	" " " "		" "	"	"	"	1
Instruir	" " " "		" "	"	"	"	1
Educar	" " " "		" "	"	"	"	1
Criança	" " " "		" "	"	"	"	1
Mestre	" " " "		" "	"	"	"	1
Complexo mecanismo instructivo	" " " "		" "	"	"	"	1
Syllabação	" " " "	Coluna dedicada aos membros do magistério paraense que são identificados pelas suas iniciais. O número faz uma homenagem à uma normalista vencedora do Prêmio Lauro Sodré e a um professor emérito que formou muitos profissionais e atuou bastante tempo na região do Salgado.	" "	"	"	"	1
Palavração	" " " "		" "	"	"	"	1
Curso infantil	" " " "		" "	155	"	"	1
Magisterio feminino do Pará	No Magisterio		De Angelis	"	"	"	1
Infancia	" "		" "	"	"	"	1
Instrução	" "		" "	"	"	"	2
Escola Normal	" "		" "	"	"	"	1

Estabelecimento de ensino	" "					" "	1
Professor emerito	" "					" "	1
Educador	" "					" "	1
Escolas ruraes	Nota Avulsa I					" "	1
Analfabetismo	" "					163	1
Novos programmas	Os Programmas de ensino primario					167	1
Ensino primario	" "					" "	2
Programmas	" "					" "	3
Lentes cathedratricos	" "					" "	1
Methodo expositivo	" "					" "	1
Processo intuitivo de Pestalozzi	" "					" "	1
Criacinhas	" "					" "	1
Aprendizado proveitoso	" "					" "	1
Novos programmas de ensino primario	" "					" "	1
Methodo	" "					" "	2
Methodo	" "					168	2
Criança	" "					" "	1
Discente	" "					" "	1
Mestre	" "					" "	2
Linguagem simples	" "					" "	1

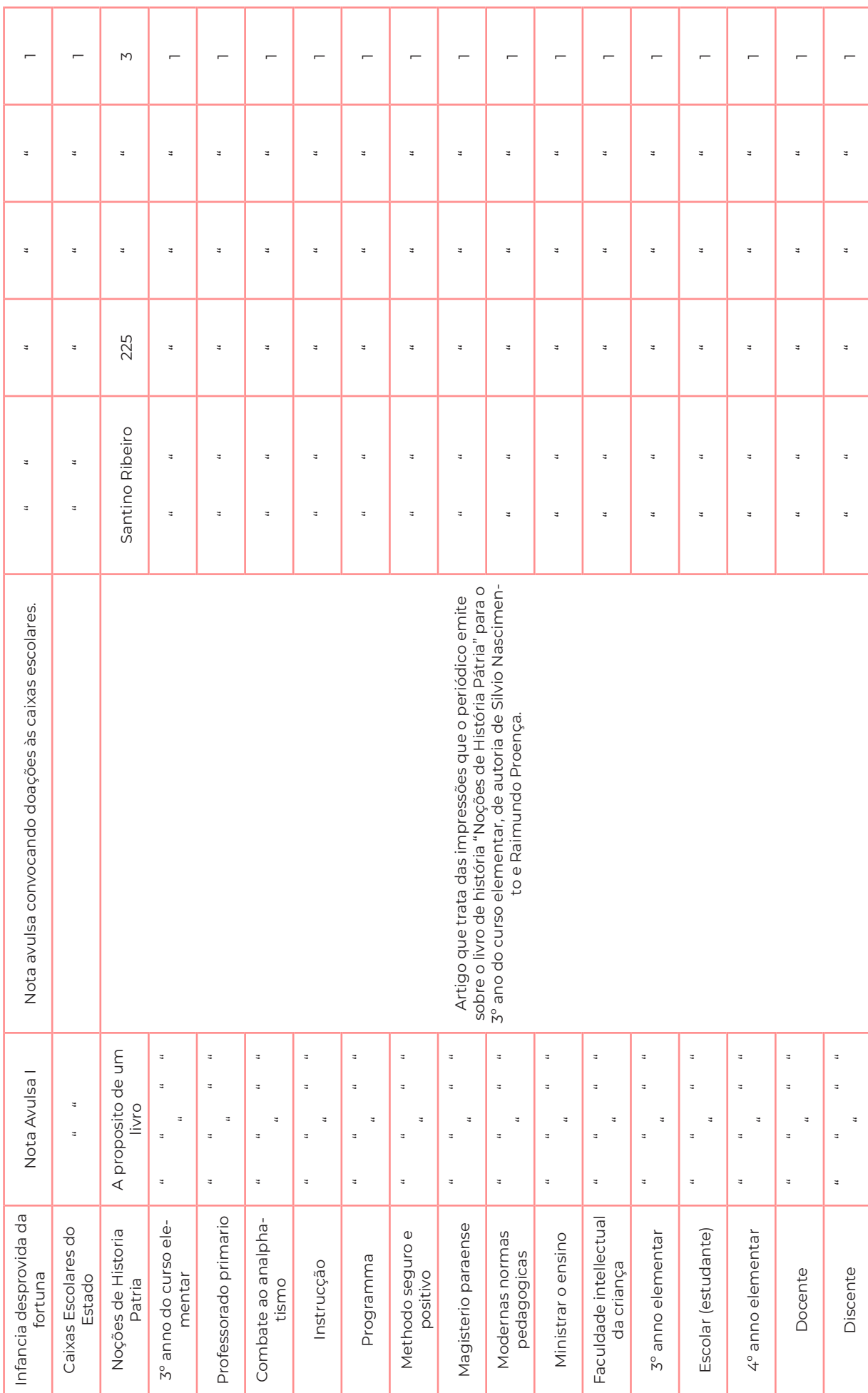
Nota que trata do estabelecimento de escolas rurais para o enfrentamento do analfabetismo.

Artigo que trata do método pedagógico a ser seguido nos programas do Ensino Primário do Pará. Tal método é intitulado "Intuitivo de Pestalozzi". O artigo explica como se deve proceder e o porquê da aplicação de tal método.

Memória	"	"	"	"	"	"	"	"	1
Faculdades intelectuais	"	"	"	"	"	"	"	"	1
Instrução	"	"	"	"	"	"	"	"	1
Atenção	Programas de Ensino (variados, mas que contém o programa do primário)			A ver.			174-199	"	-
Atenção	LEGISLAÇÃO: Decretos e Portarias			Atos administrativos normativos do governo do estado exarados pelo Departamento de Instrução Pública.			200-205	"	-

REVISTA O ENSINO N° 12 JUNHO 1919

CATEGORIA	ARTIGO	DESCRIÇÃO DO ARTIGO	AUTOR	N° da PAG.	N° do EXEMPLAR	MÊS	N° de OCORRÊNCIAS
Escolas primarias	Campanha nobilitante	Artigo que trata da mensagem de Octacílio Camará ao governador do estado Lauro Sodré com o objetivo de fazer um censo escolar em todos os grupos escolares do estado para o enfrentamento e combate ao analfabetismo.	Octacílio Camará	207	12	Junho	1
Escolas	" "		" "	"	"	"	1
População	" "		[complemento]	"	"	"	1
Analfabetismo	" "		"	"	"	"	2
Instrução	" "		"	"	"	"	1
Extinguir o analfabetismo	" "		"	"	"	"	1
Escolas ao povo	" "	Artigo que trata de esclarecer um pouco do trabalho dos envolvidos na criação da 2ª fase da revista e de sua importância para a educação e para o professorado do estado.	"	"	"	"	1
Analfabetismo	O nosso triumpho		Dr. Antonio Marçal	210	"	"	1
Educar	" "		"	"	"	"	1
Instruir	" "		"	"	"	"	1
Instrução publica	O Ensino	Artigo que trata de relatar um pouco do histórico da revista (1ª e 2ª fases) no contexto da educação no Pará no início do século XX. Informa sobre a preocupação com a educação pública e com a nova educação pensada para a época.	R. Trindade	211	"	"	1
Ensino popular	" "		"	"	"	"	1
Missão civilisadora	" "		"	"	"	"	1
Aparelho pedagógico	" "		"	"	"	"	1
Grupos escolares	" "		"	"	"	"	1
Ambiente de hygiene e saúde	" "		"	"	"	"	1
Escolas isoladas	" "		"	"	"	"	1
Remodelação das sedes escolares	" "		"	"	"	"	1
Aulas publicas	" "		"	"	"	"	1
Escola	" "		"	"	"	"	1
Instrução popular	" "		"	212	"	"	1
Ideaes republicanos	" "		"	"	"	"	1

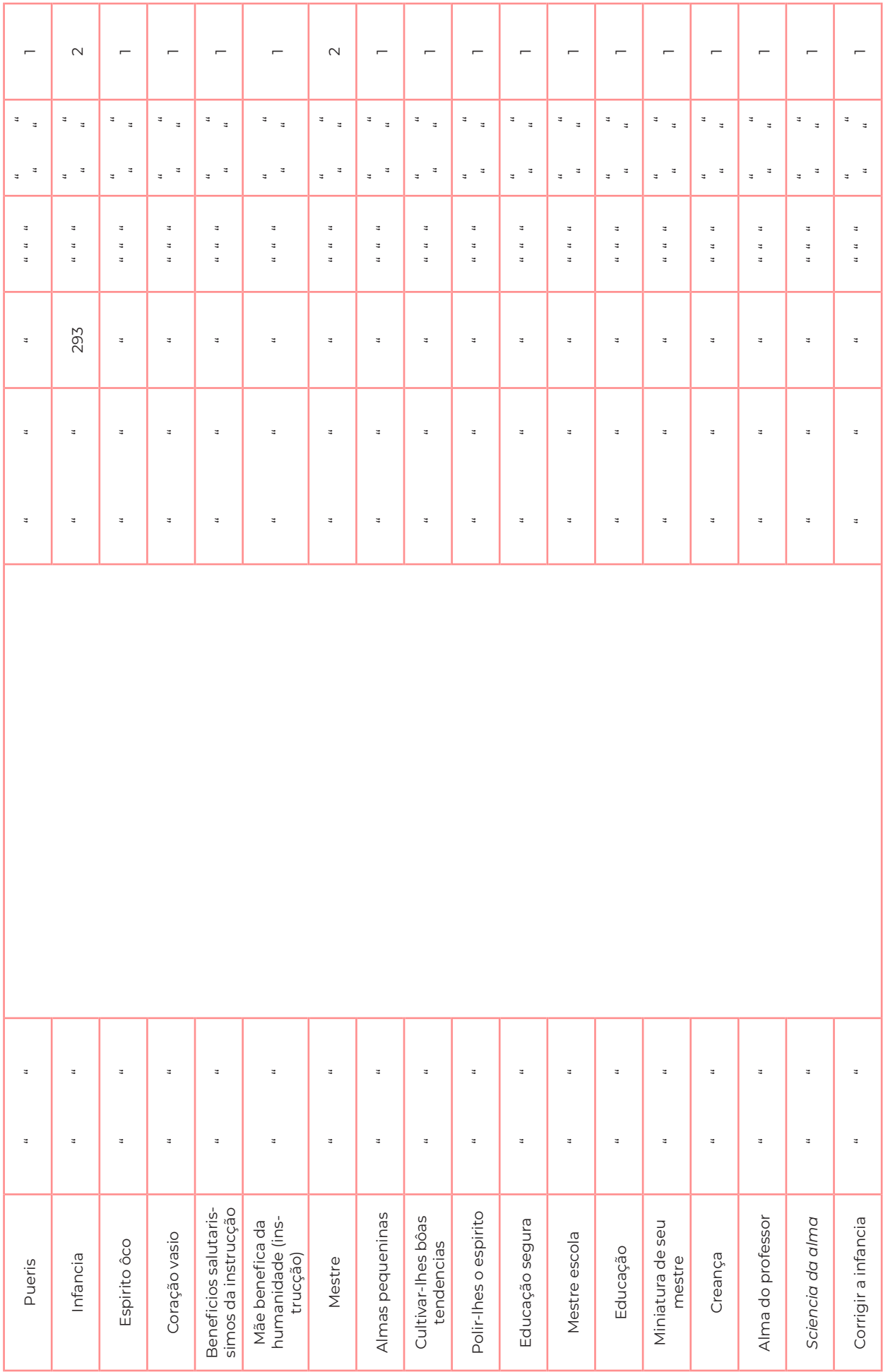


Mestre	"	"	"	"		"	"	"	"	1
Ensinar e aprender	"	"	"	"		"	"	"	"	1
"Aprender ensinando"	"	"	"	"		"	"	"	"	1
Mestres escolas	"	"	"	"		"	"	"	"	1
Professor primario	"	"	"	"		226	"	"	"	3
Noções de Historia Patria	"	"	"	"		"	"	"	"	2
Mestre de Historia	"	"	"	"		"	"	"	"	1
Curso elementar	"	"	"	"		"	"	"	"	1
Escolares (estudantes)	"	"	"	"		"	"	"	"	1
Instruir crianças	"	"	"	"		"	"	"	"	1
Curso primario	"	"	"	"		"	"	"	"	1
Mestre	"	"	"	"		"	"	"	"	1
Programma	"	"	"	"		"	"	"	"	1
Illustrado professor	"	"	"	"		"	"	"	"	1
Comissão de mem- bros do Conselho Superior do Ensino Primario	Sobre as NOÇÕES DE HISTORIA PA- TRIA				Comentários dos autores sobre o livro "Noções de História Pátria" desde a sua concepção, passando pelos conteu- dos, até a metodologia a ser utilizada pelo professorado.	243	"	"	"	1
Novos programmas	"	"	"	"		"	"	"	"	1
Instrução	"	"	"	"		"	"	"	"	1

Instrução	" " " "		" " " "	"	"	"	"	1
Escolas	" " " "		" " " "	"	"	"	"	1
Instrução	Ensino Profissional			Vicente Silva	265	"	"	1
Educação	" "		"	"	"	"	"	1
Curso primário	" "		"	"	"	"	"	1
Processos pedagógicos mais modernos	" "		"	"	"	"	"	1
Crianças pobres	" "		"	"	"	"	"	1
Magistério primário do Estado	Os Redivivos			Matheus do Carmo	281	"	"	1
Curso de Instrução primária	" "		"	"	"	"	"	1
Antiga Escola Normal	" "		"	"	"	"	"	1
Antiga Escola Prática	" "		"	"	"	"	"	1
Escola Normal	" "		"	"	"	"	"	1
Escola	" "		"	"	"	"	"	1
Escola	" "		"	"	282	"	"	2
Liga dos Professores Normalistas	" "		"	"	"	"	"	1
Director do Ensino Primario	" "		"	"	"	"	"	1
Escolas Agremiadas	" "		"	"	"	"	"	1
Ensino primario	Notulas			Sem Autor	285	"	"	1
Jornal essencialmente pedagogico	Correio d'O ENSINO			Euryalo	287	"	"	1
Instituto de Assis-tencia e proteção á infancia do Pará	" " "			"	"	"	"	1
Programma do "Departamento da Creança"	" " "			"	288	"	"	1

REVISTA O ENSINO N° 13 E 14 JULHO E AGOSTO

CATEGORIA	ARTIGO	DESCRIÇÃO DO ARTIGO	AUTOR	N° PAG.	N° DO EXEMPLAR	MÊS	N° DE OCORRÊNCIAS
Analfabetismo	O 15 de Agosto	Discurso proferido por Antonio Marçal por ocasião das comemorações da adesão do Pará à Independência do Brasil, traduzido pelo sentimento patriótico e civilizatório da República.	Dr. Antonio Marçal (Discurso)	289	13 e 14	Julho e Agosto e	1
Sanear material e moralmente a terra brasileira	" " " "		" " "	"	" " "	" " "	1
Pedagogia	A Psychologia		Esmeralda Monteiro	292	" " "	" " "	1
Prática	" "	Artigo que trata da psicologia como auxiliar dos novos métodos pedagógicos e da sua utilização para o entendimento da consciência infantil e aplicabilidade no ensino.	" "	"	" " "	" " "	1
Construção psíquica	" "		" "	"	" " "	" " "	1
Indole infantil	" "		" "	"	" " "	" " "	1
Pedagogicamente	" "		" "	"	" " "	" " "	1
Psychologicamente	" "		" "	"	" " "	" " "	1
Educar	" "		" "	"	" " "	" " "	1
Bôa disciplina	" "		" "	"	" " "	" " "	1
Conhecimentos psicológicos	" "		" "	"	" " "	" " "	1
Recinto escolar	" "		" "	"	" " "	" " "	1
Mestres	" "		" "	"	" " "	" " "	1
Alchimistas modernos (professores)	" "		" "	"	" " "	" " "	1
Creanças	" "		" "	"	" " "	" " "	1



REVISTA O ENSINO N° 15 SETEMBRO 1919

CATEGORIA	ARTIGO	DESCRIÇÃO DO ARTIGO	AUTOR	N° PAG	N° EXEMPLAR	MÊS	N° DE OCORRÊNCIAS
Desenvolver o ensino primário	Nota Avulsa I	Nota que coloca a emergência de se desenvolver o Ensino Primário para a concepção de brasileiros capazes.	Sem Autor	338	15	Setembro	1
Escolas	" " "		" "	"	"	"	1
Nucleos brasileiros capazes	" " "		" "	"	"	"	1
Magisterio primario	No Magisterio	Coluna dedicada aos membros do magistério paraense que são identificados pelas suas iniciais. A edição trata do novo diretor do Instituto, Lauro Sodré, que foi à Ilha do Marajó.	De Angelis	"	"	"	1
Grupo escolar marajoara	" "		" "	"	"	"	1
Estabelecimento de educação	" "		" "	"	"	"	1
Magisterio	Em Face de um Problema		Sylvio Nascimento	339	"	"	1
Professorado	" " " "		" "	"	"	"	2
Ensinar	" " " "		" "	"	"	"	1
Criança	" " " "		" "	"	"	"	3
Grau de aprendizagem	" " " "		" "	"	"	"	1
Inteligencia	" " " "	Texto sobre o comentário do artigo de Esmeralda Monteiro que trata da importância e da utilização da psicologia como instrumento auxiliar da Pedagogia. O autor entende necessário a criação de um curso de Pedagogia na Escola Normal para melhor preparar os professores do Ensino Primário.	" "	"	"	"	1
Pedagogia	" " " "		" "	"	"	"	2
Mestre	" " " "		" "	"	"	"	1
Instrução	" " " "		" "	"	"	"	1
Educação	" " " "		" "	"	"	"	2
Pedologia	" " " "		" "	"	"	"	1
Ensino	" " " "		" "	"	"	"	1
Escola Normal	" " " "		" "	"	"	"	1
Pedagogia experimental	" " " "		" "	"	"	"	1

[illegible]

Apparelho de instrução pública	" " "		" "	" "	" "	1
Escolas primarias	A gymnastica sueca nas escolas		Thomaz Nunes	358	" "	1
Centros de cultura intellectuel e physica	" " "		" "	" "	" "	1
Escola na sociedade moderna	" " "		" "	" "	" "	1
Formação dos povos	" " "		" "	" "	" "	1
Ensino	" " "		" "	" "	" "	1
Professorado	" " "		" "	" "	" "	1
Exercicios physicos	" " "		" "	" "	" "	1
Saúde dos educandos	" " "		" "	" "	" "	1
Classes primarias	" " "		" "	" "	" "	1
Ensino da gymnastica sueca	" " "		" "	" "	" "	1
Hygienista sueco (Dr. Ling)	" " "		" "	" "	" "	1
Correntes sociaes inteiramente extranhas	" " "		" "	" "	" "	1
Rachitismo	" " "		" "	" "	" "	1
Embrutecimento	" " "		" "	" "	" "	1
Saneamento	" " "		" "	" "	" "	1
Escolas modernamente installadas	" " "		" "	" "	" "	1
Medidas urgentes de civilização e progresso	" " "		" "	" "	" "	1

Artigo que trata da importância da ginástica sueca nas escolas públicas do Brasil, principalmente do Pará, no sentido de entender a atividade física como elemento importante para o desenvolvimento do físico do aluno junto à atividade intelectual.

Aperfeiçoamento moral, intelectual e physico	"	"	"	"	359	"	"	1
Lei do Ensino	"	"	"	"	"	"	"	1
Organização perfeita e methodica do ensino primario	"	"	"	"	"	"	"	1
Programmas	"	"	"	"	"	"	"	1
pratica obrigatoria dos exercicios gymnasticos	"	"	"	"	"	"	"	1
Missão da escola	"	"	"	"	"	"	"	1
Desenvolvimento physico	"	"	"	"	"	"	"	1
Escola	"	"	"	"	"	"	"	3
Menores	"	"	"	"	"	"	"	1
Crescimento da creança	"	"	"	"	"	"	"	1
Gymnastica	"	"	"	"	"	"	"	1
Formação intellectual	"	"	"	"	"	"	"	1
Grupo escolar do Mosqueiro	W.				375	"	"	1
Estabelecimento de ensino	Artigo que trata das festas escolares frequentadas pelos grupos escolares do Mosqueiro e José Veríssimo (capital do estado), informando como se deram as celebrações nos estabelecimentos de ensino.				"	"	"	1
Corpo docente					376	"	"	1
Estabelecimento [de ensino]					"	"	"	2
Grupo Mancio Ribeiro					"	"	"	1
Ensino					"	"	"	1

Director do ensino	"	"		"	"	"	1
Corpos docente e discente	"	"		"	"	"	1
Grupo [escolar] José Veríssimo	"	"		"	"	"	2
Batalhão escolar	"	"		"	"	"	1
Magisterio primario	"	"		"	"	"	1
Instrução Publica	Notulas		Seção dedicada às notas de variedades sobre diversos assuntos, além de notícias sobre o magistério paraense. Uma nota trata da criação de uma nova pasta (ministério), que cuidará da saúde, assistência e instrução pública simultaneamente.	Sem Autor	381	"	1
Instrução	Correio d'O ENSINO			Euryalo	383	"	1
Creanças	"	"		"	"	"	1
Escolas	"	"		"	"	"	2
Legião de analfabetos inconscientes	"	"		"	"	"	1
Letrados	"	"		"	"	"	1
Analphabetos	"	"		"	"	"	1
Collectanea de Hymnos Escolares	"	"		"	384	"	1
Orgam do gremio normalista (Rio Grande do Norte)	"	"		"	"	"	1

AUTORES



Camilla Vanessa Chagas Peixoto de Oliveira

Pós-doutoranda em Educação - Universidade Federal do Maranhão. Doutora em Educação- UFPA/Pa (2022). Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (2017) vinculada à linha de pesquisa Educação, Cultura e Sociedade. Possui graduação em licenciatura Plena em Língua Portuguesa/Habitação em Língua Inglesa pela Universidade da Amazônia (2010), e Licenciatura em Pedagogia pela UNIUNICA/MG (2024). Integra o Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e das Práticas Leitoras no Maranhão (NEDHEL), efetivo grupo de pesquisa da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) no desenvolvimento de estudo proposto nas pesquisas da área da História da Educação, História do Livro e da Leitura e História das Bibliotecas, Cultura Material Escolar, História das Instituições Escolares, Imprensa de Ensino e demais interfaces que articulam educação, cultura e memória. Possui experiência na docência de Língua Inglesa, na organização e gestão de eventos acadêmicos junto a produção de pesquisas científicas, destacando o compromisso com a formação docente, a preservação da memória educacional e a investigação das práticas culturais e educacionais.



César Augusto Castro

Professor titular da Universidade Federal do Maranhão. Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão (1988). Mestrado em Ciência da Informação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1993). Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (1998). Pós-doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (2006), Universidade do Porto (2011), Universidade de Lisboa (2022) e Universidade de São Paulo (2023). Docente permanente dos programas de pós-graduação em Educação da UFMA e UFPA e do curso de graduação de Biblioteconomia (UFMA). Diretor do Centro de Ciências Sociais (2006-2015/UFMA). Coordenador do GT 2 - História da Educação da ANPED (2019-2021). Coordenador do Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras (NEDHEL/UFMA). Editor da Revista Caderno de Pesquisa da UFMA (Educação). Atualmente exerce o cargo de diretor do Sistema Integrado de Bibliotecas da UFMA. Desenvolve estudos e pesquisa sobre História da Educação (Cultura Material Escolar, Instituições Escolares e Imprensa de Ensino), História do Livro e da Leitura e História das Bibliotecas e da Biblioteconomia.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Analfabetismo, 19, 39, 52, 155
Annales (movimento historiográfico), 18
Apêndice A, 156–183
Arquivo Público do Pará, 39

B

Belém, 11, 31, 39
— *contexto urbano*, 11–12
— *modernização*, 31
Bibliotecas escolares, 121

C

Caligrafia, 13, 90, 121
— *ensino*, 13
— *disciplina corporal*, 90
— *higiene e escrita*, 90–91
Capa da revista, 52, 64–66
— *elementos simbólicos*, 52
— *grafismo e ornamentos*, 64–66
Civismo, 104, 112
Cultura escolar, 18, 52, 64

D

Discursos pedagógicos, 11–19, 97–125
Docentes, ver Professores

E

Educação, 11–22, 97–125
— *conceito*, 11–19
— *formação moral*, 52
— *educação cívica*, 104–112
— *educação sanitária*, 112
Ensino, 11–22
— *ensino primário*, 11, 19, 101–118
— *ensino da leitura*, 88–89, 121
— *ensino da escrita*, 90
— *ensino de História*, 86
— *ensino de Matemática*, 80, 86
Escola moderna, 121
Estética editorial, 64–66

F

Formação de professores, 11, 18, 80
Fontes históricas, 18–19

G

Governador Lauro Sodré, 31, 39, 67
Gripe espanhola, 112

H

Higiene, 104–112
— *higiene bucal*, 112
— *higiene escolar*, 112
História da Educação, 11, 18

I

Imprensa educacional, 10–18
Infância, 19, 52, 104
Instrução, 11–22, 101–118
— *instrução primária*, 15–17, 84, 180

L

Leitura, 88–89, 121

M

Métodos pedagógicos, 80, 118–125
Modernidade republicana, 12, 31

O

O Ensino (revista), 11, 19, 42–68, 69–79, 97–125
— *circulação*, 69–79
— *leitores*, 69
— *equipe editorial*, 79–80
— *materialidade*, 42–68
— *tabulação*, 155

P

Pará, 11–12, 23–42
— *Primeira República*, 23–42
Pedagogia moderna, 80, 86, 339–340 (apêndice)
Periódicos, 18, 42
Professores, 19, 52, 80
— *formação*, 80

— *remuneração*, 19
— *papel social*, 52
Patriotismo, 52, 112

R

República, 23–42
— *ideário republicano*, 31
— *educação republicana*, 104
Revista O Ensino, ver O Ensino (revista)

S

Saúde escolar, 104–112
Sistema educacional, 18–22

T

Tabulação da revista, 19, 155
Teatro da Paz, 112



A obra *A Educação no Pará Republicano na Revista O Ensino* (1918-1919) analisa o papel da imprensa pedagógica na consolidação do ideário educacional no início da República. A partir da investigação histórica da revista *O Ensino*, o livro evidencia debates, propostas e práticas que marcaram a organização do ensino paraense no período. Discute-se a influência de correntes pedagógicas, o processo de modernização educacional e a formação docente. A pesquisa revela como a publicação atuou como instrumento de circulação de ideias e de normatização das práticas escolares. Ao contextualizar o cenário político e social da época, a obra contribui para a compreensão da construção da Educação republicana no Pará e no Brasil.

ISBN 978-65-84364-21-9



9 786584 364219 >

